UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

MARCELO FERNANDO TERENCE

Avanços e limites da reforma agrária no sul do Pará: Um estudo a partir do projeto de assentamento Canarana

São Paulo
2013

MARCELO FERNANDO TERENCE

Avanços e limites da reforma agrária no sul do Pará: Um estudo a partir do projeto de assentamento Canarana a

Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Geografia Humana.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Valéria de Marcos

São Paulo
2013

MARCELO FERNANDO TERENCE

Avanços e limites da reforma agrária no sul do Pará: um estudo a partir do projeto de assentamento Canarana

Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Geografia Humana.

Área de Concentração: Geografia Humana

Aprovado em:

Prof. Dr._____

Instituição:_____Assinatura:_____

Prof. Dr._____

Instituição:_____Assinatura:_____

Prof. Dr._____

Instituição:_____Assinatura:_____

Agradecimentos

A lista de pessoas que colaboraram para a realização desse trabalho é enorme.

Em primeiro lugar agradeço às famílias de assentados que sempre me receberam de braços abertos e com a costumeira hospitalidade das pessoas do campo no sul e sudeste do Pará. Tanto as famílias que foram entrevistadas quanto aquelas que fizeram parte da minha vida nesses últimos seis anos de trabalho no INCRA me ensinaram muito e espero ter sido preciso ao transpor suas ideias e opiniões para essa dissertação.

Agradeço também à minha orientadora, Valéria de Marcos. A gratidão aqui vale pelas leituras e correções minuciosas dos meus escritos como também pelo apoio e estímulo nos momentos de indecisão. Também foram fundamentais as leituras dos professores Ariovaldo Umbelino Oliveira e Marta Inês Medeiros Marques, integrantes da banca de qualificação e que influenciaram esse trabalho em pontos decisivos. Deixo uma menção especial a Igor Santos Valvassori pela ajuda na formatação final dessa dissertação.

Aos colegas de trabalho e aos companheiros do INCRA deixo meu muito obrigado pelas informações prestadas sobre os mais variados assuntos. Aqui provavelmente esquecerei de muitos que me ajudaram, mas gostaria de lembrar dos colegas Jair, Agnaldo, Gutemberg, Neide, Demontier, Abílio, Neuza, Edson, Paulo Garcia e Paulo Rogério. E, especialmente, Ângela, Manoel Brito, Vânia, Geraldo e Flávio que forneceram informações fundamentais para esse trabalho. Todos esses colegas foram muito gentis em disponibilizar planilhas, mapas, fotos, relatórios, e tantos outros documentos internos do INCRA que dificilmente seriam trazidos à público não fosse a amizade e a confiança estabelecidas entre nós.

Dois colegas de "trabalho de campo" também são merecedores de lembrança especial: o geógrafo e professor José Alberto, que se deslocou duas vezes a meu convite para conhecer as terras do Araguaia e Tocantins e que me ajudou em um teste das entrevistas que fiz no PA Canarana em janeiro de 2011. O outro é o Edvaldo, vigilante do INCRA de Conceição do Araguaia que fez as vezes de assistente de pesquisa nos finais de semana em que me desloquei para o PA Canarana. Ele é o autor de algumas fotos inseridas no trabalho. Esses colocaram o "pé no barro" comigo e a eles sou muito grato.

Agradecimento especial também à Aninha, integrante da CPT de Xinguara que tive o prazer de conhecer em 1993 e reencontrar na minha volta ao Araguaia. Sem sua entrevista e os documentos que me

disponibilizou seria impossível a reconstituição do processo de ocupação e conquista da fazenda Canarana.

Por fim deixo meu agradecimento à minha família pelo apoio e compreensão às minhas escolhas e decisões.

RESUMO

TERENCE, M. F. **Avanços e limites da reforma agrária no sul do Pará: Um estudo a partir do projeto de assentamento Canarana**. 2013. 194f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Os projetos de assentamento sob jurisdição da Superintendência Regional de Marabá apresentam uma série de dificuldades em relação à evasão de um número considerável de famílias assentadas. Frequentemente essas famílias são responsabilizadas pelo governo e até nos meios acadêmicos pelo seu fracasso em permanecer no lote. O objetivo dessa pesquisa foi justamente se contrapor a tal visão sobre os assentados. Para compreender melhor a questão da evasão, a pesquisa se desenvolveu no sentido de investigar causas internas e externas aos projetos de assentamento. Foram realizadas entrevistas com assentados do PA Canarana e com outros sujeitos sociais da região, nas quais puderam ser evidenciados problemas relacionados à falta de apoio à produção e também graves dificuldades de comercialização. Entre tais problemas destacam-se as dificuldades de reversão de pastos degradados para a formação de roças e a dependência dos assentados em relação aos atravessadores para poderem vender sua produção. Em relação aos problemas enfrentados também ficou claro o desencontro das políticas voltadas para essa população assentada, fortemente marcada por uma "herança camponesa". Por outro lado, a pesquisa permitiu evidenciar a continuidade da "tradição rebelde" formada a partir da luta dos posseiros dos anos 1960, 1970 e 1980. O caso das retomadas de lotes reconcentrados realizadas a partir da iniciativa de famílias camponesas foi a prova mais marcante encontrada por essa pesquisa em relação à continuidade dessa tradição, reforçada ainda pela existência de dezenas de acampamentos nas beiras de estradas e cantos de fazendas. A partir desses resultados foi possível ainda contestar a visão governamental atual sobre ser desnecessária a criação de mais projetos de assentamentos. A criatividade e a persistência das famílias camponesas em impedir, resistir ou reverter as investidas do capital sobre as terras dos projetos de assentamento apareceram também na busca de alternativas produtivas e de comercialização. A atuação do grupo do mel e a articulação em torno do projeto da produção de polpa de frutas, com seus avanços e limites, demonstraram a falta de criatividade e ousadia das políticas oficiais, cada vez mais marcadas pela ideia de inserção da produção das famílias assentadas nos mercados capitalistas.

Palavras-Chave: Reforma Agrária, Ocupações Camponesas, Projetos de Assentamento.

ABSTRACT

TERENCE, M. F. **Advances and limitations of land reform in southern Pará: a study from the settlement project Canarana**. 2013. 194 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

The settlement projects under the *Superintendência Regional de Marabá* jurisdiction show many difficulties related to a considerable number of settled families evasion. These families are usually considered responsible, by the government and even in the academic fields, for its failure in remaining in their lots. The objective of this research was to refuse this vision of the settled people. To better understand the evasion issue, the research was developed in the sense of investigating the internal and external causes of the settlement projects. Interviews were taken with the settled people in PA Canarana and with other subjects of the region, in which problems related to the lack of support to the production and also severe commercialization difficulties were put in evidence. Among these problems, can be highlighted the difficulties related to the reversion of the degraded pasture to form new clear and productive land, and the dependence of the settled people to the middlemen *(atravessadores)* to sell their production. Related to the problems faced by these settled population, it also became clear the distance between the politics that aimed these population, strongly marked by a "peasant heritage". On the other hand, this research made it possible to put in evidence the continuity of the "tradição rebelde" formed from the struggle of the squatters (*posseiros*) in the 1960s, 1970s and 1980s. The case of recentered lots taking back made from the initiatives of the peasant families was the strongest proof found by this research concerning the continuity of this tradition, also reinforced by the existence of dozens of camps on roadsides and farms borders. From these results, it was also possible to refuse the current government vision over the necessity of the creation of more settlement projects. The creativity and the persistence of the peasant families in avoiding, resisting or reverting the capital on the settlement projects lands were also pointed in their quest to productive and commercialization alternatives. The performance of the honey group and the articulation around the fruits pulp production project, with its advances and limits, showed the lack of creativity and the boldness of official politics, increasingly marked by the idea of insertion of the settled families production in the capitalist market.

Keywords: Land Reform, Peasant Occupations, Settlement Projects.

LISTA DE FOTOS

Foto 1: As dificuldades na travessia do rio Araguaia até as primeiras décadas do século XX (TOURNIER, 1942, p. 21). 19

Foto 2: Moenda de cana-de-açúcar manual. 22

Foto 3: Camponês integrante da ocupação da então fazenda Canarana 22

Foto 4: Casa camponesa tradicional. Nessa variação feita apenas com madeira e palhas de babaçu. 23

Foto 5: Casa camponesa típica da região, nessa variação coberta de palhas de babaçu e barreada.. 24

Foto 6: Casa construída onde antes eram apenas pastos. 59

Fotos 7 e 8: Roça de mandioca e roça de abacaxi aberto no meio do antigo pasto da "fazenda". 59

Fotos 9 e 10: Casa de Tábua da Sra. Eva e seus quatro filhos e a casa "apertada" da Sra. Luan. 60

Fotos 11 e 12: Acampamento na fazenda Nobel do Pará, município de Santana do Araguaia, 2012. 77

Fotos 13 e 14: Acampamento Cascavel, município de Redenção. 77

Foto 15: Placa na entrada de área ocupada por empresa mineradora dentro do assentamento Lagoa Bonita, município de São Geraldo do Araguaia. 81

Foto 16: As "cavas" de uma das minas da empresa Dow Corning no assentamento Lagoa Bonita, município de São Geraldo do Araguaia/PA, 2011. 82

Foto 17: O desmatamento químico em áreas de preservação permanente na fazenda São Roberto, no município de Santana do Araguaia. 105

Foto 18: A derrubada da casa de um assentado do PA Airton Senna no município de Santana do Araguaia(PA): modernidade por parte da Agro-SB? 105

Foto 19: Projeto Onça Puma: o solo o remexido e removido, inviabilizado por décadas para a atividade agrícola. 112

Foto 20: Água Barrenta e assoreamento dos rios, uma das principais acusações contra a atuação da empresa mineradora. 112

Foto 21: Rodovia PA 449. Apesar de servir a milhares de famílias assentadas e outros produtores a rodovia fica quase intransitável no período de chuvas. 142

Foto 22: Ponta quebrada na Rodovia PA 449 143

Fotos 23 e 24: Produção de farinha de mandioca em casa de assentado no PA Canarana: o forno e as cascas de mandioca. 148

Foto 25: Produção de farinha de mandioca no PA Canarana. A farinha ensacada para levar até a feira coberta de Conceição do Araguaia. 148

Fotos 26, 27, 28 e 29 - Sr. Pedro e Sra. Maria, o gado "à meia" e os pastos degradados, com enormes cupinzeiros 156

Foto 30, 31, 32 e 33: Placa na entrada da chácara "Otimismo", as instalações do pequeno laticínio vistas de fora e o Sr. Neurivan mostrando a caldeira, agora alimentada por cocos de babaçu, técnica ensinada por um técnico contratado. 159

Foto 34: "Outdoor" no centro de Conceição do Araguaia. Homenagem ao Sr. Neurivan. 160

Fotos 35, 36, 37 e 38: As instalações do laticínio Maely vistas por dentro. A higiene é uma das principais preocupações do Sr. Neurivan e uma exigência para obtenção dos "selos" de certificação para a comercialização em outros municípios 161

Fotos 39 e 40: Assentado-apicultor do PA Canarana e parte de sua produção. 166

Fotos 41 e 42 - Sr. Rosendo e a "venda direta" de mel na Feira Coberta de Conceição do Araguaia. 169

Fotos 43, 44, 45 e 46: A tranca na estrada que dá acesso ao lago, a casa do caseiro, o lago piscoso e a "prainha" particular do rio Araguaia, em 06/2012 177

Fotos 47, 48, 49 e 50: Roças de abacaxi feitas com força-de-trabalho empreitada, roça de mandioca com trabalho familiar e casa nos moldes das casas dos demais assentados. 179

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Número de Famílias Assentadas por governo no Brasil, no período pós ditadura civil-militar no Brasil. 67

Gráfico 2: Número de Projetos de Assentamento Federal criados por ano, no Brasil, entre os anos 1995 e 2012..... 70

Gráfico 3: Número de Projetos de Assentamento criados por ano na área sob jurisdição da Superintendência Regional de Marabá..... 71

Gráfico 4: Número de famílias assentadas, por ano, durante os dois governos Lula..... 74

Gráfico 5: Preço médio da terra nua, titulada, por hectare, nas microrregiões de Conceição do Araguaia, Redenção e Marabá, entre os anos 2001 e 2010. 98

Gráfico 6: Variação do preço da arroba do boi gordo, em reais, tendo como referência o preço de São Paulo entre os anos 1997 e 2012. 100

Gráfico 7: Estado de Origem do "Chefe de Família" dos Assentados do PA Canarana. 136

Gráfico 8: Número de assentados atuais que constam na relação de posseiros de 1996. 139

Gráfico 9: Número de Unidades Familiares, segundo o tipo de roça, no PA Canarana, no ano de 2011. 146

Gráfico 10: Produção em Reais, por Produto, do PA Canarana, na safra de 2010. 150

Gráfico 11: Número de produtores, por produto, no PA Canarana, na safra de 2010. 151

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: P.A. CANARANA - 1972 121

Imagem 2: P.A. CANARANA - 1987 122

Imagem 3: P.A. CANARANA - 2011 123

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: PA Padre Josimo Tavares, no município de Conceição do Araguaia, com seus lotes regulares e "cortados" linearmente. 89

Mapa 2: Projeto Onça-Puma – Ourilândia do Norte/PA. Ocorrência de Água Barrenta 113

Mapa 3: Projeto Onça-Puma – Ourilândia do Norte/PA. Assoreamento dos Rios 114

Mapa 4: Projeto Onça-Puma – Ourilândia do Norte/PA. Aumento da poluição do ar..... 115

Mapa 5: O município de Conceição do Araguaia e seus 35 assentamentos, com destaque para o PA Canarana. Fonte INCRA/Cartografia, 2012. 120

Mapa 6: PA Canarana. Autor: Cartografia/INCRA/SR-27. Escala Aproximada 1: 70.000... 133

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Terras devolutas vendidas pelo governo do Pará para a iniciativa privada entre os anos 1924-1976. 31

Tabela 2 - Número de mortos envolvidos na luta pela terra no estado do Pará entre os anos 1980-1989..... 49

Tabela 3 - Número de Fazendas ocupadas e de famílias ocupantes, na área de jurisdição da SR (27), da Unidade Avançada de Conceição do Araguaia e no município de Conceição do Araguaia, em setembro de 2012. 55

Tabela 4 - Número de ocupações de terra e de famílias envolvidas no Brasil, na área sob jurisdição da Superintendência Regional de Marabá e na área de jurisdição da Unidade Avançada de Conceição do Araguaia. 76

Tabela 5 - Dados sobre levantamento ocupacional feito pelo INCRA em assentamentos nos municípios de São Geraldo do Araguaia e São Félix do Xingu/PA no ano de 2011. 79

Tabela 6 - Dados de levantamento ocupacional no PA Agroextrativista Praia Alta Piranheira, no ano de 2010. 80

Tabela 7 - Valor total da produção (em mil reais), por tipo de produção, grupos de área até 200 ha, no município de Conceição do Araguaia, 2006..... 101

Tabela 8 - Número de famílias assentadas por ano de homologação no SIPRA..... 137

Tabela 9 - Número de assentados do PA Canarana segundo as fontes consultadas..... 140

SUMÁRIO

Apresentação 1

Introdução 4

1. Da conquista do território Kaiapó à privatização das terras realizada pela SUDAM no sul do Pará. 14

1.1. As armas para a conquista do Território Mebengokre: missionários, militares e o comércio. 14

1.2. A ascensão da economia extrativa: Conceição do Araguaia como ponto de apoio para caucheiros, roceiros e fazendeiros da região. 17

1.3. "A terra absoluta": a posse nos centros de mata 24

1.4. A privatização das terras do sul do Pará 28

1.5. A criação da SUDAM e os planos do Estado brasileiro para a Amazônia 32

2. A longa construção de uma "cultura de ocupação": a "tradição rebelde" da classe camponesa no sul do Pará. 36

2.1. MST no sul do Pará: estranhamentos com as táticas dos posseiros e contribuições à construção do movimento social de luta pela terra. 43

2.2. O consenso e a legitimação da luta pela terra no sul do Pará 45

2.2.1. A reação armada camponesa: "Risco que corre o pau, corre o machado" 48

2.3. A Guerrilha do Araguaia, o envolvimento camponês e a militarização da questão agrária no sul e sudeste do Pará. 51

2.4. O GETAT 52

2.5. A luta e os conflitos continuam no sul do Pará 54

2.6. As retomadas de lotes 56

2.7. STTR e CPT 61

3. As políticas de reforma agrária pós-ditadura civil militar no Brasil 64

3.1. As promessas não cumpridas da Nova República na questão agrária 64

3.2. FHC: reforma agrária por meio do mercado e para o mercado 67

3.3. A reforma agrária no governo Lula: o medo venceu a esperança. 72

3.4. Pior do que está, fica!: Governo Dilma e "adeus" à Reforma Agrária: 75

3.4.1. Retomada de lotes ocupados irregularmente: uma tentativa de se criar "vagas" para famílias sem-terras sem a desapropriação de fazendas. 78

3.5. O modelo de projeto de assentamento federal: para não dar certo? 87

3.5.1. A qualificação dos assentamentos: o Programa de Crédito Instalação e a aposta na Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES). 91

3.5.1.1. Crédito Instalação 91
3.5.1.2. Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) 93
4. Mineração, pecuária e a alta no preço das terras no sul e sudeste do Pará: "E a terra virou ouro" 96
4.1. A nova pecuarização do sul do Pará: o caso da Agro-SB 99
4.2. Essa terra vale ouro: o caso das mineradoras 108
4.2.1. A entrada da Companhia Vale S/A nos assentamentos Campos Altos e Tucumã/PA 109
5. PA Canarana: é possível permanecer assentado? 119
5.1. A luta pela desapropriação da fazenda Canarana 119
5.2. A dança dos números: quantos assentados há no PA Canarana? 134
5.3. A escolha dos entrevistados e o forma das entrevistas 140
5.4. A "herança camponesa" e a produção atual dos assentados do PA Canarana. 144
5.5. Por que gado? 152
5.6. O leite no PA Canarana e o laticínio Maely: "agronegócio familiar"? 157
5.7. Mel e Polpa de frutas: a gestação de uma alternativa produtiva 165
5.8. O problema da falta d´água 173
5.9. Reconcentração de lotes, titulação e apropriação capitalista de lotes. 174
5.10. A busca da produção com autonomia: 182
6. Considerações finais 186
7. Referências Bibliográficas 190
8. ANEXO 194

Apresentação

A dialética não aprendemos nos livros.
Janelas abertas ao vento.
Maiakovski

Os questionamentos e reflexões que deram origem a essa dissertação de mestrado não tiveram suas origens nos bancos acadêmicos, mas em fatos que vi e com os quais convivi. Nasceram a partir do contato direto com a região e com as pessoas aqui estudadas. Em dois momentos da minha vida tive oportunidade de conviver com a realidade sul paraense.

O primeiro contato que tive com o sul do Pará foi no ano de 1993, quando participei de um estágio de vivência coordenado pela CPT de Conceição do Araguaia e do qual participaram outros nove estudantes da USP. Formamos a 10ª turma do Grupo de Estagiários de Conceição do Araguaia (GECA). Naquele ano, a proposta da CPT era de intervenção nas fazendas Canarana e Curral de Pedras, ambas no município de Conceição do Araguaia. As duas fazendas estavam ocupadas por famílias camponesas com o apoio da CPT e nossa tarefa era fazer um levantamento da produção dessas famílias com o intuito de subsidiar a formação de uma cooperativa entre os lavradores, visando melhores condições de transporte e comercialização dos produtos. Passamos uma semana na sede do município tendo conversas com agentes da CPT que conheciam os locais e elaborando os questionários do levantamento que iríamos fazer. Terminado esse trabalho de preparação foi realizada uma reunião com a comunidade ocupante dessas fazendas para explicar o trabalho e a nossa presença ali. As duplas então foram "largadas" cada qual em um canto das fazendas, em uma primeira casa. Na Canarana, ficamos em três duplas percorrendo todas as "parcelas" durante vinte dias, aplicando os questionários, pedindo pouso e convivendo com as pessoas que ali moravam.

Claro que muitas das situações cotidianas ali vividas causaram estranheza e desconforto nos jovens vindos da cidade. Aprendemos a dormir em redes - de atravessado para não doer a coluna – a tomar banho de canequinha e com sabão de banha, a viver sem energia elétrica, a comer e apreciar carnes de "caça", como a da paca e a da capivara, e a fazer longas caminhadas pela mata, seguindo pequenos "trilheiros" para encontrarmos a próxima casa.

Por outro lado, em todas as casas fomos recebidos com alegria e gentileza tocantes. A narração dos sofrimentos das várias ocupações e migrações por quais tinham passado se

contrastava com a esperança naquele recomeço de vida na nova terra e no projeto da cooperativa. Fomos bem tratados por sermos pessoas da cidade que se interessavam na vida daquelas famílias, e também por estarmos ajudando com a organização da cooperativa. A ideia gerava muita expectativa nas famílias camponesas.

O levantamento foi realizado com sucesso. Os dados do nosso trabalho deram subsídio para o projeto de criação da Cooperativa Mista dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia (COPAG), atuante até hoje e que também será assunto dessa dissertação[1]. Terminada a missão voltamos para São Paulo.

O interesse pela reforma agrária tornou-se então constante nos meus estudos. Alguns anos depois me tornei professor da rede pública municipal de São Paulo e o tema da reforma agrária sempre esteve presente em minhas aulas, inclusive com algumas parcerias com o MST em projetos didáticos nas escolas em que lecionei. No final dos anos 1990 e início dos anos 2000, a mídia dava muito destaque para ações de ocupações de terra e outras manifestações do MST. A discussão, sobretudo nas turmas de Educação de Jovens e Adultos, foi muito instigante. O bairro onde se situa a escola onde então lecionava, Heliópolis, é originário de uma ocupação e até hoje as famílias não possuem os títulos dos seus terrenos. No entanto, era comum ouvir meus alunos se referirem aos Sem-Terras como "vagabundos", "baderneiros", e a afirmarem, convictos, que os mesmos só estavam interessados em "pegar terra para vender". Meus alunos - porteiros, faxineiros, costureiras, motoboys -, muitos deles também ocupantes de terras no meio urbano, reproduziam falas da mídia sobre os ocupantes de terras do meio rural. Deparados com versões contrárias àquelas com as quais estavam acostumados e conhecendo de perto integrantes do MST, puderam tornar um pouco mais complexo e diversificado seu conhecimento sobre o assunto.

No ano de 2006 surgiu a oportunidade de voltar à Conceição do Araguaia e trabalhar com a reforma agrária. Por meio de concurso entrei no INCRA para trabalhar na Superintendência Regional de Marabá/PA. A ideia era regressar à Conceição do Araguaia, município sob jurisdição dessa Superintendência, e retomar um diálogo suspenso há treze anos.

[1] Infelizmente eu e também a CPT de Conceição do Araguaia fomos descuidados com os dados obtidos naquele levantamento. A CPT mudou sua sede regional para Xinguara, restando em Conceição do Araguaia um pequeno escritório. Em nenhum dos dois lugares foram encontrados os dados obtidos durante o levantamento de 1993 nas fazendas Canarana e Curral de Pedras. Eu também em minhas mudanças perdi a caderneta de anotações mais importante com os dados de produção das famílias que visitei. Sobrou uma caderneta com "impressões" minhas e algumas poucas fotos da então fazenda Canarana. Algumas dessas imagens capturadas em 1993 estão no decorrer dessa dissertação.

No INCRA de Marabá e, a partir de 2008, na Unidade Avançada de Conceição do Araguaia vivi uma situação paradoxal. De um lado, a experiência magnífica de conhecer, durante seis anos, literalmente com o "pé no barro", dezenas de cidades e milhares de famílias acampadas e assentadas no sul e sudeste do Pará. Novamente pude participar do cotidiano de suas casas e acampamentos e conversar longamente sobre as situações enfrentadas por essas pessoas. Nos meus trabalhos no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), na Ouvidoria Agrária e no Programa de Crédito Instalação fiz várias amizades com assentados e com lideranças dos movimentos de luta pela terra. Também conheci muitos servidores dedicados no INCRA. Pessoas que há vinte, trinta anos, realizam serviços de qualidade em péssimas condições de trabalho.

De outro lado, o trabalho no INCRA mostrou o pouco interesse que o Estado brasileiro tem em garantir os direitos daquela população. Enquanto milhares de famílias permaneciam em acampamentos, a contínua evasão de famílias dos assentamentos era tratada como "parasitismo social" por muitos servidores. Tentar entender com mais profundidade as razões para tal situação da reforma agrária no sul e sudeste do Pará foi a motivação mais imediata que me levou a pensar na pesquisa que resultou nessa dissertação. Foi uma forma encontrada por mim de continuar o trabalho no INCRA e ter mais clareza do que ele significava e de quais as suas potencialidades e limites. A escolha do agora PA Canarana como centro da análise foi por motivos óbvios. Poderia observar aquilo que permaneceu e comparar as mudanças sofridas na organização do trabalho e no modo de vida das famílias camponesas após mais de dez anos da criação oficial do Projeto de Assentamento Canarana. É esse o objetivo dessa dissertação.

Introdução

Esse casal de velhos devia ter-se afastado
Eu quero tílias sob meu controle
Pois essas poucas árvores que me são negadas
Comprometem minha propriedade como um todo
Johann Wolfgang von Goethe

Na obra "Fausto" de Goethe, há um casal de idosos, Filemo e Báucia – os "teimosos" da epígrafe acima – que resistem em sair de suas terras para dar lugar a uma moderna obra arquitetônica. Para BERMAN (1986, p. 66)

> Eles representam a primeira encarnação literária de uma categoria de pessoas de larga repercussão na história moderna: pessoas que estão no caminho – no caminho da 'história', do progresso, do desenvolvimento; pessoas que são classificadas, e descartadas, como obsoletas.

Pode-se dizer que é intrínseca à ideologia dominante, no movimento de expansão das relações sociais capitalistas, o desprezo e o ataque aos modos de vida e às relações sociais que contradizem ou não se ajustam às formas sociais especificamente capitalistas. Do ponto de vista estrito da ideologia capitalista - dos sujeitos sociais que a sustentam - o que não é lucrativo não precisa existir e o que se objetiva é a homogeneização completa da sociedade, com a universalização do assalariamento do trabalho. Desde sempre, os ideólogos do sistema, muitas vezes com a capa do cientificismo[2], se apressaram em utilizar conceitos como "tradicionais", "atrasados" ou "não evoluídos" para caracterizar as populações que baseavam seu modo de vida em valores e costumes distintos daqueles regidos pelo lucro e pela acumulação. Travestidas por ideais como modernização e progresso, as condições da reprodução social capitalista foram propagandeadas como inevitáveis, como uma marcha natural e um caminho sem volta da sociedade.

Isso ficou claro, por exemplo, na colonização empreendida pelos Estados europeus em relação aos demais países. A propaganda da Belle Époque europeia – e dos integrantes das classes dominantes dos países colonizados - tentava convencer a todos que seu objetivo final era construir um mundo à sua imagem e semelhança. Obviamente que isso nunca se realizou. A exploração imperialista e capitalista, as contradições sociais por elas criadas, puseram à nu os ideais de progresso: as resistências anti-imperialistas e anticapitalistas explodiram por

[2] Conforme SCHWARCZ (1993).

todos os lados, opondo-se a um movimento que parece ser "endêmico à modernização: o movimento no sentido de criar um ambiente homogêneo, um espaço totalmente modernizado, no qual as marcas e as aparências do velho mundo tenham desaparecido sem deixar vestígio" (BERMAN, 1986, p. 68).

Na realidade o desenvolvimento do capitalismo nunca ocorreu na forma de um progresso linear. Foram vários os momentos históricos em que o próprio processo de reprodução capitalista engendrou relações sociais não capitalistas. (MARTINS, 1981). Além disso, a atividade e a resistência das populações atingidas pela expansão do capital impediram o fim da diversidade das formas sociais existentes. Processos de trabalho, relações sociais de produção, costumes e tradições locais, modos de vida baseados em uma "economia moral" sofreram alterações, adaptações, influências, subordinações e/ou desestruturações, mas não foram extintas como muitos previram.

No entanto, a propagandeada busca em se reduzir por completo as relações locais diversas ao assalariamento não ocorre apenas nas relações entre os países imperialistas e suas colônias. Também internamente aos países isso ocorre frequentemente. Setores econômicos e regiões geográficas tidos por menos dinâmicos economicamente – leia-se, com as relações capitalistas estruturando menos profundamente seu modo de vida – foram e são alvos de pretensas "modernizações". E as pessoas que encarnam tais modos de vida são vistas como um obstáculo a ser removido, como desnecessárias.

No campo brasileiro isso também ocorreu e ocorre ainda hoje. Apesar de algumas análises apontarem que a expansão da agricultura empresarial (para usar um termo do Estatuto da Terra)[3], com suas alegadas altas taxas de produtividade, iria simplesmente eliminar grupos sociais que não se adaptassem às condições estritas da reprodução capitalista, isso não se efetivou. A organização e a resistência de camponeses, ribeirinhos, posseiros, quilombolas e indígenas demonstrou a fragilidade dessa tese e a pretensão exagerada desse projeto político-econômico. E se é nítido que crescem os "desertos verdes" da soja, do gado, da cana-de-açúcar, do eucalipto, não obstante, crescem também, há décadas, o número de assentados, de pequenas propriedades, das populações e reservas indígenas, das terras quilombolas, etc., consequência, sem dúvida, das diversas formas de lutas empreendidas contra a expansão das relações sociais capitalistas no campo, como apontam autores como OLIVEIRA (2007) e GONÇALVES (2005).

[3] Ou agronegócio, como se convencionou usar recentemente.

Que fique claro: essas afirmações, como ficará mais evidente no decorrer do texto, não dialogam com nenhuma utopia ou idealismo da construção de sociedades camponesas "alternativas", no sentido de isoladas ou imunes aos processos de acumulação e reprodução social capitalista. A realidade factual desmente também tal pensamento, uma espécie de imagem refletida da ideia de homogeneização total da sociedade em moldes capitalistas.

A realidade dos camponeses-assentados demonstra uma série de relações subordinadas entre o campesinato e o capital comercial, industrial e bancário. Ainda que de posse dos meios-de-produção as famílias assentadas veem parte do produto do seu trabalho ficar nas mãos de atravessadores, das indústrias e/ou dos bancos, colocando dificuldades crescentes à reprodução da condição camponesa das mesmas. Como quer Oliveira (2007, p. 12),

> É o processo de sujeição do campesinato ao capital que está em marcha, uma sujeição que se dá sem que o trabalhador seja expulso da terra, sem que se dê a expropriação de seus instrumentos de produção [...] o processo de sujeição da renda da terra ao capital. Esse é o mecanismo básico do processo de expansão do capital no campo. Esse processo se dá quer pela compra e venda da terra, quer pela subordinação da produção camponesa.

Portanto, a relação com capital estará presente em muitos aspectos da vida desses grupos citados acima e é praticamente impossível encontrar um isolamento social absoluto.

O princípio aqui defendido é que tais relações, sempre presentes, serão inevitavelmente marcadas por oposições, resistências, impasses e contradições fundamentais, forjando, na sociedade capitalista, espaço para grupos sociais, "indesejáveis" do ponto de vista dominante minimizarem ou, em situações mais radicais, simplesmente impedirem a acumulação capitalista. O entendimento, por conseguinte, é que a expansão capitalista e a construção de resistências e tradições rebeldes seguem juntas.

Mas a abordagem deste trabalho se quer mais específica e intenta privilegiar a análise de como tais relações e conflitos se expressam na conformação territorial. Como analisa Raffestin (1980, p. 148), um território nunca é exclusivamente o que pretendia esta ou aquela classe social, "mas resulta do jogo multilateral dos múltiplos atores em causa". Nessa linha de pensamento, entende-se que território não é algo dado, anterior à ação humana, não é mero palco ou cenário de conflitos, mas sim o resultado do jogo ou disputa entre as várias práticas e representações territoriais de cada um dos grupos sociais envolvidos em determinado espaço social e econômico. O território, como aqui entendido, é condição e resultado da vida social.

> O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator territorializa o espaço. [...] O território, nessa perspectiva, é um espaço, onde se projetou um trabalho...(RAFFESTIN, 1980, p. 143)

É o trabalho e o uso social que dão qualidades ao espaço e, enfim, o produzem. Uma produção conflituosa, podemos acrescentar ainda com o mesmo autor, realizada por atores sociais carregando interesses, valores e projetos distintos, quando não contraditórios. É a partir dessas questões mais gerais que se insere a pesquisa aqui apresentada.

Partindo de um estudo sobre o projeto de assentamento Canarana, no município de Conceição do Araguaia-PA, e de dados sobre outros assentamentos das regiões sul e sudeste do Pará, pretendeu-se entender os limites do modelo de reforma agrária que vem sendo ali implantado. Buscou-se também compreender como se deu a formação de uma fração de território "reformado" e quais os impasses e as contradições que pressionam no sentido da reterritorialização do capital.

Afinal, bilhões de reais do fundo público foram aplicados para transformar fazendas em terras de reforma agrária e o resultado, a princípio, se mostrava pífio. A rotatividade dos assentamentos chamava a atenção e impunha uma reflexão um pouco mais apurada do que a simples condenação moral daqueles assentados que venderam seus lotes.

Assim, o objetivo principal da pesquisa foi o de procurar compreender a evasão de famílias assentadas e quais as alternativas construídas por aquelas que ficavam. Dentre os fatores conhecidos que causam tal fenômeno da evasão podemos citar o isolamento, a falta de estradas transitáveis, a falta de apoio à produção e as dificuldades de comercialização da produção. Tais fatores pareciam bastante evidentes nos projetos de assentamentos do sul e do sudeste do Pará e obrigatoriamente teriam que ser pesquisados. Mas, no meu trabalho no INCRA, percebia também que assentamentos melhor localizados e com mais estradas sofriam talvez ainda mais pressão para que as terras fossem reconcentradas por fazendeiros vizinhos e capitalistas da cidade. Ficou claro então que os problemas geradores da evasão então não se resumiam às carências dentro dos projetos de assentamentos. A pesquisa teve que se voltar também para a questão da valorização das terras na região e a pressão que isso gerava sobre as terras de reforma agrária.

Por outro lado, no decorrer da pesquisa, comecei a notar que, no PA Canarana e em outros trabalhos que realizava pelo INCRA, se muitos assentados **saíam** dos lotes, muitos assentados também **entravam ou voltavam** para terras de reforma agrária. Assim, as

retomadas e migração de famílias entre os assentamentos também se tornaram assuntos da pesquisa, ao lado da questão da evasão e rotatividade dentro dos assentamentos.

Em relação à obtenção de dados e informações junto às famílias assentadas, foram três as formas mais importantes. A primeira veio dos meus trabalhos realizados pelo INCRA em diversos acampamentos, assentamentos e reuniões com lideranças, sobretudo depois do início da pesquisa. Os dados obtidos dessa forma estão dispersos pelo texto e me ajudaram em muito a construir uma visão mais geral sobre a realidade da reforma agrária no sul e sudeste do Pará[4].

Já a maioria dos dados sobre o PA Canarana foi obtida em visitas realizadas especificamente para esse fim. Ao todo foram entrevistadas quarenta e sete famílias, todas elas visitadas em seus lotes. Vinte e três dessas famílias foram escolhidas em conversas com o Presidente da Associação Canarana, Sr. Lindomar, a partir de alguns critérios estabelecidos por esse pesquisador. Tais critérios foram escolhidos porque eram situações que sabia que seriam encontradas e para as quais eu buscava mais informações. Assim foram visitadas famílias consideradas bem sucedidas na produção escolhida e aquelas que estavam enfrentando dificuldades; famílias numerosas e com filhos trabalhando no lote e famílias compostas por idosos que cuidavam sozinhos de suas terras. Solicitei ainda ao Presidente da Associação a indicação de assentados que buscavam alternativas à pecuária e daquelas famílias que nessa produção ainda apostavam seus esforços. Também foram entrevistados responsáveis por unidades familiares que concentravam mais de um lote e aqueles que já davam notícias de estar querendo se desfazer de sua terra. Em todas essas visitas às casas dos assentados fiz questão de contar com a presença do presidente da Associação e, nas entrevistas, tentar buscar respostas para a situação vivida pela família. A presença do Sr. Lindomar serviu, principalmente nos casos em que a família se encontrava em situação irregular junto ao INCRA, para dirimir qualquer possível dúvida em relação ao objetivo da entrevista. Pelo fato do pesquisador se tratar de funcionário do INCRA bastante conhecido no projeto de assentamento Canarana por certo houve desconfiança por parte dos assentados se as perguntas feitas serviriam para algum tipo de fiscalização ou vistoria. A presença de alguém de confiança da comunidade certificando as finalidades das visitas e das entrevistas certamente desfez qualquer tipo de confusão.

[4] Foram vários os trabalhos que poderia citar e que me ajudaram nessa obtenção quase que involuntária de dados para essa dissertação. Mas, sem dúvida, o principal deles, foi o Levantamento Ocupacional realizado no complexo de projetos de assentamentos Lindoeste-Sudoeste no município de São Félix do Xingu. TERENCE, M.F. Relatório sobre levantamento ocupacional nos Projetos de Assentamento do Complexo Lindoeste/Sudoeste. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo. No Prelo.

Por outro lado, havia a preocupação de que poderia ocorrer algum tipo de direcionamento por parte do Sr. Lindomar na escolha das unidades familiares pesquisadas. Portanto, o restante das entrevistas (vinte e quatro) foi realizado em unidades familiares escolhidas aleatoriamente e sem a presença do presidente da Associação. Justamente para que fosse possível encontrar situações imprevistas. A constatação de que famílias remembravam lotes mantendo as características de uma economia familiar talvez tenha sido a mais importante delas.

Ao lado dessa pesquisa de campo, foi fundamental para a análise da produção dos assentados do PA Canarana um levantamento realizado pelo presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais da Canarana[5]. O Sr. Lindomar, com o intuito de ter subsídios para a apresentação de projetos produtivos junto às autoridades e às agências de fomento locais, realizou um levantamento da produção em todas as unidades familiares presentes no PA Canarana. Tais dados foram disponibilizados para que fossem usados nessa pesquisa[6].

Muitas questões que acabaram se desdobrando em capítulos dessa dissertação não faziam parte do projeto original e foram surgindo no decorrer da pesquisa, tal como a reflexão sobre as origens da "herança camponesa" presente no capítulo 1, que só ganhou importância a partir das entrevistas com os assentados do PA Canarana. Também a necessidade de realizar uma discussão presente no capítulo 3 sobre a dissonância entre o modelo de projetos de assentamentos criados na região e o modo de vida camponês existente entre os assentados, só surgiu a partir da constatação de que muitos assentados são obrigados a burlar a lei para conseguir se reproduzir enquanto camponeses, seja vendendo terras e comprando em assentamentos mais baratos, seja comprando lotes vizinhos para estabelecer seus filhos como assentados.

Portanto, a ordem de apresentação dos capítulos não representa a ordem em que as questões foram surgindo durante o trabalho de pesquisa, mas sim a intenção por parte do autor de construir um cenário que fosse além da busca de causas internas aos assentamentos para explicar as dificuldades enfrentadas pelos assentados para reproduzirem seu modo de vida. Se o objetivo desse trabalho for atingido, os problemas dos "assentamentos" poderão ser vistos

[5] Esse levantamento foi realizado nos primeiros meses de 2011 quando eu ainda nem havia contatado o Sr. Lindomar para me acompanhar. Portanto, a motivação para realiza-lo não teve nenhuma relação com a pesquisa aqui apresentada. Sem dúvida foi uma grata surpresa quando soube da existência do mesmo.

[6] A contrapartida do pesquisador, bastante modesta frente a importância dos dados para a pesquisa, foi a sistematização de tais dados em tabelas e gráficos para o presidente da Associação utilizar em reuniões que pretendia marcar para apresentar suas ideias para a produção do PA Canarana.

como resultados das escolhas que vêm sendo feitas durante décadas em relação à política agrária do país e da regiões sul e sudeste do Pará em particular.

Feitas essas considerações, vamos a apresentação dos capítulos. A presente dissertação foi estruturada em cinco capítulos.

O capítulo 1 procura resgatar alguns aspectos da cultura e do modo de vida camponeses no sul e sudeste do Pará, sobretudo no que diz respeito às formas de apropriação das terras locais até o final dos anos 1950 e início dos anos 1960. A bibliografia utilizada para esse capítulo destaca entre tais formas os roçados itinerantes, as posses camponesas seminômades, a migração em busca das terras libertas e da autonomia do trabalho e os fortes vínculos familiares e de vizinhança. A importância desse resgate é o fato dessas características camponesas, apesar de todos os obstáculos e influências no decorrer das décadas, ainda estarem vivas no cotidiano dos assentados da região estudada, sob a forma de uma ativa "herança camponesa"[7]. Nesse mesmo capítulo é retratada a intensa e rápida privatização das terras que acontece nas regiões sul e sudeste do Pará, primeiramente a partir de medidas tomadas pelo governo estadual paraense, ainda no final dos anos 1950 e em seguida a partir dos subsídios e incentivos proporcionados pelo governo federal durante o início da ditadura civil-militar instalada em 1964. De forma avassaladora, milhões de hectares foram cercados e praticamente doados a grupos de especuladores e/ou grandes grupos econômicos nacionais e multinacionais, majoritariamente do sudeste do país. O que era uma fração de território marcadamente camponesa foi, em poucos anos, por medidas ilegais e/ou violentas, redesenhado para garantir a forma-mercadoria dessas terras e a possibilidade de acumulação capitalista a partir dos negócios ali realizados. Ocorreu uma privatização de terras totalmente fora dos padrões legais e a efetivação do domínio privado por meio de expropriação marcada pela violência, em um processo típico de acumulação primitiva do capital (MARX, 1988, p. 252).

Com isso já entramos no assunto do capítulo 2, no qual objetiva-se demonstrar como os resultados previstos pelos agentes do Estado e pelas grandes empresas capitalistas não se efetivaram. Famílias camponesas expulsas se reorganizaram, se aliaram a outros sujeitos sociais e, por meio de múltiplas formas, enfrentaram tanto "jagunços" privados quanto agentes estatais. O tema principal desse capítulo é a construção e o desenvolvimento de uma verdadeira "tradição rebelde" entre os camponeses do sul e sudeste do Pará. "Tradição

[7] Vale esclarecer que uso o termo "herança camponesa" no sentido de que os atuais assentados do sul e sudeste do Pará reproduzem, com atualizações e variações, claro, diversos aspectos da vida daquelas famílias que há décadas vivem nos campos do sul paraense.

rebelde" é usado aqui nos termos pensados por Thompson, ou seja, as ações camponesas não seriam algo ocasional e fugaz, ainda que dotadas de menor organização. Tal autor, ao se referir a ação direta da população pobre nos "motins da fome" na Inglaterra do século XVII e XVIII, afirma que tal ação, na verdade "não requeria um alto grau de organização. Requeria um consenso de apoio na comunidade e um padrão de ação herdado com seus próprios objetivos e limites." (THOMPSON, 1998, p. 186)

Nada "espontânea", essa "tradição", no sul e sudeste do Pará, será construída tendo como base os vínculos de vizinhança e parentesco entre os camponeses da região, sejam aqueles expulsos pelos grandes empreendimento capitalistas ou aqueles migrantes recém-chegados e sem acesso à terra, então cercadas pelas grandes empresas beneficiadas pela SUDAM. O desenvolvimento da "tradição rebelde" ocorreu com o apoio e a influência da Comissão Pastoral da Terra e dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. A luta dos posseiros ganhou mais força com esses "apoios" e, posteriormente, assimilou também táticas desenvolvidas pelo MST, mas manteve algumas características específicas importantes, tais como a auto-organização, a recusa a um alto grau de hierarquização entre os membros participantes das ocupações e o vínculo e o conhecimento entre as famílias envolvidas na luta pela terra.

É importante salientar que essas características também são revividas nas lutas atuais dos acampados e assentados do sul do Pará. Exemplo disso são as "retomadas" feitas com a iniciativa dos próprios assentados em lotes reconcentrados dentro dos assentamentos. Sempre em pequenos grupos formados por filhos de assentados ou de vizinhos ao assentamento, as "retomadas" estão se tornando frequentes nos assentamentos do sul e sudeste do Pará, pressionando o INCRA a também tomar atitudes nessa direção de desfazer as concentrações de lotes nos assentamentos sob sua gestão. Em um primeiro momento, ainda no contexto da ditadura civil-militar de 1964, a resposta do Estado à construção dessa tradição rebelde foi a militarização da questão agrária. A repressão à Guerrilha do Araguaia será estendida aos camponeses do sul e sudeste do Pará que foram tratados com requintes de crueldade semelhantes aos destinados aos militantes do PC do B integrantes do movimento armado. Torturas, prisões ilegais e assassinatos de camponeses passaram a ser comuns durante e após o término da guerrilha. No bojo de tal repressão foi criado, no ano de 1980, o Grupo Executivo das Terras do Araguaia e Tocantins (GETAT), com amplos poderes para intervir na questão agrária, incluindo poderes para deslocar famílias camponesas de localidades conflituosas para regiões mais distantes.

Os desdobramentos do conflito instalado no sul e sudeste do Pará e seus reflexos na formulação das políticas federais de reforma agrária são analisados no capítulo 3. A política de criação de assentamentos mediante a desapropriação de imóveis improdutivos se tornou, a partir dos governos da "Nova República" e mais intensamente a partir do governo FHC, a estratégia principal do Estado brasileiro frente ao aumento da organização dos trabalhadores, das ocupações de terras pelos movimentos sociais e dos conflitos violentos.

Além de uma síntese do questionamento já realizado por vários autores sobre os dados quantitativos da reforma agrária, sobretudo nos governo FHC e Lula, nesse capítulo realiza-se também uma reflexão sobre a ausência de sintonia entre os modelos dos assentamentos e das políticas de incentivo criadas em relação à "herança camponesa" dos assentados do sul e sudeste do Pará. De um lado o corte geométrico, os lotes "regulares", a rigidez dos limites impostos pela demarcação oficial. De outro as famílias de assentados cujos filhos crescer e passam a precisar de terra para trabalhar oi ainda a família que complementa sua dieta de proteínas com carne de "caça", muitas vezes ausente no "seu" lote devido a forma como foi feita a divisão dos mesmos. O Estado, por meio de suas agências de fomento e assistência, incentiva a inserção nos mercados, o empreendedorismo, a especialização da produção camponesa quando muitas famílias estão preocupadas com sua autonomia e bem estar na "roça", com a sua produção "para o gasto". Claro que há os assentados que especializam a produção e chegam até a comprar mais lotes dentro do assentamento. Mas esse modelo não serve a todos. Essas questões irão ressurgir mais concretamente no capítulo 5, quando as entrevistas com os assentados mostrarão claramente a dificuldade de várias famílias em permanecer em seus lotes.

O capítulo 4 pretende fechar esse quadro em torno da instabilidade dos assentados em seus lotes. Se o "modelo" de projeto de assentamento se choca com a "herança camponesa", a presença de grandes empreendimentos capitalistas próximos aos assentamentos tornam a permanência das famílias assentadas em seus lotes quase um ato de heroísmo. A cobiça das terras de reforma agrária por grandes empresas mineradoras somada à contínua expansão de pecuária produzem uma importante elevação dos preços das terras da região e também dos preços pagos por lotes em projetos de assentamento[8].

No caso das mineradoras que compram terras, chama a atenção os preços pagos pelos lotes, mas ainda mais impressionante são os problemas trazidos para os "vizinhos" que não têm seus lotes comprados e são obrigados a conviver com toda sorte de transtornos ambientais

[8] Ainda que os lotes de projetos de assentamento sempre possuam um preço inferior aquele obtido em terras particulares, tornando-se, devido a isso, um excelente investimento para fazendeiros e capitalistas locais.

nessa verdadeira "reterritorialização do capital". Nesse caso, claramente a visão utilitária da empresa capitalista se contrasta com a visão dos assentados sobre suas terras e da sua busca por vínculos entre os vizinhos.

Em relação à expansão da pecuária veremos que ela torna ainda mais especializada a economia local, induzindo cada vez mais as famílias assentadas a "optarem" pelo gado, devido às facilidades de comercialização desenvolvidas durante décadas na região. A expansão da exploração mineral e da pecuária, ambas na forma de grandes empreendimentos capitalistas, afetam dessa forma toda a **fração de território reformada**, inclusive o PA Canarana, foco central dessa pesquisa.

O capítulo 5 busca situar especificamente no PA Canarana as questões apresentadas nos capítulos anteriores. A herança camponesa, a resistência e a tradição rebelde, o conflito e a disputa entre a apropriação camponesa e a exploração capitalista da terra, a monopolização do território pelo capital e a busca de alternativas produtivas ganham mais concretude nesse último capítulo, a partir de dados empíricos obtidos sobre o PA Canarana. Por meio das falas dos assentados, das estatísticas cadastrais oficiais e do levantamento produtivo fornecido por uma das Associações do PA Canarana, foi possível fazer uma reflexão e trazer à tona os impasses e as contradições vividas pelas famílias do PA Canarana em meio às imposições da economia capitalista circundante. Também estão expostas nesse capítulo algumas saídas e alternativas criadas ou buscadas por esses camponeses com vistas à permanência e reprodução na terra. Nesse último ponto veremos, por exemplo, não só assentados que se "adaptam" às condições impostas e conseguem competir com sucesso no mercado capitalista, como assentados que tentam fugir da inserção no mercado capitalista exercendo a venda "direta" aos consumidores, driblando assim atravessadores e beneficiadores que costumam se apropriar de parte da renda devida aos produtos camponeses. É o caso do "grupo do mel" do PA Canarana e do projeto de polpa de frutas do STR de Conceição do Araguaia.

O leitor verá, enfim, que se continuam e crescem os fatores que instabilizam a presença camponesa no PA Canarana, a persistência e a criatividade das famílias que ali moram mantém acesa a disputa por essa fração do território.

1. Da conquista do território Kaiapó à privatização das terras realizada pela SUDAM no sul do Pará.

1.1. As armas para a conquista do Território Mebengokre: missionários, militares e o comércio.

Toda a área atualmente conhecida como sul do Pará, da margem oeste do Araguaia indo até o rio Xingu, pelo menos até fins do século XIX, era território de povos que se autodenominavam como *Mebengroke* (TURNER, 1998, p. 311).

Os *Mebengroke*, povo ligado ao tronco linguístico Jê, são conhecidos também, em língua tupi, como *Kaiapós*, literalmente "como macaco". Teriam ocupado a margem oeste do Araguaia a partir do início do século XIX, se afastando da expansão da fronteira nacional e de portugueses caçadores de índios que passaram a transitar na margem leste do rio Araguaia. Reza uma tradição desse povo que após a derrubada da árvore de milho apareceram brancos na região e os atacaram. Depois de uma luta na qual os Kaiapós sofreram pesadas perdas, foram para o oeste, atravessando o Araguaia, então fronteira da penetração branca. Existe corroboração histórica para essa tradição.

Segundo Cunha (1998, p.314)

> O primeiro contato registrado com os 'Nhyrykwaye', deu-se com caçadores de escravos portugueses, que os atacaram juntamente com outros grupos jês na área entre-rios Araguaia e Tocantins, em 1810. Pouco depois desses contatos hostis iniciais, esses Kaiapós foram para o oeste, atravessando o Araguaia, então limite da penetração brasileira.

O assédio dos "brancos" ao rio Araguaia aumentou a partir do final do século XVIII e início do XIX devido ao declínio da atividade mineradora no estado de Goiás. Em 1782 foi retirada a proibição que havia de se trafegar pelo rio Araguaia para minimizar o contrabando de ouro. A intenção de reativar a economia da província goiana colocou em primeiro plano a utilização do caminho fluvial privilegiado que era o Araguaia e, por conseguinte, do estabelecimento de contato e pacificação dos habitantes de suas margens (CARVALHO; CAVALCANTI, 2009, p. 5) [9]. Os presídios ou fortes foram um dos instrumentos utilizados

[9] Pacificação que, diga-se, causou efeitos dramáticos em grupos como os Kaiapó Pau D´arco, estabelecidos às margens do rio Pau D´Arco, afluente do rio Araguaia e que já eram dados como extintos enquanto grupo autônomo já na década de 1950. Para mais detalhes ver Moreira Neto (1958).

pelos governos imperial e provincial de Goiás para a instalação e proteção de povoamentos nessa região entre os rios Araguaia e Tocantins e também a oeste do Araguaia. Só nas margens deste rio foram erguidas vinte e uma dessas fortificações.

> O governo imperial, ciente da decadência acentuada da Capitania de Goiás, adotou medidas com o intuito de promover o desenvolvimento da agricultura, da pecuária e da navegação dos rios Araguaia e Tocantins, bem como resolver questões atinentes aos povos indígenas que habitavam às margens do Araguaia, com a criação de aldeamentos que foram estabelecidos ao longo do século XIX.
> Os dois principais rios, Araguaia e Tocantins eram vistos como o caminho, os meios possíveis de fazer aumentar e prosperar os negócios da Província de Goiás com a do Pará. Portanto, fazia-se necessário remover os obstáculos existentes. Era preciso desobstruir os canais dos rios e catequizar os índios. (CARVALHO; CAVALCANTI, 2009, p. 5)

Durante todo o século XIX várias tentativas foram realizadas para a aproximação com os povos Kaiapós. Levados pelo rio Araguaia, missionários (primeiramente os capuchinhos e depois os dominicanos) e outros colonizadores buscaram e em grande parte conseguiram estabelecer relações de várias ordens com as populações que ali habitavam. Seja pela catequese, pela educação escolar[10] ou pelo comércio (troca de ferramentas e miçangas com o destacamento do presídio), com o decorrer dos anos o subgrupo *Kaiapó Irã'a mrayre*[11], ainda que em um processo marcado por avanços e retrocessos, como algumas mudanças de aldeias realizadas pelos indígenas após o contato com brancos, acabou por estreitar as relações com colonizadores. Em uma dessas mudanças das aldeias para o interior, os *Irã'a mrayre* acabaram por se fixar nas margens do rio Pau D'arco, afluente do Araguaia, e passaram a ser chamados pelos missionários e por outros povos indígenas de Kaiapós Pau D'arco. A intensificação dos contatos entre indígenas e missionários teve como principal consequência para os Kaiapó Pau D'arco a perda da sua relativa autossuficiência, dando início à desagregação e ao definhamento desse subgrupo Kaiapó:

> A perda da sua autonomia resultava em parte da necessidade de defesa contra os ataques de representantes da fronteira em avanço e em parte da dependência em relação à sociedade brasileira para a obtenção de bens essenciais, como armas e ferramentas, assim como de artigos de 'luxo' de valor simbólico, como miçangas e panos (TURNER, 1998, p.317).

[10] No ano de 1863 o militar Couto de Magalhães funda uma escola às margens do Araguaia e leva várias crianças indígenas Kaiapós para terem educação cristã.
[11] Além dos Irã'amrayre ("os que viajam em terreno limpo"), os principais povos Kaiapós presentes no sul e sudeste do Pará são os Gorotire, que partiram mais para o oeste e se fixaram na região do Xingu paraense e os Xikrin, fixados mais ao norte, ainda no sudeste paraense. Há várias versões míticas sobre tais divisões, descritas em Cunha (1998, p. 316).

Houve também um aumento considerável de guerras intertribais – tanto entre subgrupos *Kaiapós*, quanto com outros povos, como os *Karajás* - justificadas por essa nova necessidade de obtenção de bens trazidos pelos "brancos" e por vezes obtidos por tribos rivais.

O aumento das guerras, a utilização de sua mão-de-obra nos aldeamentos dominicanos e por colonos brancos[12], a desestruturação de seus costumes e modo de vida – como sua característica seminômade – acabaram por determinar o destino dos *Kaiapós Pau D'arco*[13]. Nas palavras de Silva (2007, p. 3)

> A área de campos naturais que vai da margem esquerda do Araguaia até o início da floresta amazônica e que era habitada pelos Kradaús (Kaiapós Pau D'arco) foi transformada, ao longo das últimas décadas do século XIX, em fronteira camponesa, no começo com a utilização dos índios nessa conversão das terras tribais em terras camponesas e posteriormente com a extinção deles pelo colonizador.

No século XX, as outras tribos *Kaiapós* não atraídas para a missão dominicana, no núcleo urbano de Conceição, foram destinadas a reservas indígenas criadas pelo Serviço de Proteção ao Índio na região próxima ao Xingu – os *Gorotires* – e em uma região um pouco mais ao norte – os *Xikrin*[14].

Resolvido o que alguns governantes da época consideravam o "problema indígena", as décadas finais do século XIX foram marcadas pelo aumento da navegação no rio Araguaia, facilitando o comércio com Belém – ainda que a viagem fosse longa, nem se comparava com as dificuldades de se buscar outro mercado por via terrestre -, a ascensão da coleta do látex do caucho[15] e a efetiva entrada da chamada frente de expansão.[16] Assim, ao lado de pequenos e

[12] "Isso também era cristianizar o índio: incorporá-lo à economia de subsistência ou mercantil organizada pelos cristãos, leigos ou não" (IANNI, 1979, p.16)

[13] Pedindo cuidado em relação a novas "pacificações" que a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia planejava financiar, o antropólogo Moreira Neto (1958, p.51) relembra o destino dos Kaiapós Pau D'arco: "Valerá talvez lembrar como exemplo que dos Kaiapó, a horda do Pau D'arco extinguiu-se totalmente, passando de dois mil a três mil indivíduos em fins do século XIX, a uma única sobrevivente vivendo hoje entre os Gorotire"

[14] Nem nas reservas os índios se viram livres da ganância das fazendas e, em alguns casos, responderam com violência: um relatório da CPT datado de setembro de 1980 informa um desses ataques. Segundo o relato, os índios da reserva Gorotire haviam pedido às autoridades a demarcação de suas terras e a expulsão de invasores, sobretudo moradores da fazenda Espadilha. Como não foram atendidos exigiram eles mesmos a saída dos invasores. "Como o apelo não foi atendido, em setembro, os índios atacaram a fazenda, matando 17 peões que trabalhavam na abertura da fazenda" (BARATA, 1995, p. 71).

[15] "Borracha é a denominação mais geral e corrente para o produto que resulta do látex de várias famílias de árvores gomíferas. Dentre essas famílias de árvores destacam-se a seringa, ou *Hevea Brasiliensis* e o caucho, ou *Castilloa elástica*. Foi o caucho que predominou na área de Conceição do Araguaia." (IANNI, 1979, p.17). Deste último, diferentemente da seringa, só se retira a goma uma vez, causando a morte da planta.

médios criadores de gado vindos do sul do Maranhão, e de agricultores de gêneros voltados para a alimentação, a atividade extrativa foi fundamental para a atração de pessoas para essa região.

É nesse contexto que ocorreu a fundação, por freis dominicanos, do arraial de Conceição do Araguaia, no ano de 1897, que ficou caracterizada como um símbolo da chamada "pacificação" dos *Kaiapós*[17]. Claro que por detrás da sensação de conquista dos territórios indígenas fortalecida pela fundação do arraial continuaram a acontecer confrontos entre roceiros, caucheiros e fazendeiros de um lado, e os indígenas de outro. Durante décadas, já avançando pelo século XX, vão ocorrer conflitos nas regiões vizinhas e ataques esporádicos também próximos à Conceição do Araguaia, reacendendo o temor continuamente expresso em diversos relatos. Em 1940, por exemplo, são mencionadas "correrias" feitas pelos Gorotire contra os habitantes do Xingu e contra habitantes de afluentes do Araguaia e do rio Fresco. Também no mesmo ano, Baldus (1970 apud IANNI, 1979, p 71) [18] afirma que foram encontrados "selvagens" possuindo

> três rifles (...), facão na cintura e que estavam vestidos com a roupa dos camaradas Sr. Jacinto Mota. Este tendo chegado ao local no dia seguinte, reconheceu tudo. Com 40 homens armados que reunira atacou os silvícolas, matando dez deles e ferindo diversos.

1.2. A ascensão da economia extrativa: Conceição do Araguaia como ponto de apoio para caucheiros, roceiros e fazendeiros da região.

A participação da região entre os rios Araguaia e Xingu na primeira fase do ciclo internacional da borracha (1890-1912) teve como principal consequência a diversificação das relações sociais ali existentes, além de uma integração maior com a cidade de Belém, porto

[16] Para José de Souza Martins, na Amazônia oriental, houve dois momentos do que ele chama de frente de expansão: primeiro o deslocamento, juntos, de ricos e pobres para vários pontos da Amazônia: fazendeiros, criadores de gado, seringueiros e castanheiros se deslocavam para vários pontos da Amazônia levando consigo seus "trabalhadores e agregados sujeitos a formas de dominação pessoal e de exploração apoiadas no endividamento e na coação" (1996, p.43). Posteriormente à decadência da exploração gomífera, com a perda de interesse em se desenvolver atividades comerciais na região "a frente de expansão ficou caracterizada como uma frente demográfica de populações camponesas e pobres residualmente vinculadas ao mercado. Ao invés de estagnar, continuou crescendo e se expandindo pela chegada contínua de novos camponeses sem terra originários sobretudo do nordeste, no caso da Amazônia, que foram ocupando as terras real ou supostamente livres da região" (MARTINS, 1996, p.43).

[17] A missão dominicana de Conceição do Araguaia, que se tornou um dos 5 centros de apostolado existentes no Brasil, foi fundada em 1881e abrangia em torno de 200.000 quilômetros quadrados, respondendo pelo sul do Pará e a parte oeste do atual estado do Tocantins.

[18] Baldus, H. Tapirapé (Tribo Tupi do Brasil Central). Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1970, p. 63-64.

utilizado para a exportação da borracha para as indústrias da Europa e EUA. Frei Audrin (1963, p. 88) que viveu na região nos anos 1940, resumiu a situação vivida do principal núcleo urbano do Araguaia Paraense:

> Conceição tornou-se um dos importantes centros caucheiros da região amazônica, sobretudo após o encontro nas florestas dos seringueiros do Araguaia e do Xingu. Era um movimento incessante de tropas chegando de todas as direções, atravessando o rio, parando alguns dias em Conceição antes de afundarem nas matas. Abriam-se casas de negócios, ao longo das ruas traçadas às pressas...(sic) o dinheiro outrora tão escasso corria à vontade....(sic). Os pacatos moradores da vila começaram, por sua vez, a vender a preços inauditos os produtos de suas roças e de seus engenhos.

Numerosos povoados foram sendo formados, servindo como ponto de apoio para aqueles que se aventurariam pela chamada Mata Geral. Eram locais de pouso e abastecimento situado nos campos do Araguaia, no limiar da entrada para a floresta amazônica. O atual município de Redenção, à época localidade pertencente ao município de Conceição do Araguaia, era uma dessas entradas para a Mata Geral. Segundo Silva (2007, p.9),

> Nesse povoado sertanejo que ficava na boca da mata, isto é, no início da estradinha que levava, pela floresta, aos cauchais da beira do Xingu, as tropas carregadas de caucho estacionavam com a finalidade de descanso e reabastecimento de víveres, para posteriormente, seguir viagem até Conceição do Araguaia. Nessa localidade a borracha era acondicionada em batelões e, por via fluvial, descia o Araguaia e o Tocantins até Belém do Pará.

Paralelo ao "boom" da borracha, outro movimento econômico importante e que influenciou muito a economia local foi a migração de criadores de gado do sul do Maranhão para a margem oeste do rio Araguaia. Consequência de um processo migratório com origens nos tempos coloniais, iniciado na Bahia no século XVIII, esses pequenos e médios criadores nordestinos buscavam terra para suas pastagens, pois para eles não havia lugar nas zonas litorâneas tomadas pela economia agrícola exportadora. Um ponto de fixação desses migrantes criadores de gado foi justamente os campos cobertos por pastagens naturais de Conceição do Araguaia que antecediam as áreas de mata, nas margens dos rios Arraias e Pau D'arco:

> Estava portanto iniciado o processo de povoamento da área e a frente pecuarista é que, a princípio, ditaria a forma da atividade produtiva que se instalaria nos campos paraenses do Araguaia. A frente pecuarista que há mais de trezentos anos partira do litoral baiano palmilhando todo o sertão nordestino atinge sua expressão máxima ao chegar à Amazônia Oriental, cruzando os dois grandes rios que poderiam ter obstruído sua marcha –

> Tocantins e Araguaia – e estabelecendo-se nos campos paraenses do Arraias e Pau D'Arco. Somente a grande floresta, com sua hiléia quase instransponível para a tecnologia sertaneja, foi capaz de deter sua marcha pelo interior brasileiro. Tem lugar então um alargamento da fronteira camponesa pastoril, originária do sistema primário exportador, que agora parte do Maranhão, atravessa o Tocantins, ocupando rapidamente as terras compreendidas entre esse rio e o Araguaia, e, nos anos finais do século XIX, atinge a própria margem esquerda desse último rio (SILVA, 2007, p.7).

A atividade pecuária instalada no Araguaia Paraense, nesse primeiro momento, teve como seu mercado quase que exclusivamente o abastecimento das populações que migravam, sobretudo do nordeste, para tentarem a vida extraindo o caucho. As dificuldades à época de transposição dos rios Araguaia e Tocantins com carregamento de gado bovino impediram o acesso a outros mercados. As dificuldades de navegação no Araguaia, conforme pode ser visto na foto 1, faziam com que a chegada até Belém, por via fluvial, fosse impraticável para esse tipo de mercadoria, ainda que servisse para a retirada do látex até os portos da capital paraense.

Passagem no travessão
Embarcação puxada a "cabo de aço"

Foto 1: As dificuldades na travessia do rio Araguaia até as primeiras décadas do século XX [19] (TOURNIER, 1942, p. 21).

[19] Segundo informação colhida com pessoas mais idosas em Conceição do Araguaia, a travessia do rio Araguaia, antes de ser feita por balsas e pela atual ponte que existe próxima à cidade, era feita nos travessões, que seriam pedras naturais existentes no rio e que ficam expostos principalmente no período de seca, entre junho e outubro. Nesses travessões se colocavam cabos de aço que puxavam os barcos.

Até 1912, ano da última carga da goma pelo rio Araguaia nesse primeiro ciclo de exploração do caucho, aqueles que praticavam a atividade pecuária encontravam saída para seus produtos entre os migrantes caucheiros, aviadores, comerciantes, etc.. Essa data marca uma nova virada na vida econômica da região. Do ponto de vista do comércio e das relações mercantis houve uma enorme crise e o declínio da atividade gomífera promoveu um novo rearranjo nas atividades econômicas locais.

Em Conceição do Araguaia houve um forte declínio da população. Terminada a fase de ascensão da economia extrativista, o município contava, em 1911, com "mais de 15 mil habitantes, espalhados pelas beiras do rio, nos campos e nas matas que se estendem em direção ao Xingu" (IANNI, 1978, p.63). Segundo o IBGE, em 1920 Conceição do Araguaia contava com pouco mais de 11.000 habitantes e em 1940 a população do município se reduzira a 4.715 pessoas.

Do ponto de vista econômico, o que passou a existir predominantemente na região do Araguaia Paraense foi uma produção realizada por sitiantes, vaqueiros, pescadores e caçadores voltada para o atendimento de suas próprias necessidades. Conforme Ianni (1978, p. 61):

> O produto do trabalho de uns e outros, agricultores, criadores, caçadores, pescadores, coletores de drogas do sertão e outras destinava-se principalmente ao consumo dos próprios produtores, seus familiares e vizinhos, ou ao comércio local, centrado no núcleo urbano de Conceição do Araguaia[...] No conjunto da economia do município de Conceição do Araguaia, ao longo dos anos 1912-60, predominou o campesinato. Isto é, predominaram os sítios e fazendas, nos quais havia roças e criações destinadas à subsistência dos produtores, os seus familiares, parentes e agregados.

Abandonados pelos patrões seringalistas, os trabalhadores tomaram posse dessas terras devolutas e desenvolveram na região uma cultura de subsistência baseada na chamada "roça de toco". A produção de alimentos como feijão, arroz, milho, mandioca e a criação de pequenos animais servia basicamente para o consumo familiar e, na existência eventual de algum excedente, para a obtenção de dinheiro para a compra de alguns poucos produtos. Sendo assim, o campesinato que se formou no Araguaia Paraense utilizava sua produção fundamentalmente para o alimento cotidiano e com o excedente adquiria alguns bens que necessitava e que não produzia: sal, armas, munição utensílios domésticos, vestuário, quase sempre sem realizar a troca monetária, mas trocando diretamente sua produção com o comércio local ou com algum fazendeiro do qual é agregado (AUDRIN, 1963, p. 43).

Pode-se dizer que nesse momento histórico, com as limitações do mercado local, ainda não predominava a situação que vai ser encontrada mais tarde por Sader (1986), ao pesquisar a região vizinha, no Bico do Papagaio do lado maranhense. Visitando essa parte da Amazônia oriental no começo da década de 1980, a pesquisadora relata uma situação bastante diferente. Sader encontrou à época camponeses produzindo o arroz - principal cultura então produzida – preferencialmente para o mercado, sendo o excedente consumido pela família, assim como as demais culturas produzidas. Na visão dessa autora, que diz ter visto inclusive camponeses comprando arroz em ano de má colheita, após terem vendido toda a safra, tais camponeses já haviam sido enredados nas malhas do capital comercial, representado na região por pequenas usinas beneficiadoras do arroz.

É importante destacar o trabalho de Sader (1986), até para podermos ressaltar as diferenças em relação às décadas anteriores ao momento por ela estudado e também em relação aos dias atuais, que esta pesquisa busca estudar. Mais à frente, no capítulo 5, quando a referência for a produção dos assentados do PA Canarana, ficará claro que a situação predominante hoje se aproxima, ainda que com diferenças, para uma boa parte dos assentados, daquela encontrada por Sader, ainda que em alguns casos encontrados nesse projeto de assentamento a produção predominante seja voltada para o consumo familiar. Em décadas anteriores a enorme maioria das famílias camponesas do Araguaia paraense voltava seu trabalho para suprir o consumo familiar, sobretudo até os anos 1960[20].

Entre os anos 1912 e 1960 houve uma predominância da "economia do excedente" entre as famílias do Araguaia paraense com um breve intervalo nos anos 1940, devido a recuperação da produção do caucho durante o período da Segunda Guerra Mundial. Ao lado dessa produção voltada para o consumo familiar e de um mercado local bastante restrito desenvolveu-se durante essas décadas um modo de viver adaptado a essa região e que está presente no cotidiano de muitos assentados ainda nos dias atuais. As fotos 2, 3, 4 e 5 ilustram alguns aspectos do trabalho e de seus instrumentos, do modo de vestir e de morar existentes no ano de 1993 naquilo que era então a ocupação da fazenda Canarana no município de Conceição do Araguaia. Saberes e práticas herdados da cultura camponesa formada durante décadas na região.

[20] Mesmo em minha primeira visita à fazenda Canarana, já em 1993, essa situação era bastante presente. As casas de pau-a-pique dos ocupantes sempre tinham um cômodo exclusivo para o armazenamento dos mantimentos colhidos na safra anterior, sobretudo arroz e feijão. Ali estavam a previsão de comida para todo o ano e para a utilização no plantio da nova roça, situação diferente da observada por Sader. Nesse caso, as famílias camponesas primeiro previam o consumo da família e depois vendiam o excedente, aí sim nos termos propostos por Martins (1996, p.49) quando fala em "economia do excedente".

Foto 2: Moenda de cana-de-açúcar manual. Autor: Marcelo Terence/1993.

Foto 3: Camponês integrante da ocupação da então fazenda Canarana. Autor: Marcelo Terence/1993.

A pesca, a caça, o modo de construir as casas e de fazer a roça, a adaptação do ritmo da vida à estação das chuvas e da seca, o momento certo de plantar e de colher, são questões cotidianas às quais tiveram que se reabituar os migrantes originários do Nordeste ou do Centro-Oeste do Brasil. Obviamente a miscigenação com os indígenas ali existentes foi de vital importância para a aquisição de tais saberes. As primeiras estradas boiadeiras, por exemplo, foram caminhos anteriormente abertos pelos indígenas (IANNI, 1978, p.75). A experiência dos indígenas na navegação dos rios locais e na previsão dos seus perigos foi também, amplamente utilizada, como relatam os missionários dominicanos em suas andanças pela região (TAPIE, 1930).

Foto 4: Casa camponesa tradicional. Nessa variação feita apenas com madeira e palhas de babaçu. Autor: Marcelo Terence/1993.

Mesmo assim, em geral, o modo de vida desses camponeses do Araguaia Paraense era visto com reservas por missionários e as elites locais de um modo geral. Alheios às exigências da pressa imposta pela acumulação capitalista, habituado à "fartura" proporcionada pela natureza, à abundância de peixes dos rios da região, como também à caça existente nas matas, o sertanejo vai ser tomado por missionários como "lentos", "morosos e negligentes" (IANNI, 1978, p. 98).

Meio sem querer e de um modo tipicamente eurocêntrico, o frei Tournier (1942, p. 34) fez referência a tal miscigenação quando fala da abnegação dos missionários do Araguaia e Tocantins "junto dessas míseras populações meio selvagens, meio civilizadas."

Foto 5: Casa camponesa típica da região, nessa variação coberta de palhas de babaçu e barreada. Autor: Marcelo Terence/1993.

1.3. “A terra absoluta”: a posse nos centros de mata

Do ponto de vista da forma de apropriação das terras na região, até pelo menos os anos 1960, predominou a posse, independente do tamanho da mesma, estabelecidas no que Sader chamou de “Terras Libertas”. Eram terras devolutas, atraentes durante décadas para milhares de famílias camponesas que se fixavam nos “centros de mata”, abriam seu roçado e quando estabelecidas davam início à formação de pequenos povoados com a chegada de novas famílias, conhecidas ou não, convidadas ou aceitas pelas famílias pioneiras da localidade (SADER, 1986). Essas terras eram atraentes também para os criadores de gado já citados, saídos do sul do Maranhão e estabelecidos sobretudo, nos campos próximos aos rios Araguaia e Pau D’arco.

O que explica que inúmeros posseiros camponeses que procuravam terras livres para trabalhar tenham conseguido, nesse momento, se adiantar à contumaz apropriação de grandes quantidades de terras por particulares no Brasil só pode ser a inviabilidade de um empreendimento capitalista se tornar rentável com a infraestrutura existente na região até a década de 1960. A ausência de estradas, sobretudo na estação das chuvas, tornava impossível

o transporte terrestre de mercadorias, restando apenas a via fluvial. Para os mercados do sul e sudeste do Brasil simplesmente não havia como manter relações comerciais frequentes, posto que os períodos de viagem chegavam a semanas quando não chovia. Na estação chuvosa transbordavam rios, córregos e olhos d'água, desaparecendo completamente os caminhos existentes. Frei Tournier (1942, p. 31) calculava em 25 a 26 dias de viagem, nos meses de seca, o tempo necessário para percorrer a distância entre Conceição do Araguaia e a cidade de Goiás. Em tempos de chuva era inviável esse tipo de viagem por meio terrestre, restando a alternativa da utilização dos rios da região. Escrevendo no ano de 1928, ele relata dessa forma as condições de viagem:

> Mais de 2.000 quilômetros separam Conceição do Araguaia de Uberaba. É uma distância enorme, a transpor em pequenas etapas, a lombo de burro, sob um sol de fogo ou chuvas seguidas, sem água potável nas torrentes durante os belos meses de seca, debatendo-se como um pato no meio de cem pequenos rios transbordados durante a estação das chuvas.

Como já foi dito, a repetição de ataques indígenas também foi outro fator que pode ter afastado empreendedores interessados em se situar nessa região. Assim, pode-se dizer que a chamada "frente de expansão" camponesa cumpriu o papel, mais uma vez na história do Brasil, de "amansar" os campos e as matas do Araguaia Paraense, de fazer as "aberturas" iniciais e enfrentar a resistência indígena que durante décadas ainda amedrontava os que se estabeleciam nessa região. Afinal,

> [...]o grileiro só se interessa por uma área se ela preenche duas condições: a presença de estrada e área 'beneficiada', 'amansada', como dizem os camponeses do Bico [...] já o campesinato que migra, pelo contrário, prefere as páreas recobertas pela floresta para situar suas posses (SADER, 1986, p.156)

Portanto, se existiram algumas fazendas nesse período anterior ao intenso processo de privatização das terras que ocorreu a partir do final dos anos 1950, as mesmas eram em pequeno número e não conseguiram restringir a abertura de pequenas posses pelos habitantes mais pobres da região, devido mesmo à abundância das terras devolutas existentes.

Outra característica das posses ou mesmo dos grandes "grilos" ali estabelecidos, era a ausência ou precariedade das demarcações. Predominava assim o que até hoje, na região, é denominado de "limite de respeito", ou seja,

> Havia certa flexibilidade no exercício da propriedade que comportava ocupações alheias sem preço, moradia gratuita, uso sem fiscalização, etc.;

> comportava também o desconhecimento, pelo proprietário, do exato tamanho do imóvel, a indefinição e tolerância quanto aos limites, e às vezes o total desinteresse pela terra, que se convertia em res nullius, em área de ninguém[...]além disso, como o Estado concorria com o proprietário particular, permitindo à larga a ocupação gratuita de seus terrenos devolutos, a oferta de terra era praticamente ilimitada para o homem rural. (IANNI, 1978, p.90)

Da mesma forma, o frei Audrin (1963, p.44), que viveu na região aqui estudada no período de 1904 a 1938, com alguns intervalos, também salienta essa característica da apropriação das terras pelo camponês local:

> [...] se quiserem compreender a natureza da lavoura sertaneja, devem afastar a ideia de parcelas de terreno, adquiridas por herança ou compra, registrada em cadastro, delimitadas e cercadas por arames e valetas. Nem tampouco devem imaginar um solo revolvido anualmente com arados, adubos e semeado por processos modernos afim de preparar e obter fartas colheitas.

As palavras do missionário remetem ao sistema utilizado para o preparo dos solos anteriormente ao plantio, outro elemento importante para caracterizar a lavoura camponesa local. O sistema de queimadas e de roças seminômades, também praticado pelos índios *Kaiapós*, vai ser utilizado por quase todos os camponeses locais, aliás, até os dias de hoje essa ainda é uma forma muito utilizada para o preparo do solo.

A realização de um aceiro para impedir que o fogo se espalhe, a derrubada da mata no machado, normalmente tarefa realizada em mutirão, a queima das árvores derrubadas após algumas semanas em que estas ficaram secando ao sol e o plantio da roça entre os tocos que permanecem no solo, é uma tradição que ainda permanece nos dias de hoje, a despeito de proibições e multas praticadas por órgãos de fiscalização. É a chamada "roça de toco". A justificativa para tão perene tradição é a fertilidade proporcionada pelas cinzas após a queimada. Depende do sucesso da lavoura daquele ano uma queimada bem realizada, não só pela adubação do solo como também para a desobstrução do terreno a ser lavrado. Uma queimada mal feita, uma mata apenas "sapecada" pelo fogo não "limpa" o terreno e impede uma boa lavoura. Na região do Araguaia Paraense, as queimadas sempre são realizadas a partir do mês de agosto. A chuva para no mês de junho. No mês de julho as árvores derrubadas secam e em agosto e setembro o fogo e a fumaça dominavam os campos[21].

[21] Nos dias de hoje essa nuvem de fumaça não se vê quase em Conceição do Araguaia, onde a pequena quantidade de mata existente não permite queimadas de tal extensão, mas em municípios como Marabá, onde ainda há áreas de mata, há mesmo dificuldade de se respirar nesses meses de queimada. No ano de 2007 pude presenciar uma verdadeira nuvem de fumaça cobrir a cidade durante semanas, juntando-se à poluição das indústrias siderúrgicas existentes nessa cidade.

Segundo Audrin (1963, p. 46), havia mesmo uma certa tradição - acerca da qual a minha pesquisa não se encontrou nenhuma referência nos dias atuais - de se começar a queimar em dias precisos:

> Continuam, em geral, os sertanejos a fixar tão importante operação em certos dias consagrados pela tradição, os chamados 'dias de fogo', a saber, a primeira segunda-feira de agosto, data suposta do incêndio de Sodoma e Gomorra (!) e os dias de São Lourenço e São Bartolomeu, santos, dizem, martirizados pelo fogo.

As roças de arroz, feijão trepa-pau, milho, abóbora, melancia, batata, abacaxi, mamão, algodão e mandioca eram feitas entre setembro e outubro, esperando as chuvas que começam entre o final do primeiro e o início do segundo mês[22].

Testemunhos de pessoas que viveram nesse período aqui considerado de predomínio da produção camponesa, situado por Ianni entre os anos 1912-1960, também são bem precisos em caracterizar os roçados desse momento como seminômades. Ou seja, em torno do povoado no qual eram construídas as casas, também se estabeleciam as 'roças-de-toco". Porém, com dois ou três anos de lavoura, até devido às queimadas e à pouca utilização de adubos, a fertilidade do solo diminuía muito e a solução era avançar o roçado mata adentro, fazendo nova derrubada e queimada. A antiga roça era deixada para trás e formando-se ali, passadas algumas décadas, uma mata secundária chamada de "capoeira" ou "capoeirão". São diversos os testemunhos nesse sentido. Vejamos:

> [...]o deslocamento se dá no interior de um território de referência ao redor de um centro, de um povoado. Quando a roça fica distante do centro, a tendência é a criação de um novo centro, ao redor do qual os lavradores abrem suas roças segundo critérios de precedência e antiguidade dos moradores [...] desse modo a fronteira se expande em direção à mata, incorporando-a à pequena agricultura familiar. (MARTINS, 1996, p.41).

Frei Audrin (1963, p.45) reafirma tal característica:

> [...] arrancadas as raízes (da mandioca), para o fabrico da farinha, abandonam essa terra que tantos suores lhes custou, e a roça, ricamente rendosa, transforma-se mais tarde, em capoeira imprestável.

[22] Também eram plantados - e ainda são - por muitas famílias, em canteiros próximos à casa, alho, cebola, coentro, pimenta, berinjela. É o que chamam de canteiro, normalmente cultivado pela mulher. É interessante, e voltarei a falar disso, como esse tipo de cultura dificilmente aparece como resposta quando o assentado é questionado sobre o que ele produz no seu lote. Normalmente foi necessário citar os alimentos para que o entrevistado confirmasse o cultivo dos mesmos. Por não serem produtos mercantis ou por serem considerados de trato feminino, tais produtos não são lembrados?

O filme “Camponeses do Araguaia: a guerrilha vista por dentro” também traz diversos depoimentos nos quais camponeses mais idosos se referem a essa característica seminômade do roçado nesse período de abundância de terras cobertas de “mata” e “livres”.

A queimada e o seminomadismo somados caracterizam um tipo de cultivo que terá grandes dificuldades de ser sustentável depois de privatizadas e delimitadas as terras locais. Como manter ou adaptar tais características em um regime de terras privatizadas e demarcadas ou dentro de um lote de assentamento?

1.4. A privatização das terras do sul do Pará

No final dos anos 1950, em conformidade com as ideias e práticas então vigentes de modernização da economia brasileira, muito em voga principalmente a partir do governo JK, Conceição do Araguaia e o sul do Pará de um modo geral começaram a sofrer alterações importantes em sua economia e conformação social. A construção da rodovia Belém-Brasília, por exemplo, inaugurada em 1960, exerceu um papel fundamental para toda a região do Araguaia Paraense. Localizada a 135 quilômetros de Conceição do Araguaia, essa estrada abriu inúmeras possibilidades de trânsito de pessoas, informações e mercadorias. Produtos dos agricultores locais – nesse momento um dos mais requisitados era o arroz - podiam então ser beneficiados em beneficiadoras locais e revendidos para o comércio de estados do Centro-Sul. Mais do que isso: com o acesso facilitado a região se tornou atraente para investimentos lucrativos por parte de capitalistas de outros estados. Especuladores de terras e fazendeiros-capitalistas procuraram, por diversos meios, adquirir terras no sul do Pará. É nesse contexto que o governo do Pará iniciou um extenso processo de titulação de terras devolutas existentes em sua jurisdição as quais, desde a Constituição de 1891, haviam passado da tutela federal para o domínio dos estados.

Com essa ação de titulação buscava-se a transformação da frente de “expansão pastoril camponesa”, com tênues laços com o setor mercantil, em uma fronteira integrada às necessidades da reprodução ampliada do capital. Na Amazônia oriental, coube o pioneirismo dessa privatização no Pará à região aqui estudada, sobretudo pela valorização das terras devido ao início da construção da rodovia Belém-Brasília no ano de 1956.

Muitos dos títulos de terra foram concedidos no começo da década de 1960, ainda antes do golpe militar. Uma das primeiras localidades a sofrer o referido processo de privatização e titulação foi a região dos campos de Pau D'arco que, como já foi dito, era inicialmente território indígena e depois de criadores de gado e de camponeses, localidade situada às margens da Mata Geral que ligava o Araguaia ao Xingu e à época pertencente ao município de Conceição do Araguaia. Desta forma, terras devolutas e apropriadas por produtores diretos foram, em consequência desses atos governamentais, transformadas em grandes propriedades agropecuárias capitalistas. Os confrontos, a resistência camponesa e os resultados da mesma serão discutidos no capítulo 2.

Caso emblemático desse processo de privatização das terras do sul do Pará, até por ter sido um dos primeiros e um dos que mais vantagens trouxe aos novos proprietários, tamanha a dimensão da área amealhada junto ao poder público, foi a aquisição de uma área de 350.000 ha, no ano de 1962, por parte da recém- formada Companhia da Mata Geral (SILVA, 2009). Em seu notável estudo sobre aqueles a quem chamou de "Bandeirantes Modernos da Amazônia", Silva relata as articulações de dois cafeicultores paulistas – Sr. Lanari do Val e Sr. Nicolau Lunardelli – com os governos estaduais paulista e paraense no sentido de facilitar a compra, por preços módicos, de gigantescas extensões de terras nessa região da Amazônia, com a intenção declarada de plantarem café em manchas de terras roxas ali existentes. Os cafeicultores, porém, já tinham planos de repassarem essas terras para outros fazendeiros capitalistas do Centro-Sul do país após terem explorado a madeira e "formado" as fazendas com a plantação do pasto.

Vale destacar o método utilizado pelos cafeicultores para conseguirem adquirir junto ao Estado o "maior latifúndio paraense de capital exclusivamente brasileiro", atuando nas brechas e à margem da lei e contando com a conivência de vários políticos (SILVA, 2009, p.6). Em 1962 foram apresentados junto aos órgãos competentes do estado do Pará 86 requerimentos para a obtenção de títulos de pleno domínio, cada qual demandando a titulação de 4.356 ha. Desse total foram aprovados 80 títulos pelo governo estadual, cobrindo uma área total de 348.480 ha. Dentre os nomes dos titulares dos requerimentos aparecem diversos parentes, amigos e funcionários dos sócios da Companhia da Mata Geral, com destaque para o nome de Ulisses Guimarães, já deputado federal à época, e de sua esposa, Ida de Almeida Guimarães. Este deputado, portanto, ainda segundo Silva (2008, p. 33), além de ajudar no tráfico de influência junto ao governo paraense para a titulação das terras do Araguaia

Paraense, também serviu diretamente como preposto, como "laranja" dos sócios Lunardelli e Lanari do Val. Havia ainda 19 menores entre os 80 contemplados.

Para concluir o processo de "grilagem" desse imenso latifúndio, foi constituída a Companhia de Terras da Mata Geral (CMTG) e todos os 80 títulos definitivos concedidos formaram o patrimônio da empresa. Lunardelli e Lanari do Val, mentores da fraude, eram os sócios majoritários da companhia, enquanto os demais receberam algumas poucas ações em troca de abdicarem do domínio das terras em favor da Companhia da Mata Geral. Estava, desta forma, consumada a fraude: controlando a empresa, os dois sócios controlavam as terras (SILVA, 2009). Com o domínio da área que ocupa boa parte das terras entre os atuais municípios de Redenção e São Félix do Xingu, a CTMG passou a fazer derrubadas e a plantar capim, formando fazendas e vendendo as mesmas já beneficiadas. Com o recurso obtido, a CTMG passou a investir na criação de gado, como todos os demais beneficiados por esse processo de privatização de terras paraenses conduzido pelo governo do estado:

> A floresta passou a ser abatida para dar lugar à formação de fazendas com padrões criatórios diferentes daqueles predominantes na Amazônia até então, cuja cultura pastoril era de origem nordestina. As novas fazendas implantadas pelos paulistas assemelhavam-se mais com as modernas fazendas dos estados do centro-sul, com pastagens artificiais e rebanhos consideravelmente melhorados por cruzamentos (MOREIRA NETO, 1960, p.90).

Não foram apenas esses dois cafeicultores paulistas que obtiveram títulos definitivos do governo paraenses nesse período ainda anterior ao golpe de 1964. A Tabela 1 mostra a intensidade do processo de privatização das terras da região aqui estudada.

Como se vê, essa verdadeira frente expansionista do capital, formada por fazendeiros e especuladores com a cumplicidade do governo estadual do Pará, mesmo antes da ditadura militar e dos fartos incentivos fiscais concedidos pela SUDAM, conseguiu a titulação de milhões de hectares de terras. Uma parte das mesmas foi ocupada por fazendas de gado zebu, considerado de qualidade muito superior e tratado com técnicas mais "modernas", além de ser um animal de maior aceitação no mercado nacional, em substituição ao chamado gado "curraleiro", antes predominante na região.

Tabela 1 - Terras devolutas vendidas pelo governo do Pará para a iniciativa privada entre os anos 1924-1976.

Período	Títulos	Área Total vendida
1924-1928	126	38.769,6
1939-1943	136	35.604,8
1954-1958	368	60.904,0
1959-1963	1.575	5.646.375,0
1964-1968	267	840.771,1
1969-1973	33	23.725,8
1974-1976	29	91.325,0

Fonte: PEÑAROCHA, 1998, p.56.

Vale dizer que o aspecto "moderno" aqui diz respeito apenas ao trato com o gado e à seleção das espécies a serem criadas. Tanto em relação aos cuidados ambientais como às relações trabalhistas, predominou a pilhagem e a chamada peonagem, assunto que ainda será discutido com mais detalhes no decorrer do trabalho (SILVA, 2009, p.9).

A maior parte das terras adquiridas pelos paulistas, porém, serviu mesmo para a especulação imobiliária. Retirava-se a madeira, sobretudo a madeira de lei, formavam-se os pastos e vendiam-se essas fazendas obtidas quase que gratuitamente do poder público. Esse movimento de pilhagem e especulação cresceram ainda mais quando tiveram início os fortes subsídios da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e houve o aumento do interesse de grandes grupos capitalistas industriais em investir na região[23].

Resumindo: as terras, antes patrimônio estatal e ocupadas por posseiros, tornaram-se, em poucos anos, base para a acumulação capitalista de especuladores e, posteriormente, de grandes grupos industriais e financeiros.

Estava iniciado o que Silva (2008, p. 1) chamou de início do "fechamento da fronteira":

> Nas regiões de fronteira, portanto, a frente pioneira se caracteriza não só como limite do capitalismo no campo, mas também como limite que se expressa no fechamento da fronteira, isto é, no esgotamento de terras devolutas para aproveitamento agrícola ou extrativo por empreendimentos não capitalistas, ocorrendo, assim, a substituição das formas tradicionais de organização da produção.

[23] Processo desenvolvido por especuladores paulistas não muito diferente, é claro, daqueles realizados por seus antepassados, quando do avanço dos cafezais para o oeste paulista, dentro daquilo que MARTINS (1981) chamou de "produção do capital" por meio de relações não capitalistas, como a obtenção das terras por meio de influência política e da utilização de escravidão por dívida como forma de "contratar" a força de trabalho necessária para fazer as derrubadas.

1.5. A criação da SUDAM e os planos do Estado brasileiro para a Amazônia

A criação da SUDAM em 1966 surge do interesse do Estado brasileiro em relação ao desenvolvimento econômico – leia-se expansão das relações capitalistas de produção - na Amazônia. Já no ano de 1953, a partir da lei 1.806, foi criada a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA) com objetivo expresso de "melhorar a produtividade do trabalho e melhor rendimento líquido" dos empreendimentos econômicos locais. Mas a principal tarefa desse órgão foi supervisionar a construção da Belém-Brasília. (SANTANA, 1995, p.64)

Com a ditadura militar iniciada em 1964, intensificaram-se o planejamento e as ações para impulsionar e expandir, por todas as regiões do país, as condições favoráveis para a expansão capitalista. Sob o signo da integração nacional e da diminuição das desigualdades econômicas regionais, diversos planos e órgãos executores foram criados no sentido de aparelhar o Estado, sempre com o intuito de "assegurar a viabilidade e a prosperidade do sistema econômico vigente na forma concebida pelos governantes" (IANNI, 1979, apud SANTANA, 1995, p. 256). Era a chamada "Operação Amazônia", anunciada sempre sob o manto da retórica da manutenção da unidade nacional ao apontar os riscos que os desequilíbrios regionais poderiam trazer e os perigos de interesses estrangeiros ali se instalarem.

Tal política econômica visava, também, diminuir as tensões sociais provocadas em regiões como o Nordeste, sobretudo devido à manutenção da secular concentração de terras. A ascensão da organização dos trabalhadores nos anos 1950 – da qual as Ligas Camponesas e o movimento de Trombas e Formoso foram os exemplos mais simbólicos - que não cessou mesmo após a forte repressão às lideranças pela ditadura militar nos anos 1960, impôs, do ponto de vista do Estado autoritário que se estabelecia, determinada ação no sentido de impedir que conflitos sociais emergissem e pusessem em risco a concentração fundiária e o princípio da propriedade privada da terra. Nos cálculos dos governantes militares e seus asseclas civis havia, inclusive, o medo que tais conflitos superassem os limites da região nordeste (SADER, 1986, p. 32).

Subsídios creditícios, isenções fiscais, indução de investimentos e construção da infraestrutura necessária passaram a fazer parte da política econômica do governo federal para a Amazônia, que agiu no sentido de fornecer condições para que se fizessem os investimentos privados. É nesse contexto que surge a SUDAM. Criado pela lei nº 5.173, tal órgão foi de

fundamental importância para a tentativa de incorporação da região sul do Pará e, de maneira destacada, do município de Conceição do Araguaia, ao território capitalista brasileiro.

> O que se tem visto sob o discurso do desenvolvimento regional é, na verdade, a utilização da Região como "válvula de escape", como foco de atração para toda uma massa de trabalhadores rurais sem terras, que é estimulada a se deslocar rumo ao norte, na tentativa de minimizar a pressão social em áreas nas quais se consolidou um estrutura agrária que urge ser alterada. Finalmente, sob o discurso do desenvolvimento regional, o que se tem visto é toda uma parafernália de políticas de incentivo que acabam simplesmente se transformando em instrumentos de valorização do capital de alguns poucos grupos econômicos (SANTANA, 1995, p. 68).

No mesmo ano da criação da SUDAM, para viabilizar sua atuação, foi promulgada a Lei nº 5174, uma verdadeira dádiva do governo federal para as empresas capitalistas. O instrumento legal previa para as empresas que se instalassem na região "deduzirem até 50% do imposto devido 'para inversões em projetos agrícolas, pecuários, industriais e de serviços [...] desde que localizados na Amazônia Legal e aprovados pela SUDAM'" [24] (SANTANA, 1995, p. 87).

A ideia básica de tal estratégia era a eliminação das chamadas "ilhas de civilização e progresso" existentes no país ou, em outros termos, a homogeneização da economia e sociedade do país, tendo como molde as formas sociais tipicamente capitalistas predominantes nos polos mais dinâmicos da economia do país, sobretudo no Centro-Sul, desconsiderando claramente as peculiaridades da economia e da organização social dos locais onde seriam realizados os investimentos e também não levando em conta as necessidades regionais.

Tais incentivos visavam facilitar a acumulação capitalista visto que "o Estado militar subsidiou o capital para recompensá-lo pelos prejuízos e irracionalidades decorrentes de sua imobilização improdutiva na aquisição de terras" (MARTINS, 1980, p. 83).

A propaganda para que empresários investissem na região amazônica era agressiva e prometia enormes facilidades. Com o título "Toque sua Boiada para o maior pasto do mundo" o governo civil-militar alardeava as vantagens dos investimentos na Amazônia em publicidade veiculada na Revista Realidade:

> Na Amazônia a terra é barata, e sua fazenda pode ter todo o pasto que os bois precisam. Sem frio ou estiagem queimando o capim, o gado fica bonito

[24] Os impostos devidos eram depositados no recém-criado Banco da Amazônia (BASA) e só liberados para aplicação nos empreendimentos agropecuários após a aprovação dos mesmos pela SUDAM.

> de janeiro a dezembro. E, para ir para a Amazônia, você escolhe a ajuda que quiser. Com um projeto aprovado pela SUDAM, sua empresa recebe os incentivos fiscais de milhares de empresas de todo o país. E, com o financiamento agropecuário do Banco da Amazônia, você tem todo o apoio que precisa. (Revista Realidade apud SADER, 1986, p.38)

E foi justamente o município de Conceição do Araguaia o escolhido como foco principal para o início da atuação da SUDAM e da concessão de isenções fiscais e subsídios creditícios. Entre o ano de 1966 até a década de 1980 foram aprovados 34 projetos agropecuários a ser implantados no município do sul do Pará, abarcando uma área de 423.701 ha., com projetos variando entre 2.586 ha a 69.748 ha (SANTANA, 1995, p. 116), ou seja, todos destinados a grandes propriedades.

Dos projetos aprovados e com recursos liberados, apenas 24 foram considerados implantados pela SUDAM e estudos posteriores revelaram que apenas 16% da produção esperada foi realmente realizada (ONDETTI; WAMBERGUE; AFONSO, 2010, p. 260). Informação importante trazida por Santana (1995, p. 106) é que as sedes das empresas dos proponentes dos projetos eram todas de fora da região sul do Pará, tendo oito sede em Belém, duas sede em Goiânia e vinte e uma empresas sede em São Paulo, ratificando o discurso dos governantes de estender o "progresso" do Centro-Sul para outras regiões do país. Os discursos governamentais da época não se esforçavam para esconder o afã homogeneizador da proposta, a partir da expansão do modelo "paulista" de desenvolvimento:

> São Paulo, que no início de nossa história contribuiu decisivamente para fixar os contornos de nossas fronteiras, está chamado agora a dar – com as máquinas de sua indústria, com a experiência de seus técnicos e com as pesquisas de seus cientistas – o grande impulso à Amazônia brasileira e ligá-la definitivamente ao sul e ao leste do país. (Magalhães Pinto, ministro das relações exteriores, apud SADER, 1986, p.33).

Dentre os projetos aprovados pela SUDAM estava fazenda Santa Maria da Canarana, pertencente ao grupo da família Gomes dos Reis e que, posteriormente, deu origem ao Projeto de Assentamento Canarana, objeto principal desse estudo. Essa família obteve ainda aprovação de projetos para nada menos do que seis de suas fazendas: Curral de Pedras, Maria Luíza, Bela Vista, Apertar da Hora e Fazenda Araguaia, todas convertidas posteriormente em assentamentos no município de Conceição do Araguaia. Quanto ao projeto da fazenda Canarana, que será analisado com mais detalhes no capítulo 5, vale aqui destacar que se destinava à plantação de cana-de-açúcar e de produção de etanol e, além da dedução de impostos de renda devidos, obteve ainda financiamento do Banco do Brasil para a sua

implantação. Houve declaração de falência poucos anos depois da obtenção dos créditos, tendo havido muito pouca produção efetiva, aliás, como a maioria dos projetos aprovados pela SUDAM e não apenas os pertencentes a esse grupo.

Mas quais seriam, de maneira geral, as consequências dos incentivos fornecidos pela SUDAM? Podemos destacar três: 1) um elevado crescimento demográfico produzido por uma forte migração vinda do Nordeste e do Centro-Oeste, provocando um aumento populacional espantoso no município de Conceição do Araguaia, com o número de habitantes saltando de 11.283 habitantes nos anos 1960 para 111.551 no início dos anos 1980. Em contrapartida foram criados apenas 1.056 empregos diretos nos projetos agropecuários, todos eles caracterizados pela produção extensiva de gado de corte ou por nem terem saído do papel, servindo como meio de especulação; 2) uma profunda reorganização das relações de produção, ao menos enquanto tais fazendas não foram reconquistadas pelo movimento de luta pela terra. As formas sociais de apropriação da terra foram radicalmente alteradas em poucos anos e toda a sociedade de Conceição do Araguaia e, de maneira geral, do sul do Pará, passaram por profundas transformações[25]; e 3) o crescimento vertiginoso dos conflitos pela terra entre posseiros antigos e recentes, recém-migrados, contra os novos "proprietários" de terras recém-chegados que passaram a expulsá-los, assunto que trataremos com destaque no capítulo seguinte.

[25] "Assim, em 1960-77 ocorre um amplo rearranjo das forças produtivas e das relações de produção. Em poucos anos, o poder público e a grande empresa (apoiada pelo poder público) tornam-se os novos agentes da organização e do dinamismo da vida econômica, política e social do lugar. Em poucos anos conforma-se uma sociedade nova ali, sociedade essa na qual se articulam ou reintegram os componentes preexistentes, forças produtivas e relações de produção" (IANNI, 1978, p. 113).

2. A longa construção de uma "cultura de ocupação": a "tradição rebelde" da classe camponesa no sul do Pará.

> Na história real, como se sabe, a conquista, a subjugação, o assassínio para roubar, em suma, a violência, desempenham o papel principal. Na suave Economia Política reinou desde sempre o idílio. Desde o início, o direito e o "trabalho" têm sido os únicos meios de enriquecimento, excetuando-se de cada vez, naturalmente, 'este ano'. Na realidade, os métodos da acumulação primitiva são tudo, menos idílicos.
>
> **Karl Marx**

> Os pobres sabiam que única maneira de forçar os ricos a ceder era torcendo-lhes os braços.
>
> **E. P. Thompson**

A partir do final dos anos 1960 os beneficiados com os incentivos governamentais passaram a tentar fazer valer os domínios legais de terras que haviam adquirido de especuladores. A chegada dos pretendentes a novos donos do lugar, requerendo terras de posseiros antigos para a formação de fazendas, foi um dos fatores fundamentais para o início, já no final dos anos 1960, de uma longa história de conflitos, disputas e pressões em torno da posse das terras do Araguaia paraense. As moradas e as roças, os laços de parentesco e vizinhança entre os posseiros, a diversidade dos cultivos voltados para o sustento, a complementação da dieta proteica a partir da caça e da pesca teriam, no projeto territorial dos chamados "paulistas" ou "tubarões", que dar lugar às imensidões dos pastos para o gado de corte.

Podem ser identificados dois tipos de novos fazendeiros capitalistas requerendo as terras. Em primeiro lugar, os grandes grupos capitalistas de variados setores econômicos: *financeiro* (Bamerindus, Bradesco, Banco Econômico, Banco Pontual, Banco Arbi, Banco Mercantil, Atlântica Boa Vista), *industrial* (Óleos Pacaembu, Nixdorf, Volkswagen, Manah, Supergasbrás), de *construção* (Cetenco Engenharia S/A, Encol, Andrade Gutierrez), e *madeireira* (Madeireira Agropecuária S/A, Madeireira Araguaia Ltda.-MAGINCO, Madeira União Salobo Ltda.- MUSA). O segundo tipo de empreendimento era composto por *empresas familiares* como as famílias Lunardelli, Barbosa, Bannach, Quagliato, Avelino, Andrade etc. (PEREIRA, 2010, p. 2). Nesse momento, ainda não se falava em ocupações de terras. Até meados dos anos 1970 permaneceu a luta do posseiro, em cima da terra, tentando resistir com a ajuda de amigos, vizinhos e parentes.

Uma constatação grave quanto aos confrontos entre posseiros e fazendeiros é que nas áreas onde houve maior volume de incentivos e benefícios fiscais a violência foi ainda mais acirrada. Segundo Pereira (2004, p.48),

> O número de trabalhadores rurais assassinados em luta pela posse da terra foi maior onde os valores dos incentivos fiscais foram mais altos. A região Araguaia Paraense, com 38,3% do valor dos incentivos, teve 40,6% do número de assassinatos no campo. Desse modo, pode-se perceber que associado à violência rural está, estimulado e financiado pelo Estado, o fenômeno da concentração da terra. (...). Não é mera coincidência o fato de que as áreas mais violentas são, também, as que possuem os piores índices de concentração fundiária e as maiores quantidades de incentivos fiscais concedidos pelo Estado.

Também vale destacar que a tática utilizada pelos expropriadores não se baseou exclusivamente no extermínio de camponeses e suas lideranças. É possível observar diversas formas de expropriação sofridas pelo campesinato ali estabelecido. A compra das terras por valores irrisórios, a soltura de gados ou porcos nas roças dos posseiros, o desvio ou represamento de córregos e riachos, a queima das casas e de pontes, a intimidação feita com o auxílio de pistoleiros ou agentes inescrupulosos do estado e, afinal, o próprio assassinato daquele posseiro que se recusava a deixar a terra, foram - e ainda são - as formas utilizadas por fazendeiros ou prepostos das empresas do setor industrial e financeiro que buscavam "formar" os pastos das novas fazendas. Além desses atos ilegais, muitas vezes o poder judiciário concedeu mandados de reintegração de posse, dando amparo institucional para a ação de destruição de casas e plantações e de expulsão dos moradores[26] (MARTINS, 1984, p. 134)

Murilo Carvalho, em reportagem para o jornal "O Movimento", visitou Conceição do Araguaia no ano de 1975 e deu dois exemplos das táticas dos fazendeiros para se apropriarem das terras dos posseiros. Em um desses casos, acontecido em Rio Maria (atualmente município emancipado de Conceição do Araguaia), um fazendeiro de nome Alcione "doou"

[26] A ação com parcialidade por parte do Judiciário ainda é muito frequente. Houve um avanço institucional com a criação das Varas Agrárias em Redenção e Marabá. A análise das questões tendo como base o direito agrário e não apenas o direito civil ou o direito penal, poderiam levar a que se privilegiassem questões como o não cumprimento da função social da propriedade. Mas tal avanço não foi suficiente para desfazer a aliança de classe que parece haver entre muitos juízes e seus clientes fazendeiros. Para darmos um exemplo, em um depoimento de um engenheiro agrônomo do INCRA de Conceição do Araguaia ele relatou que em uma audiência da Vara Agrária de Redenção, a respeito de um pedido de reintegração de posse feito por um fazendeiro, a juíza que presidia a sessão concedeu a liminar para a desocupação do imóvel sem ao menos consultar as fotos que o referido técnico do INCRA carregava em seu *pen-drive*, fotos essas que demonstrariam claramente a condição improdutiva da fazenda. Segundo o relato, para tornar a atuação da magistrada mais abominável, a mesma teria gastado boa parte da audiência comentando sobre restaurantes de alta gastronomia com os advogados do proprietário.

30 alqueires em suas terras tituladas para que se formasse o povoado e assim os posseiros pudessem para lá se deslocar, deixando desocupada sua fazenda. Muitos não aceitaram e resistiram:

> Lucas Cabral foi um deles. Morador há vários anos em um lote a légua e meia da PA-78, na altura de Rio Maria, Lucas não havia requisitado seu título de posse. Apesar disso resistiu, quando Alcione e seus "vigilantes" o pressionaram para abandonar sua roça, o rancho, as benfeitorias que havia construído. Acabou aceitando uma 'indenização' e mudando para Conceição do Araguaia. Atualmente trabalha 'aqui e acolá, nas fazendas, comendo carne de cabeça de vaca'. O que Lucas faz questão de esconder são as marcas das balas em seu corpo (CARVALHO, 1975).

Em outro caso descrito na mesma reportagem, um posseiro demonstra o ceticismo e as poucas alternativas possíveis para os posseiros:

> João Carlos Milhomem, o Carioca, é proprietário do Loteamento Itaipavas. Ele e 'Barbudo', o chefe do seu grupo de vigilantes, já conseguiram expulsar 39 famílias de posseiros, mas ainda há 6 famílias lá, resistindo. 'A gente não sabe mais a quem recorrer, nós não podemos aguentar a briga sozinhos e se a gente resolve brigar vem a polícia, prende, bate (CARVALHO, 1975).

Também os aliados dos posseiros sofreram várias formas de violências: padres, agentes pastorais, sindicalistas, políticos, incluindo familiares dessas pessoas, sofreram ameaças, tocaias e atentados, levando muitos à morte.

Um relatório da CPT, datado de 31/05/1980, informa sobre uma "tocaia" da qual foi vítima o padre Aristide, do município de São Geraldo do Araguaia: "No correr do mês de maio, o padre Aristide escapou de duas tocaias armadas pelo pistoleiro 'Alissão' a mando da madeireira Impar" (CPT, 1980 apud BARATA, 1995, p. 46) [27]. Outro relatório da CPT, de 16/08/1984, retrata a intimidação feita por pistoleiros às freiras do município de São Domingos do Araguaia: "Na ocasião as freiras foram intimadas a mandar que os posseiros que ocupavam uma área de mais de 900 alqueires, em São Domingos, se retirassem dos lotes, do contrário elas seriam responsáveis pela morte de alguém" (CPT, 1980 apud BARATA, 1995, p. 270) [28]. Também em 1984, em agosto, o líder sindical Ermecino Moraes dos Santos, o "Goiano", foi vítima da violência, desta vez de forma fatal. Líder dos posseiros do município de Jacundá, em disputa de terras com a Eletronorte, "Goiano foi assassinado por soldados da PM, os quais, segundo notícia corrente em Arraias, teriam recebido a importância de CR$1.000,00" (BARATA, 1995, p. 276). Em 1988, em plena "Nova República" foi morto

[27] CPT, "Relação dos Conflitos de Terras no Baixo-Araguaia – Arquivo CPT –Regional Norte II.
[28] CPT, Arquivo Regional Norte II.

o deputado estadual João Carlos Batista (PSB), horas depois de ter relatado aos seus pares da Assembleia Legislativa do Pará que havia sido ameaçado de morte pelo capitão Magela da PM devido a sua atuação na defesa dos interesses de posseiros. Teria dito o capitão: "Qualquer hora dessas, tu vais aparecer com um tiro na cabeça". Horas depois do relato feito à Assembleia Legislativa, no mesmo dia, foi assassinado o deputado estadual (BARATA, 1995, p. 659). Esses são apenas alguns exemplos das violências e arbitrariedades sofridas por aqueles que se alinharam aos posseiros em suas lutas pela terra no sul do Pará.

Os posseiros se viram, então, entre a lei do mais forte, imposta por particulares, e um Estado autoritário que pouquíssimas vezes lhes deu razão[29]. Como afirma Martins (1991, p. 98), também se referindo à Amazônia oriental:

> Nas regiões pioneiras do país, as instituições da ordem pública, como a Justiça e a Polícia, estão com grande freqüência subordinadas à ordem privada. Estamos, na verdade, diante de um coronelismo transfigurado, em que o poder de coerção e corrupção do particular foi imensamente multiplicado pelo poder econômico das grandes empresas subsidiadas e pela privatização de imensas extensões territoriais.

É importante salientar que não foi a simples chegada do expropriador que garantiu uma reação "espontânea" dos que ali viviam. Veremos que desde o início a resistência dos posseiros em permanecer na terra tinha como suporte uma série de relações cotidianas, de vizinhança, de compadrio e de parentesco que propiciavam o mínimo de organização entre os moradores dos povoados, relações essas que vão ser ameaçadas com a chegada da fazenda capitalista. É preciso, portanto, cuidado ao se referir a esse movimento de resistência como "espontâneo". A utilização desse termo faz sentido quando contrapõe ao movimento de colonização oficial ou dirigida, a colonização realizada pelos posseiros, por conta própria, sem a direção de um movimento ou partido, como fazem alguns autores (PEREIRA, 2004, p. 24). Mas tal termo pode ser enganoso se usado no sentido de compreender as ações dos posseiros como ocasionais, sem continuidade, e se não houver o devido destaque aos laços criados entre tais camponeses a partir de suas relações cotidianas e no trabalho. A necessidade da ajuda mútua, no conflito ou no trabalho em mutirão, e a semelhança no modo de vida de uma maneira geral, tanto nas dificuldades encontradas como nos recursos disponíveis,

[29] Vale dizer que após a redemocratização institucional do país têm havido alguns avanços quanto a essas situações. Além das organizações como associações, CPT e STR continuarem ativas nas denúncias de tais fatos, o Estado, ainda que precariamente, criou alguns mecanismos para dar resposta a essa situação. Podemos dar como exemplos as Varas Agrárias de Redenção e Marabá, as Ouvidorias Agrárias, ligadas ao INCRA/MDA e as defensorias Agrárias de Redenção e Marabá.

parecem ter formado uma importante base para a criação de uma cultura de resistência à expropriação no sul do Pará.

Até meados dos anos 1970, nessa primeira fase dos conflitos, disputas, pressões e resistência pela posse da terra, a situação mais frequente era a tentativa de retirada, expulsão ou compra da terra do posseiro já instalado. Os núcleos de moradia, os pequenos povoados, "os centros de mata", como se dizia, tiveram muita importância nesse início de organização dos trabalhadores na luta pela resistência na terra. Para a região do Bico do Papagaio, Sader (1986) destaca o papel das roças comunitárias como uma tática de resistência, até para que pudesse haver revezamento na vigilância enquanto alguns companheiros trabalhavam. Mesmo nos anos 1990, quando já havia várias instituições ligadas à luta, permanecia essa ajuda armada aos vizinhos, como lembram alguns assentados entrevistados no PA Canarana. Em relação a essa questão pode-se afirmar que, desde o início, a resistência armada por parte dos posseiros esteve presente no rol de táticas da luta pela terra no sul do Pará. Ou seja:

> Como os oponentes vinham armados e os posseiros não tinham como esperar ajuda das autoridades, que costumavam favorecer os grandes investidores, com frequência a resistência envolvia a luta armada (ONDETTI; WAMBERGUE; AFONSO, 2010, p. 257).

Mas a luta, nesse ponto, sempre foi muito **desigual**. As armas "por fora", como dizem os posseiros, ajudaram na defesa dos seus direitos de posse. Mas eram simples espingardas de caça, inapropriadas para os confrontos com os donos do capital e até com forças estatais. Já nesse período da luta, muitas vidas foram perdidas. Em entrevista no ano de 1975, um ex-presidente do sindicato, Raimundo Torres, informava do clima que viviam à época:

> Deixei o Sindicato faz mais de dois anos, mas os problemas continuam cada vez mais graves. No começo teve mais mortes, mais violência às claras, agora ficou até mais difícil, porque é tudo meio escondido. Os grileiros aprenderam a usar a força mais discretos, agora os jagunços são 'vigilantes' contratados de firmas especializadas...posseiro que não tiver medo ele morre. (CARVALHO, 1975).

Houve, no período de 1971 a 2004, de acordo com dados da CPT, 772 mortes relacionadas aos conflitos em torno da posse de terras, somente no estado do Pará, a maioria deles nas regiões sul e sudeste deste estado (ONDETTI; WAMBERGUE; AFONSO, 2010, p. 274). Essa verdadeira "invasão" armada, promovida pelos grandes grupos capitalistas do Centro-Sul do país e por fazendeiros da região levou inclusive a alguns autores preverem um processo de fim do campesinato local. Escrevendo no final dos anos 1970, Ianni (1978), fala

em “descamponeização” e “proletarização” definitiva dos posseiros expropriados de suas terras. Se transformariam, na visão desse autor, definitivamente em trabalhadores rurais nas fazendas locais ou migrariam para as cidades da região.

Mas não foi isso que se viu. Inferiorizados no confronto direto e armado com forças policiais e paramilitares, os posseiros deram continuidade à luta de outras formas. A partir de meados dos anos 1970 houve alterações significativas, principalmente em relação à organização e táticas de luta dos camponeses. Um dos fatores importantes para a alteração do quadro foi que, aos antigos posseiros que iam sendo expropriados pela formação das novas fazendas capitalistas, somaram-se milhares de migrantes advindos principalmente das regiões Nordeste e do Centro-Oeste do país. Entre fatos significativos para a migração para o sul do Pará já se apontou a Belém-Brasília, mas há que se destacar as também as inúmeras minas de garimpos que surgiram nas regiões sul e sudeste paraense. Para a região de Marabá, a uma distância de 440 Km de Conceição do Araguaia, devemos destacar as obras da abertura da Transamazônica, a construção da usina hidrelétrica de Tucuruí, o garimpo de Serra Pelada e a exploração das minas da Serra do Carajás. Todos esses fatos irão impulsionar a migração para a região próxima às cidades-polo de Marabá e Parauapebas. Mais próximo de Conceição do Araguaia, teve grande destaque, como atrativo de milhares de pessoas, o garimpo aberto no início dos anos 1980 no município de Cumaru do Norte/PA.

A partir de então não se tratava apenas de permanecer na terra, mas sim de ocupar terras que antes eram libertas e agora estavam encerradas nos limites das cercas das fazendas, não podendo ser ocupadas livremente pelos camponeses migrantes, como era feito até então. Para Pereira (2010), há até um equívoco da literatura sobre o assunto, quando se afirma que teria sido a chegada da “frente pioneira” que teria provocado os conflitos de maior amplitude pela terra no sul do Pará. O agravamento dos mesmos teria ocorrido a partir de meados dos anos1970, quando milhares de novos camponeses migrantes continuaram chegando, vindos principalmente dos estados do Maranhão e do norte de Goiás (atual Tocantins) e não encontraram terras “livres” para ocupar. Aí teriam começado as ocupações das fazendas e os conflitos de maiores dimensões e mais graves. Pereira (2010, p. 7) descreve assim essa nova fase da luta:

> Eram trabalhadores rurais pobres, vaqueiros, garimpeiros destituídos de seus bens de produção em suas regiões de origem que passaram a chegar em busca da terra somando-se às famílias que ali se encontravam. Chegaram à busca da terra e da sobrevivência, [...] estimulados pela propaganda governamental de um lugar de terras sem homens para homens sem terras [...] Analisando informações da CPT de Conceição do Araguaia, detalhadas

> em fichas, relatórios, ofícios e relatos de trabalhadores, foi possível constatar que de 1975 a 1990 ocorreram 211 ocupações de terras em onze municípios do Sul do Pará. Quase todas essas ocupações tiveram alto índice de conflito e violência, como foi o caso das Fazendas Canaã, Tupã-Ciretã, Vale da Serra, Joncon, Batente, Pecosa, Bela Vista, Colônia Verde Brasileira etc.

Quais seriam as características dessas táticas utilizadas nesse novo momento da luta pelos então camponeses sem terra do Araguaia paraense a partir de meados dos anos 1970?

Em parte foram mantidas formas de organização já presentes na vida do camponês da região. A mais importante delas é que tais ocupações não possuíam uma organização centralizada. Diversos atores sociais que participaram dessas lutas e autores que as estudaram são unânimes ao relatar a forma como as mesmas ocorriam. A entrada nas fazendas ocorria a partir da formação de pequenos grupos de vizinhos ou aparentados, conhecedores de notícias de alguma terra que julgassem conveniente ocupar ou que já estava sendo ocupada por outros pequenos grupos, sempre dando preferência às terras com problemas na sua titulação ou claramente improdutivas. A organização era mínima. As "pontas de ruas" das cidades da região sul e sudeste do Pará e os contatos familiares e de vizinhos é que facilitavam a divulgação das notícias sobre qual fazenda que deveria ser ocupada. É importante notar que tais táticas, ainda que entrelaçadas com outras que foram sendo desenvolvidas e aprendidas com outros movimentos, formam até hoje as bases da organização da luta pela terra no sul e sudeste do Pará. Muitos testemunhos se referem ao fato desses grupos buscarem uma maior organização apenas quando da ocupação já consumada.

Segundo relatos de uma agente da Comissão Pastoral da Terra, dificilmente havia participação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) ou da própria CPT na organização específica para a ocupação de uma área[30]. O que ocorria – e ainda ocorre - é que pequenos grupos, normalmente formados apenas por homens, ou mesmo indivíduos isolados, entravam por um dos lados das enormes fazendas e iam rapidamente fazendo derrubadas e formando suas roças, sem dúvida baseando-se na certeza de que o cultivo garantiria a posse da terra, além de propiciar o sustento dos ocupantes. Em geral não havia a prática de formar acampamentos e, devido às dimensões das fazendas, por vezes demorava algum tempo até o proprietário tomar ciência da ocupação.

A tática de formar acampamento, inclusive, parece ter surgido no começo dos anos 2000, muito provavelmente influenciada pela edição da Medida Provisória nº 2.027/2000 que previa em seu parágrafo 6º que "o imóvel rural objeto de esbulho possessório ou invasão

[30] Conforme depoimento de Aninha - Agente da CPT de Xinguara, ao autor, em 10/08/2012

motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado nos dois anos seguintes à desocupação do imóvel".

Com a imposição dessa restrição, o INCRA e a Ouvidoria Agrária Regional ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário passaram a tentar mediar acordos com as famílias ocupantes e os proprietários, fazendo com que a ocupação se limitasse à área do acampamento em troca da assinatura da anuência do proprietário para a realização da vistoria por parte dos técnicos do INCRA. Normalmente, pelos acordos firmados, se o resultado dos laudos técnicos fosse pelo estado de improdutividade da fazenda, a mesma seria encaminhada para a desapropriação. Se o resultado fosse pela produtividade da propriedade, as famílias ocupantes se comprometiam em se retirar e não tornar a ocupar o imóvel[31]. Também a formação de acampamentos foi uma medida imposta como condição para a distribuição de cestas básicas. O acampamento, portanto, não fazia parte das táticas de lutas coletivas construídas pelo campesinato do sul e sudeste paraense. Surgiu induzido pelo Estado e até hoje os camponeses ocupantes das fazendas relutam em permanecer em acampamentos.

2.1. MST no sul do Pará: estranhamentos com as táticas dos posseiros e contribuições à construção do movimento social de luta pela terra.

A tática de formar "acampamentos" vai aparecer também a partir da entrada do MST nas lutas pela terra no sul do Pará, no final dos anos 1980. Juntamente com a ocupação disciplinada e com uma organização centralizada detentora da maior parte das informações sobre o ato a se realizar.

Foram quatro ocupações realizadas nessa época por esse movimento na região: duas no município Xinguara/PA e duas no município de Conceição do Araguaia/PA. Mas para elas ocorrerem, e inclusive durante as mesmas, foram muitas as dificuldades enfrentadas para "enquadrar" as formas de luta dos posseiros aos métodos do MST. Nas palavras de um membro do STR de Conceição, que depois passou a atuar pelo MST:

> O movimento sindical é o movimento sindical e o MST é o MST. O movimento sindical tem sua própria forma de agir, que é diferente do MST. Ocupações grandes e organizadas não eram a prática do movimento sindical. Não era uma questão de discordar dos métodos do MST, mas de ter os

[31] Fato pouco comum na região devido às enormes dimensões das propriedades e a utilização das terras no geral apenas para a pecuária extensiva.

> nossos costumes e o nosso modo de fazer as coisas (ONDETTI; WAMBERGUE; AFONSO, 2010, p. 266).

Um dos principais estranhamentos entre os métodos do MST e o dos posseiros ocorreu justamente na ocupação da fazenda Canarana, que levou a criação do Projeto de Assentamento de mesmo nome. No caso da fazenda Canarana houve ocupações simultâneas, ou quase simultâneas, de grupos independentes que buscavam orientação com o STR e a CPT e um outro grupo, coordenado pelo MST. A fazenda foi dividida entre os vários grupos, porém, quando o MST tentou interferir na produção dos ocupantes, propondo processos de trabalho coletivo, houve grande rejeição dos acampados que não gostaram da proposta. Tal fato acabou diminuindo a força do MST dentro da fazenda e acabou levando à sua retirada[32].

Esse episódio é apontado como fundamental para, já no ano de 1991, o MST se retirar de Conceição do Araguaia e transferir sua Secretaria Estadual para Marabá, onde o movimento se reorganizou fazendo ocupações bastante ousadas, com a escolha de fazendas que pertenciam às elites locais mais poderosas, como a fazenda Peruano da família Mutran, no município de Eldorado dos Carajás e a Rio Vermelho da família Quagliatro, no município de Sapucaia. Atualmente, o MST possui diversas ocupações nas terras da agropecuária Santa Bárbara, do grupo Oportunitty, como a fazenda Cedro em Marabá. Além também de executar diversas ações contra a Companhia Vale do Rio Doce, detentora dos direitos de exploração do minério de ferro da Serra dos Carajás, no município de Parauapebas, vizinho à Marabá, dentro da estratégia mais atual desse movimento de enfrentamento direto ao capital.

A própria rejeição ao modelo proposto pelo MST para a ocupação de fazendas e para a organização da produção, aponta que havia um processo de consolidação de determinada tradição de luta a partir de métodos próprios entre o movimento de luta pela terra em Conceição do Araguaia. Tradição essa um tanto avessa a "métodos organizacionais que provinham em grande parte das experiências desenvolvidas pelo MST no sul do Brasil" (ONDETTI; WAMBERGUE; AFONSO, 2010, p. 269). Uma agente da CPT chega a falar em uma "cultura da ocupação":

> Na medida em que foi dando certo esse método de ocupar, resistir, né, e ir pra luta conseguir as desapropriações, quer dizer, aí os sem-terra da região, o pessoal que tava sem alternativa de trabalho ia espontaneamente[...] – espontaneamente assim, no sentido de que não existia um movimento planejado, organizado, direcionado pra ocupar tais e tais. A gente pode, acho

[32] Conforme depoimento da Aninha, agente da CPT ao autor, em 10/08/2012. Mais detalhes sobre a ocupação da fazenda Canarana serão descritos no capítulo 5 dessa dissertação.

> que a gente pode afirmar que se criou na região uma cultura, acho que a gente pode chamar de uma cultura de ocupação e de uma forma, traduzindo assim, uma forma de quebra do latifúndio e de conquista da terra, né? (MELO, 1999, p. 76)

Por outro lado, a experiência do MST em Conceição do Araguaia deixou algumas marcas importantes, e a principal delas é uma luta feita não só contra o proprietário de terra, mas também pressionando o Estado a se confrontar com o problema fundiário e com a necessidade de se buscar a qualificação dos assentamentos por meio de políticas públicas nos mais diversos setores (saúde, educação, assistência técnica, financiamento da produção, políticas para a comercialização, etc.).

As ocupações de prédios públicos - principalmente do INCRA -, o bloqueio de estradas, a procura pela imprensa, foram táticas de luta trazidas pelo MST - e por outros agentes de mediação, como a CPT – e que vão ser incorporadas à luta direta e violenta travada pelo posseiro. Ampliou-se assim o "repertório de ações coletivas" usado na luta pela terra dos posseiros do sul do Pará. Entendido esse conceito como o

> universo de táticas de protesto e formas organizacionais prontamente disponíveis aos ativistas políticos em um local e momento específicos [...] consiste em um conhecimento compartilhado sobre como fazer exigências a autoridades do governo e outros detentores do poder (ONDETTI; WAMBERGUE; AFONSO, 2010, p. 278).

2.2. O consenso e a legitimação da luta pela terra no sul do Pará

Thompson, ao discutir os motivos, os valores e as crenças presentes nas rebeliões e motins por alimentos na Inglaterra do século XVIII fala de um "consenso" que amparava e conformava as ações mais violentas e radicais dos trabalhadores. O contexto é amplamente diverso, mas é interessante pensar em como a luta pela terra e as ocupações tornaram-se um fato rotineiro e amplamente aceito pelos trabalhadores rurais na história do sul e sudeste do Pará, e de Conceição do Araguaia em particular, até porque a maioria dos que vivem nos assentamentos conquistou a terra em ocupação ou comprou de quem a conquistou dessa forma. Referindo-se aos motins da fome, diz Thompson, "[...] de vez em quando esse consenso popular era endossado por alguma autorização concedida pelas autoridades. O mais comum era o consenso ser tão forte a ponto de passar por cima das causas do medo e da deferência" (THOMPSON, 1998, p.153). Esse tipo de protesto teria então se tornado um

"padrão de protesto social que deriva de um consenso a respeito da economia moral do bem-estar público em tempos de escassez[33]" (THOMPSON, 1998, p.193).

Tais concepções de "consenso" e "noção legitimadora" abrem espaço para que Thompson (1998), nessa e em outras obras, elabore um conceito de "luta de classes" mais aberto, que abrange lutas próximas do cotidiano das pessoas, lutas que não ou ainda não possuem um deliberado caráter antissistêmico e, muitas vezes, nem mesmo "intenções políticas manifestas e articuladas, embora de vez em quando apareçam por pura coincidência (THOMPSON, 1998, p. 193). O fato dos camponeses-posseiros do sul do Pará não terem no início centrado suas lutas na construção de organizações políticas e que, mesmo hoje, ainda consigam, manter acesa essa tradição de ações diretas e independentes, nos permite falar na construção durante décadas de um forte "consenso" em torno das formas de luta pelas terras do sul do Pará. Portanto, a utilização desses conceitos permite que se abra espaço para o entendimento conceitual de práticas de resistência camponesas que, no rigor teoricista por Thompson atacado, não encontrariam lugar.

> Na visão de Thompson, as classes sociais são constituídas por um conjunto de relações entre homens e mulheres e as condições materiais de existência e de exploração em que se inserem; por relações de identidade estabelecidas pelos membros de uma classe; e por relações de aliança ou de antagonismo com as outras classes [...]. Essas relações historicamente definidas são entendidas e trabalhadas em termos culturais (no sentido mais amplo do termo), compreendendo desde o habitus (na acepção de Pierre Bordieu) até a ideologia (não como falsa consciência, mas como visão de mundo) (BATALHA, 2000, p. 196).

Seguindo essa concepção tem-se o entendimento de que as classes sociais e seu comportamento não aparecem como algo acabado exatamente nos moldes em que surgiram no capitalismo clássico europeu, pronto para ser seguido quando os trabalhadores de outros locais atingissem um determinado nível de organização e consciência. Pelo contrário. Sem negar a estruturação da sociedade, fundamentalmente por meio de relações sociais de produção, essa concepção obriga um olhar para as atividades dessas pessoas reais, no seu

[33] Sobre a definição do que chama de "economia moral", explica Thompson (1998,153): "essas queixas operavam dentro de um consenso popular a respeito do que eram práticas legítimas e ilegítimas na atividade do mercado, dos moleiros, dos que faziam o pão, etc. Isso, por sua vez, tinha como fundamento uma visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais, das funções econômicas peculiares a vários grupos na comunidade, as quais, consideradas em conjunto, podemos dizer que constituem a economia moral dos pobres. O desrespeito a esses pressupostos morais, tanto quanto a privação real, era o motivo para a ação direta." 152 "Assim, essa economia moral não se intrometia apenas nos momentos de perturbação social, mas incidia de forma muito geral sobre o governo e o pensamento do século XVIII. A palavra motim é demasiado pequena para abarcar tudo isso".

cotidiano, nas suas relações de vizinhança e compadrio, nos seus enfrentamentos frente à sujeição ao capital mercantil, na busca por alternativas produtivas, nas suas reações às pressões do mercado de terras, no modo como agem quando lotes próximos aos seus começam a ser concentrados na mão de capitalistas pequenos ou médios. Desta forma, a análise ganha instrumentos para destacar valores, crenças e práticas, formulados e/ou herdados, que são mobilizados na justificativa das ações desses trabalhadores contra seus oponentes. É do resultado dessas relações históricas contraditórias que se formam e estruturam as classes.

Se referindo ao campesinato paraense e a essa luta de décadas que vem sendo travada, D´INCAO falou em "movimento social de construção do campesinato paraense" (apud HEBÉTTE, 2002 p. 11), justamente apontando para as características próprias dessa luta e do caráter contínuo e não linear da mesma[34]. Dessa forma, na análise aqui desenvolvida, o aspecto relacional e dinâmico da "formação" das classes é privilegiado em detrimento de uma caracterização estática, determinada apenas pela posição ocupada pelos grupos sociais nas relações de produção em que se inserem, ainda que, claro, não seja desprezada essa posição (THOMPSON, 2002, p. 274).

Entende-se então que os pequenos grupos de posseiros discutidos nesse texto, de organização mais informal que o MST, por exemplo, não devem ser desprezados devido ao seu grau relativamente baixo de organização e institucionalização como movimentos não políticos ou pré-políticos. Mais ainda: devido a sua persistência e permanência no campo, esses grupos sociais, como os posseiros e outros tantos grupos que resistem à expropriação e proletarização, não podem ser concebidos como condenados historicamente devido o desenvolvimento das forças produtivas e das relações capitalistas no campo. Ao contrário disso, na argumentação que está sendo construída nesse texto, entende-se que essas ações apenas são possíveis graças a uma consciência difusa na região sobre os direitos da família camponesa possuir terras e de não ter como destino inevitável a proletarização. Consciência que é resultado de décadas de luta pela terra e de desafio à apropriação privada de grandes extensões. Como afirmam Ondetti et. al. (2010, p. 277), "ao longo dos anos, as táticas dos posseiros foram incorporadas ao conhecimento popular, sendo, assim, facilmente aproveitadas".

[34] Com a ressalva de que a autora, em seu texto, está mais preocupada em retratar as diversas alianças constituídas pelo campesinato no decorrer de décadas, a CPT, muitos intelectuais, os STRs, etc.

2.2.1. A reação armada camponesa: "Risco que corre o pau, corre o machado"

Como já foi referido acima nesse capítulo alguns grupos minoritários de camponeses optaram por enfrentar o latifúndio com armas, respondendo à violência desmedida implantada na região pelos detentores do capital e do poder político.

Com a frase expressa no título desse subitem, um posseiro do Maranhão, integrante da luta pela terra na sua região registrava, em um vídeo dos anos 1980, o destemor de alguns camponeses sem terra em revidarem armados as violências sofridas nas mãos de pistoleiros, vigilantes armados e/ou agentes estatais comprometidos com fazendeiros ou grandes grupos capitalistas que pretendiam monopolizar a terra na Amazônia oriental. Completando a frase, o mesmo senhor dizia que já estava cansado de ver companheiros de luta morrerem com a "bíblia de baixo dos braços". A lembrança desse vídeo é trazida aqui para introduzir um breve resgate de alguns exemplos de resistência armada por parte dos camponeses no sul do Pará.

Acredito que, ainda que tenham sido casos relativamente isolados, seja importante realizar esse breve resgate histórico da ação armada de pequenos grupos de posseiros. Até para que não se tenha um falso entendimento de que tais sujeitos históricos, os posseiros-camponeses do sul do Pará, sejam meras vítimas e que a reação dessas pessoas tenha sido sempre de passividade ou pacificidade mediante as arbitrariedades e diversas formas de violência amplamente cometidas pelos detentores do poder e do dinheiro na região.

A Tabela 2 coloca em números os casos de morte envolvendo a luta pela terra entre os anos 1980-1989 em todo o estado do Pará e, ainda que demonstre o que já foi dito, ou seja, o quão desigual foi e é a luta armada entre camponeses-posseiros e fazendeiros e seus asseclas, esclarece também o que se quer ressaltar nesse item: houve sim reação armada por parte dos posseiros. Seja fazendo emboscadas, reagindo ao fogo de pistoleiros, assassinando fazendeiros à luz do dia, em plena cidade, ferindo policiais federais, trocando tiros no meio da mata ou confrontando abertamente soldados da polícia militar do estado do Pará, a reação armada também teve sua importância na luta dos posseiros do sul do Pará, mesmo praticada por uma minoria daqueles que se envolveram na luta pela terra[35].

[35] BARATA (1995) documenta fartamente e descreve cada um desses casos.

Tabela 2 - Número de mortos envolvidos na luta pela terra no estado do Pará entre os anos 1980-1989.

Ano	Pistoleiros	Fazendeiros	Posseiro	Capataz/Gerente	Soldado/Polícia
1980	5	3	12	2	0
1981	6	0	4	2	0
1982	3	1	14	0	0
1983	2	0	17	0	0
1984	13	5	30	0	1
1985	16	2	27	0	2
1986	12	3	60	2	3
1987	8	1	23	1	2
1988	2	0	18	0	0
1989	1	1	11	0	1
Total	68	16	216	7	9

Fonte: BARATA (1995). Org. Marcelo Terence.

Não é o objetivo deste trabalho fazer um resgate de cada caso de resposta armada dada pelos posseiros camponeses do sul do Pará, mas vamos destacar alguns desses acontecimentos sobre os quais foram ouvidos relatos em conversas informais ou em entrevistas realizadas para essa dissertação. Por motivos óbvios, optei aqui por não identificar os informantes.

O primeiro caso diz respeito a três "pistoleiros" que foram encontrados mortos na fazenda Nazaré, no município de Conceição do Araguaia, então ocupada por grupos autônomos que já haviam buscado apoio no STR de Conceição do Araguaia e da CPT. Segundo o relato colhido, o proprietário dessa fazenda – pertencente à Família Gomes dos Reis, os mesmos proprietários da fazenda Canarana - já havia feito diversas ameaças, exigindo a saída dos posseiros de sua fazenda. Mediante a recusa dos mesmos, ainda segundo o relato colhido, uma caminhonete com três pessoas fortemente armadas com submetralhadoras teria passado a andar pela fazenda ameaçando os posseiros de queimar seus barracos caso não deixassem a fazenda. A questão teria sido discutida entre os companheiros de ocupação e a maioria decidiu por tornar públicas as ameaças e cobrarem da polícia e da justiça atitudes contra tais "pistoleiros". No entanto, um pequeno grupo tomou a decisão de enfrentar com armas tais ameaças. Tocaiados perto de uma ponte danificada, ficaram na "espera", para fazer o ataque certeiro quando o carro diminuísse de velocidade para passar por ali. A ação foi bem sucedida e os "pistoleiros" foram mortos. As armas que estavam de posse dos "pistoleiros" foram apreendidas pelos posseiros. A surpresa geral veio depois: quando foi feita a identificação dos corpos descobriu-se que, na verdade, tais pistoleiros eram três policiais civis do Distrito Federal, certamente a serviço dos donos da fazenda. A versão oficial

tratou de mascarar a situação alegando que os mesmos estavam de férias pescando e foram atacados por assassinos comuns, por simples marginais.

Para desmascarar tal versão, posseiros e seus aliados resolveram devolver as armas, de maneira a não dar margem para a ocultação da prova de que tais agentes policiais do Estado tinham vindo para o sul do Pará não para pescar, mas para atuar como pistoleiros para o dono da fazenda Nazaré. Um dos aliados dos posseiros dirigiu-se para a delegacia de Conceição do Araguaia e, em horário combinado, ficou na presença do delegado local. No mesmo momento foi feito um telefonema anônimo anunciando a aparição das armas em determinado local. O delegado não teve outra opção senão levar adiante a investigação e constatar que as armas eram realmente dos "pistoleiros" da Nazaré, confirmando assim o envolvimento de agentes do Estado a serviço do fazendeiro.

Também ganhou notoriedade na região um ataque feito por posseiros no mês de agosto de 1981, no município de São Geraldo do Araguaia, a policiais federais e funcionários do Grupo Executivo das Terras do Araguaia e Tocantins (GETAT) que faziam serviços de demarcação em uma fazenda[36]. Esse acontecimento foi relatado a mim por ex-funcionários do GETAT e também está documentado em Barata (1995, p.107-109). Não fica claro o motivo do ataque, mas provavelmente ocorreu quando funcionários do GETAT estavam fazendo a demarcação de terras para a regularização fundiária de grandes posses dominadas por fazendeiros denominados José Almeida e Juraci Teixeira. Eram escoltados por policiais federais. Ao se depararem com um tronco caído no meio da estrada, pararam o carro em que estavam e foram alvejados por tiros vindos da mata, sem que pudessem identificar os agressores. No confronto foram feridos três policiais federais e um funcionário do GETAT. Um gerente da fazenda, que acompanhava os trabalhos, também foi atingido e veio a falecer em consequência dos ferimentos. A reação do Estado foi intensa. Houve prisão de 13 posseiros encontrados nas imediações[37]. Poucos dias depois foram presos dois padres franceses, Aristide Camio e François Gouriou "em regime de incomunicabilidade", e foi também mantida em prisão domiciliar a agente pastoral Oneide Costa Lima (BARATA, 1995, p.110). Na repressão houve envolvimento inclusive de agentes do antigo Serviço Nacional de Informações (SNI).

[36] À época dos acontecimentos, o atual município de São Geraldo do Araguaia era um distrito de Conceição do Araguaia.
[37] Ficaram presos nas dependências do GETAT.

2.3. A Guerrilha do Araguaia, o envolvimento camponês e a militarização da questão agrária no sul e sudeste do Pará.

O conflito aberto que se desenhava no sul do Pará no final dos anos 1970 até meados de 1980 era bastante preocupante para os militares, não apenas pela disputa em torno da posse e do domínio das terras locais, que sem dúvida atrapalhava os planos governamentais de que o grande capital alavancasse a pecuária de corte, tornando-a um item importante na balança comercial brasileira. A grande preocupação dos governantes era o extravasamento de tais conflitos e o crescimento da organização dos camponeses para outras regiões da Amazônia e do país. Dessa forma, o Estado agiu no sentido de "evitar a adoção de um novo direito de propriedade, que represente uma restrição ou revogação dos direitos verdadeiramente absolutos dos proprietários de terras nesse país" (MARTINS, 1981, p. 10).

Mas antes que se trate da militarização da questão agrária como uma intervenção direta dos militares nos conflitos que vinham acontecendo, há que se destacar o papel que a Guerrilha do Araguaia também desempenhou nesse processo[38]. Fatos como a resistência armada dos posseiros, inclusive com ataques a forças policiais, sem falar no aumento do número de ocupações por todo o sul e sudeste do Pará, somaram-se, para a preocupação dos governantes militares, ao descobrimento de um grupo de guerrilheiros, militantes do PC do B, que estava fazendo um trabalho de base na região sul e sudeste do Pará e noroeste do atual estado do Tocantins. Tais acontecimentos fizeram não só com que o exército se instalasse na região, criando Batalhões de Infantaria, como também levou as forças militares a se infiltrar nos órgãos agrários, fazendo com que servissem de apoio e espias dos militares[39].

Uma das questões que sempre aparece nos relatos, reportagens, pesquisas e análises sobre esse movimento diz respeito à participação efetiva ou não dos camponeses na guerrilha armada. Este envolvimento foi sempre colocado como uma das questões chaves pelos líderes comunistas para o sucesso da Guerrilha desde a chegada dos primeiros militantes, no ano de 1966. Tanto é assim que entre as atividades guerrilheiras pré-conflito armado, que teve início de fato em 1972, estava a busca, por parte dos participantes do movimento, de conquista da

[38] Quanto a esse movimento já há algum acúmulo de conhecimento, pois a partir de relatos de guerrilheiros sobreviventes e de camponeses que assistiram ou participaram dos acontecimentos, foram realizadas várias pesquisas e investigações, a despeito de todos os limites impostos pela não divulgação e/ou destruição de documentos tidos como secretos e também pelo silêncio da maioria dos militares envolvidos nas operações. Ver, por exemplo: MORAIS; SILVA (2005) e o filme: Camponeses do Araguaia: a Guerrilha vista por dentro, 2010.

[39] Inclusive a figura obscura do Coronel Curió, depois fundador e prefeito de Curionópolis, que chegou ao Araguaia durante o conflito como Engenheiro Florestal do INCRA, utilizando o codinome Marco Antonio Luchinni.

confiança dos camponeses, sobretudo a partir da convivência com os mesmos, seja nos serviços diários da roça, seja nos enfrentamentos em disputas de terras, mas principalmente na prestação de serviços médicos, educacionais, etc. Há ainda controvérsias sobre o tamanho da participação dos moradores locais nos conflitos armados com as forças do exército[40]. Mais certeza se tem que houve solidariedade, acolhimento, oferecimento de comida, de pouso. E também uma perseguição brutal do exército aos que tiveram essa postura com os guerrilheiros. Difícil dimensionar o quanto as ideias e as lutas do movimento guerrilheiro influenciaram o "movimento de construção social do campesinato paraense". Alguma decerto houve. Mas a presença massiva do exército marcou por décadas o sul do Pará. Marcou pela brutalidade com que as forças oficiais agiram nos interrogatórios em que os militares tentavam arrancar informações dos camponeses sobre os guerrilheiros as queimadas de roças e nas torturas contra os camponeses[41]. Marcou ainda pela infiltração militar nos órgãos agrários que também durou até a redemocratização, culminando, nos últimos anos do período ditatorial, na criação do GETAT[42].

2.4. O GETAT

A criação do GETAT representou autêntica intervenção militar na questão agrária. De modo algum interessava aos militares a escalada de violência e conflitos ocorrida no sul do Pará em toda a década de 1970. A repressão aberta contra os camponeses na década de 1970, durante os combates contra a Guerrilha, deram lugar ao que Martins (1984) chamou de "desenvolvimento de um populismo militar no campo" Isso porque ainda que a atribuição dos funcionários do GETAT não fosse fazer a reforma agrária, o que contrariaria profundamente a política fundiária governamental, o fato é que, com os próprios militares chefiando

[40] Segundo Nossa (2012), o PC do B em suas avaliações sobre a Guerrilha teria menosprezado como de mero apoio a participação camponesa. Segundo esse autor houve também a participação efetiva na luta de vários camponeses.

[41] Há vários depoimentos nesse sentido no filme "Camponeses do Araguaia, a guerrilha vista por dentro". Nossa (2012, p. 166) descreve a destruição de vilas inteiras após a prisão dos homens e a expulsão das mulheres e crianças. Sader (1990) mostra que ainda no final dos anos 1980 camponeses que viveram a repressão militar ainda sentiam muito medo de qualquer ação que partisse dos militares ou do governo central de maneira geral, inclusive as campanhas médico sanitárias da ACISO (Ação Cívico Social) eram vistas com certo temor e desconfiança.

[42] IANNI considera que não só a Guerrilha do Araguaia, mas outras ações do PC do B no campo, e sua influência junto aos camponeses, teriam forçado o governo militar a adotar algumas medidas de colonização e de reforma agrária, ainda que com resultados incipientes. (apud MARTINS, 1985, p.51)

pessoalmente os escritórios locais do órgão, houve durante essa época farta distribuição de títulos para posseiros. Tal distribuição, é bom que se diga, foi sempre realizada com um intuito muito claro: a amortização dos conflitos existentes e, muitas vezes, como relatam os próprios funcionários do antigo GETAT, as distribuições e titulações de lotes ocorriam como moeda de troca para a saída dos posseiros de áreas desejadas por fazendeiros[43].

Como relatam moradores mais antigos da região onde atuou o GETAT, esse órgão agiu algumas vezes buscando ou impondo "acordos" entre posseiros e fazendeiros, quase sempre estabelecendo o pagamento de indenizações por benfeitorias realizadas– ainda que impostas arbitrariamente - aos posseiros por parte dos fazendeiros e deslocando os primeiros para regiões mais distantes e não conflitadas. Segundo depoimentos colhidos com ex-funcionários do GETAT, muitas das cidades e vilarejos hoje existentes onde antes era a "mata", na direção do rio Xingu, cresceram demograficamente a partir dessas realocações de posseiros. Ourilândia e Tucumã são algumas dessas localidades[44]. Além de tais ações, não são poucas as falas no sentido de apontar arbitrariedades e violências cometidas por esses funcionários do Estado.

> Além de facilitar-lhes a concessão de terra, os representantes do Estado remanejavam os posseiros de algumas áreas pretendidas pelos proprietários, destinando ou não os posseiros às outras áreas "livres", ou mesmo auxiliavam na expulsão de famílias, queimando as suas casas e destruindo as suas plantações (PEREIRA, 2004, p.62).

Outro ponto a destacar é que nunca o INCRA - nem antes nem depois do GETAT, segundo os próprios funcionários mais antigos que trabalharam nessas duas instituições e também segundo muitos posseiros - teve a mesma estrutura e poder que o extinto GETAT. Só para se ter uma ideia, o número de funcionários no início dos anos 1980 era próximo a 150 no escritório do GETAT de Conceição do Araguaia e hoje, no mesmo escritório do INCRA, são 28 servidores. Um contraste capaz de indicar claramente a atenção e o incômodo gerado nos meios militares por causa da resistência camponesa e, de um modo geral, com a questão agrária no sul do Pará. Obviamente que tal preocupação não se deu por razões sociais, mas

[43] Quando faço referência ao fato do GETAT até atender alguns poucos interesses dos camponeses posseiros da região é para que se entenda a pressão exercida pelos que lutavam pela terra a ponto de conseguir arrancar poucas concessões do Estado autoritário à custa de muitos sacrifícios, apesar da postura totalmente a favor dos fazendeiros dos gestores desse órgão paramilitar. Só a título de exemplo da relação estreita entre o GETAT e os fazendeiros, o Sr. Asdrubal Bentes, hoje deputado federal (PMDB/PA) que foi chefe do GETAT, tornou-se advogado da família Gomes dos Reis, uma das maiores detentoras de terras no sul do Pará.

[44] Embora Tucumã tivesse sido fundada a partir de um projeto de colonização particular da construtora Andrade Gutierrez, o mesmo não se desenvolveu e acabou descaracterizado a partir de ocupações "espontâneas" de posseiros e dos deslocamentos de posseiros realizados pelo GETAT.

devido ao enorme potencial conflitivo dessa questão. Tais números indicam também o descaso dos governos civis em instrumentalizar a instituição responsável pela realização da reforma agrária no país.

2.5. A luta e os conflitos continuam no sul do Pará

Se o "movimento social de construção do campesinato paraense" começou há décadas e causando temor nos dirigentes militares nos anos 1970 e 1980, ainda hoje ele perturba a "Paz no Campo" do sul e sudeste do Pará com ações como ocupações de fazendas, ocupações de prédios públicos, retomadas de lotes concentrados em assentamentos feitas na marra, etc.[45]

As ocupações na região não arrefeceram tanto quanto em movimentos mais institucionalizados[46]. Houve recuos pontuais como no ano de 2009, com nenhuma ocupação no município de Conceição do Araguaia, mas este pode ser considerado um ano atípico devido a um fator importante: houve desmobilização temporária da Liga dos Camponeses Pobres do Araguaia Tocantins (LCP), um dos movimentos que mais atuou nos últimos anos. No final de 2009, o Sr. Luís Lopes, principal liderança da LCP na região, foi assassinado, e outro líder importante, o Sr. Genival, foi ameaçado seriamente de morte, o que o fez deixar de participar mais diretamente da organização. O mesmo ocorreu com outras lideranças, desorganizando bastante o movimento. No entanto, em Santa Maria das Barreiras, um município vizinho à Conceição do Araguaia, houve duas ocupações importantes integrando 550 famílias, nesse mesmo ano de 2009[47].

[45] "Paz no Campo" – foi o nome de uma operação militaresca realizada no ano de 2007 em várias fazendas do sul do Pará na qual foram envolvidas a polícia militar do Pará, a polícia federal e a Delegacia de Conflitos Agrários (DECA) de Redenção. Realizada para atender ao clamor dos latifundiários e da bancada ruralista que pressionavam inclusive para que houvesse uma intervenção federal no Pará devido ao fato do governo Ana Júlia não cumprir mandados de reintegração de posse. Cedendo à pressão, o governo estadual coordenou tal operação. Houve muitos protestos por parte dos camponeses e seus movimentos, acusando as forças policiais de truculência e desrespeito aos direitos humanos.

[46] Ariovaldo Umbelino OLIVEIRA (2007, p. 174) faz referência à diminuição da combatividade dos movimentos sociais no Brasil, sobretudo no que diz respeito ao MST: "Como conseqüência, ocorreu o refluxo das ações políticas da ocupação de terra e acampamentos pelos movimentos sociais. Aceitou-se a análise conjuntural de que 'vivia-se um período de descenso das lutas de massa'. Por isso, em 2005 caiu o número de famílias nas ocupações de terra e na formação de novos acampamentos. É estranho observar a passividade da aceitação dessa realidade em um período de plena crise do agronegócio, e com ela, a nova tese de que 'a luta contra o capital é mais importante que a luta pela terra'. A mudança do eixo gerou a derrota da reforma agrária no governo Lula sem que nada fosse feito, e, a vitória do agronegócio [...]".

[47] É importante uma observação esclarecedora em relação a esses dados da CPT: quando os dados se referem ao número de famílias não significa que todas elas participaram da ocupação ou permaneceram na área. Sobretudo naquelas situações de conflito mais intenso, no qual os posseiros são impedidos de demarcar seu lote e começar

Dados oficiais da Ouvidoria Agrária Regional de Marabá que presta assistência aos acampados demonstram a continuidade da luta. Os números da Tabela 3, referente às fazendas que estavam ocupadas e ao número de famílias integrantes dos acampamentos em setembro de 2012 demonstram um contingente significativo em busca de terra para o trabalho.

Tabela 3 - Número de Fazendas ocupadas e de famílias ocupantes, na área de jurisdição da SR (27), da Unidade Avançada de Conceição do Araguaia e no município de Conceição do Araguaia, em setembro de 2012.

Jurisdição da Superintendência Regional de Marabá		**Jurisdição Unidade Avançada de Conceição do Araguaia**		**Município de Conceição do Araguaia**	
Fazendas	Famílias	Fazendas	Famílias	Fazendas	Famílias
111	8.356	33	2.021	12	507

Fonte: Sistema de Famílias Acampadas (SIFA)/OAR/MDA. Org. Marcelo Terence

Mas não são apenas as ocupações que continuam. A violência dos proprietários e seus aliados também. Para se ter uma ideia, no ano de 2010, só na fazenda Vale do Rio Cristalino (fazenda que pertenceu à empresa Volkswagen nos anos 1970 e 1980), situada nos municípios de Santa Maria das Barreiras e Santana do Araguaia, a CPT denuncia que

> De maio a outubro de 2010, 04 trabalhadores rurais, cujos nomes constariam numa "lista" de marcados para morrer, foram assassinados na área ainda não desapropriada da Fazenda Cristalino, ocupada por cerca de 600 famílias desde 2008[48].

As vítimas foram: o lavrador **Paulo Roberto Paim**, morador do Retiro 5 da fazenda Cristalino, assassinado em 28 de maio de 2010, na estrada do Retiro 5; **José Jacinto Gomes**, conhecido como **Zé Pretinho**, posseiro do Retiro 7, encontrado morto na sua própria roça, com diversos hematomas no corpo em junho de 2010; em 22 de outubro de 2010 foi a vez de **Givaldo Vieira Lopes**, morto por dois tiros quando estava andando sozinho, de motocicleta; por fim, **Lourival Coimbra Gomes,** também conhecido por "Baiano", cujo corpo foi encontrado no dia 24 de outubro de 2010 na sua própria casa, com a cabeça decepada[49].

sua produção, ficando agrupados em acampamentos, normalmente não ficam todas famílias acampadas. Os integrantes das famílias se revezam, até porque têm que continuar trabalhando, posto que a assistência do governo é apenas composta por cestas básicas e sem nenhuma regularidade no seu fornecimento, como pude acompanhar quando trabalhei na Ouvidoria Agrária Regional na Superintendência Regional de Marabá do INCRA. Esse número de famílias, portanto, refere-se ao número fornecido pelas associações de pretendentes daquela terra, e dos que necessitam do fornecimento de cestas básicas.

[48] Nota emitida pela CPT de Xinguara, 2010.

[49] Idem.

Outro caso, também denunciado pela CPT de Xinguara, ao mesmo tempo que é exemplar e corriqueiro desse tipo de ação da polícia, choca por tratar-se de fato acontecido há poucos dias do final do ano 2011, ainda sob o governo estadual do Partido dos Trabalhadores, quando a impressão é estarmos lendo sobre um acontecimento dos anos 1970 ou 1980, em plena vigência dos desmandos ditatoriais no Brasil:

> No dia 25 de dezembro, por volta do meio-dia, 7 (sete) homens encapuzados e fortemente armados despejaram 45 famílias do Acampamento São José, localizado na fazenda Cruzeiro Novo, distante 20 Km da Vila Alacilândia, no município de Conceição do Araguaia. A fazenda tem como suposto proprietário Milton Gomes de Oliveira, deputado estadual do Estado da Bahia. Embora o Juiz da Vara Agrária de Redenção, tenha concedido uma liminar, em 25 de novembro, em favor do fazendeiro, o grupo armado sequer esperou que o juiz determinasse a ida de um oficial de justiça ao acampamento, acompanhado de policiais militares para o devido cumprimento da ordem judicial, conforme determina a lei. De acordo com informações dos acampados, quem comandava ação ilegal eram: um capitão da Polícia Militar de nome "Seade" e um policial civil de nome "César", ambos lotados em Conceição do Araguaia. As famílias foram expulsas para fora da fazenda e homens armados passaram a fazer vigilância na propriedade para impedir a volta dos trabalhadores.[50]

Feitas as observações acima sobre o fato descrito na nota da CPT, o que mais interessa com a narração destes acontecimentos é ressaltar a continuidade dessa luta feita por ocupações de terras em Conceição do Araguaia e em toda a região sul do Pará.

2.6. As retomadas de lotes

Outra forma de luta pela terra que começa a ganhar uma dimensão importante e que demonstra o dinamismo e a vitalidade da luta dos camponeses do sul paraense é aquilo que venho chamando de "retomada na marra" dos lotes concentrados dentro dos assentamentos. O município de Conceição do Araguaia, até por ter assentamentos federais ainda das décadas de 1980 e 1990, enfrenta sérios problemas de concentração de lotes vendidos pelos assentados que não conseguem permanecer na terra. As causas da existência da venda de lotes de assentados são muitas. Dentre elas podemos destacar a importante valorização das terras no sul do Pará, a ineficácia da ação do Estado no que tange à prestação de infraestrutura e

[50] Idem.

assistência técnica e as dificuldades de comercialização dos produtos do trabalho familiar[51]. A discussão feita nesse item, no entanto, pretende centrar suas observações na reação dos camponeses a esse fato e na importância dessa reação no que se refere ao processo de reforma agrária.

No caso das retomadas feitas pelos próprios assentados, é interessante observar como a lei e o aparato estatal são usados pelos trabalhadores rurais na defesa do domínio estatal das terras dos assentamentos e da sua concessão para quem nelas quiser trabalhar. Isso nos leva a problematizar e relativizar análises que veem no aparato legal apenas a realização dos desígnios do capital e não um espaço de conflito no qual podem, sob pressão popular, estar presentes também pretensões das classes trabalhadoras, ainda que, obviamente, o mundo legal seja um campo hegemonizado pelas forças da ordem e do dinheiro. (THOMPSON, 2002, p. 158).

Tive a oportunidade de acompanhar um desses casos de "retomada" como técnico da Unidade Avançada de Conceição do Araguaia. No PA Pecosa, localizado no município de Conceição do Araguaia, um grupo de sete jovens, todos filhos de assentados de áreas vizinhas, organizou um mini acampamento com suas famílias em um lote cedido por um amigo e contíguo a uma área de sete lotes reconcentrados por um assentado que tornou-se um pequeno fazendeiro. Em uma noite o grupo tentou a ocupação, entrando apenas os homens em um canto da pequena "fazenda" e construindo um barraco. Foram rechaçados à bala e tiveram seus pertences queimados por vários pistoleiros contratados especificamente para essa ação, sendo um garoto de dezessete anos baleado na perna. O grupo recuou para o pequeno acampamentos e, só então, depois de tentarem a ação direta, procuraram o INCRA, a Ouvidoria Agrária de Conceição do Araguaia e a Delegacia de Conflitos Agrários de Redenção. Nos moldes da ação já tradicional entre os camponeses da região não foi uma ação coordenada por nenhum grupo ou movimento mais organizado. Partiu da iniciativa dos próprios jovens filhos de assentados essa ação. Mas poderia ser considerado, por isso, um ato isolado ou casual?

Ao que parece, não. Vejamos outros casos. A seguinte notícia saiu dia 13/08/2010 em "blog" regional e demonstra o resultado da pressão dos trabalhadores. O jornalista destaca apenas a ação do INCRA, sem dúvida devido à luta camponesa[52]·:

[51] Uma discussão mais alongada sobre a valorização das terras na região será feita no capítulo 4 e sobre a ineficácia da ação do Estado e as dificuldades de comercialização haverá uma análise mais detida no capítulo 5.
[52] Disponível em http://www.zedudu.com.br/?cat=135, acesso em 28/10/2010.

> Mais sete famílias de agricultores do sul do Pará foram assentadas regularmente no Projeto de Assentamento Novo Araguaia, município de Conceição do Araguaia. Os lotes estavam concentrados com apenas uma pessoa e a Superintendência Regional do Incra do Sul do Pará fez a retomada administrativa[53]. Entre os trabalhadores rurais recém-assentados, está a família do senhor Marcolino Dias. 'Agora tenho um lugar para mim e minha família, onde podemos morar e conseguir nosso sustento', comemora Dias. Esta é a quarta ação de retomada de lotes e assentamentos de famílias da Unidade Avançada do Incra de Conceição do Araguaia, somente neste ano. Recentemente, a equipe da Unidade Avançada do Incra de Conceição do Araguaia, realizou o assentamento de oito famílias no Projeto de Assentamento Pecosa, um dos mais antigos da região.

Só no município de Conceição do Araguaia aconteceram fatos semelhantes a esses nos PAs Canarana (dez lotes), Joncon Três Irmãos (cinco lotes), Arraias (seis lotes) e Novo Araguaia (sete lotes), dentre outros. São todos casos de concentração de lotes dentro de assentamentos e que sofreram a ação desses pequenos grupos analisados.

Tive oportunidade de fazer uma visita aos lotes "retomados" no PA Novo Araguaia. Esses lotes estavam de posse de um senhor que tem uma fazenda nos fundos do assentamento. Alegando querer ter um melhor acesso à estrada ele foi comprando terras de assentados até reunir um total de sete lotes. Tendo notícia sobre esse fato, muito provavelmente por meio de vizinhos do próprio projeto de assentamento, um grupo de famílias se dirigiu ao INCRA no ano de 2010 para pedir informações sobre aquelas terras ilegalmente ocupadas pelo fazendeiro, segundo o próprio técnico do INCRA que os atendeu[54]. Ao saberem da irregularidade as famílias ocuparam os lotes e construíram seus barracos. O fazendeiro ainda foi ao INCRA, mas ao ver que não teria o apoio do órgão fundiário resolveu desistir da questão. Dentre as famílias que fizeram a ocupação havia um funcionário do fazendeiro, duas famílias aparentadas dele e duas famílias que já haviam tentado ocupar terras dentro de concentrações ou terras abandonadas em outros assentamentos.

Dois desses lotes foram encontrados sem ocupantes. Em um deles havia uma roça de abacaxi, mas o dono morava em Conceição do Araguaia e apenas cuidava da roça. No outro lote sem ocupante não havia nenhuma plantação ou criação.

[53] Oficialmente a retomada pode ser administrativa ou judicial. A primeira acontece normalmente quando a pressão camponesa faz o "reconcentrador" de terras abrir mão da sua aquisição ilegal, ou, mais raramente, quando a pressão do INCRA faz o mesmo desistir de investir em algo de futuro incerto. Por outro lado, a judicial é extremamente morosa e muitas vezes a sua execução, depois de anos, se torno impossível pois os lotes podem ter sido vendidos a terceiros.

[54] Esse técnico do INCRA, cujo nome não revelo por razões óbvias, é um dos poucos na Unidade Avançada de Conceição do Araguaia, que em casos semelhantes, encoraja o trabalhador sem-terra a "retomar" as terras e apoiá-los na contenda com os concentradores de lotes.

Já nos demais lotes foram encontradas mudanças importantes. A foto 6 mostra uma família ocupando lote onde antes existia apenas pasto.

Foto 6: Casa construída onde antes eram apenas pastos.
Autor: Marcelo Terence. Agosto de 2012.

A fala dessas famílias repete a reclamação sobre as dificuldades de se fazer apenas com o trabalho braçal a transição do pasto formado para algum tipo de roça, mas mesmo assim já há pequenas roças de mandioca (Foto 7) em três dos lotes. Também há roças de abacaxi (Foto 8), conforme se vê abaixo.

Fotos 7 e 8: Roça de mandioca e roça de abacaxi aberto no meio do antigo pasto da "fazenda".
Autor: Marcelo Terence. Agosto de 2012.

Infelizmente, devido à demora do INCRA em homologar a inclusão dos nomes dessas famílias na Relação de Beneficiários as mesmas ainda não tinham tido acesso ao Crédito

Habitação e ao PRONAF, obrigando-as ainda a viver em condições precárias, como podemos observar nas fotos 9 e 10.

Fotos 9 e 10: Casa de Tábua da Sra. Eva e seus quatro filhos e a casa "apertada" da Sra. Luan.
Autor: Marcelo Terence. Agosto de 2012.

De qualquer forma, podemos dizer que a retomada de lotes dentro de projetos de assentamentos é mais uma forma criativa dos camponeses lutarem pela terra no sul do Pará. É a soma dessas lutas, a permanência das mesmas por décadas, a invenção de novas táticas e a reutilização sistemática de métodos antigos de luta que demonstram a construção lenta e contínua de uma classe. Trata-se de um processo permeado de contradições, de avanços e recuos, mas de efetivo e contínuo reconhecimento da identidade de interesses e valores entre essas famílias, materializada na luta para entrar e permanecer na terra e, se for o caso, voltar a ela. Uma verdadeira **tradição,** ao mesmo tempo *local*, pois construída na vivência cotidiana, e *nacional*, dado o diálogo com os movimentos sociais e as federações sindicais. Trata-se, pois, da constituição de uma classe na luta. Como reafirma Thompson (1997, p.10)

> A classe acontece quando alguns homens, como resultado de suas experiências comuns (herdadas ou partilhadas) sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus [...] a consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais.

Com tudo isso, podemos dizer que o camponês-posseiro deixou de ser apenas um camponês morador em terras devolutas. No linguajar cotidiano, nas conversas entre amigos, parentes e vizinhos, "posseiro" passou a designar aquele que ocupa fazendas, as terras então cercadas do sul do Pará, resiste nessas terras e cobra do Estado o seu assentamento. Mais do

que um grupo social, o conceito de posseiro, devido à luta desenvolvida, ganhou status político, daquele que tem participação ativa no movimento de luta pela terra na região.

2.7. STTR e CPT

É importante destacar que esses grupos que passaram a ocupar terras sempre se autoproclamaram como autônomos, ainda quando buscaram apoio da CPT e dos STRs. Mesmo nessas situações as decisões políticas continuaram pertencendo aos principais sujeitos dessa luta, aqueles que realizavam as ocupações. Quem participa do ato da ocupação é quem decide os rumos dali em diante. Isso não diminui, de forma alguma, a importância que tiveram os chamados "agentes de mediação" nas lutas pela terra no sul e sudeste do Pará e especificamente no município de Conceição do Araguaia. A CPT - criada em 1975 - foi formada em grande parte sob a influência de bispos e padres que pregavam na região da Amazônia oriental. As prelazias de São Félix do Araguaia e de Conceição do Araguaia sempre formaram a vanguarda desses religiosos que passaram a defender os posseiros e sem-terras em suas lutas, mas também a partir de um movimento de renovação por parte de alguns setores da Igreja ligados ao movimento que veio a ser conhecido como Teologia da Libertação[55].

Muito além do envolvimento nos atos de ocupação em si, leigos e religiosos ligados à CPT tiveram um papel de provocar discussões e levar para dentro da comunidade informações e debates que colocassem em questão o monopólio da terra dos grandes fazendeiros e capitalistas recém-chegados. Em reuniões de moradores de bairro, em novenas, em missas, em encontro de jovens e de mulheres ou mesmo em conversas informais do cotidiano, leigos, padres e bispos ligados à CPT ajudaram a construir essa espécie de "consenso" em torno de um lema simples, direto e mobilizador: "Terra para quem nela trabalha".

Muitas lideranças locais surgiram das celebrações e reuniões promovidas pela CPT. Em entrevista concedida para esta pesquisa, por exemplo, um ex-presidente do STTR de Conceição do Araguaia, Sr. Anilson, relatou ser filho de camponeses e que seu pai não

[55] POLETTO (2010, p.137-158) ressalta que a CPT não nasceu exclusivamente do envolvimento dos bispos e padres da Amazônia na luta pela terra, mas da convergência dessa participação dos prelados da Amazônia com um processo que vinha sendo vivido internamente pela Igreja Católica. Cita como marcos históricos desse processo o Concílio Vaticano II (1962-1965) e a Conferência dos Bispos da América Latina realizada em Medelín, no ano de 1968.

possuía extensão de terra suficiente para que ele pudesse trabalhar e constituir sua família e teria sido nas participações nas Comunidades Eclesiais de Base que ele passou a participar mais ativamente da luta pela terra[56].

Porém, o aspecto que deve ser mais destacado em relação à participação da CPT no processo de luta pela terra é a assistência prestada por seus agentes, sejam leigos ou religiosos, depois de realizada a ocupação. A presença da CPT foi e é fundamental denunciando as violências sofridas pelos camponeses-ocupantes, prestando assistência jurídica e técnica aos ocupantes, orientando quanto às condições legais da terra ou, ainda, instigando as discussões sobre o desenvolvimento do assentamento. Figuras emblemáticas como o frei Henry des Roziers – com presença garantida e encabeçando as listas de marcados para morrer nas últimas décadas - sempre foram muito importantes como aliados dos camponeses na luta pela terra no sul do Pará. Mesmo com um certo "desmanche" e diminuição dos quadros da CPT na região[57], sua influência ainda hoje é percebida nas discussões sobre alternativas produtivas dentro dos assentamentos. No PA Canarana, como se verá no capítulo 5, mas também em outros Projetos de Assentamento, muitos dos assentados que buscam, individualmente ou em pequenos grupos, alternativas ao gado bovino de corte, referem-se ao fato de em algum momento de suas vidas terem participado de grupos, palestras, cursos, encontro de mulheres ou outros, incentivados pela CPT.

Também muito importante para a organização dessa luta é o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia (STR) que foi criado em 1972, com o objetivo de organizar os trabalhadores. Em 1974 o STR sofreu intervenção do governo com a nomeação de um militar reformado do Exército para o cargo de presidente, o qual permaneceu até o ano de 1985, quando os trabalhadores conseguiram eleger uma direção independente caracterizada por uma visão de luta e confronto, fugindo assim da armadilha do sindicalismo assistencialista e pelego (PEREIRA, 2006, p. 50-51). Não à toa o número de ocupações no município sobe de 19 no período de 1975-1984 para 33 no período de 1985-1990.

> Em termos globais, pode-se dizer que as diversas lutas sociais no campo desencadearam mutações no sindicalismo de trabalhadores rurais, no sentido de que superassem as visões assistencialistas, submissas às políticas de clientela, colonização e cooptação estatal e passassem a desenvolver um sindicalismo reivindicativo. Ao mesmo tempo, essa vaga de ações coletivas no campo permitiu a identificação de adversários comuns, os grandes

[56] Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2010, na sede do Sindicato.
[57] Muito provavelmente em consequência das políticas conservadoras tomadas pelos papas conservadores João Paulo II e Bento XVI

> proprietários de terra e empresários rurais; as agro-indústrias nacionais e internacionais e as diversas agências do Estado (SANTOS, s/d, p. 46).

Por fim, pode-se dizer que a CPT e o STTR foram e são os aliados fundamentais dos posseiros na "rua", na cidade. Desempenharam à exaustão seu papel de interlocução com os órgãos públicos e com a imprensa, denunciando injustiças e cobrando providências junto às autoridades. Junto com outros movimentos sociais de luta pela terra no Brasil, tais entidades contribuíram decisivamente para que a questão da reforma entrasse decididamente na agenda política brasileira no período da chamada redemocratização do país.

3. As políticas de reforma agrária pós-ditadura civil militar no Brasil

No Brasil a Constituição prevê, mas não cumpre
Barão de Itararé

3.1. As promessas não cumpridas da Nova República na questão agrária

Apesar da militarização da questão agrária durante a ditadura civil-militar e dos amplos poderes dos órgãos estatais para intervir na questão fundiária na Amazônia oriental, o que se viu no início dos anos 1980 foi um crescimento contínuo no número de ocupações, conflitos e de mortes relacionados à disputa pela terra. Não se obteve, portanto, por parte dos militares, o resultado esperado em relação à estratégia adotada de regularizar e/ou deslocar posseiros para regiões não conflitivas e assim atenuar as tensões sociais (OLIVEIRA, 2007, p. 136).

Na economia e na sociedade brasileira se vivia, por um lado, um contexto de crise da ditadura civil-militar, em meio as crises do petróleo e da explosão dos juros da dívida externa e, por outro, um momento de crescentes mobilizações nas periferias das cidades por meio dos chamados "novos movimentos sociais", de greves e de lutas sindicais no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, inclusive com a criação e/ou a reorganização dos partidos de esquerda e o movimento diretas-já. Gestaram-se assim muitas expectativas de que mudanças estruturais estavam para acontecer no Brasil. No campo, e principalmente na região amazônica, a mobilização também aumentou nesses últimos anos da ditadura civil-militar. O contexto da "abertura democrática" parece ter influenciado de maneira decisiva o movimento de luta pela terra no sul do Pará.

A repressão e/ou conciliação tentada pelo GETAT foram incapazes de eliminar a busca dos camponeses do sul do Pará por terra e pela conquista da autonomia do trabalho.

Nesse contexto da redemocratização e de pressão crescente das organizações dos posseiros, sem-terras e camponeses em geral é que foi formulado o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Esse plano, nascido em um momento de verdadeira efervescência social no Brasil, mesmo não prevendo a desapropriação de fazendas produtivas de grandes dimensões, trazia metas ambiciosas e de certa forma compatíveis com os anseios e as necessidades dos trabalhadores do campo. Previa, por exemplo, o assentamento de 1.400.000

famílias no período de 1985 a 1989 (PNRA - decreto 91766/85, artigo 1º). Ainda que evitando expressamente a desapropriação dos chamados "latifúndios por extensão" (artigo 2º, parágrafo 2º) o texto do I PNRA foi recebido com esperança pelos que demandavam uma Reforma Agrária massiva no campo brasileiro e, por outro lado, foi tratado com apreensão pelos grandes proprietários de terras[58]. O ano de 1986 marcou a explosão dos conflitos agrários em todo o país. O aumento das ocupações ajuda a explicar em parte a elevação dos conflitos por terra no país. Sem dúvida as expectativas geradas pela concretização da Reforma Agrária incentivaram a participação de mais famílias nas ocupações. Também a diminuição da repressão estatal a lideranças e organizações dos trabalhadores e camponeses permitiu uma maior mobilização entre os que lutavam por terra no país. No campo oposto, a articulação dos grandes fazendeiros em torno da recém-criada União Democrática Ruralista (UDR) e suas milícias armadas para a proteção das fazendas, também deve ser levada em conta para a explicação do alto número de conflitos resultando em mortes.

De qualquer forma, o I PNRA, na prática, teve sua execução bloqueada devido aos compromissos do novo governo civil com os fazendeiros e as classes dominantes de maneira geral. A Nova República, batizada de governo "Frankenstein" por Florestan Fernandes (1987), não foi criada realmente para reestruturar o Estado brasileiro e dar prioridade às políticas favoráveis às classes trabalhadoras:

> Ele (o governo de transição) não conduz uma cruzada contra a herança da ditadura nem se movimenta contra a tradição cultural centrada na democracia dos poderosos e dos mais iguais. Faz um jogo de paciência e de desarticulação das classes trabalhadoras e dos setores rebeldes da sociedade. Põe no seu haver iniciativas que lhe dão visibilidade democrática (ou, pelo menos, "democratizante" e "populista"), como a legalização dos partidos comunistas, a moderação diante das greves ou de uma nova regulamentação do trabalho, dos sindicatos, das greves, a simpatia pela reforma agrária (FERNANDES, 1987, p. 29).

Como todas as outras grandes reformas – da saúde, da educação ou a reforma urbana - prometidas ou anunciadas no processo de "transição democrática", a reforma agrária foi deixada de lado. Os resultados foram pífios:

> [...] apenas 89.950 famílias (6,4 % da meta) em uma área desapropriada de 4,8 milhões de hectares, ou seja, 1,5 % da previsão [...]. Menos de um

[58] Nesse ponto tanto o I PNRA quanto a Constituição Federal de 1988 foram um retrocesso em relação ao Estatuto da Terra, já que o mesmo caracterizava os latifúndios por extensão – acima de 600 módulos rurais – mesmo quando produtivos.

> décimo da meta prevista para o número de famílias assentadas pelo I PNRA, chegaram à terra. Ficava provada, portanto, a demagogia populista do governo Sarney com relação à Reforma Agrária e, mais uma vez, consolidava-se na estrutura do poder do Brasil, a política agrária dos latifundiários (OLIVEIRA, 2007, p. 129).

A Constituição de 1988 também não avançou em relação aos instrumentos legais já existentes em relação à questão agrária. A atuação exitosa da UDR em barrar a execução do I PNRA junto ao executivo federal teve desdobramentos ao apoiar a chamada "bancada ruralista" na confecção da lei maior do país. De novo, assim como no I PNRA, só se fez menção à desapropriação por improdutividade ou por descumprimento das outras funções sociais da propriedade, quais sejam, o respeito às legislações trabalhista e ambiental. Os latifúndios por extensão, apontados pelo Estatuto da Terra como passíveis de desapropriação, ficavam assim legitimados pelo texto constitucional, independente do tamanho que viessem a atingir. Enquanto é possível dizer que a Constituição Brasileira avançou, ao menos formalmente, em muitas questões sociais como saúde, educação e seguridade social, na questão agrária ela representou um retrocesso. Ficava claro, novamente, que não seria o Estado o principal sujeito da alteração da estrutura fundiária no Brasil e da condução de um processo massivo de Reforma Agrária.

Ao fracasso da Reforma Agrária no primeiro governo pós-ditadura civil-militar, a resposta dos movimentos sociais do campo foi a continuidade das lutas pela terra, das ocupações e dos conflitos armados entre posseiros/camponeses e fazendeiros. Em várias regiões surgem novas entidades e novos sujeitos sociais demandando seus direitos nas questões agrárias como, por exemplo, os seringueiros demandando a criação de assentamentos extrativistas ou os camponeses atingidos pela construção de barragens requerendo reparações (MEDEIROS, 2003, p.44). Em nível nacional despontava o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST) que nessa época consolidava sua formação e estruturação em âmbito nacional[59]. Em pouco tempo, o MST conseguiu influenciar a opinião pública nacional e as táticas de outros movimentos de luta pela terra, como já foi referido no capítulo 2. Conseguiu isso com suas táticas de luta voltadas para cobrar a responsabilidade estatal nas questões agrárias e o combate feito também nas cidades com suas passeatas numerosas e seus

[59] O nascimento oficial do MST é no ano de 1985, a partir de um longo processo de luta iniciada ainda na década anterior. A partir de então, até o final da década de 1980 que o MST se estrutura nacionalmente, atingindo 18 estados no final dessa década, ganhando a força política de um movimento efetivamente nacional. (FERNANDES, 2001: p. 50 e 96).

aliados urbanos. A mídia, para o bem e para o mal, destacava fortemente as ações do movimento.

Desta forma, em todo o país aumentou sobremaneira, no início dos anos 1990, a pressão social para que fosse feita a Reforma Agrária. Apesar disso, nos primeiros governos pós-ditadura, o número de famílias assentadas vai ser bem modesto, com parados com os governos FHC e Lula que os sucederam, conforme Gráfico 1.

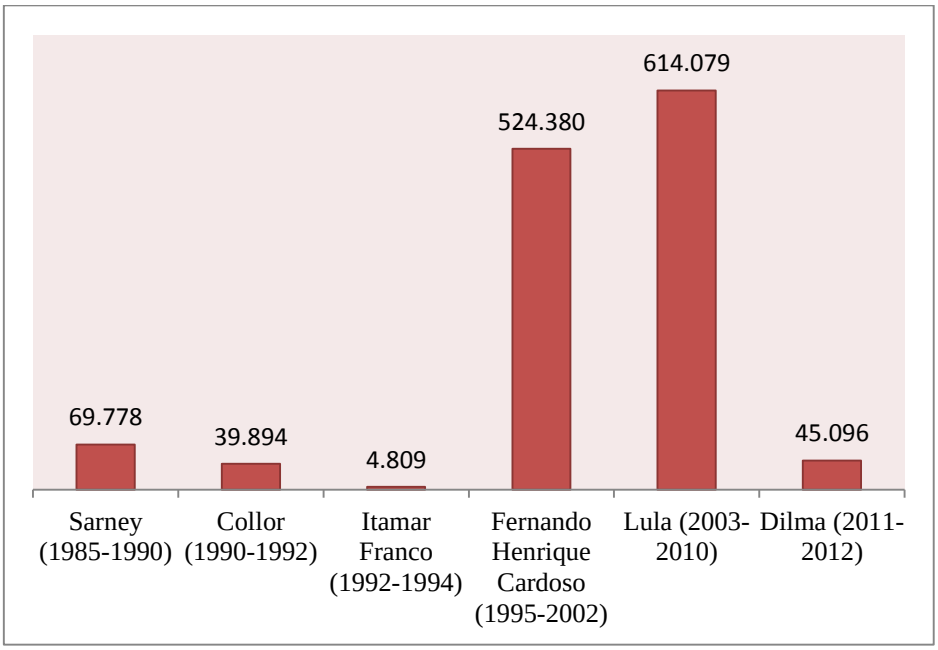


Gráfico 1: Número de Famílias Assentadas por governo no Brasil, no período pós ditadura civil-militar no Brasil. Fonte INCRA/SIPRA. Acesso em 31/01/2013. Org. Marcelo Terence.

3.2. FHC: reforma agrária por meio do mercado e para o mercado

Em meados dos anos 1990, devido à pressão social já referida e novamente para que o conflito pela terra não ficasse fora dos limites legais e fugisse da interlocução com o governo, começa de fato, por parte do Estado, uma política de criação de assentamentos no país que tentava reagir à mobilização no campo por meio de compra[60] ou desapropriação de terras particulares, combinada com políticas visando a repressão ou a desmobilização dos principais

[60] Os imóveis rurais com menos de 15 módulos fiscais, pela lei da Reforma Agrária (nº 8629) de 1993 são "insuscetíveis de desapropriação", assim como os maiores que isso que respeitem a função social da propriedade. Nesses casos o INCRA oficialmente só compra uma fazenda quando a mesma é demandada pelos movimentos e não há alternativas de outras fazendas passíveis de desapropriação.

movimentos sociais do país. Como afirma Carvalho Filho (1997, p.106), "O objetivo é mostrar que o governo teve e tem a iniciativa da reforma, quando se sabe, pela evidência dos fatos [...] que este assunto voltou a ter relevância nacional devido à ação dos movimentos sociais". Ainda segundo esse autor, o movimento social teria arrancado das mãos do governo a "bandeira" da reforma agrária.

A política de reforma agrária de FHC apesar de avanços institucionais que respondiam a algumas demandas do movimento social, como a criação do MDA e a regulamentação do rito sumário, foi caracterizada pela tentativa permanente de desmobilização e criminalização das ações dos movimentos sociais, sobretudo do MST, que nesse momento conseguia mobilizar dezenas de milhares de famílias em acampamentos por todo o país [61] (PETRAS; VELTMEYER, 2008).

Entre as práticas governamentais adotadas para a desmobilização e criminalização dos movimentos sociais podemos citar:

a) A edição de Medida Provisória 2183/2001 que facultava ao proprietário da terra aceitar ou não a vistoria do INCRA caso seu imóvel tivesse sido alvo de esbulho possessório. Assim, sem a anuência do proprietário, o INCRA só poderia realizar a vistoria após dois anos da desocupação da fazenda;
b) Bloqueio do repasse de recursos públicos para entidades envolvidas em ocupações de terras;
c) A introdução do acesso à terra através de mecanismos de mercado, com a compra do imóvel sendo realizada por uma associação das quais poderiam participar trabalhadores ou pequenos produtores.

Esse último item diz respeito ao chamado "Banco da Terra", que foi criado a partir das propostas do Banco Mundial para uma reforma agrária de mercado, propostas estas já implementadas em alguns países durante os anos 1990[62]. No Brasil o "Banco da Terra" ajustou-se perfeitamente às diretrizes de reforma de Estado que vinha sendo conduzida visando à diminuição do tamanho do Estado e de suas intervenções em diversas áreas sociais. Eram tempos de busca de um "Estado mínimo", sob o argumento de tornar o aparelho estatal mais ágil e eficaz.

[61] Além do rito sumário, Medeiros (2003) enumera diversas outras melhorias do ponto de vista administrativo realizadas durante o governo FHC e que trouxeram alguma agilização nos trâmites dos processos de desapropriação.
[62] Ver Medeiros (2003, p. 59).

Tais ações governamentais, ainda que amparadas em justificativas legalistas ou supostamente baseadas na busca de uma maior racionalidade administrativa, miravam claramente uma questão política: o crescente número de ocupações de terras e a repercussão das mesmas na mídia e entre os aliados políticos do governo. É importante ressaltar que esse período foi de intensa mobilização dos movimentos do campo. Em nível nacional indiscutivelmente houve o protagonismo do MST nessa mobilização. Mas também participaram desse ascenso do movimento de luta pela terra no país, em níveis local e regional, sindicatos, federações de trabalhadores rurais e outros movimentos, inclusive com dissidências do próprio MST[63]. A ocupação de fazendas consideradas improdutivas ou de titulação duvidosa tornou-se um instrumento contumaz na luta pela conquista da terra. Apenas no período final do segundo governo FHC houve diminuição no número das ocupações e manifestações dos camponeses demandando terra pra trabalhar, por certo um efeito das medidas governamentais repressivas e desmobilizadoras acima elencadas.

Autores como Oliveira (2007) e Michelotti (2007), entre outros, são unânimes em apontar o protagonismo das ocupações de terras e de outras ações dos movimentos sociais em luta pela terra na inflexão sofrida nos anos 1990 em relação ao número de assentamentos criados no país.

Desta forma, como reação à pressão social, o número de assentamentos realmente teve um acréscimo importante nesse período, pelo menos até o início do segundo mandato de FHC, como mostra o Gráfico 2[64]. Se levarmos em consideração que até 1994 todos os governos anteriores tinham criado apenas 931 projetos de assentamento, temos a dimensão do aumento do número de assentamentos criados a partir do governo FHC.

[63] Já referi no capítulo 2 sobre a atuação importante dos STRs e das Federações de sindicato (FETAGRI e FETRAF) nos municípios do sul e sudeste do Pará.

[64] Mesmo consideradas as críticas feitas a esse governo e aos órgãos agrários quanto à manipulação dos dados relativos ao número de assentamentos criados e ao número de famílias incluídas nas Relações de Beneficiários do INCRA. OLIVEIRA demonstra a fraude da inclusão de dados sobre regularizações fundiárias e a inclusão de outras iniciativas como o reconhecimento de territórios quilombolas como sendo números relativos à Reforma Agrária. TEIXEIRA e HACKBART (apud Almeida, 135), ratificam tais críticas ao analisarem a inclusão de assentamentos antigos como sendo criados no governo FHC.

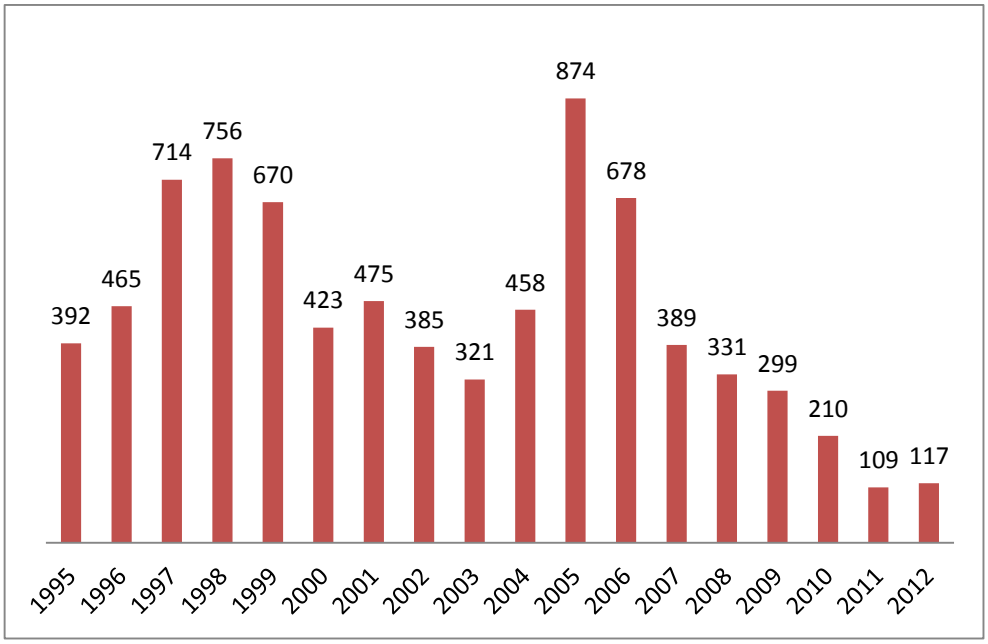


Gráfico 2: Número de Projetos de Assentamento Federal criados por ano, no Brasil, entre os anos 1995 e 2012. Fonte: INCRA/SIPRA, acesso em 24/07/2012.

Se levarmos em consideração os dados referentes a criação de Projetos de Assentamento apenas na jurisdição da Superintendência Regional de Marabá, que interessa mais de perto a essa pesquisa, temos uma imagem ainda mais clara do quanto a ação do governo FHC de criar assentamentos era realmente uma **reação** às questões políticas que iam surgindo no cenário de conflitos da luta pela terra. No caso dessa região, a mudança importante ocorreu a partir do ano de 1996, conforme demonstra o Gráfico 3.

Foi no mês de abril desse ano que a Polícia Militar do Pará, sob o comando do governador Almir Gabriel, matou 19 integrantes do MST, no acontecimento que ficou internacionalmente conhecido como o "Massacre de Eldorado dos Carajás". Meses depois dos assassinatos na rodovia PA-150 o escritório do INCRA de Marabá, então ligado à Superintendência Regional de Belém, sob forte pressão social, é elevado à condição de Superintendência Regional, possibilitando uma maior atuação do órgão fundiário na região, concretizada no acentuado crescimento do número de assentamentos federais criados nos anos subsequentes.

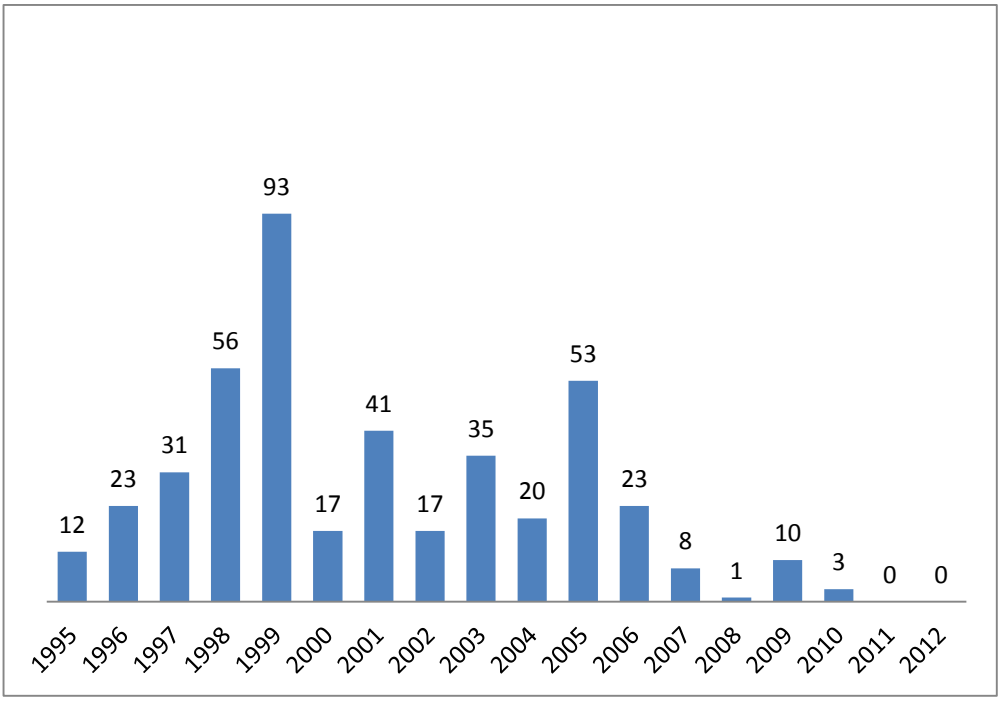


Gráfico 3: Número de Projetos de Assentamento criados por ano na área sob jurisdição da Superintendência Regional de Marabá. Fonte: INCRA/SIPRA, acesso em 24/07/2012. Org. Marcelo Terence.

Como no passado, o Estado se viu forçado a reagir a atuação destemida dos movimentos sociais. Na década de 1990, com apoios importantes em outros setores da sociedade, podemos dizer que o movimento social de luta pela terra levou o Estado brasileiro a colocar em prática uma política de desapropriações e criações de assentamentos. Nas palavras de Medeiros (2003, p.80),

> De uma forma geral, os estudos realizados sobre assentamentos mostram que essas unidades têm sido criadas a partir de uma lógica cujo eixo é a gravidade e/ou visibilidade dos conflitos. Desde o fracasso do PNRA em termos de implementar a demarcação de áreas prioritárias de reforma agrária, tal como previsto no Estatuto da Terra, as intervenções que ocorreram mantiveram a mesma lógica da ação anterior: desapropriações não planejadas ocorrendo impulsionadas por conflitos e mobilizações que, num contexto de maior liberdade, se desenvolveram mais rapidamente.

Sobre o modelo desses assentamentos criados no período FHC, no geral, pode-se dizer que seguia a tendência de minimizar as ações do Estado. Segundo Medeiros (2003, p. 57), estavam previstas a rápida titulação dos lotes e a emancipação dos assentamentos, apenas dois ou três anos após a demarcação oficial das terras. Assim, o assentado poderia se transformar rapidamente em agricultor familiar e ser tratado como um "empreendedor", como um pequeno proprietário qualquer. Expresso no próprio título de um programa do governo FHC

para a reforma agrária, o objetivo dessa política de assentamentos era o "desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado". Não se cogitou, portanto, em nenhum momento em se valorizar e respeitar a herança camponesa presente entre a população assentada de muitas regiões do país, inclusive, entre os assentados do sul e do sudeste do Pará. Seu modo de vida, sua organização, seu sistema produtivo foram ignorados pelos agentes do Estado em nome do objetivo principal de inserção da produção familiar nos mercados.

3.3. A reforma agrária no governo Lula: o medo venceu a esperança.

A eleição de Lula trouxe novas esperanças de que a reforma agrária avançasse mais rapidamente e em maior consonância com os anseios dos movimentos de luta pela terra. Não só esperava-se um maior número de projetos de assentamentos como uma atenção mais cuidadosa com aqueles já criados, não os deixando à mercê dos ditames do mercado.

Não foi o que se viu. O **modelo** de reforma agrária permaneceu exatamente o mesmo. Desapropriações continuaram acontecendo majoritariamente à reboque dos conflitos e da facilidade da obtenção de terras, repetindo o governo FHC ao priorizar a criação de projetos de assentamentos na Amazônia legal. Nem ao menos a reivindicação dos movimentos pela revogação da medida provisória anti-ocupações foi atendida.

A favor do governo Lula ressalte-se o maior volume de recursos aplicados na política de reforma agrária, com o orçamento anual do INCRA passando de R$ 1,5 bilhão em 2003, primeiro ano de seu governo, para R$ 4,6 bilhões em 2009. Ainda que uma parte importante desse aumento de recursos tenha sido gasta em compra de terras para a criação de assentamentos. Nessa modalidade de obtenção de terras por parte do INCRA, o pagamento é feito em dinheiro e à vista, tornando-se muitas vezes um ótimo negócio para o fazendeiro[65].

[65] E até para certos coordenadores de acampamentos corruptos. Há muitos boatos sobre negociações entre certas "lideranças" de ocupações e acampamentos negociarem com os proprietários a ocupação de fazendas para que o INCRA venha compra-las posteriormente. Ou, inversamente, negociarem a desocupação quando o fazendeiro não tem interesse em vender ou ver suas terras desapropriadas. Em conversa informal, um ex-presidente do STR de Conceição do Araguaia relatou ter sido convidado a participar de uma "maracutaia" dessas para a ocupação de uma fazenda em Conceição do Araguaia. Nas negociações, segundo ele, estariam envolvidos chefias do INCRA de Marabá e até uma deputada estadual do Pará que pressionaria o órgão fundiário para agilizar os trabalhos de vistorias. A ideia era realizar a ocupação e, em 15 dias, o INCRA realizar seus trabalhos para aprovar a compra da propriedade que não atingia o limite de 15 módulos fiscais para ser passível de desapropriação. Segundo o mesmo informante, ele recusou participar para não manchar seu nome junto aos

As ações do governo Lula quanto à política de reforma agrária se nortearam pelas diretrizes contidas no II PNRA, previsto para ser implantado nos quatro anos de mandato, ou seja, entre os anos 2003 e 2006. Entre as metas estipuladas, constava o assentamento de 400.000 famílias, a regularização de 500.000 posses, o reconhecimento e a demarcação de áreas de comunidades quilombolas e ainda "garantir a assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias reformadas". (II PNRA apud OLIVEIRA, 2007). Tais cifras nunca foram atingidas.

Segundo salienta Oliveira (2007, p.165), o MDA e o INCRA mantiveram, no governo Lula, a mesma prática da equipe do governo FHC de misturar os números obtidos em relação a cada uma das metas estabelecidas, apresentando todas as ações previstas no II PNRA como sendo criação de assentamentos, o que pressupõe a compra ou a desapropriação de terras particulares ou, ainda, a destinação de terras públicas para a criação dos mesmos. Por exemplo, em 2003, foi divulgado um número de 36.301 famílias assentadas, mas foram assentadas efetivamente apenas 14.327 famílias. Em 2004, a mesma atitude. Anunciou-se o assentamento de 81.254 famílias em todo o Brasil, mas foram efetivamente assentadas apenas 26.130 famílias. A diferença para o número anunciado, ainda segundo Oliveira (2007. p. 176), refere-se, entre outras, a ações de reconhecimento de posseiros há muito ocupando as terras que são transformadas em assentamentos, ou mesmo a incorporação de antigos projetos de colonização às políticas da reforma agrária. Ações que não influenciaram em nada a concentração fundiária existente no país e nem levaram ao enfrentamento com a grande propriedade. Tampouco atenderam as necessidades daquelas famílias que se encontravam acampadas, descumprindo assim acordos históricos firmados entre o PT e os diversos movimentos sociais de luta pela terra que sempre compuseram sua base. Esse procedimento ocorreu nos demais anos do governo também. Em 2005 divulgou-se 127.511 famílias assentadas e de fato foram criados assentamentos para 47.561. Em 2006 foram anunciados 136.358 e assentadas apenas 45.779 famílias (OLIVEIRA, 2007 p.176).

Mas essa não é a única prática costumeira realizada para mascarar os dados da reforma agrária, mesmo no governo Lula. Uma prática ainda mais sub-reptícia, mas não menos comum, é o envio, a mando das chefias do INCRA - como ocorre no sul e sudeste do Pará - das equipes de campo, ao fim de cada ano, para a realização de cadastros para cumprimento de metas de famílias assentadas.

---

trabalhadores rurais da região, mesmo tendo sido prometida a quantia de R$20.000,00 para que participasse do esquema fraudulento.

E o que seriam esses cadastros novos, responsáveis por boa parte do número de inserções de famílias na Relação de Beneficiários do INCRA todos os anos? Simplesmente o reconhecimento por parte do INCRA de famílias que compraram lotes em assentamentos já criados sem a anuência do órgão fundiário. É assim que uma administração cumpre fantasiosamente metas que ela própria estabeleceu em duras negociações com o movimento social: a partir das dificuldades encontradas pelas famílias em permanecerem em seus lotes, quase sempre pelo não oferecimento, por parte dessa mesma administração, de condições mínimas para a territorialização desses camponeses. Práticas mais grosseiras de adulteração dos dados, implicando em outras fraudes, também foram identificadas, por exemplo, pela justiça Federal de Santarém que mandou cancelar mais de 100 assentamentos ligados à Superintendência Regional de Santarém do INCRA e criados entre os anos de 2005 e 2006. As famílias simplesmente eram cadastradas e não recebiam terras, muitas nem ao menos sabiam que tinham sido incluídas na Relação de Beneficiários do INCRA. Ao que tudo indica, a criação dos "assentamentos fantasmas", pelo julgamento do magistrado, teria servido sobretudo para a obtenção de licenças para o manejo e exploração de madeiras de lei existentes nos mesmos[66]. Não obstante, serviu também para que se inchassem ainda mais a quantidade de relacionados como beneficiários do INCRA e isso pode ter levado ao acesso, pelos fraudadores, aos créditos a que teriam direito as famílias cujos nomes foram indevidamente utilizados.

No segundo mandato do governo Lula a política de criação de assentamentos federais iniciou um processo de encolhimento em todo o país.

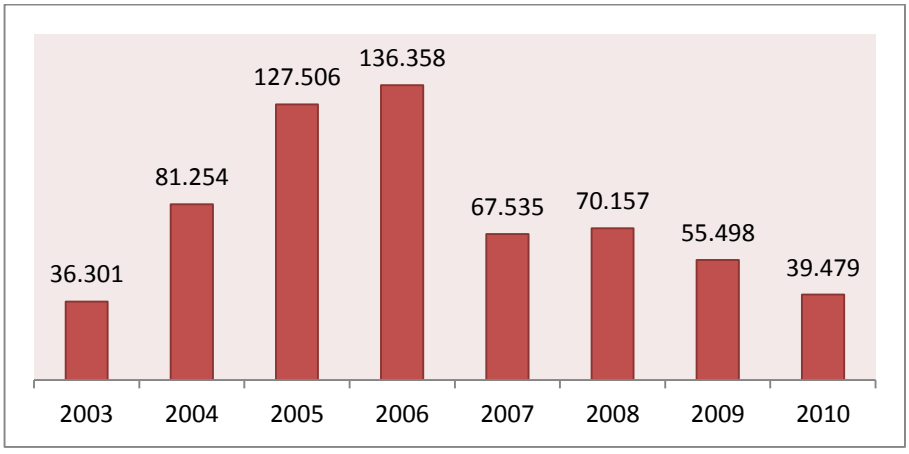


Gráfico 4: Número de famílias assentadas, por ano, durante os dois governos Lula.
Fonte: INCRA/SIPRA. Acesso em 31/01/2013. Org. Marcelo Terence.

[66] Disponível em http://candidoneto.blogspot.com.br/2011/04/wikilingua-decisao-em-primeira-estancia.html, acesso em 16/08/2012.

Também para a Superintendência de Marabá, em consonância com as diretrizes do governo e do INCRA nacional, a ação prioritária deixou de ser desapropriar terras na região para a criação de assentamentos. Problemas como licenças ambientais dos assentamentos atrasadas, por exemplo, não foram enfrentados e fizeram com que o Ministério Público Federal e a Justiça Federal barrassem novas criações de projetos de assentamentos pela autarquia fundiária.

Mas houve ações por parte da própria administração executiva que inviabilizaram a criação de assentamentos nos níveis atingidos anteriormente. Entre as mais indicativas de uma importante mudança de rumo por parte do governo federal está o deslocamento de servidores do INCRA para o programa de regularização fundiária denominado "Terra Legal". Dezenas de servidores do INCRA foram cedidos para tal programa, criado a partir da MP 458 e da lei 11.763. Ou seja, resumindo a essência dos propósitos do segundo mandato do governo Lula: servidores – que já são em número insuficiente para as necessidades existentes - foram retirados de tarefas voltadas para a desconcentração fundiária e a assistência aos assentamentos e destinados à realização de serviços que visam, sobretudo, nas palavras de Oliveira (2009, p. 20) sobre a MP que deu origem ao "Terra Legal": "[...] transformar a ilegalidade criminosa da apropriação privada das terras públicas federais na Amazônia Legal, ou seja, a grilagem, em irregularidade passível de regularização".

3.4. Pior do que está, fica!: Governo Dilma e "adeus" à Reforma Agrária:

Em relação ao número de famílias assentadas no país, o governo Dilma pode ser considerado o pior se comparado com seus antecessores FHC e Lula. Perde na média anual de famílias assentadas, com 22.534,5 famílias, contra 65.547,5 assentadas nos governos FHC e 76.759,5 famílias assentadas nos governos Lula[67]. O governo Dilma parece dar mostras de seguir a tendência já observada nos últimos anos do mandato de seu antecessor e simplesmente deixar em segundo plano a política de desapropriações e assentamentos de famílias.

[67] Mesmo se levarmos em conta que os dados do governo Dilma se referem apenas aos dois primeiros anos de mandato e considerarmos apenas os dois primeiros anos de mandato de FHC e Lula, a comparação é desfavorável ao governo Dilma: São apenas 45.096 famílias no biênio 2011-2012, contra 104.956 famílias assentadas pelo governo FHC no biênio 1995-1996 e 117.555 famílias assentadas pelo governo Lula nos anos 2003-2004. Fonte INCRA/SIPRA. Acesso em 31/01/2013.

Seguindo a orientação nacional, a superintendência regional de Marabá não criou nenhum assentamento no ano de 2011 e apenas três no ano de 2012, nas regiões sul e sudeste do Pará. É fundamental que fique claro que as ocupações e acampamentos não deixaram de existir. As famílias que demandam terra não desapareceram. Os dados expostos na Tabela 4, obtidos junto à Ouvidoria Agrária Regional de Marabá, demonstram isso claramente.

Tabela 4 - Número de ocupações de terra e de famílias envolvidas no Brasil, na área sob jurisdição da Superintendência Regional de Marabá e na área de jurisdição da Unidade Avançada de Conceição do Araguaia.

Ano	**Brasil**		**Área sob jurisdição da Superintendência Regional de Marabá**		**Área sob jurisdição Unidade Avançada de Conceição do Araguaia**	
	Nº de Ocupações	Nº de Famílias	Nº de Ocupações	Nº de Famílias	Nº de Ocupações	Nº de Famílias
2006	384	44.364	33	4.572	5	730
2007	364	49.158	23	3.602	14	1.242
2008	252	25.559	16	2.067	3	70
2009	290	27.278	40	4.950	9	1.420
2010	180	16.858	16	1.818	5	904
2011	200	22.783	12	1.186	4	576

Fonte: SIFA/MDA Org. Marcelo Terence. Acesso em 11/10/2012

No entanto, o discurso do atual governo federal deixa explícito que não há mais intenção de se criar assentamentos na mesma quantidade de anos passados. Seria o momento de qualificação e desenvolvimento das políticas públicas destinadas especificamente para os assentados. Como veremos a seguir, os projetos de assentamento possuem inúmeros problemas e realmente merecem atenção especial visando ao menos minimizar a questão da evasão de assentados. Dar maior atenção e incentivo à produção e buscar meios de melhorar as condições de comercialização da produção familiar é realmente importante e tem que ser feito.

Mas fica a pergunta: o que fazer com milhares de famílias, como essas mostradas nas fotos 11, 12, 13 e 14, morando nas beiras de estradas, acampadas em barracos de madeira e palha em fazendas ocupadas?

Fotos 11 e 12: Acampamento na fazenda Nobel do Pará, município de Santana do Araguaia, 2012. Fonte: Ouvidoria Agrária Regional de Conceição do Araguaia. Autora: Vânia Marques.

Fotos 13 e 14: Acampamento Cascavel, município de Redenção. Autor: Marcelo Terence, 2010.

E, além disso, será que já atingimos níveis aceitáveis – se eles existirem – de concentração fundiária no sul e sudeste do Pará que justifiquem o fim das desapropriações? Responder positivamente a esta questão significaria afirmar que o modelo a seguir é realmente o da monopolização das terras pelas grandes agropecuárias e grandes mineradoras que atuam na região. Só a agropecuária Santa Bárbara, por exemplo, domina 500 mil hectares de terras em fazendas em vários municípios do sul e sudeste do Pará. Destinadas à produção pecuária e com grande parte voltada para a exportação e quase nada para o mercado local, que vende em seus açougues apenas carne de vacas velhas. Quantas famílias poderiam estar produzindo alimentos para o consumo local nessas terras? E não é só isso. A simples presença desses "grandes latifúndios por extensão", a mera vizinhança desses grandes monopólios territoriais instabiliza e torna crítica a permanência dos assentados em seus lotes, como veremos no capítulo seguinte.

Para não avançar nas desapropriações, para não desagradar setores ruralistas aliados do governo federal, o INCRA nos últimos anos tem tentado outra forma de criar vagas para o assentamento das famílias que demandam terras para trabalhar.

O atendimento aos anseios das pessoas acampadas viria principalmente da "retomada" de lotes ocupados irregularmente nos projetos de assentamentos já existentes.

Por serem consideradas as ações prioritárias da atual política da reforma agrária nos deteremos nos próximos dois itens a tratar da retomada e do que vem sendo chamado de qualificação dos assentamentos, sendo que esta última questão será discutida com mais detalhes no último capítulo quando será tratado dos problemas encontrados pelos assentados do PA Canarana.

3.4.1. Retomada de lotes ocupados irregularmente: uma tentativa de se criar "vagas" para famílias sem-terras sem a desapropriação de fazendas.

A política de se valorizar os processos de retomadas de lotes irregularmente ocupados nos assentamentos destinados ao PNRA só pode, a princípio, ser elogiada.

Essa preocupação com a retomada foi institucionalizada em setembro de 2008 com a edição da Instrução Normativa 47 do INCRA que detalha e tenta criar critérios para a diferenciação entre ocupação regular e irregular.

Um ataque, portanto, às concentrações de lotes e ocupações irregulares nos assentamentos que chegam, segundo estimativas de técnicos do próprio INCRA, a mais de 30% dos lotes existentes. A partir dessa ação seriam abertas vagas suficientes para atender parte daqueles que hoje estão acampados e também para filhos e parentes dos vizinhos dos lotes retomados poderem se reproduzir como camponeses.

Priorizar essa ação pode ser considerado ainda mais louvável quando pensamos na falta de monitoramento cotidiano existente nos 495 assentamentos sob a jurisdição da Superintendência Regional de Marabá, com um total de 89.786 lotes existentes, abrangendo uma área "reformada" de 4.492.404,8251 ha espalhados por 39 municípios.[68] Afinal, para a realização desse monitoramento existem apenas 30 equipes de campo, normalmente com recursos insuficientes para o acompanhamento do uso que se faz das terras destinadas para a Reforma Agrária. Assim, a compra e venda de lotes de assentamentos sem a anuência do

[68] Fonte:INCRA/SIPRA, acesso em 10 de novembro de 2012.

órgão fundiário, não obstante o que prega a norma legal, tem sido regra nos assentamentos sob a jurisdição dessa regional do INCRA, ocasionando muitos casos de concentração de lotes por parte de comerciantes, empresários, fazendeiros que se aproveitam do custo menor para adquirir ou ampliar suas propriedades. Obviamente que a fiscalização não resolveria o problema da fixação das famílias em seus lotes, mas eliminaria abusos e aberrações de sujeitos sociais com renda privilegiada, engordando gado em terras de assentamentos que muito custaram aos orçamentos públicos. Ressalte-se o fato de que a concentração de terras em assentamentos, além de representar um prejuízo substancial ao erário público, pode levar, como costuma acontecer, a inúmeros conflitos com assentados vizinhos ou sem-terra que tentam ocupar tais concentrações, conforme foram destacados alguns casos no capítulo 2 deste trabalho.

Devido a tais fatos, a Superintendência Regional de Marabá elaborou, no ano de 2011, um plano de "Levantamento Ocupacional" para fins de detecção de irregularidades e encaminhamento para retomadas judiciais de lotes em 55 assentamentos, totalizando 20.037 lotes a serem vistoriados, com uma estimativa de se encontrar irregularidades em mais de 6.000 lotes.[69] Sem dúvida nenhuma essa foi, ao lado do pagamento do Crédito Instalação, a principal atividade da Superintendência Regional de Marabá no ano de 2011 já que, como foi relatado acima, a obtenção de terras simplesmente deixou de existir. Na Tabela 5 constam os dados da primeira e da segunda etapa desse levantamento ocupacional.

Tabela 5 - Dados sobre levantamento ocupacional feito pelo INCRA em assentamentos nos municípios de São Geraldo do Araguaia e São Félix do Xingu/PA no ano de 2011.

Situação dos lotes vistoriados	**PA Lagoa Bonita (São Geraldo do Araguaia)**	**PAs Complexo Lindoeste-Sudoeste* (São Félix do Xingu)**
Regular	102	581
Ocupante Cliente com Perfil	26	175
Ocupante não-cliente	21	59
Laranja	12	45
Desmembramento	28	102
Reconcentração	191	22
Abandono	1	98
Vistoriados	381	1082

Fonte: Relatórios Levantamento Ocupacional INCRA Superintendência Regional de Marabá. Org. Marcelo Terence.

[69] Esse levantamento ocupacional foi realizado em conformidade com diretriz do INCRA nacional que deu suporte financeiro para a realização de operações semelhantes em muitas das 30 superintendências regionais da autarquia.

Além dos dados dessas duas etapas do levantamento ocupacional, obtive também dados referentes a outro trabalho de retomada realizado meses antes no PA Agroextrativista Praia Alta Piranheira, no município de Novo Ipixuna[70]. Essa última "operação" é mais um exemplo da política do "andar à reboque" que vem caracterizando as ações do Estado Brasileiro em relação à questão agrária. Nesse assentamento, criado no ano de 1997, com uma área total de 22.000 ha e capacidade para assentar 440 famílias, houve denúncias por parte de lideranças dos assentados de concentração de lotes por parte de madeireiros e outros comerciantes locais. Além de retirarem a madeira em seus lotes para comercialização, estavam comprando madeira de outros assentados e incentivando a implantação da pecuária de corte, descaracterizando assim os propósitos do Projeto Agroextrativista.[71] A falta de celeridade da atuação do Estado levou a morte de um casal de lideranças, Cláudio e Maria do Espírito Santo Silva e só então houve a reação por parte das autoridades no sentido de determinar a realização do levantamento ocupacional. O mesmo apresentou os seguintes resultados apontados na Tabela 6:

Tabela 6 - Dados de levantamento ocupacional no PA Agroextrativista Praia Alta Piranheira, no ano de 2010.

Famílias que não foram encontradas	102
Famílias com áreas maiores que 250 há e/ou com concentração de lotes.	24
Lotes com ocupação regular	281
Total de lotes vistoriados	407

Fonte: Superintendência Regional de Marabá. Org. Marcelo Terence.

Estabelecendo comparações entre os resultados obtidos por tais levantamentos pode ser ressaltado o alto índice de concentrações encontrados no PA Lagoa Bonita. Em conversa informal com técnicos do INCRA integrantes das equipes responsáveis pelas vistorias deste

[70] No caso das vistorias nos assentamentos do Complexo Lindoeste-Sudoeste ainda que não tenha participado da escolha dos assentamentos participei da coordenação dos trabalhos de campo e das equipes de vistoria. No caso do PA Lagoa Bonita eu obtive junto à Superintendência de Marabá a planilha completa dos dados. Já no caso do PA Agroextrativista tive acesso apenas a esse resumo que não detalhava outras irregularidades detectadas pelo levantamento ocupacional.

* O Complexo de projetos de assentamento denominado Lindoeste-Sudoeste é composto pelos seguintes PAs: Antares, Rio Cinza, Rio Negro, Rio Pará, Arapari, além dos PAs Lindoeste e Sudoeste, todos situados no município de Conceição do Araguaia.

[71] Municípios da mesorregião sudeste paraense situados ao norte de Marabá, como Jacundá, Pacajá, Novo Repartimento, Nova Ipixuna e outros, apesar de já terem sido bastante atingidos pela "fronteira" ainda possuem vastas áreas de floresta preservadas aumentando a cobiça, a disputa e a violência, no caso não só em vista da terra mas também da madeira ali existente.

assentamento foi relatado a identificação de comerciantes e fazendeiros reconcentrando terras de assentamento– um deles retendo 12 lotes. Outro caso que chama a atenção é o da mineradora denominada Dow Corning que possui três lotes dentro do PA Lagoa Bonita. Na Foto 15 podemos ver como a empresa, com lotes dentro de um assentamento do INCRA, invoca a lei e a preservação do meio-ambiente para que pessoas não entrem em "suas" terras.

Foto 15: Placa na entrada de área ocupada por empresa mineradora dentro do assentamento Lagoa Bonita, município de São Geraldo do Araguaia. Autor: Flávio Simões, 2011.

A seguir (Foto 16) vemos que a situação real não condiz com os preceitos legais expressos na placa de entrada. Difícil imaginar que tipo de caça deve andar pelas redondezas depois do estrago realizado pela mineração em grande escala em terras que deveriam estar sendo ocupadas por famílias camponesas.

Foto 16: As “cavas” de uma das minas da empresa Dow Corning no assentamento Lagoa Bonita, município de São Geraldo do Araguaia/PA, 2011. Autor: Flávio Simões

Já nos PAs do complexo Lindoeste e Sudoeste e no PA Praia Alta Piranheira foi encontrado um número bem menor de lotes concentrados[72]. As distâncias dos mercados mais importantes e as condições das estradas são fatores que devem ser levados em conta na explicação para uma menor valorização das terras desses projetos de assentamento e também pela menor procura por parte de fazendeiros e capitalistas. Assim, nesses PAs, sobretudo os situados no município de São Félix do Xingu, o maior problema apresentado foram os desmembramentos de lotes, devido a baixa renda dos assentados que buscam na venda de parcela da sua terra uma forma de conseguir algum recurso e assim “tocar” o restante do lote.

Nos PAs do complexo Lindoeste e Sudoeste um fato que se repete com bastante frequência é a saídas de famílias desses assentamentos. Maior ainda o número de mulheres que migram acompanhadas dos filhos em busca de melhores condições de estudo para as

[72] No PA Antares, no complexo de assentamentos Lindoeste-Sudoeste, foi detectado e relatado um caso de maior relevo: um suposto chefe de quadrilha de ladrões de ônibus, conhecido por “Reginaldo” concentrou catorze lotes, entre nove lotes ocupados por “laranjas” com seu gado utilizando os pastos e cinco que ele assumiu serem seus. Meses depois das vistorias esse Sr. foi assassinado, ainda antes que o processo de retomadas chegasse ao término.

crianças, ou mesmo seguem sozinhas, muitas, segundo relatos dos assentados, apresentando estado depressivo.[73]

A ausência de serviços públicos como escolas e postos de saúde, as longas distâncias servidas de péssimas estradas, o altíssimo custo de vida, principalmente nos períodos chuvosos, são algumas das explicações apontadas pelos próprios assentados dos PA do complexo Lindoeste e Sudoeste para tanto abandono dos lotes.[74] Mas, nos casos desses PAs, diversamente do que ocorre no PA Lagoa Bonita, o lote abandonado ou vendido por uma família camponesa quase sempre é ocupado por outra família camponesa que compra o lote todo ou parte dele, e passa a ali viver em um regime de economia familiar, mostrando que a transação comercial dos lotes de assentamentos pode se dar por meio de sujeitos sociais bastante diversos. E apresentar consequências sociais também diferenciadas.

É nesse ponto que a política de retomadas começou e enfrentar uma dificuldade importante. Como, no rigor dos termos legais, considerar essa diferença social nas transações de compra e venda de lotes? Quem são os que compram, para onde vão os que vendem? E o caso das famílias que vendem o lote em um lugar mais valorizado e compram em assentamentos mais distantes, utilizando o saldo do dinheiro para iniciar a produção e se estabelecer na terra, como tratar tal família? Despejando-a, como estabelece a lei? Os critérios determinados nos termos legais são suficientes para a distinção de quem possui ou não o "perfil" de beneficiário do programa de reforma agrária?

Interessa, portanto, debater quais critérios têm sido utilizados nessas operações de retomada e entrarmos assim em uma importante discussão sobre o descompasso existente entre a norma legal – a legislação federal e os atos internos do INCRA – e as estratégias criadas pelos assentados para garantirem a reprodução de sua condição camponesa. Para melhor entendimento da questão que está sendo apresentada aqui, segue uma descrição de pelo menos cinco tipos de venda, remembramento ou reconcentração de lotes, todos absolutamente irregulares do ponto de vista legal, porém com elementos sociais e econômicos bastante diversos. Vamos a eles[75]:

---

[73] Há uma brincadeira entre os homens que vivem sozinhos nesses assentamentos, e são centenas, de se chamarem de "cutiões". Essa situação é descrita com mais detalhes no meu texto "Relatório Levantamento Ocupacional no Complexo de Assentamento Lindoeste/Sudoeste, a ser publicado no Boletim Paulista de Geografia número 92 (no prelo).

[74] As causas das evasões de assentados serão vistas mais de perto no último capítulo, quando for discutida a rotatividade nos assentamentos tomando como objeto de análise o PA Canarana.

[75] Além da minha observação direta que serviu para relatar e fazer essa classificação, há referências a fatos desse tipo em assentamentos de municípios próximos a Conceição do Araguaia em autores como Magalhães (2003, p. 264) e Martins (2003, p. 35).

a) **Compra de lote por uma família camponesa**: é a forma de transferência mais comum. Uma família camponesa que possui uma pequena soma em dinheiro compra um lote de outra família camponesa que está vendendo. A família que comprou o lote é então cadastrada pelo INCRA se estiver cumprindo os critérios estabelecidos por lei: "cultura efetiva", "morada habitual" e exploração econômica em regime de economia familiar. O conflito mais comum nesses casos acontece quando não há o pagamento do lote pela nova família ocupante da terra e a mesma já foi cadastrada pelo INCRA.

b) **Compra de lotes por famílias assentadas para o estabelecimento de seus filhos no mesmo assentamento**: esses casos também são aceitos pelo INCRA, desde que os filhos realmente morem no lote comprado. É possível que essa aquisição de lote seja uma forma de reestabelecer a proporção entre os fatores terra e força-de-trabalho, no caso do aumento do número de trabalhadores da família, nos termos expressos por Chayanov (1985)[76]. Esse fenômeno de unificação de lotes para o trabalho de uma só família pode ser bastante comum dada a importância do trabalho e da estrutura familiar na estabilidade da unidade de produção camponesa, já que os familiares tendem a se procurar, se ajudar (HÉBETTE, 2004b: 58).

c) **Família que vende seu lote em um assentamento e compra em outro assentamento**: Vários foram os casos desse tipo encontrados nos assentamentos do Complexo Lindoeste e Sudoeste em São Félix do Xingu. São famílias que venderam lotes em assentamentos mais valorizados e se mudaram para assentamentos distantes, conseguindo comprar lotes por preços que os possibilitou poupar parte do recurso obtido e aplicá-lo na compra de gado ou no início de algum cultivo. Foram entrevistadas dezenas de famílias no complexo Lindoeste e Sudoeste que declaravam já ter possuído regularmente terras em assentamentos nos município de Tucumã ou de Xinguara, nos quais a terra tem um valor bem superior àquelas do município de São Félix. Nesses casos, o INCRA, seguindo a norma legal, não pode regularizá-los, independente do tempo que já estejam na terra. São tratados como ex-beneficiários.

d) **Compra de lotes por assentados que "crescem" economicamente**: são situações que a compra de lotes por um assentado ocorre para que os mesmos sejam explorados com trabalho assalariado. São assentados que, por diversas circunstâncias (melhores

[76] Com a diferença, claro, que CHAYANOV analisava o aumento de terras das famílias no contexto da comuna russa e seu peculiar sistema de redistribuição periódica das terras e não pensando em compra de terras como nos casos aqui analisados.

solos, alguma poupança obtida anteriormente ao ingresso na terra, alguma oportunidade vantajosa na comercialização, etc.) acumulam vantagens competitivas e se aproveitam da fragilidade econômica de outros assentados para adquirir terras a preços mais baixos que os das terras tituladas, por serem comercializadas à revelia da lei e sem documentação. Feita a compra, está criado um foco de conflito e de não reconhecimento por parte dos outros assentados em relação a essa concentração, como já foi discutido no capítulo 2. Nos PAs Pecosa, Canarana, Joncon Três Irmãos, Arraias e São João do Araguaia, todos no município de Conceição do Araguaia, foram observados casos com essas características e uma pesquisa mais sistemática deverá apurar um número ainda maior. Esses lotes têm sido cada vez mais alvo de disputas entre os assentados, que não entendem como legítimo essa apropriação privada de vários lotes dentro do assentamento, ainda que por parte de outro assentado. Esse tipo de exemplo, à primeira vista, deve ser caracterizado como sendo de diferenciação social interna, com a organização da produção mudando seu eixo do trabalho familiar para o trabalho assalariado, da busca primeira da satisfação das necessidades familiares para a acumulação como meta.

e) **Compra de lotes por fazendeiros e capitalistas da região**: é outra situação importante do ponto de vista da instabilidade gerada dentro dos assentamentos. Mesmo sem terem direito ao título e numa transação absolutamente ilegal, existem inúmeros casos de políticos, fazendeiros ou capitalistas da região que, apostando na incapacidade estatal de controlar seus próprios assentamentos, investem recursos na compra de terras de assentamentos, muitas vezes com a conivência dos presidentes das associações. Um caso notório que virou processo administrativo no INCRA de Conceição do Araguaia foi de um lote de 30 alqueires (por volta de 150 ha) em um assentamento no município de Xinguara que foi vendido por R$ 10.000,00 o alqueire. A localização na beira de estrada pavimentada e nesse município, no qual as terras estão altamente valorizadas, tornam esse caso extremo. Mas qual assentado não venderia seu lote por R$300.000,00, ainda mais nas condições de crédito e assistência que são verificadas hoje nos assentamentos do INCRA? É desse tipo de caso que está sendo tratado quando é feita referência nesse texto à pressão do mercado de terras como elemento instabilizador dos assentamentos. É o caso da mineradora *Dow Corning* mostrado acima nesse capítulo e também da mineradora *Puma*, subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce, que compraram lotes de assentados para pesquisas e

> posterior mineração. Nos PAs Campos Altos e Tucumã foram relatados casos desse tipo, como veremos no capítulo 4. Outro exemplo, diferente na forma - pois não envolveu compra - e mais incisivo e aberrante no sentido de demonstrar quão renhida é a luta pela terra na região, foi relatado à Ouvidoria Agrária Regional de Conceição do Araguaia por assentados do PA Airton Senna, no município de Santa Maria das Barreiras, vizinho à Conceição do Araguaia. Segundo o relato, funcionários da fazenda São Roberto, da Agropecuária Santa Bárbara/Grupo Opportunity, invadiram dois lotes do referido PA, destruindo os pertences, os barracos e ameaçando os assentados. Um conglomerado financeiro-agropecuário expropriando "à moda antiga, na boca da vinte", trabalhadores assentados em terra federal e ainda recusando-se a sair mediante notificação administrativa à diretoria do grupo agropecuário, tendo o órgão federal que recorrer à justiça para efetivar a saída.

De maneira sintética são essas as principais modalidades de transferência de lotes verificadas nos assentamentos do sul e sudeste do Pará.

Um processo de retomada que siga à risca a norma legal pode e deve recuperar muitas terras em situações de concentração por assentados, fazendeiros ou capitalistas, como as descritas acima. Disponibilizando para o assentamento de famílias terras que passaram a ser exploradas para fins capitalistas e com predominância do trabalho assalariado. Mas, pela lei, tal processo de retomada também afetará aqueles casos descritos nos itens "a" e "b", ou seja, trará transtornos desnecessários a assentados que, após muito sacrifício, podem ter conseguido se estabilizar em um assentamento utilizando exclusivamente o trabalho familiar.

Observa-se, portanto, que a situação da "transação" de lotes em assentamentos é muito mais complexa do que leva a crer a afirmação de Martins (2003, p. 35) sobre uma suposta "cultura do parasitismo social cercada de esforços notáveis para construir um arcabouço de justificação social e ética dessa modalidade de inserção no sistema de apropriação e distribuição da riqueza".

Claro que essa explicação é insuficiente e parcial ao não colocar com o devido destaque a incapacidade ou a falta de interesse do Estado em formular uma política pública que possibilite a territorialização efetiva dos assentados. A incapacidade e o desinteresse em realizar uma reforma agrária massiva que leve gradativamente à neutralização da renda da terra.

Em um sentido mais próximo ao que esta pesquisa está apontando, Hebétte (2004), ao analisar a questão da compra e venda de lotes, encontra uma justificativa histórica (nem social, nem ética) para a mudança no comportamento das famílias camponesas:

> Se ele (o assentado), comercializa esse lote após tê-lo recebido, como acusam-no de fazer, é porque fizeram desse lote, à revelia dele, uma propriedade privada, com direito dela usar e abusar – uma mercadoria. Antigamente, um desses produtores que não pudesse ou não quisesse mais trabalhar na sua terra, simplesmente a deixava; hoje, a vende, segundo ensinaram-no a fazer

Pode-se acrescentar que, no passado, ainda que a saída da terra envolvesse o recebimento de dinheiro, isso se dava em troca dos "direitos" desse posseiro ou assentado, do trabalho por ele realizado, e não como compensação pelo domínio de determinado pedaço de chão.

3.5. O modelo de projeto de assentamento federal: para não dar certo?

Com essa atitude bem intencionada da "retomada" em grande escala se repete, por parte de legisladores e executores das leis agrárias, aquilo que Sader chamou de "arrogância planejadora" do Estado ao criticar a forma como eram – pode-se certamente acrescentar, como são - criados os assentamentos. A crítica da autora se referia à ausência de um olhar que privilegiasse o sistema concreto de vida dos camponeses no momento de criação dos assentamentos.

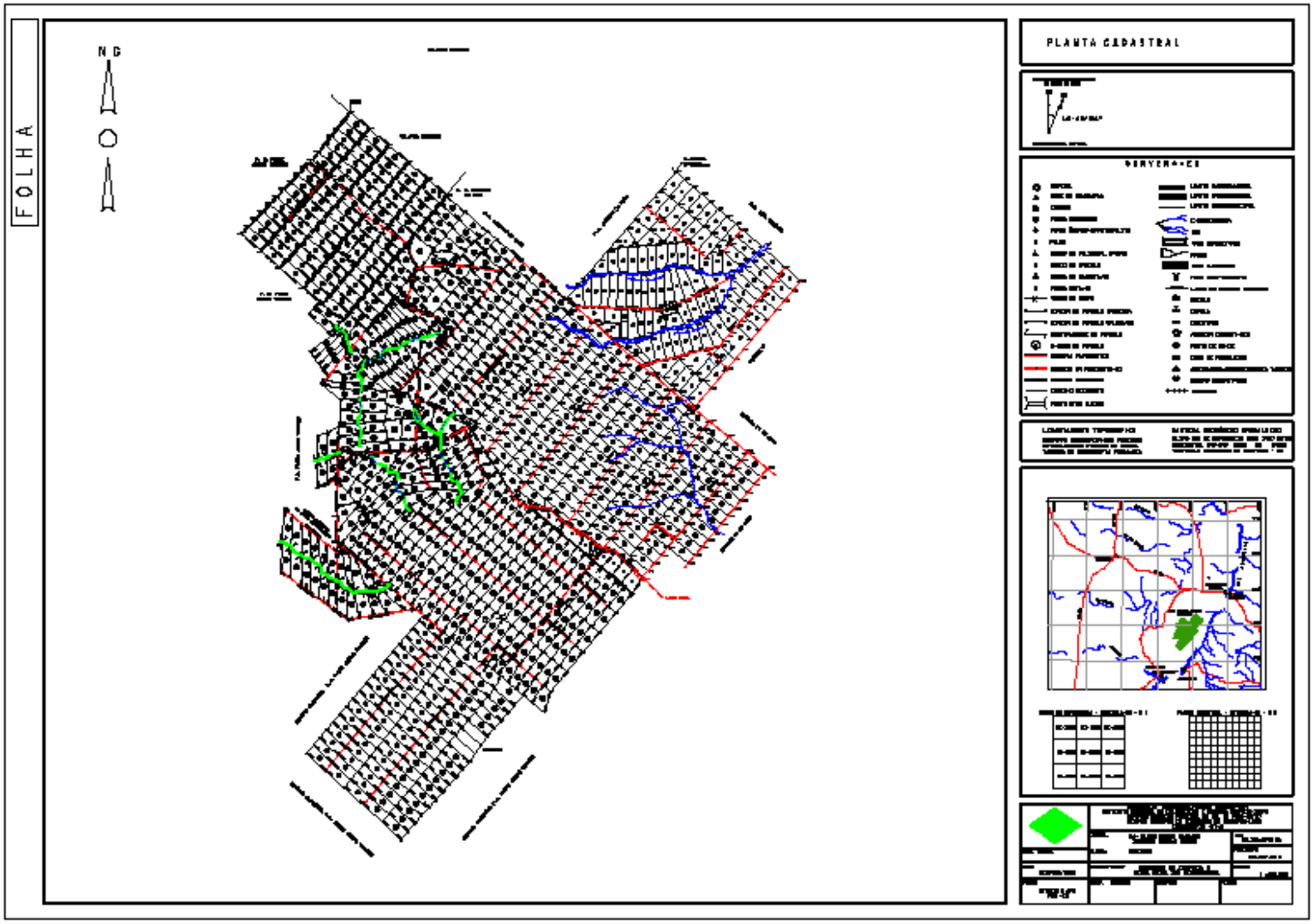
O modelo de Projeto de Assentamento utilizado no sul e sudeste do Pará, na maioria dos casos, ainda é aquele criado no final dos anos 1970, e que ganhou impulso a partir do anos 1980 e 1990, nos quais os PAs são basicamente fazendas ocupadas por movimentos sociais, "cortadas" em parcelas familiares com tamanhos variáveis entre 25 e 100 hectares, dependendo da proximidade da "rua" e da qualidade das terras de cada PA. A precisão da marcação geodésica e a predominância dos formatos geométricos lineares ignoraram totalmente, por exemplo, as áreas de caça e pesca utilizadas pelas famílias para a complementação de sua dieta proteica. Não levaram em conta arranjos familiares comuns entre os assentados e a necessidade de áreas remanescentes para que os filhos dos camponeses pudessem reproduzir a condição dos pais. Não supuseram - e nem houve interesse em se

buscar alternativas sustentáveis – os roçados itinerantes e o sistema de queimadas. Em troca da terra, concedida em um primeiro momento, os camponeses da região sul e sudeste do Pará se viram em condições materiais de sobrevivência totalmente alheias ao seu "habitus" adquirido durante décadas.

O exemplo do Mapa 1[77], do Projeto de Assentamento Padre Josimo Tavares (antiga fazenda Bradesco), localizado no município de Conceição do Araguaia e com mais de 800 lotes familiares, permite uma noção de como a atuação do Estado seguiu uma lógica de divisão das terras conforme a lógica da propriedade cartorial. Simplesmente não existiu o respeito aos cursos d´água, à topografia local, às possibilidades de apropriação dos lotes por cada uma das famílias de acordo com sua força-de-trabalho. A fixidez e a regularidade do tamanho dos lotes denotam um caráter muito mais de distribuição de terras do que de verdadeiro assentamento que busque permitir às famílias a reconstrução de suas vidas no campo. A mera observação do mapa leva a pensar que a terra que cada família recebe não é mais o local de construção de vínculos, dos ritos, das festas, da construção de vínculos de solidariedade. Não é mais um local singular, no qual os vizinhos constroem sua história e são definitivamente marcados por ela. Na organização objetiva do espaço imposta pelo Estado e pelo mercado, a terra aparece apenas como um pedaço de chão que tem que se tornar produtivo mediante o acesso ao crédito bancário e a introdução de recursos tecnológicos. Mas podem esses assentados, herdeiros da tradição camponesa, apropriarem-se de um lugar se não dispõe do "habitus" para a apropriação do mesmo?[78]

[77] Infelizmente não consegui ter acesso a um cópia digital deste mapa com melhor qualidade e com a legenda possível de ser lida. Optei por mantê-lo mesmo assim devido a importância desse material para ilustrar o modelo mais usual dos projetos de assentamentos da região com seus cortes lineares e de precisão geométrica.

[78] Bourdieu fala do presente envenenado que se transformou os apartamentos populares para trabalhadores de baixa renda: "Moderno, feito para um homem moderno, o apartamento exige um comportamento de homem moderno. Para aquele que não tem os meios para ocupá-lo e para habitá-lo, ele se torna uma espécie de mundo estranho ao qual não se pode imprimir marca própria e do qual não se sabe como preencher as expectativas" (BOURDIEU, 1979, p. 124,125).



Mapa 1: PA Padre Josimo Tavares, no município de Conceição do Araguaia, com seus lotes regulares e “cortados” linearmente.

As “terras libertas” que existiam nessa região foram, no curto período de tempo entre os anos 1950 e 1970, transformadas em mercadoria e, em grande parte, como resultado da luta e da resistência desses camponeses, em assentamentos estatais que igualmente não contemplaram as relações anteriormente existentes no local. Deve-se questionar qual a possibilidade de sucesso de uma política de assentamento que impõe ao camponês expropriado, como única possibilidade de acesso à terra, sua transformação em pequeno produtor rural inserido no mercado, pois é isso que se exige de um assentado, sem que o mesmo esteja familiarizado com técnicas de remuneração, métodos de cálculo, racionalização da produção e diversos outros elementos de um sistema econômico que em nada coincide com as disposições econômicas inculcadas pelo seu modo de vida anterior. Ou ainda, qual a possibilidade de uma apropriação efetiva pela população assentada desse espaço agora recortado e recriado a partir da intervenção do mercado e do Estado?

O planejamento racional do futuro, na análise de Bourdieu (1979, p.33), não está ao alcance de todos. Se as disposições capitalistas implicam no cálculo do comportamento econômico dos agentes sociais e, portanto, resultam na busca de uma maior rentabilidade e acumulação dos bens materiais, as disposições econômicas camponesas estariam voltadas, segundo o autor, para a “produção de bens que permitem ao grupo subsistir e se reproduzir biologicamente, e a reprodução dos vínculos, dos valores, das crenças que fazem a coesão do grupo”.

Daí grande parte da dificuldade em convencer o camponês a fazer investimentos que não resultem em resultados concretos, tangíveis e que, no limite, podem colocar em risco a reprodução de sua família. Um crédito para investimento pode ser gasto em poucos dias pelo camponês na busca da satisfação de uma necessidade inadiável. Os assentados mesmo relatam essa situação em relação ao gado comprado com o dinheiro do PRONAF, que é o primeiro a ser vendido quando surge a necessidade de algum gasto essencial, como uma doença ou a necessidade de alguma viagem. Fica assim a dívida por pagar no banco sem ter o gado para gerar renda.

Esse tipo de questionamento passa ao largo das discussões dos atuais dirigentes do INCRA. Não se questiona o modelo de projeto de assentamento e sim o nível de qualificação dos mesmos.

3.5.1. A qualificação dos assentamentos: o Programa de Crédito Instalação e a aposta na Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES).

Quanto ao que o governo Dilma vem chamando de "qualificação dos assentamentos", o que tem sido feito na Superintendência Regional de Marabá uma das principais superintendências regionais do INCRA[79]? Estabelecida como prioridade dessa administração, citada em várias entrevistas de Ministros, Presidentes do INCRA e da própria Presidente da República, o que já foi colocado em prática nos assentamentos do sul e sudeste do Pará?

Existem alguns programas que cumprem papel essencial nesse pretendido processo de qualificação. Para efeito dessa análise nos concentraremos em dois deles: o Programa de Crédito Instalação e a ATES.

3.5.1.1. Crédito Instalação

O Crédito Instalação do INCRA sempre foi gerido e executado pelo próprio órgão e é responsável pelo pagamento, na região sul e sudeste do Pará, dos seguintes créditos aos assentados[80]:

a) **Apoio Inicial**: utilizado para a compra de pequenas ferramentas, utensílios domésticos, alimentação para os primeiros meses na terra, animais de pequeno porte para criação, etc. Valor: R$: 3.200,00[81].
b) **Fomento Coletivo**: propicia o financiamento de projetos coletivos ou individuais de produção, podendo financiar o gradeamento e a preparação do solo para o estabelecimento de lavoura, a compra de máquinas de maior porte, como tratores e a criação de uma pequena agroindústria. Valor: R$ 3.200,00, por família do grupo constituído.
c) **Aquisição de Materiais de Construção (AMC)**: de uso exclusivo para a construção da casa do assentado em seu lote ou em agrovila. Valor: R$ 15.000,00.
d) **Aquisição de Materiais de Construção/Recuperação (AMR)**: de uso exclusivo para a reforma ou ampliação de casas construídas com o crédito AMC até a data de dezembro de 2004. Valor: R$ 8.000,00.

[79] A superintendência de Marabá é a 4ª do país em número de famílias assentadas.
[80] No início de 2013 oficialmente a concessão dos créditos destinados à habitação foram transferidos para o programa federal "Minha Casa, Minha Vida", tendo seus valores elevados e sua concessão efetuada pelos bancos oficiais que lidam com o programa.
[81] Todos os valores do Crédito Instalação aqui citados são referentes à outubro de 2012.

Apenas na Unidade Avançada de Conceição do Araguaia foram pagos até o ano de 2010 mais de R$ 20 milhões anuais nessas modalidades de crédito. Nos anos de 2006, 2007 e 2008 essa cifra atingiu mais de R$ 30 milhões por ano. Nos anos de 2011 e 2012, por uma série de fatores, o programa de **Crédito Instalação** teve seu funcionamento bastante prejudicado[82] Em grande parte devido à indefinição sobre este tipo de crédito continuar dentro do INCRA. O que se sabe é que a construção e recuperação das casas passará a ser de responsabilidade da Caixa Econômica Federal dentro do programa *Minha Casa, Minha Vida*.

Outro problema sério foi a descoberta de um esquema fraudulento para o desvio de verbas envolvendo funcionários do INCRA de Marabá, presidentes de Associações, funcionários do Banco do Brasil e fornecedores de materiais de construção. Houve a prisão de várias dessas pessoas e a exoneração do Coordenador do Programa de **Crédito Instalação** na Superintendência Regional de Marabá.

De qualquer forma, destarte os desmandos ocorridos, há que se apontar que, apesar da inexistência de dados consolidados sobre o número de casas construídas, quase a totalidade dos assentados hoje na região possui casas de alvenarias graças a tal programa. Apesar de muitos assentados preservarem os antigos barracões de madeira, palha e barro para cozinharem nos fornos à lenha e até para receber visitas (pois os barracos são considerados mais "frios" durante o dia), as casas de alvenaria são realmente vistas como a realização de um sonho por parte da grande maioria dos assentados.

Resta a observação de que, apesar de previsto em norma, o ressarcimento por parte dos assentados dos valores recebidos nunca foi exigido pelo INCRA. Segundo a Norma de Execução nº 79, o pagamento se daria em dez anos a partir do recebimento do crédito, com uma carência de três anos, pagos por meio de boleto a ser emitido pelo INCRA, mas nenhum governo realizou essa cobrança até os dias atuais.

Quando à modalidade de **Crédito Fomento Coletivo**, voltada para o financiamento de projetos produtivos, a Superintendência Regional de Marabá apostou na compra de tratores para as associações dos assentamentos, até por ser essa realmente a maior demanda dos assentados. Porém, como o valor do crédito é pequeno individualmente (R$3.200,00) para a efetivação da compra de tratores tinha que se atingir um grupo grande de assentados, por volta de 40 a 50 assentados para cada trator. Apenas no Complexo de assentamentos criados na

[82] Relatório de Gestão do INCRA-Superintendência Regional de Marabá aponta a concessão de R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) no ano de 2010 para toda a SR-27 e de apenas R$ 14.905.400,00 (catorze milhões novecentos e cinco mil e quatrocentos reais) no ano de 2011. (INCRA, Relatório de Gestão SR(27), 2010 e 2011).

antiga fazenda Vale do Rio Cristalino foram pagos de uma só vez sete tratores no ano de 2008, envolvendo o crédito de centenas de assentados. Os resultados foram pífios: as máquinas ficaram à disposição de uma minoria dos assentados, normalmente serviram prioritariamente aos interesses da diretoria das Associações. Pior ainda: a manutenção das máquinas não foi prevista nos pagamentos dos créditos e pequenas avarias levaram a que tais tratores fossem encostados. Segundo relatos das próprias lideranças desses assentamentos, atualmente não há nenhum em pleno uso.

Sobre o programa de Crédito Instalação, portanto, pode-se concluir que a liberação dos recursos vem perdendo força nos últimos anos no INCRA como um todo e particularmente na Superintendência Regional de Marabá, apesar de sua importância para a vida dos assentados. Em parte isso é efeito de algumas travas legais impostas pelo Ministério Público e a pela Justiça Federal [83]. Mas também parece resultar da falta de interesse do INCRA nesse programa, exatamente na contramão da anunciada "qualificação dos projetos de assentamento".

3.5.1.2. Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES)

O outro alicerce do processo de qualificação dos assentamentos e que vem sendo anunciado como a ação prioritária, ao lado das retomadas, é o programa de ATES.

A assistência técnica recebida pelos assentados atualmente no sul do Pará é praticamente nula. Os assentados do PA Canarana entrevistados para essa pesquisa, por exemplo, relataram nunca ter recebido nenhum tipo de assistência, a não ser alguns cursos esporádicos fornecidos pela EMATER local e pelo SEBRAE[84]. O que há e o que sempre houve é a elaboração de projetos produtivos para a liberação do PRONAF pelos bancos financiadores, pelos quais os técnicos das empresas de assistência técnica cobram abusivos R$ 1.500,00, de um crédito que totaliza R$ 20.000,00, quase sempre para indicar a compra de um boi e nove vacas.[85] Em todos os assentamentos visitados durante meus trabalhos no INCRA ouvi queixas nesse sentido.

[83] Para tentar diminuir as fraudes na concessão do Crédito Instalação na Superintendência do Incra de Marabá, o Ministério Público Federal e a Justiça Federal de Marabá exigiram o cumprimento da norma do próprio INCRA que obriga a assinatura de um Contrato de Concessão de Uso com cada assentado para que se possa haver liberação de mais créditos. Como nenhum assentado da região possuía tal documento o Crédito Instalação praticamente parou nos últimos dois anos.

[84] Há algumas notícias de trabalhos sendo melhor realizados pela EMATER na região de São Geraldo do Araguaia e Marabá. Mas também parecem ser frutos da ação de alguns técnicos abnegados e não de uma ação institucional.

[85] No capítulo 5, trataremos com mais detalhes da ação burocrática das empresas de assistência técnica.

A promessa para os assentamentos da área de atuação da Superintendência Regional de Marabá é de universalização do serviço de ATES. Já foram realizadas chamadas públicas para as regiões de Itupiranga e Marabá e os serviços foram iniciados. Na região de Conceição do Araguaia não há nada ainda. Observe-se que o tal serviço não é oferecido diretamente pelo INCRA e sim por empresas particulares ou mistas como as EMATERs dos estados. Cabe ao INCRA dar as diretrizes do serviço, contratar tais empresas mediante chamadas públicas, fiscalizar a realização dos mesmos e fazer os pagamentos. Para tanto, foi lançado pelo órgão fundiário federal um "Manual Operacional de ATES", no qual estão contidas as diretrizes, os objetivos e as metodologias a serem utilizadas nos assentamentos.

As ideias são generosas no sentido que se voltam para a compreensão dos valores locais e de se "alcançar soluções compatíveis com os interesses, necessidades e possibilidades dos atores envolvidos". Cita também, diversas vezes, a gestão democrática e participativa, além da valorização dos saberes das famílias produtoras. Como não há uma política para a compra massiva de alimentos produzidos pelos assentados o texto sobre a ATES não tem muito a dizer em relação à comercialização da produção. Fala por exemplo, em inserir os projetos de assentamentos "de forma competitiva no processo de produção, voltados ao mercado" e em "orientar estratégias que permitam a construção e a valorização de mercados locais e a inserção não-subordinada dos assentados no mercado globalizado, visando gerar novas fontes de renda". Resta, porém, a questão: onde podem chegar tais intenções sem a garantia de compra pelo Estado?[86]

A criação de alternativas produtivas ao mercado estabelecido, hegemônico, é fundamental para que a territorialização camponesa ocorra finalmente. No caso de Conceição do Araguaia, essa é uma construção difícil, tamanha a abrangência do mercado bovino ali estabelecido. Alguns passos já estão sendo dados pelos assentados e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é um alento, mas sem uma intervenção do Estado para garantir o escoamento dessa produção corre-se o risco de que o programa de universalização da ATES fique apenas nas boas intenções anunciadas em seu "Manual Operacional".

[86] Para se ter uma ideia da abrangência da atuação do PAA em relação aos assentados, em 2009 foram comprados produtos de 7.716 assentados em todo o Brasil, em 2010 foram 10.367 assentados atendidos pelo programa e em 2011, 17.351 assentados, de um universo de mais de 900.000 famílias. No município de Conceição do Araguaia apenas 69 famílias fazem parte do programa, todas elas vendem seus produtos via a COPAG, a cooperativa do STTR de Conceição do Araguaia. No ano de 2010 foram vendidos R$310.000,00 pelos assentados do município de Conceição do Araguaia. Em 2009 e 2011 o resultado foi zerado. Ou seja, um número ínfimo de assentados é atendido pelo programa, seja no Brasil ou em Conceição do Araguaia. (CONAB, Disponível em http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_04_19_15_30_50_assentados_2009_2011_site.pdf acesso em 15/10/2012.

Pode-se então resumir assim a política do governo Dilma, após 20 meses de governo: apesar da continuidade das ocupações e dos acampamentos existentes, houve forte desaceleração na desapropriação de fazendas, na "obtenção de terras", como se diz internamente no INCRA. Na Superintendência Regional de Marabá, a obtenção realmente parou desde o início de 2011. Por outro lado, há um plano ambicioso de universalização do serviço de ATES, que abrangeria o universo dos assentados do país. Por enquanto, porém, são apenas intenções e, mesmo se implementado tal serviço a contento, não tem havido a devida intervenção estatal na questão da comercialização.

4. Mineração, pecuária e a alta no preço das terras no sul e sudeste do Pará: "E a terra virou ouro"[87]

A pecuária e a mineração são atividades econômicas que há muitas décadas ocupam com destaque as terras do sul e sudeste do Pará. A criação de gado, como foi analisado no capítulo 1, se confunde com a própria ocupação da região por populações não indígenas, realizada por camponeses e médios fazendeiros com tradição pastoril. Também a mineração mais artesanal, o garimpo, teve e ainda tem papel importante na atração e na fixação das populações do Araguaia Paraense e nas áreas mais próximas ao rio Xingu. Já vimos como nos anos 1980 o garimpo localizado no município de Cumaru do Norte/PA atraiu milhares de pessoas em busca do sonho dourado. Os governos militares, como também já foi referido em capítulos anteriores, incentivaram essas duas atividades econômicas, mas o fizeram dando apoio a empreendimentos do capital monopolista, como carro–chefe da "ocupação" e "modernização" da Amazônia oriental. Naquele período, os projetos agropecuários e de exploração de minério receberam inúmeros incentivos e foram agraciados, pelo Estado brasileiro, com a instalação de importante infraestrutura, ainda que deficiente até hoje. Estradas como a Transamazônica e hidrelétricas, como a de Tucuruí, uma das maiores do país, são exemplos do aporte de recursos do Estado brasileiro para viabilizar a exploração capitalista das referidas atividades econômicas. Pode-se dizer que a depender dos projetos da ditadura civil-militar implantada em 1964, essa fração do território nacional seria um imenso pasto para engorda de gado entremeado por projetos de exploração mineral, com ambas atividades exploradas por grandes grupos econômicos nacionais e transnacionais.

Sabemos que a resistência dos posseiros e sem-terras, ao construir uma "cultura de ocupação", transformou essa realidade e o Estado brasileiro se viu obrigado a reconhecer e legitimar as frações camponesas do território incrustadas no território capitalista, seja na forma de assentamentos rurais ou por meio de regularização fundiária. Chegando inclusive a realizar, tamanha a força adquirida pelo movimento camponês, em alguns poucos municípios, algo que pode ser chamado de reestruturação fundiária local[88]. Todavia, a disputa por terras

[87]Frase utilizada por superintendente do INCRA de Marabá em entrevista para o jornal Folha de São Paulo na matéria intitulada "Justiça pode retomar 7.000 lotes no PA", na seguinte frase: "Nos últimos cinco anos, a mineração e as siderúrgicas aumentaram ainda mais o fluxo migratório, e a terra virou ouro", disse ele.

[88] No município de Conceição do Araguaia, por exemplo, a área ocupada por propriedades com mais de 1000 hectares chega a 34,75% da área total ocupada, enquanto no Brasil essa porcentagem se eleva a 45%,00.

continua mesmo nessas áreas reformadas e a identificação de algumas dessas disputas é um dos objetivos primeiros da pesquisa aqui apresentada.

As novas investidas de grandes projetos agropecuários e de extração mineral estão diretamente ligadas a essa nova etapa de luta pela terra no sul e sudeste paraense, cada vez mais voltada para a viabilização dos assentamentos existentes e para a permanência dos assentados em seus lotes. O aumento dos preços da carne e de alguns dos minérios existentes no subsolo paraense fez com que a partir do final dos anos 1990 e começo dos anos 2000, tivesse início uma nova ofensiva por parte de grande grupos empresariais ligados à exploração mineral e à pecuária de corte para a obtenção de vastas dimensões territoriais no sul e sudeste paraense, exercendo e aumentando a pressão sobre terras devolutas, particulares, indígenas e, inclusive, sobre terras de assentamentos.

Assim, nos últimos dez anos as terras das regiões do sul e sudeste paraense estão subindo de preço de forma acelerada. O Gráfico 5 representando o preço médio da terra nua, por hectare, em três microrregiões do sul e sudeste paraense demonstram claramente isso.

Nas três microrregiões analisadas houve aumento considerável dos preços das terras. Em Conceição do Araguaia o hectare passou de R$ 191,00 no ano de 2001 para R$ 1.340,00 em 2010, um aumento da ordem de 601%. Na microrregião de Redenção, o valor do hectare passou de R$ 222,00 para R$ 1639,00, uma majoração de 638% e em Marabá, os valores subiram de R$ 212,00 para R$ 1.542,00 o hectare, um aumento de 627% no período analisado. Apenas para efeito de comparação, a inflação no período foi de 89,81%, de acordo com o IPCA/IBGE. Não há como não relacionar tal alta dos preços com a expansão da pecuária e dos grandes projetos minerais na região.[89]

[89] Também não há como negar que a atuação do INCRA também influencia nesses valores. Afinal, as atuais normas legais que estabelecem o pagamento em dinheiro das benfeitorias e da terra nua em TDAs, ainda que com prazos de até 20 anos, fazem da desapropriação, muitas vezes, não um castigo, mas um bom negócio para fazendeiros descapitalizados ou proprietários de pastagens e terras muito degradadas.

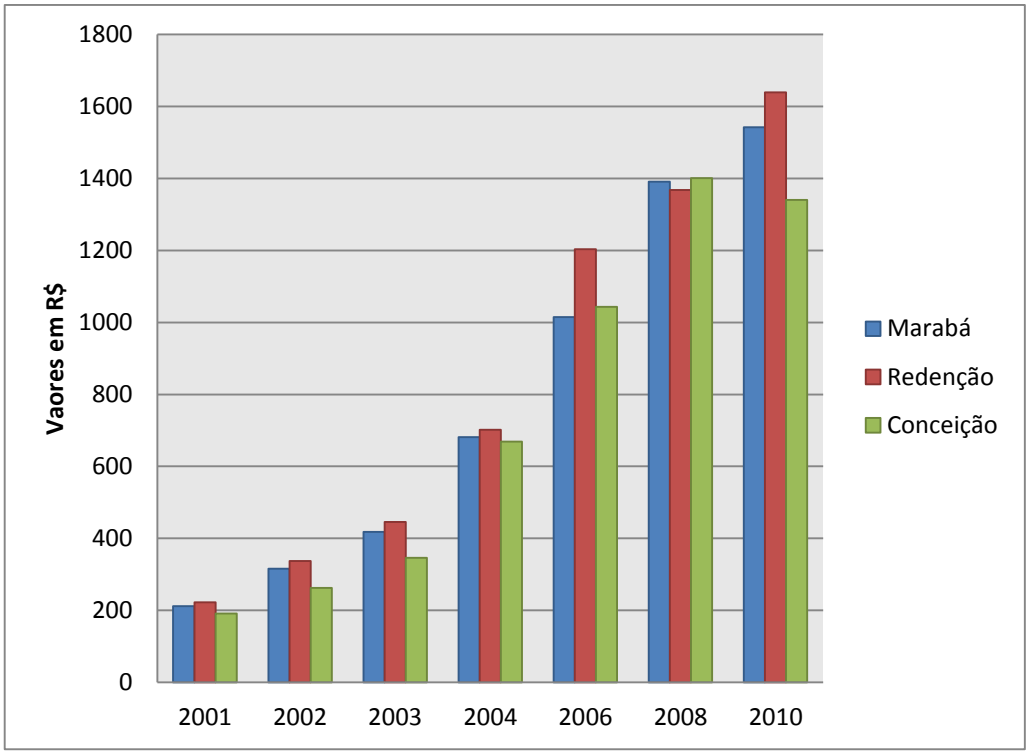


Gráfico 5: Preço médio da terra nua, titulada, por hectare, nas microrregiões de Conceição do Araguaia, Redenção e Marabá, entre os anos 2001 e 2010. Fonte: INCRA Superintendência Regional de Marabá/Divisão de Obtenção de Terras. Org. Marcelo Terence

A alta expressiva do preço das terras tituladas fez com que muitos pequenos e médios produtores se voltassem para a compra de terras dentro de assentamentos, cujo preço tende a ser mais baixo.

Resumindo muito bem a situação, quando perguntado sobre por qual motivo insistia em ter mais de um lote dentro do assentamento e se não era melhor comprar terras tituladas e assim não se arriscar a perder as terras no futuro, o presidente da associação de um dos assentamentos de Conceição do Araguaia se referiu ao alto preços das terras tituladas e ao fato de que "pequeno só consegue comprar terra em assentamento, porque fora deles os grandes já compraram todas e os preços são muito altos" (Sr. João)[90].

Nesse capítulo, portanto, pretende-se discutir como que essa nova corrida para a de aquisição de terras por parte dos empreendimentos capitalistas pecuários e de exploração mineral entre outras consequências, dificulta direta ou indiretamente a permanência dos assentados em seus lotes, inflaciona o preço das terras dos assentamentos, esgarça vínculos

[90]Informação verbal fornecida ao autor em 18/11/2011.

dura e precariamente reconstruídos entre os camponeses e se torna mais um fator de instabilidade para a realização a contento de uma política de reforma agrária.

4.1. A nova pecuarização do sul do Pará: o caso da Agro-SB

Existem vários atrativos para se buscar o investimento no gado bovino. O principal deles, sem dúvida, sobretudo para empreendimentos com características capitalistas, é o retorno monetário rápido e generoso. De acordo com um pequeno fazendeiro de Conceição do Araguaia, ao ser perguntado sobre a rentabilidade da atividade pecuária, afirmou que, se o interessado tiver pastagens disponíveis para colocar o seu gado, "a pessoa praticamente dobra seu capital a cada dois anos". (Sr. Abílio)[91]

Bezerros machos com oito meses de idade são comprados no mercado local por R$ 600,00. Quando completam a idade de três anos ou pouco mais, dependendo da qualidade do pasto e de cuidados como ração, sal mineral e hormônios, podem atingir um peso próximo a 18 arrobas, e assim serem vendidos por algo em torno de R$ 1530,00 ou R$ 85,00 a arroba[92]. Uma valorização superior a 150%.

Também para aquele que investe em vacas de leite o ganho é semelhante, pois as mesmas são compradas por valores próximos a R$1.600,00. Parindo uma vez por ano, rendem por volta de R$ 450,00 com a venda da cria se for fêmea e R$ 600,00 se for macho. Ainda rendem de R$ 3,00 a R$ 4,00 por dia, cada uma, com a venda do leite a R$0,45 o litro. Enfim, quando mais velhas, ainda podem ser vendidas aos matadouros e açougues locais onde atingem a cotação de R$ 75,00 a arroba. Um dos comerciantes de gado bovino de Conceição do Araguaia que forneceu essas informações reiterou as informações do fazendeiro acima citado. Em suas palavras, "Não há melhor poupança do que o gado". (Sr. Gustavo)[93].

Não foram obtidos dados suficientes para que fosse possível compor uma série histórica do aumento do preço da carne no sul e sudeste do Pará. Se tomarmos como referência o preço da arroba da boi gordo em São Paulo, que atualmente é algo em torno de 10% mais caro que no sul e sudeste do Pará, constatamos, conforme o Gráfico 6, uma elevação de 255% nos últimos 15 anos, ainda que oscilando em alguns anos desse intervalo:

[91] Informação verbal dada ao autor em 15/10/2012.
[92] Todos os preços locais para o gado e a carne foram obtidos em conversas com fazendeiros e assentados da região e se referem aos últimos meses de 2012.
[93] Informação verbal fornecida ao autor em 25/10/2012.

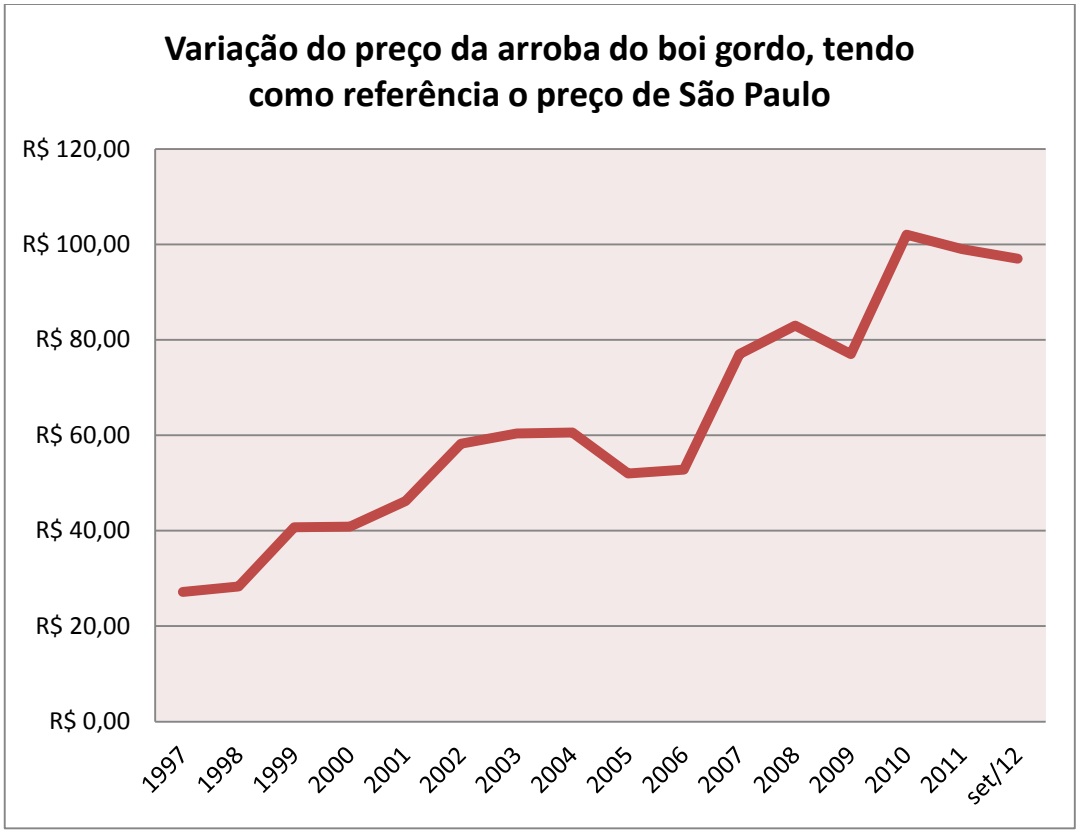


Gráfico 6: Variação do preço da arroba do boi gordo, em reais, tendo como referência o preço de São Paulo entre os anos 1997 e 2012. Fonte: Cepea/Esalq/USP[94]. Org. Marcelo Terence.

Com os altos preços atingidos pela carne de boi é fácil encontrar em Conceição do Araguaia diversas categorias sociais que investem no gado, seja em suas terras ou alugadas, ou ainda colocando o gado "à meia". São médicos, políticos, comerciantes, funcionários públicos – inclusive do INCRA – que, mesmo não possuindo a pecuária como sua atividade profissional, aplicam seus recursos na expectativa de um ganho rápido, seguro e de grande liquidez. Segundo o mesmo comerciante local de gado já citado acima "as pessoas ligam para comprar gado, a procura é grande o tempo todo" (Sr. Gustavo, 25/10/12).

Essa grande procura pelo gado têm proporcionado, nos últimos anos, um aumento significativo no rebanho bovino do sul e do sudeste paraense. Na microrregião de Conceição do Araguaia o total de cabeças de gado bovino teve um aumento substancial, passando de 815.345 em 1990 para 1.053.052 em 2000 e 1.432.299 em 2010 Na mesorregião do sudeste paraense, o rebanho bovino cresceu de 3.802.907 cabeças em 1990 para 6.991.753 cabeças no ano 2000 e 11.701.754 em 2010. (IBGE, 2006).

[94] Disponível em http://cepea.esalq.usp.br/boi/, acesso em setembro de 2012.

Mesmo entre os pequenos produtores e entre os camponeses a pecuária tem importância de primeira ordem em relação à renda pelos mesmos, conforme demonstra a Tabela 7 que se refere aos principais produtos comercializados por pequenos produtores e camponeses do município de Conceição do Araguaia:

Tabela 7 - Valor total da produção (em mil reais), por tipo de produção, grupos de área até 200 ha, no município de Conceição do Araguaia, 2006.

Grupos de área (ha)	**Gado (venda de cabeças)**	**Leite**	**Horticultura**	**Lavoura temporária**
0-20	336	65	29	223
20-50	2177	783	98	4065
50-100	2971	1068	25	2300
100-200	1754	346	9	1188
Total	7238	2262	162	7763

Fonte IBGE, Censo Agropecuário 2006. Org. Marcelo Terence.

Não são só os números que demonstram a importância econômica do gado bovino para o sudeste paraense. Em alguns municípios considerados centros de criação de gado, isso fica ainda mais evidente. Em viagem pela rodovia BR-155, no trecho que faz a ligação entre os municípios de Redenção e Xinguara, por exemplo, e principalmente na chegada a este último município, abundam os *outdoors* anunciando a realização de inúmeros leilões de gado bovino. Existem na região empresas especializadas em organizar esse tipo de eventos, nos quais reina soberana a estética *country*. Em um desses eventos mais famosos nos últimos anos, a Agropecuária Santa Bárbara (a Agro-SB), de propriedade do grupo Opportunity - do banqueiro Daniel Dantas - leiloou nada menos do que 10.000 (dez mil) bezerros machos em um só dia. Aliás, esse empreendimento agropecuário merece algumas palavras a mais, dada a sua atual importância na região e a algumas outras peculiaridades.

Figura 1: Cartaz promocional do grupo Santa Bárbara: bezerros da mesma "marca".

Depois da falência ou abandono dos grandes e "modernos" projetos financiados pela SUDAM, muitos dos empreendimentos agropecuários da região passaram a ser "tocados" em unidades de produção de médio porte, ou mesmo de grande porte, mas tendo a frente grupos familiares tradicionais ou já instalados há algumas décadas na região. Exemplos mais marcantes desse último tipo são as fazendas da família Mutran e da família Quagliatro.

Esses pecuaristas de médio e grande portes foram e ainda são responsáveis por um sem número de denúncias envolvendo todo tipo de irregularidades. Tais irregularidades envolvem igualmente fazendeiros de maior poder aquisitivo, absenteístas que apenas auferem os lucros e terceirizam a gestão das fazendas para os gerentes, como também aqueles pequenos fazendeiros mais ligados à terra, que pessoalmente conduzem os trabalhos de desmatamento e plantio do pasto e que normalmente investem todos os seus recursos com a formação da fazenda e com o gado[95]. Em ambos os casos são inúmeras as denúncias sobre o desrespeito total pelas leis trabalhistas e ambientais. As denúncias e os flagrantes de "condições de trabalho análogas à escravidão", como eufemisticamente trata a lei, foram frequentes nas últimas décadas. O desmatamento foi praticamente total, não se respeitando nem mesmo as de preservação permanente como matas ciliares e topos de morros, prova disso é a dificuldade do INCRA regularizar junto aos órgãos de fiscalização ambiental seus assentamentos criados nessas fazendas. Poderia ser argumentado que o caráter tradicionalista na maneira desses fazendeiros conduzirem seus negócios é que levaria às inúmeras irregularidades praticadas pelos mesmos e, na mesma linha das intenções declaradas da SUDAM e do Estatuto da Terra, que a entrada de empresas modernas, de grande porte, com estrutura e gestão mais profissional, poderiam atualizar as relações com o meio ambiente e a sociedade, trazendo finalmente benefícios para a região a partir da exploração capitalista da pecuária.

Novamente, como nos casos dos grandes projetos da SUDAM, coube à experiência concreta demonstrar o contrário, ou seja, que o grau de capitalização dos empreendimentos não possui nenhuma relação com o grau de respeito às noções de desenvolvimento sustentável ou com o cumprimento de normas legais ambientais e trabalhistas básicas do país.

[95] Minha experiência de um ano e meio à frente da Ouvidoria Agrária Regional do INCRA Superintendência Regional de Marabá me permite afirmar que são esses pequenos fazendeiros que mais frequentemente tem resistido com violência nas investidas do movimento de luta pela terra. Até por sua condição "aventureira" de arriscar toda sua poupança ao investir em gado e também pela sua presença física e de sua família nas fazendas, são esses pequenos fazendeiros, normalmente mineiros ou goianos, que mais violenta e diretamente reagem às ocupações ou às notícias de que a ocupação vai ocorrer, causando sérios conflitos, chegando a haver choques armados.

E aqui voltamos a tratar da Agropecuária Santa Bárbara que, no ano de 2005, começou suas operações no sul do Pará. Com estrutura empresarial na gestão dos negócios - suas fazendas, por exemplo, possuem três gerentes, um para o gado, um de pessoal e outro que gerencia as máquinas da propriedade – o discurso da empresa é de modernidade, "com gestão moderna e participativa"[96]. Atualmente a Agropecuária declara possuir 500 mil hectares de terras e 500 mil cabeças de gado. O foco de sua produção também é propagandeado como estando baseado no melhoramento genético, criando assim, a partir do desenvolvimento técnico em unidade em Amparo (SP) e Uberlândia (MG), a raça Nelore Agro-SB. A mercadoria de venda da Agro-SB são os bezerros machos, sendo as fêmeas incorporadas ao rebanho para reprodução. As falas sobre a questão ambiental também exalam modernidade e respeito às leis ambientais: "O desafio de produzir alimentos no bioma da Amazônia é encarado pela Agro-SB com muita responsabilidade, respeitando a floresta, as áreas de preservação e as reservas legais." Mas não é só isso: "O compromisso da Agro-SB não se resume ao meio ambiente. A empresa desenvolve programas de valorização dos colaboradores e suas famílias, além de oferecer educação com princípios de respeito às pessoas, às comunidades e à natureza".

Quem sabe não são realmente essas as intenções do grupo agropecuário-financeiro? Se for assim, nem tudo está saindo como planejado. Desrespeito ao meio-ambiente, conflitos com sem-terra, denúncia de ilegalidade na apropriação das terras que ocupam, destruição de casas de assentados e ocupação irregular de terras de assentamentos estão entre as denúncias e fatos que vem manchando a aura de modernidade desse empreendimento.

O detalhamento de tais denúncias pode ajudar a visualizar como, mais uma vez, o moderno e o atraso andam juntos na sociedade brasileira, repetindo, para não irmos longe do nosso caso, alguns dos fatos ocorridos nos projetos da SUDAM, com algumas variantes. No ano de 2008, por exemplo, a Ouvidoria Agrária da Unidade Avançada de Conceição do Araguaia, recebeu a denúncia feita por dois assentados do PA Airton Senna, localizado no município de Santana do Araguaia, sobre a ocupação de seus lotes e a derrubada de suas casas por funcionários da Agro-SB que argumentavam ser a terra na qual moravam os assentados pertencente aos limites da fazenda. A ida do INCRA ao local constatou que as casas dos assentados estavam legalmente ocupando a terra do assentamento. Notificada pelo órgão fundiário, a diretoria da empresa em Redenção negou a ação ilegal e só meses depois houve o reconhecimento do "erro" por parte do grupo agropecuário. Nessa mesma visita, técnicos do

[96] Disponível em www.agrosb.com.br/oque, acesso em 19/09/2012.

INCRA constataram a derrubada da vegetação em topos de morro, ação ilegal do ponto de vista ambiental por tratar-se de Área de Preservação Permanente. As Fotos 17 e 18, 19 e 20 demonstram bem o grau de modernidade do grupo capitalista[97]. Segundo informações colhidas no local junto a moradores e representantes do STR de Santana do Araguaia, o desmatamento havia sido realizado com desfolhantes químicos, para agravar ainda mais a agressão ao meio-ambiente.

Foto 17: O desmatamento químico em áreas de preservação permanente na fazenda São Roberto, no município de Santana do Araguaia. Autor: Marcelo Terence, 2008.

Foto 18: A derrubada da casa de um assentado do PA Airton Senna no município de Santana do Araguaia(PA): modernidade por parte da Agro-SB?

[97] Essas mesmas fotos foram remetidas ao IBAMA que retornou ao local e autuou com multa o grupo agropecuário.

Mas há outras contradições na atuação da empresa Agro-SB na busca por lucros advindos da produção pecuária. O próprio domínio das terras sobre as quais produz seu gado é de origem duvidosa. Compradas de famílias tradicionais da região, algumas das fazendas do grupo tiveram origem, segundo o MST e o MPF, em aforamentos antigos realizados pelo estado do Pará para a exploração da castanha-do-Pará. No entanto, com o passar dos anos e o aumento do ganho com o gado bovino em relação à exploração castanheira, as árvores da castanha foram sendo derrubadas para dar lugar às pastagens. Tal feito já seria suficiente para romper as cláusulas do aforamento. São essas terras que foram vendidas ilegalmente pela família Mutran e compradas pela Agro-SB. Sabendo da inconsistência legal das fazendas, o MST, a FETRAF e a FETAGRI realizaram ocupações em oito propriedades ligadas ao grupo agropecuário. [98]

Não bastasse isso, em pelo menos duas das ocupações de fazendas do grupo Santa Bárbara realizadas pelo MST houve reação armada por parte de vigilantes privados: em 2009, na fazenda Espírito Santo, localizada no município de Xinguara e durante a ocupação da fazenda Cedro, no município de Eldorado dos Carajás, no ano de 2012. Nesse último episódio, 16 integrantes do MST foram feridos à bala, incluindo uma criança de 2 anos de idade ferida com um tiro na cabeça. Novamente uma empresa capitalista, ligada ao setor financeiro de ponta da economia nacional, reproduz velhas táticas violentas para defender sua propriedade, desrespeitando inclusive um acordo que havia sido intermediado pelo INCRA, no qual se comprometia a liberar três fazendas ocupadas para a criação de assentamentos em contrapartida à desocupação de outras três fazendas por parte do movimento social. Esse acordo foi firmado no ano de 2010 e a reocupação da fazenda Cedro foi uma reação ao não cumprimento do mesmo.[99]

[98] Enquanto servidor lotado na Ouvidoria Agrária do INCRA em Marabá, tive a oportunidade de atender um telefonema de um integrante da família Mutran, o qual não recordo o primeiro nome. Telefonando dos EUA, o mesmo dizia ter sido informado pelo gerente da fazenda Peruano, de propriedade da família e ocupada pelo MST, que os sem-terra estavam retirando as últimas castanheiras presentes na propriedade e que as mesmas, segundo o cínico reclamante, haviam sido preservadas para "adornar os pastos". Ou seja, a família Mutran havia derrubado praticamente todas as castanheiras existentes na propriedade e agora reclamava que os últimos exemplares preservados para "adornar o pasto" estavam sendo derrubados pelo MST. O pior é que ao irmos ao local constatamos que era o próprio gerente da fazenda que estava cometendo crime ambiental, o que gerou uma multa por parte do IBAMA à família Mutran.

[99] Aqui cabe uma nota sobre o comportamento conservador de boa parte do judiciário quando se trata de questões ligadas à propriedade privada: uma juíza da Vara Agrária de Marabá negou o pedido de reintegração de posse das fazendas ocupadas feito pelo grupo Santa Bárbara, alegando as dúvidas quanto à legalidade da transferência das mesmas da família Mutran ao grupo agropecuário. Mas passando por cima da Vara especializada no assunto, o Tribunal de Justiça do Pará revogou a decisão de 1ª instância, permitindo o despejo das famílias. Foi na reocupação da fazenda que aconteceu o conflito e o revide armado por parte dos funcionários da fazenda.

É importante notar que em 2005, no mesmo ano que a Agro-SB iniciou suas operações no sul do Pará, também começou um movimento por parte de grandes "global players" do ramo de exportação de carnes para atuarem na região. Para ficarmos em apenas alguns exemplos: a **Bertin S/A** comprou nesse mesmo ano o frigorífico Marabá, localizado no município de mesmo nome, com capacidade de abate de 800 bois por dia e, no ano de 2009, tal estabelecimento recebia o fornecimento de gado de 180 fazendas, apenas levando-se em conta as situadas em Marabá[100]. Em 2007 a Bertin/AS arrendou com opção de compra três unidades do frigorífico Redenção, com plantas instaladas nos municípios de Redenção (PA), Santana do Araguaia (PA) e Tucumã (PA). As três plantas industriais somadas possuíam então capacidade para o abate de 2.000 cabeças/dia. Também instalou curtumes em Redenção e Conceição do Araguaia (PA). Outro grupo com atuação internacional, o **Minerva Foods**, fez um investimento, no ano de 2007, de R$ 40 milhões de reais no município de Redenção, com capacidade de abate de 800 cabeças/dia. O grupo gaúcho **Mercosul** também investiu na região com a construção, no município de Tucumã (PA), de uma unidade frigorífica com capacidade de abate de 1.500 cabeças/dia[101]. Também aqui, conforme investigação realizada pelo Greenpeace, se misturaram empresas gigantes - as maiores de seus setores -, com negócios absolutamente ilegais, envolvendo desmatamento e acusações de emprego de trabalhadores em condição análogas à da escravidão.[102]

A instalação dessas empresas gigantes do ramo de exportação e processamento de carnes só faz aumentar a demanda para que cada vez mais se ampliem as pastagens e os investimentos na produção pecuária. Há mesmo uma preocupação no setor em relação ao suprimento desses frigoríficos com gado local, principalmente depois que alguns países, como Líbano e Venezuela, optaram por importar o gado vivo dos pastos paraenses.

[100] No ano de 2009, a JBS/Friboi incorpora a Bertin S/A e as unidades frigoríficas acima citadas passam a ser operadas por essa marca, desde então a maior empresa exportadora de carne do mundo.
[101] Disponível em: portaldoagronegócio.com.br, acesso em 21/09/2012.
[102] Disponível em greenpeace.org/brasil/pt/Documentos/Farra-do-Boi-na-Amazônia. Acesso em 21/09/2012. O estudo é interessante porque demonstra, com imagens de satélite, como fazendas em municípios nos quais o desmatamento é proibido desde 2006, aumentaram suas pastagens às custas de derrubadas de vastas extensões de floresta e fornecem gado para abate para boa parte desses frigoríficos, inclusive os maiores deles, pertencentes ao grupo JBS/Friboi. Em seguida, a carne e o couro obtidos nos frigoríficos são processados e vendidos para diversos países do mundo e para multinacionais como Adidas, Wal-Mart, Nike, Ford, Macys, etc. Alimentos, bancos para carros, sapatos de couro das marcas mais prestigiosas do mundo são produzidos a partir de matérias primas obtidas a partir de processos produtivos permeados de irregularidades. No caso, alguns nacionalistas mais exaltados podem até acusar o Greenpeace de fazer o jogo de pecuaristas de outros países, fazendo propaganda negativa da "farra do boi" brasileira. Mas quem já visitou fazendas no sul do Pará e conhece as histórias sobre a "peonagem" seria incapaz de desdizer a ONG ambientalista no que tange às acusações de desmatamento abusivo e destrato com os trabalhadores rurais.

Tal pressão da produção pecuária por cada vez mais terras, levada a diante por pequenos, médios e grandes fazendeiros ou grupos capitalistas, acaba por influenciar a vida nos projetos de assentamentos de pelo menos quatro formas:

a) Profissionais liberais, pequenos proprietários rurais, comerciantes, pequenos e médios empresários "arriscam" comprar ilegalmente terras dentro dos assentamentos buscando investir na produção pecuária;
b) Assentados seduzidos pelos ganhos promissores e pelas facilidades na comercialização – posto que o mercado "criou" mecanismos de comercialização envolvendo atravessadores, caminhoneiros e compradores[103] - se especializam na criação de gado;
c) O preço das terras dos assentamentos acabam se valorizando, influenciados pelos preços das terras tituladas, aumentando a possibilidade de venda por parte dos assentados;
d) Como a pecuária, para sua expansão, demanda muitos lotes, assentados ou outros sujeitos sociais que concentram terras em assentamentos acabam contribuindo para a desertificação dos mesmos, criando clarões desabitados formados por lotes nos quais só há pasto. Essa diminuição do número de assentados, como ficará mais claro quando discutirmos o caso das mineradoras, acarreta uma série de problemas como a perda de escolas e postos de saúde para a comunidade[104].

4.2. Essa terra vale ouro: o caso das mineradoras

Ao analisar um caso que vem acontecendo nos municípios de Tucumã e Ourilândia do Norte, esse item tem a intenção de trazer à discussão o impacto das atividades de grandes mineradoras em assentamentos da reforma agrária no sul e sudeste do Pará.

[103] Nunca é demais ressaltar que o mercado criou tais mecanismos após milionários incentivos fiscais e creditícios fornecidos pelo Estado brasileiro, como já foi dito acima.
[104] No início da última gestão municipal de Conceição do Araguaia, iniciada em janeiro de 2009, houve uma reestruturação das escolas municipais rurais justamente nesse sentido. Constatando a diminuição do número de alunos nas salas de aula, as pequenas escolas das vilas foram transferidas para escolas-núcleos, e as crianças deixaram de estudar mais perto de casa para terem de se deslocar por meio de ônibus disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação. Dada a precariedade das estradas já se imagina as possíveis consequências dessa medida.

O projeto de exploração mineral Onça Puma, incorporado pela Companhia Vale no ano de 2005, será tomado como exemplo das contradições que inevitavelmente surgem da proximidade e convivência entre estes empreendimentos capitalistas e as famílias assentadas, sem falar nas aldeias indígenas da Reserva Indígena Xikrin do Cateté, vizinhas dos assentamentos e também atingidas pelos efeitos da exploração mineral.[105]

A análise e divulgação desse caso serve para alertar possíveis futuros problemas em outras áreas próximas a projetos de assentamentos nas quais ocorreram ou estão ocorrendo pesquisas minerais, incluindo o PA Canarana, objeto central desse estudo, e assentamentos vizinhos. Segundo o ex-presidente da Associação do PA Canarana, Sr. José Maria, o Zeca da Canarana – ele próprio tendo prestado serviço durante alguns meses para a empresa responsável pelas pesquisas - ficou comprovado a existência de níquel e outros minerais em vários pontos no município de Conceição do Araguaia e mesmo no projeto de assentamento Canarana e assentamentos vizinhos. Sempre segundo ele, a empresa responsável pela mineração estaria prometendo começar dentro de poucos anos a atividade de lavra.[106] Assim, o caso a ser relatado nas serras do Onça e do Puma, e que atinge fortemente a vida dos assentados dos PAs Campos Altos e Tucumã, é importante para se entender essa outra forma de pressão sobre as terras – a instalação de grandes empreendimentos capitalistas de mineração, sem dúvida, uma das causas da instabilidade e rotatividade dos assentados nos assentamentos no sul e sudeste do Pará.

4.2.1. A entrada da Companhia Vale S/A nos assentamentos Campos Altos e Tucumã/PA.

No ano de 2006, a Companhia Vale S/A adquiriu o projeto de exploração mineral Onça Puma e a concessão do direito de lavra do níquel pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), na região abrangida pelas serras igualmente denominadas Onça e

[105] "Os estudos, feitos pela própria Vale e aprovados pela Funai com enorme atraso enumeram impactos severos sobre a Terra Indígena Xikrin do Cateté, onde vivem cerca de mil índios: pressão de invasões sobre o território indígena, risco de contaminação no rio Cateté, de onde os Xikrin tiram o sustento, poluição sonora e do ar pela proximidade da usina metalúrgica do empreendimento. A Terra Indígena Kayapó, notadamente as aldeias Aukre, Pykararankre, Kendjam e Kikretum, com cerca de 4.500 índios, também é afetada pela mineração de níquel da Vale, principalmente pelo fluxo migracional que gera pressão de invasores e madeireiros sobre a terra." Disponível em: http://www.prpa.mpf.gov.br. Acesso em 23/10/2011.

[106] Consegui a informação, junto a um agrônomo que trabalha na sede do INCRA em Brasília, que havia um grupo de trabalho formado por INCRA, DNPM, MPF buscando a criação de uma metodologia para essas situações. Por falta de competência e conhecimento aprofundado na área legal, não me atrevo a dizer que a lei talvez até já garanta mais direitos aos assentados do que aqueles que lhes têm sido garantidos na prática. Talvez a questão de fundo sejam os interesses que estão prevalecendo e não a falta de garantias legais ou institucionais.

Puma. Ocorre que em parte dessa área pretendida já existiam dois assentamentos. O PA Campos Altos criado no ano de 1998, com capacidade para 290 famílias e extensão de 8.711 ha. E o PA Tucumã, criado em 1991, com capacidade para 6.500 famílias e extensão de 400.000 ha.

Na verdade, a área pretendida coincidente com os assentamentos abrange um total de 7.388 ha, sendo mais de 6.000 ha dentro do PA Tucumã. Não obstante, até pelos efeitos que serão discutidos aqui em relação ao "isolamento" imposto aos assentados remanescentes, é importante salientar que o projeto total da Onça Puma corresponde a mais de 36.000ha.

No ano de 2010, após um processo conduzido em parte pelas vias oficiais, com entendimentos com o INCRA e o MPF/PA, e em parte conduzido informalmente, com a compra de lotes de assentados sem o consentimento da autarquia fundiária, 85 famílias de ambos os assentamentos acima referidos foram realocadas para um denominado PA União, criado pela Vale com a anuência do INCRA.

Vale dizer que os valores pagos a título de indenização aos assentados foram bastante sedutores, atingindo um total de R$ 44.500.000,00 e uma média de R$ 523.806,00 por lote. Sendo que sete famílias receberam mais do que um milhão e a indenização mais elevada foi de R$ 3.380.000,00, por um lote de 557 hectares[107]. São valores sedutores para os assentados, mas uma verdadeira bagatela comparados ao rendimento **anual** bruto previsto para o projeto Onça Puma: algo em torno de US$ 2 bilhões e uma produção de 58 mil toneladas/ano de níquel[108].

No entanto, a saída dessas 85 famílias, resolvendo o problema do ponto de vista da mineradora, com a área "desafetada" para o começo de suas operações, foi só começo dos problemas para aquelas famílias que passaram a ser assim chamadas de "remanescentes" dos PAs Campos Altos e Tucumã.

Em 2011, com a ajuda da CPT e a intermediação do INCRA, os "remanescentes" conseguiram agendar reuniões com representantes da empresa no sentido de exporem as dificuldades vividas a partir do início das atividades. Cobravam também providências exigindo que os problemas criados fossem sanados então que todos fossem reassentados e indenizados pelos trabalhos e investimentos realizados em seus lotes[109].

---

[107] Tudo indicando que aqui haveria mais de um lote, o que a planilha consultada não informa. Se for isso, o concentrador de lotes de assentamentos do INCRA recebeu um "prêmio" de mais de três milhões por estar cometendo uma ilegalidade.

[108] "União acusa Vale de invadir assentamentos" Folha de São Paulo, 29/06/2008.

[109] As opiniões no INCRA, seja através de documentos acessados e ou de conversas informais, estão divididas: alguns técnicos veem nas reivindicações dos "remanescentes" mera venalidade, posto que, na visão de um agrônomo da Superintendência Regional de Marabá "essas famílias remanescentes da Associação dos

As atas destas reuniões trazem observações e falas sobre os problemas causados a mais de 150 famílias "remanescentes" e atingidas pelas atividades da mineração e do processamento do níquel. Os trechos citados abaixo servem para exemplificar os transtornos seríssimos trazidos ás famílias que permaneceram em seus lotes, inviabilizando a própria permanência no local:

"Não adianta a Vale trazer melhorias para o local como água, estradas [...] só vai melhorar para as famílias se trazer os vizinhos de volta".

"Na Vicinal do Baiano já não tem transporte escolar para a Agrovila e muitos andam cerca de 10km de moto para chegar a escola".

"Como ficará a situação escolar dos alunos, já que esperam que pelo menos uns 6 alunos pretendem deixar a vicinal?";

"As famílias querem ver o posicionamento da prefeitura em relação ao fechamento das escolas da Vicinal, falta de posto de saúde, fechamento de Igrejas, entre outros problemas citados"[110]

Nas mesmas atas encontram-se observações de alguns presentes sobre a divisão do PA Campos Altos em três blocos, obrigando-os ao deslocamento de até 40 quilômetros para levar os filhos para a escola. Também é abordada a questão ambiental devido à poeira levantada pelas atividades da mineradora.

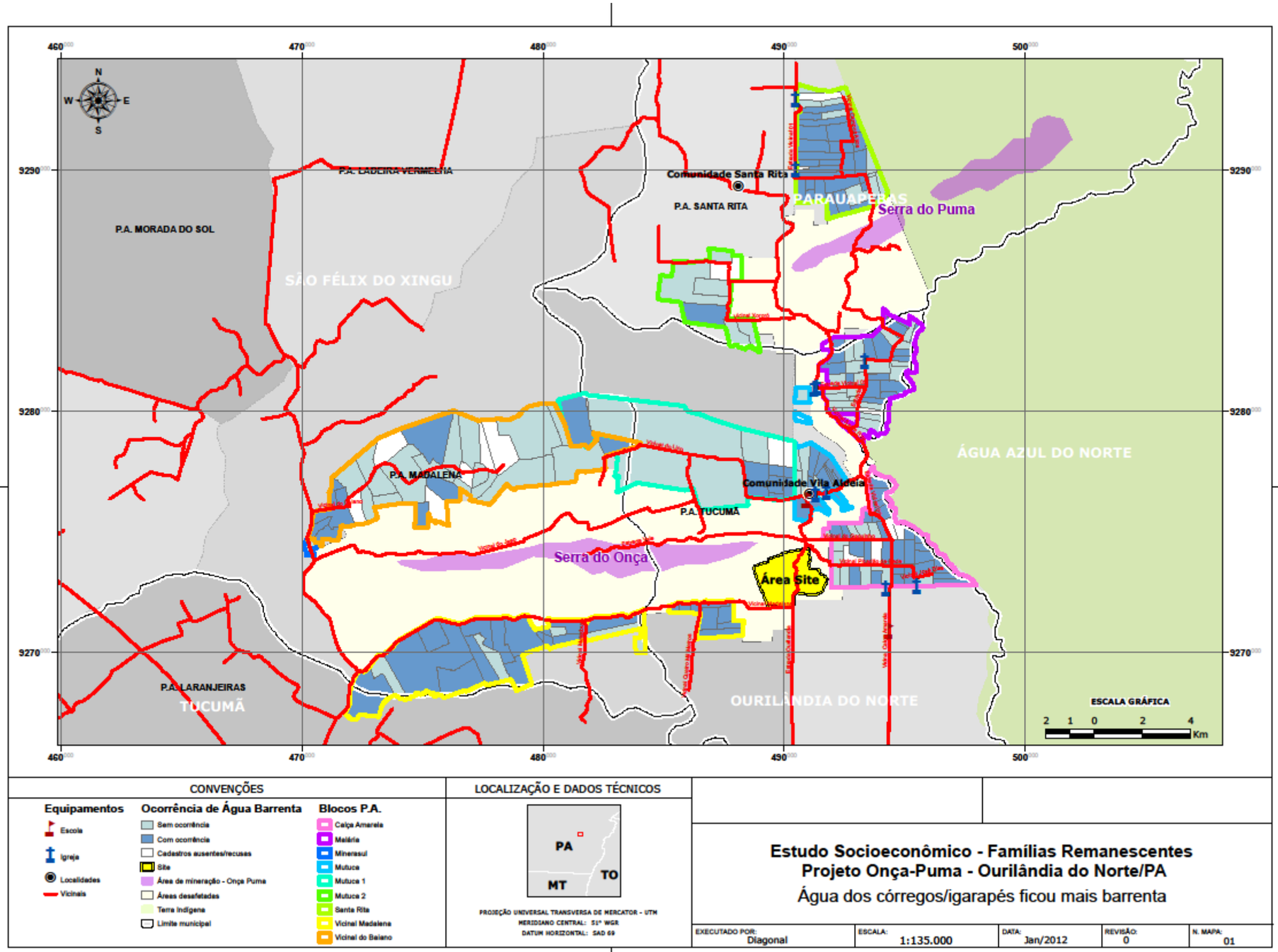
Lavradores Rurais da Colônia Santa Rita, bem como, das famílias remanescentes da Associação dos Pequenos e Micro Produtores Rurais da Serra da Motuca, representadas no ofício por seus presidentes, não querem discutir alternativas para os impactos sociais, tendo como real interesse, polemizar a questão para buscar tão somente a indenização, e os benefícios pagos às famílias que foram, necessariamente, desafetadas por causa do processo minerário. Não sendo por mim verificado nenhum impacto ambiental visível, ou impacto social que não possa ser contornado com alternativas." INCRA/Relatório: Avaliação do Diagnóstico Socioeconômico das Famílias Remanescentes. p. 3, s/d.

[110] Trechos de atas das reuniões do "Grupo de Trabalho dos PAs Campos Altos e Tucumã" realizadas em diversas datas no ano de 2011 com a presença de representantes das comunidades afetadas, da CPT, da empresa Vale, da empresa Diagonal, responsável pelo estudo socioeconômico sobre as famílias remanescentes, e do INCRA.

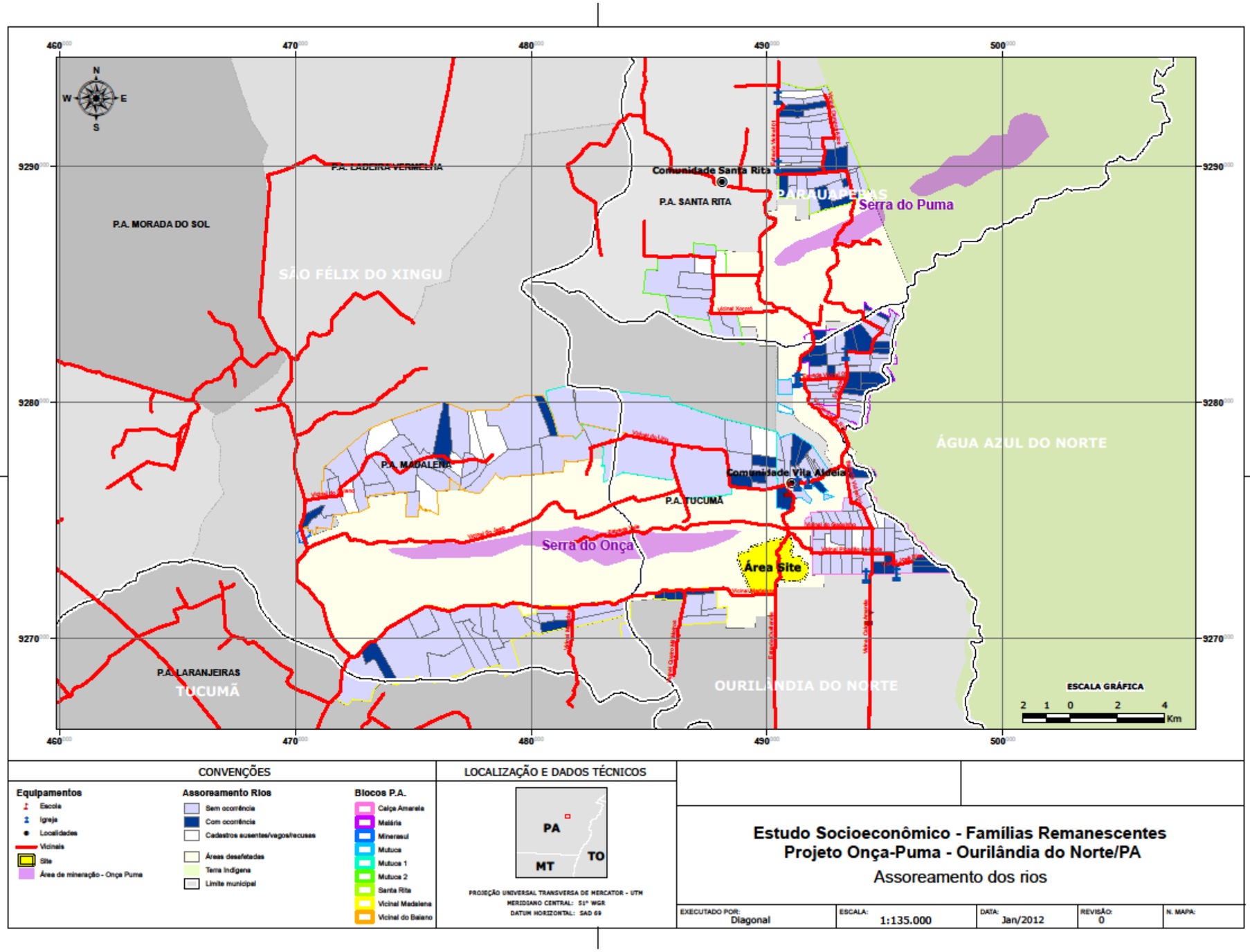
Foto 19: Projeto Onça Puma: o solo o remexido e removido, inviabilizado por décadas para a atividade agrícola. Fonte: INCRA/Relatório Final Onça Puma, 2008. Autor: técnicos da Superintendência Regional de Marabá.

Além disso, os assentados ainda se referiram aos seguintes problemas: água barrenta nos córregos e riachos, barulho constante de máquinas e de explosões; assoreamentos dos rios; o isolamentos físico de algumas famílias; o aumento na dificuldade de comercialização devido a rarefação dos produtores e o aumento dos custos para a coleta do leite, por exemplo, por parte dos caminhões dos laticínios. A própria empresa Diagonal contratada pela Vale para dimensionar os danos causados pela sua ação constatou inúmeros problemas, conforme apontam os mapas 2, 3 e 4, de autoria dessa mesma empresa, constatando, entre outros, nove problemas ambientais, a existência de água barrenta, de assoreamento de cursos d'água e poluição do ar em lotes de assentados que permaneceram nos assentamentos.

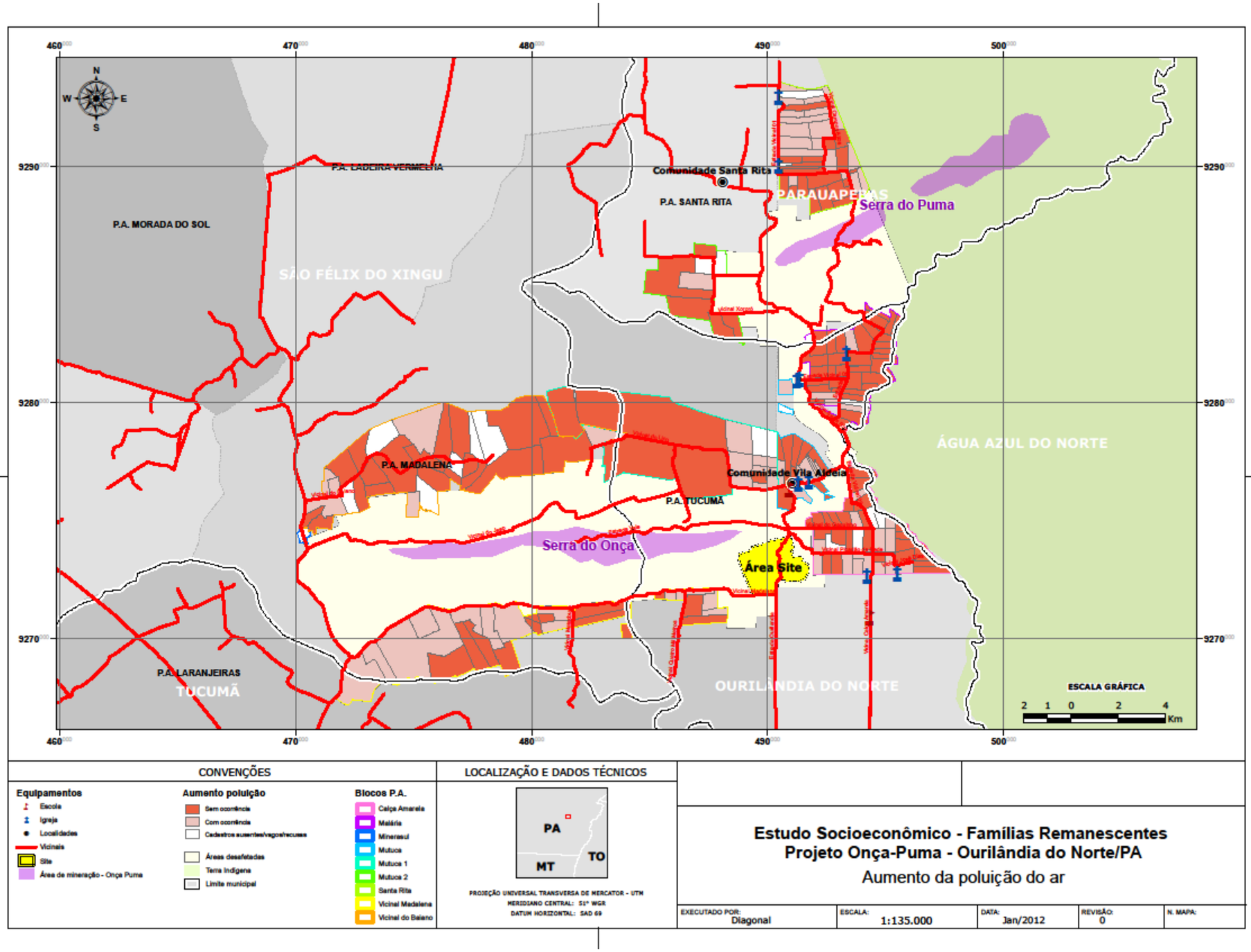
Foto 20: Água Barrenta e assoreamento dos rios, uma das principais acusações contra a atuação da empresa mineradora. Fonte: INCRA/Relatório Final Onça Puma, 2008. Autor: técnicos da Superintendência Regional de Marabá.



Mapa 2: Projeto Onça-Puma – Ourilândia do Norte/PA. Ocorrência de Água Barrenta



Mapa 3: Projeto Onça-Puma – Ourilândia do Norte/PA. Assoreamento dos Rios



Mapa 4: Projeto Onça-Puma – Ourilândia do Norte/PA. Aumento da poluição do ar

Alguns técnicos do INCRA local foram bastante enfáticos nos relatos das consequências trazidas pela atividade mineradora, apontando inclusive a dificuldade de recuperação de tais áreas para o uso agrícola depois da desativação de tal empreendimento.

> Em relação à área a ser objeto de mineração, a ação direta da exploração de minério, do ponto de vista agronômico, é devastadora, o solo que levou milhares de ano para ser formado e estruturado, que dá sustentação as atividades agrícolas é removido como material descartável junto com a vegetação anterior e depositado como "lixo" [...]. Dezenas de anos serão necessários para recuperar as áreas afetadas, sendo difícil estimar quantos séculos seriam necessários para que estas áreas pudessem ser utilizados como área de exploração agrícola [...] A exploração pura e simples de um recurso natural barato, mas não renovável por empresas mineradoras, e o uso desses recursos como estratégia e instrumento de "desenvolvimento" parece não ser compatível com o conceito de "comunidades sustentáveis" dentro de princípios ecológicos, como conservação dos processos vitais dos ecossistemas, diversidade biológica e manejo cuidadoso dos recursos naturais (INCRA, 2008, p. 3 e 4).

Constatados os problemas, estabeleceu-se o impasse para o melhor caminho para solucioná-los. Os assentados queriam a retirada de todos, a indenização e o reassentamentos das famílias. A Vale não concordou e contratou a empresa denominada **Diagonal – transformação de território** para uma avaliação "socioambiental" em relação aos problemas apontados pelos assentados. O resultado não chegou a surpreender. Apesar da empresa de consultoria ter identificado os mesmos problemas apontados pelos assentados, houve a indicação da retirada de apenas mais nove famílias, solução que tende a agravar ainda mais os problemas daquelas que ficarem.

Do ponto de vista dos consultores da Diagonal, a gestão da Companhia Vale junto às instâncias governamentais municipais e estaduais poderiam garantir a oferta dos serviços como educação e saúde. Para garantir a "convivência social" e assim diminuir os efeitos das primeiras "desafetações", a proposta foi de "Elaborar e implantar Plano de Desenvolvimento Social e Comunitário para: promover atividades de integração social e comunitária; incentivar campeonatos esportivos e culturais; estimular e apoiar a celebração de datas festivas, inclusive as religiosas; etc."[111]. Um dos representantes da Vale - ainda segundo as atas das reuniões entre comunidade, INCRA e a empresa mineradora - afirma também que

> Caso seja identificada alguma família que precisa ser removida a empresa tomará as medidas necessárias. A necessidade de remoção será estabelecida por dois critérios: famílias isoladas fisicamente e com problemas ligados diretamente à Vale. Caso haja um denominador comum de que as famílias

[111] Diagonal-Estudo Socioeconômico Onça Puma, p. 55.

> permanecerão, será investido em infraestrutura em parceria com a Prefeitura Municipal.[112]

No entanto, tais saídas apontadas não agradaram a comunidade e seus porta-vozes. Fica claro na fala das mesmas que o desejo da comunidade era a remoção de todos afetados direta ou indiretamente. Um dos presentes cobra um posicionamento mais enfático do INCRA em relação à possibilidade da terra "remanescente" ter viabilidade como assentamento: "Isso porque o INCRA é o "dono" da terra e se o órgão afirmar que não pode mais ser um assentamento devido à remoção das famílias, a Vale terá que atender a população".

É importante observar como a análise dos representantes da Vale se apega principalmente aos aspectos relacionados a perdas materiais, sejam econômicas ou ambientais, enquanto os assentados e seus representantes chamam a atenção para a falta de condições de continuarem morando/vivendo ali. Ao reclamarem que perderam seus vizinhos, além é claro de todos os prejuízos sociais, ambientais e econômicos mais tangíveis, fazem referência aos vínculos que foram reconstruídos nos assentamentos, à ajuda entre assentados que a proximidade e a afinidade possibilitaram e que se tornaram inviáveis com a desestruturação territorial trazida pela mineração. É patente nas falas dos assentados que a mera "minimização" das perdas de escolas, de postos de saúde, das águas e ares limpos, não trarão "os vizinhos de volta", como expressa literalmente um dos moradores presentes nas reuniões já referidas. É de se pensar qual seria o valor a indenizar os mais de 10 anos que mais de 50% (83 famílias) ali conviveram, construíram laços e vínculos com os moradores retirados nas primeiras etapas de "desafetação".

Não se trata, como parece aos gestores da Vale, apenas do fato de comprarem as terras dos assentados e ali instalarem suas atividades mediante indenizações. Mas do fato de tais empreendimentos capitalistas afetarem uma série de direitos e de dinâmicas territoriais que vinham sendo constituídos durante anos.

Portanto, seja no caso da instalação das mineradoras ou da expansão da pecuária, aqui se está discutindo a disputa pela posse e também pelo domínio da terra mas, sobretudo, se está analisando o conflito sobre que tipo de relações sociais vão ser estabelecidas nesse espaço. Como será o território ali desenvolvido? Predominará sobre tal território o trabalho que busca a autonomia, que busca alternativas à proletarização e a subsunção ao mercado monopolista? Ou prevalecerá a grande empresa da pecuária ou da mineração – ou outro tipo de atividade

[112] Fala presente nas atas das reuniões do grupo de trabalho dos PAs Campos Altos e Tucumã com a presença de assentados, CPT, INCRA e representantes da Vale.

organizada de forma capitalista que venha se instalar na região no futuro – com todas as consequências sociais e ambientais que ela traz? [113]

As tensões e contradições advindas da "convivência" de atividades econômicas regidas por uma lógica de vida camponesa e baseada no trabalho familiar e empreendimentos capitalistas, sobretudo os com características monopolistas e com grande capacidade de intervenção no território, demonstram a necessidade de uma reforma agrária que seja ampla e massiva, capaz de criar frações territoriais amplas e exclusivamente camponesas, possibilitando assim maior sinergia entre os assentamentos. O que talvez os capacitasse a enfrentar com mais força as pressões capitalistas e os elementos que instabilizam a permanência dos assentados em seus lotes.

Como pôde ser observado, no caso aqui analisado, a territorialização do capital tem causado a desterritorialização camponesa em dimensões imprevistas tanto pelos executivos das empresas quanto pelos agentes estatais, atingindo centenas de famílias e colocando em xeque o avanço da reforma agrária em toda a região.

No capítulo seguinte, nos deteremos no PA Canarana, foco principal dessa pesquisa, e no modo como as famílias ali assentadas enfrentam as dificuldades e impasses na reprodução de sua condição camponesa.

[113] Sem falar nas consequências nas pequenas cidades próximas: "Comparados ao Censo de 2000, os dados populacionais permitem duas observações: a primeira diz respeito ao intenso crescimento da população na microrregião nos últimos 10 anos, da ordem de 86% (89.159 moradores em 2000). À exceção de Bannach,- cuja população diminuiu - todos os municípios cresceram significativamente neste período, sendo o crescimento de São Félix do Xingu de 164%, seguido por Cumaru do Norte (75%), Ourilândia do Norte (40%) e Tucumã (33%). A segunda observação refere-se à intensificação do processo de deslocamento da população em direção às cidades, uma vez que, naquele ano, o percentual de população urbana na microrregião era de 48% e atualmente encontra-se em torno de 58%. Tanto o crescimento populacional como o deslocamento em direção às sedes certamente muito se devem à instalação na região, em 2003, das atividades de mineração da empresa Onça Puma, posteriormente adquirida pela Vale".

5. PA Canarana: é possível permanecer assentado?

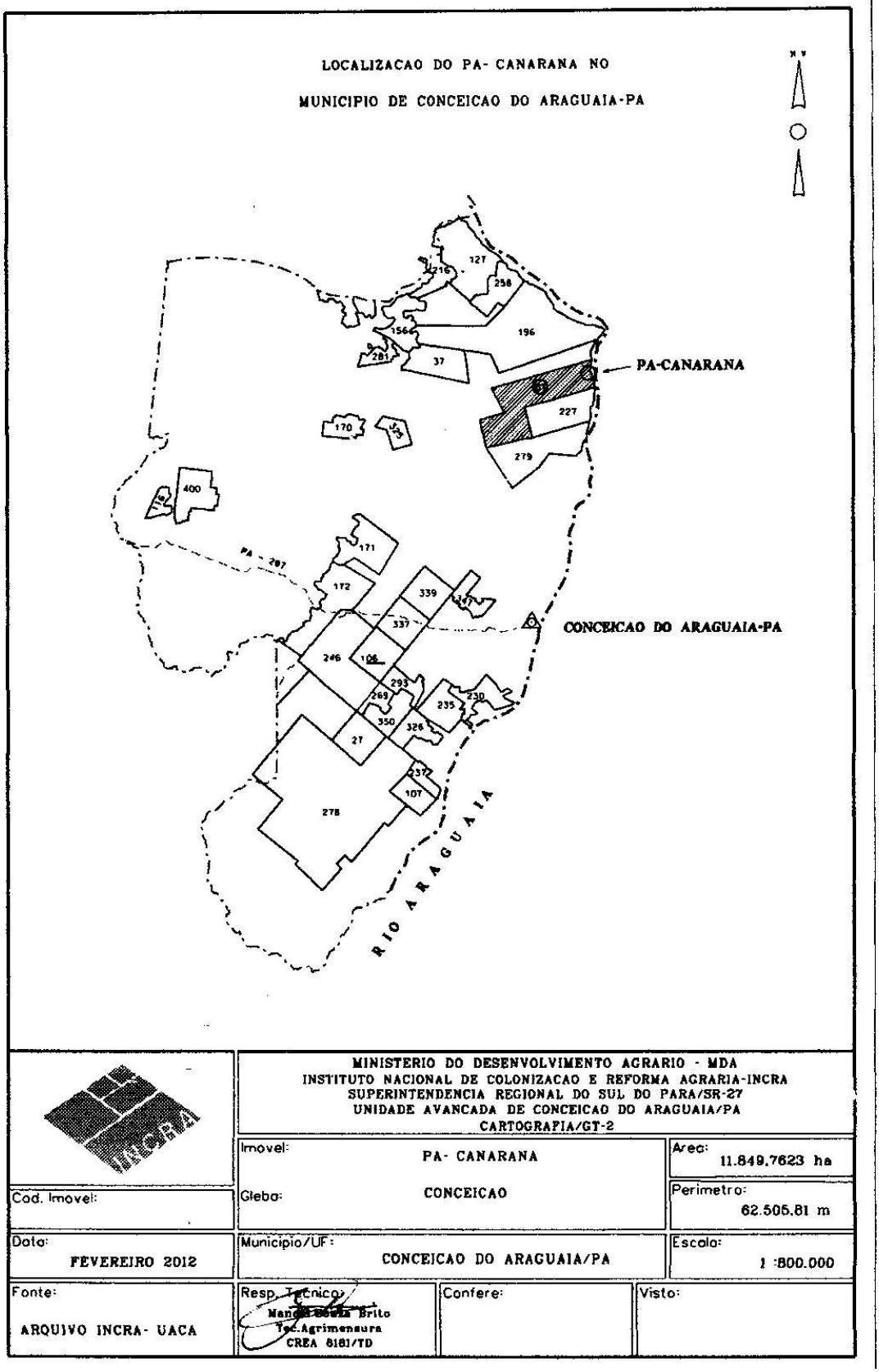
5.1. A luta pela desapropriação da fazenda Canarana

A história da criação do PA Canarana coincide com muitos dos aspectos tratados acima em torno da disputa pela terra no sul e sudeste do Pará. No ano de 1980, as terras da fazenda Canarana já pertenciam a uma família de empresários e pecuaristas paulistas. Registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Conceição do Araguaia, a fazenda tinha como proprietários José Cassiano Gomes dos Reis, residente em São Paulo/SP, José Cassiano Gomes dos Reis Júnior, residente em Curitiba/PR e José Carlos Galvão Gomes dos Reis, residente em São Paulo/SP, sendo os dois primeiros engenheiros agrônomos[114].

No ano de 1984 a Agropecuária Santa Maria da Canarana Ltda., de propriedade da família Gomes dos Reis, obteve junto ao Banco do Brasil um primeiro crédito no valor de Cr$ 2.121.916.902,00 (dois bilhões, cento e vinte e um milhões, novecentos e dezesseis mil e novecentos e dois cruzeiros) com vencimento em 31/12/1995, com o objetivo de construir e iniciar as operações de uma destilaria de álcool que, ao atingir sua capacidade máxima, produziria 60 mil litros de etanol/dia. O imóvel, registrado com área global de 12.851 hectares, mais os maquinários da destilaria, foram dados como garantia pelo empréstimo.

A informação obtida com os assentados que foram os primeiros ocupantes é que no ano de 1987 a produção de etanol já havia sido iniciada e, com ela, diversos danos ambientais graves começaram a ocorrer, inclusive por envolver área de preservação permanente, conforme pode se ver comparando duas imagens de satélite. Na Imagem 1, do ano de 1978, quase não há desmatamento, enquanto que na Imagem 2, tirada em 1987, já com a usina em funcionamento, percebe-se o forte ritmo de desmatamento realizado para a implantação da planta industrial e da área de cultivo de cana-de-açúcar, justamente nas terras próximas ao rio Araguaia.

[114] José Cassiano Gomes dos Reis chegou a ser Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Gado Bovino (ABC).



Mapa 5: O município de Conceição do Araguaia e seus 35 assentamentos, com destaque para o PA Canarana. Fonte INCRA/Cartografia, 2012.

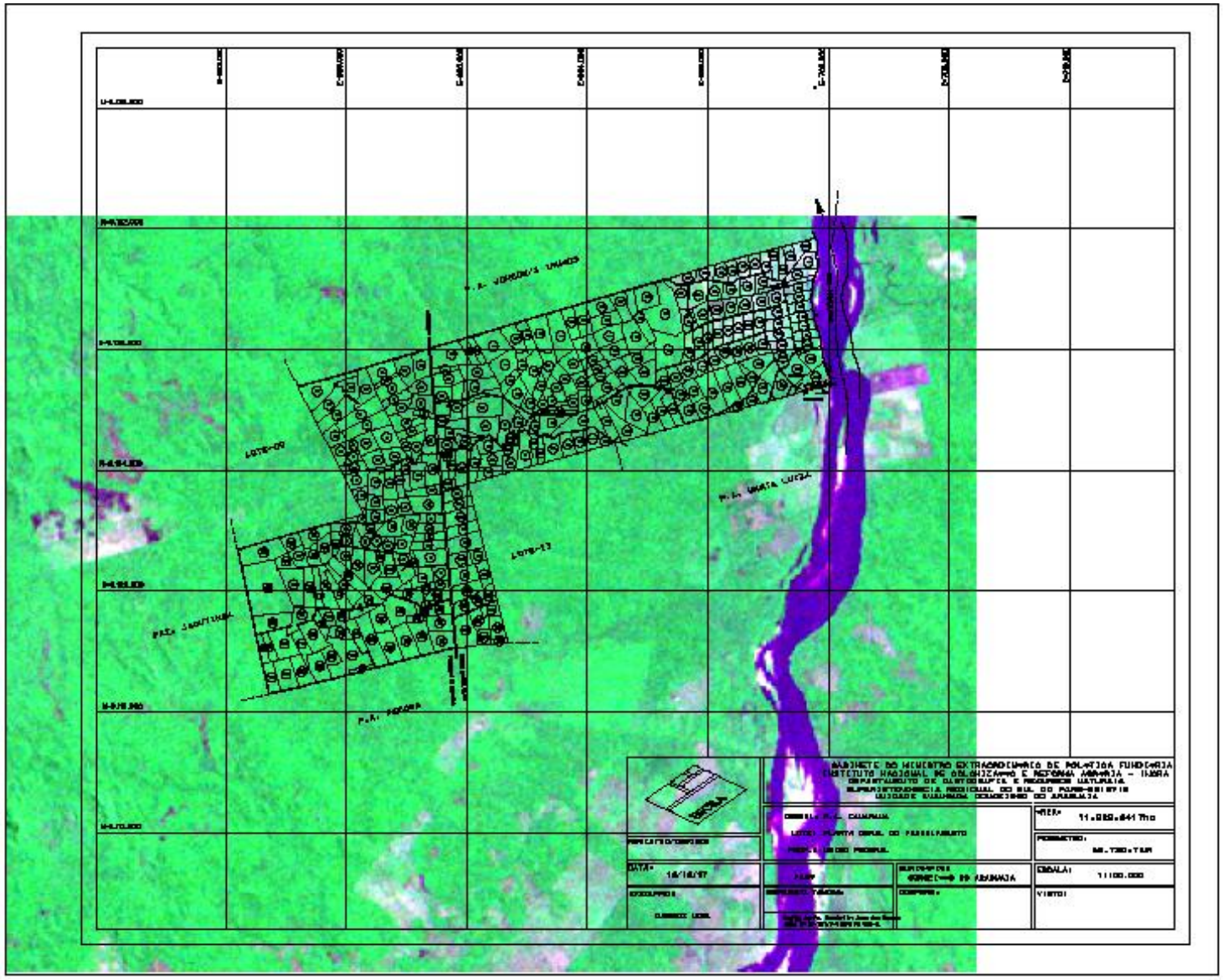


Imagem 1: P.A. CANARANA - 1972

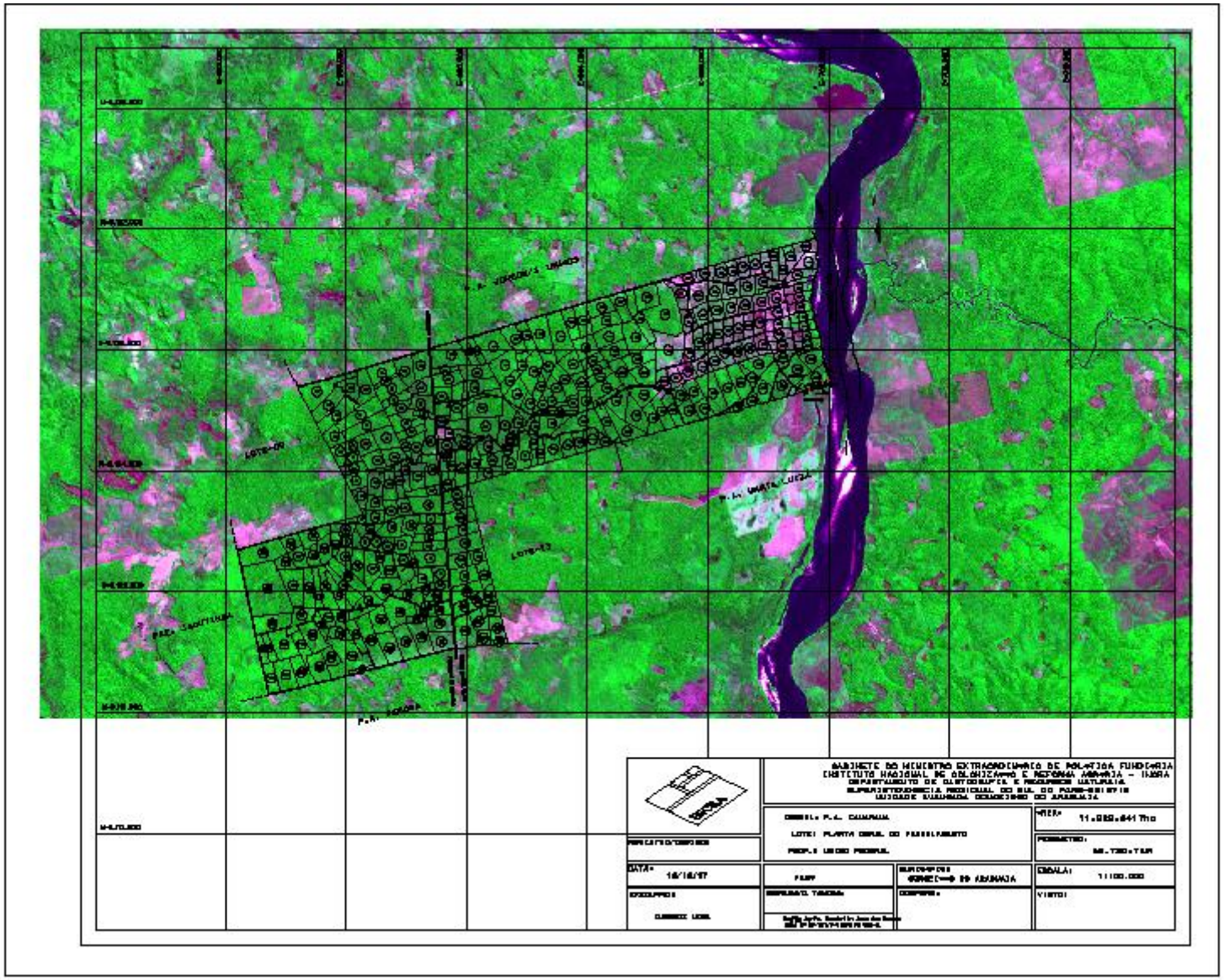


Imagem 2: P.A. CANARANA - 1987

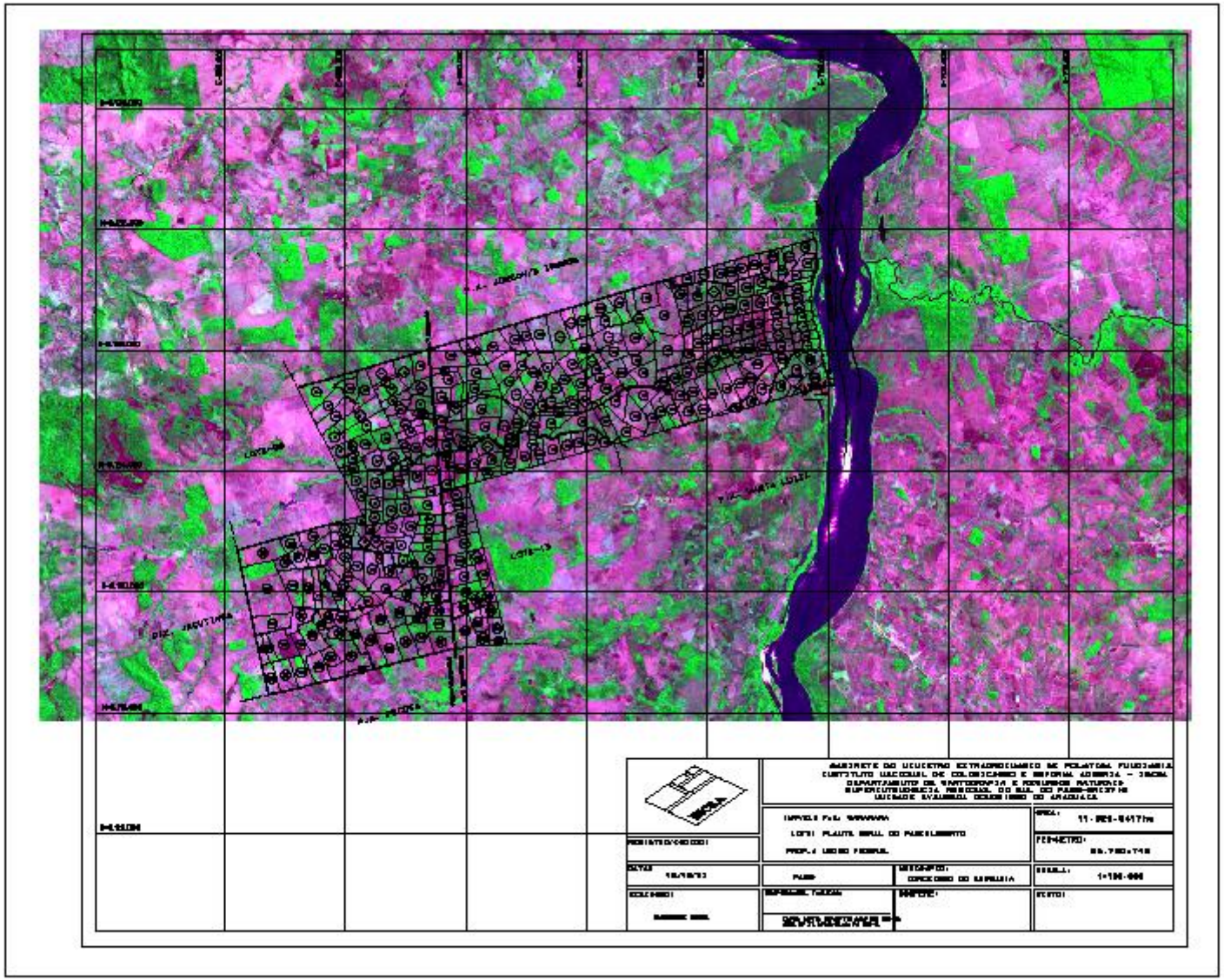


Imagem 3: P.A. CANARANA - 2011

Documentos obtidos junto à CPT confirmam a falta de cuidado com o meio-ambiente e o descaso com os moradores de um assentamento vizinho, o PA Joncon. Segundo os representantes dos moradores desse assentamento, em carta-denúncia assinada pelo presidente da Associação desse projeto de assentamento e endereçada à direção do INCRA de Conceição do Araguaia:

> -parte do lote 06 da referida Colônia (Joncon) vem sendo atingida por água contaminada de vinhoto do reservatório da Destilaria de Álcool da Cia Santa Maria da Canarana S/A.
> -em consequência da contaminação da água do córrego do Lote 06, somente no ano passado morreram 30 cabeças de suínos do lavrador João Batista Carvalho dos Santos, Presidente da referida Associação e outras criações do lavrador Nestor Bueno tiveram o mesmo fim. No período de contaminação da água, todos os peixes deste córrego morreram.
> - a partir do início de dezembro/88, o mesmo processo de contaminação está ocorrendo com sérias consequências para a natureza e os moradores vizinhos deste córrego. Os peixes já morreram. O mau cheiro causado pelo vinhoto é insuportável[115].

A partir dessa denúncia foram deslocados dois técnicos do INCRA para verificar a situação. Em relatório oficial os mesmos confirmaram os abusos e desmandos cometidos pela empresa Santa Maria da Canarana:

> Notamos que a empresa se preocupou apenas com medidas econômicas para a construção de seus reservatórios tóxicos, pois para construí-los em locais onde pudessem controlar sua vazão, seria necessária a utilização de sistema de bombeamento, este de elevado custo de implantação, utilizando-se assim, criminosamente, a captação por gravidade, não se preocupando com a preservação do "meio ambiente", colocando em risco a fauna e a flora da região, poluindo mananciais importantíssimos para os colonos da Joncon e contribuindo para a poluição do rio Araguaia que recebe de seus afluentes o material tóxico[116].

Esse acontecimento remete inclusive a uma questão já tratada em capítulos anteriores, qual seja, a inviabilidade, em muitos casos, de haver uma convivência razoável entre assentados e fazendeiros e/ou grandes empreendimentos capitalistas como essa usina ou como as mineradoras. São inúmeros os transtornos causados por essa proximidade: grandes rebanhos que prejudicam as lavouras, o assédio praticado pelos fazendeiros às terras dos assentados, e os males que causam ao meio ambiente ao ali se instalarem, como foi o caso ocorrido entre a fazenda Canarana e os assentados do PA Joncon. Sem falar no despovoamento causado pela implantação da grande atividade capitalista. Por tudo isso, a

[115] Arquivo CPT- Xinguara, 12/12/1988.
[116] INCRA/Relatório de Viagem - Arquivo CPT-Xinguara – 21/12/1988.

experiência no sul do Pará parece indicar a real necessidade de se resgatar a definição de "áreas prioritárias" previstas no I PNRA fazendo com que se criem aglomerados de projetos de assentamento ainda maiores, possibilitando assim um efetivo distanciamento entre agronegócio e famílias assentadas.

Outra informação importante, fornecida pelo engenheiro agrônomo do INCRA responsável pela vistoria de avaliação que culminou na desapropriação da fazenda[117], é que a Companhia Santa Maria da Canarana não estava realmente interessada na produção de etanol. Segundo o técnico do INCRA, não havia plantação de cana-de-açúcar na região e o cultivo realizado dentro da Canarana era muito pequeno para atender a demanda de uma destilaria com capacidade para 60 mil litros/dia. Ou seja, o grupo Gomes dos Reis estava mesmo era interessado nos financiamentos e incentivos do Estado e não na produção.

Isso também teria ocorrido nas outras propriedades do mesmo grupo econômico adquiridas no município de Conceição do Araguaia. Eram empreendimentos mais preocupados em obter créditos e incentivos fiscais do que efetivamente em produzir nas suas propriedades. Segundo carta do STR de Conceição do Araguaia ao presidente do INCRA em Brasília, com data de 14/07/1993, a família proprietária da Canarana possuía, no início do ano 1990, seis fazendas no município de Conceição do Araguaia, todas elas arrestadas pelo Banco do Brasil em função de dívidas de financiamentos, e todas elas ocupadas pelo movimento de luta pela terra:

Nome da Fazenda	Área (hectares)	Nº de famílias
Canarana	12.851	180
Nazaré	12.968	150
Agrisa	29.656	460
Entre Rios	8.445	100
Araguaia	4.300	80
Maria Luiza	3.800	80
Total	71.869	1.050

Fonte: STR de Conceição do Araguaia/Arquivo CPT/Xinguara. 14/07/1993. Org. Marcelo Terence.

[117] Gutemberg Alves dos Reis em entrevista ao autor no dia 08/10/2012.

As fazendas Agrisa e Entre Rios, ainda segundo um documento do STR de Conceição do Araguaia:

> [...] nunca tiveram qualquer litígio com os pretendentes, uma vez que estes jamais realizaram quaisquer benfeitorias nestas duas áreas. Nos demais imóveis, por diversas vezes houve vários conflitos, principalmente nos anos de 1986 a 1989, após o que as fazendas foram totalmente abandonadas"[118].

Segundo uma agente da CPT, Aninha, que acompanhou de perto as ações do movimento de luta pelas terras da família Gomes dos Reis, teria havido uma primeira fase de ocupações mais "espontâneas", realizadas sem a participação efetiva do STR de Conceição do Araguaia e da CPT do município.[119]

No caso da Canarana, o lote 14[120] dessa fazenda, foi ocupado pela primeira vez no ano de 1987, sendo que todos os posseiros foram expulsos por pistoleiros. Com o título "Trabalhadores fugiram do Lote 14 da Canarana com a chegada de 40 policiais no dia 19/05/87", um documento da CPT, a partir de relatos dos posseiros, informa que:

> Há pelo menos 2 pistoleiros na área, onde se encontram 50 posseiros. Todo o grupo que fugiu tem **relação de parentesco** (grifo do autor). Cada um com lote de 10 a 20 alqueires. Os homens vieram para Conceição do Araguaia denunciar no STR a presença da PM e as mulheres fugiram com os filhos para a casa de amigos na fazenda. A posse de todos é recente: chegaram na área em abril/87[121].

Outro documento da CPT informa que em agosto de 1989, houve nova tentativa de ocupação.

> Nova tentativa de ocupação por um grupo bastante heterogêneo, com pelo menos 10 comerciantes da cidade (como financiadores), e cerca de outros 120 sem-terra, sendo alguns deles ex-funcionários da destilaria de álcool que funciona na fazenda e estavam há vários meses com os salários atrasados[122].

---

[118] Documento STR de Conceição do Araguaia/Arquivo CPT-Xinguara, 14/07/1993.

[119] Já foi discutido acima a necessidade de se relativizar o termo "espontâneo", muito usado para demarcar a fase de menos institucionalização do movimento de luta pela terra. O pertencimento desses grupos a uma arraigada "tradição rebelde" construída na região sul do Pará – e, na minha opinião enriquecida pelas experiências trazidas pela CPT, o MST, o STR e outros agentes de mediação – torna questionável o uso do termo "espontâneo", que pode remeter a algo fugaz, ocasional ou pouco elaborado.

[120] A fazenda Canarana era formada por três grandes "lotes" ou "glebas" de 900 alqueires cada, os "lotes" 10, 11 e 14. Esses "lotes" eram formados justamente para que tais terras fossem retiradas do patrimônio público e tituladas para os grandes fazendeiros nos anos 1960 e 1970, cada novo proprietário recebendo um ou mais desses lotes. Ainda que não tenha nenhuma funcionalidade para o assentamento, os assentados do PA Canarana ainda se referem a essa divisão quando, por exemplo, estão indicando o endereço de algum assentado eles costumam dizer, "fulano de tal, lá do 14".

[121] CPT, "Trabalhadores que fugiram do lote 14 – Canarana com a chegada de 40 policiais no dia 19/05/87". O documento é tem data de 21/05/87. Arquivo CPT/Xinguara.

[122] CPT, "Nova ocupação da fazenda Canarana", 08/1989.

Em entrevista[123] para essa pesquisa a agente da CPT, Aninha, chamou a atenção para esses financiadores da ocupação que ela chamou de "oportunistas", relacionando a atuação desses comerciantes com a ausência da CPT e STR de Conceição do Araguaia na organização direta da ação[124]. Segundo a mesma informante, o INCRA pouco teria feito para expurgar tais comerciantes da área.

Foi durante essa ocupação que houve o assassinato do Sr. Raimundo Nonato Borges, o Raimundinho, 26 anos, casado e pais de dois filhos. Para tornar ainda mais lamentável o incidente, sabendo que o posseiro tinha sido ferido com dois tiros na cabeça, "o juiz e o delegado de polícia local se recusaram a autorizar acompanhamento policial para buscá-lo". Raimundinho teria sido tirado do "mato" por amigos e levado até um hospital em Brasília, onde faleceu. Nas palavras da CPT: "Há indícios de que o responsável pelo tiro seria um filho de Pedro Mandi, conhecido pistoleiro da região e que já trabalhou outras vezes para a família Gomes dos Reis".[125] Depois de alguns dias essa tentativa de ocupar e permanecer na Canarana também foi abortada.

No entanto, a luta pela Canarana continuou. Já ressaltada por outros autores, nesse caso particular também há que se destacar a paciência e a persistência dos que lutam pela terra. A reação violenta dos fazendeiros e a morte de companheiros causa medo, recuos, mas de forma alguma consegue aplacar a busca de uma vida mais autônoma.

Em 1990 aconteceu a ocupação da fazenda Canarana pelo MST, já comentada no capítulo 2. Como já foi dito, foi a primeira tentativa do MST de atuar no Pará. Nessa ocupação um grupo de 100 famílias que entrou pelo lote 14, organizou um acampamento e começou uma roça em sistema de mutirão. Em outubro de 1990 havia apenas de 15 a 20 famílias nesse acampamento do MST, mas dessa vez a evasão do acampamento não ocorreu devido à atuação do fazendeiro, dos pistoleiros ou da polícia. Nem os "ocupantes" deixaram a fazenda. Eles foram se juntar a outros ocupantes que, nesse mesmo mês, haviam entrado pelo lote 10 da Canarana. A saída do acampamento teria acontecido, na verdade, devido a desentendimentos entre os posseiros e os métodos propostos pelas lideranças do MST. Além dos rigores disciplinares impostos, a reclamação mais importante era sobre a própria existência do acampamento, visto que os posseiros tinham como prática costumeira ocupar a

[123] Entrevista concedida ao autor em 13/07/2012.
[124] É importante deixar claro que o STR e CPT, mesmo quando não participavam diretamente da organização das ocupações, as influenciavam de várias formas, pois a maioria dos participantes dessas ocupações frequentavam as missas, as celebrações e discussões realizadas nas CEBs locais e, claro, a questão fundiária era pauta central dos debates promovidos por esses "agentes de mediação". Para a verificação de tal influência existe o documentário "A Igreja dos Oprimidos", de Jorge Bodanzky e Helena Salem realizado em 1985.
[125] CPT, Nota de 05/09/89. Arquivo CPT/Xinguara.

terra e rapidamente "cortá-la" em lotes, nos quais as famílias também se apressavam em fazer a derrubada, a queimada e as pequenas roças, garantindo assim, no modo de entender deles, a posse sobre a área. Os posseiros discordavam, portanto, da constituição de uma roça comunitária e da não identificação das "parcelas" de cada família:

> A lei dos chefes é seca, pois eles não consultam ninguém dos lavradores. Essa história de não cortar o lote de cada um, não funciona, a roça de mutirão não resolve o nosso problema e a bandeira vermelha veio mesmo de Cuba? [126]

A transcrição da fala do lavrador demonstra claramente o incômodo do mesmo em relação aos métodos de decisão mais centralizado nas lideranças do MST em oposição à organização menos rígida dos posseiros[127]. A fala de um assentado entrevistado demonstra mais empatia pelos métodos utilizados pela CPT, que sempre cumpriu um papel mais de apoio e assessoria do que de liderança: "O pessoal da CPT sempre dava uma pitaçãozinha"[128].

Na Canarana, a ocupação de vários pequenos grupos somando aproximadamente 200 posseiros no ano de 1991[129]- que se juntaram aos dissidentes do MST e aos outros posseiros que já estavam na fazenda desde 1989 - conseguiu fixar-se na área, dando início às roças e à delimitação, ainda que precária, de suas parcelas[130]. Um dos assentados que participou dessa última fase de tentativas bem sucedidas de ocupar a Canarana descreve sua entrada:

> Possuía uma terra em Redenção, uma posse, tive que vender para cuidar da saúde da esposa e mudei para o Tocantins. Passei a viver de agregado. Daí surgiu a notícia da usina que quebrou, ficamos sabendo do "grilo". Entrei fazendo picada com mais um grupo de 30 pessoas, mas sem as famílias, demorou mais de um ano para trazer as famílias. (Sr. Joaquim)[131]

---

[126] Ficha de informações complementares – Depoimento do Lavrador João Mendes em 09/10/1990. Arquivo CPT, Xinguara.

[127] Na fazenda Ingá, também localizada no município de Conceição do Araguaia, o MST fez sua segunda tentativa de se fixar no sul do Pará e enfrentou o mesmo tipo de problemas. Já no ano de 1991, o MST desistiu de atuar na região de Conceição do Araguaia e fixou sua base de atuação no sudeste do Pará na cidade de Marabá.

[128] "Pitaçãozinha" no caso se refere ao papel mais de conselheiros e assessoria que a CPT cumpria e menos de organização direta. Fique claro que a intenção aqui é só estabelecer, brevemente, uma distinção entre as táticas do MST e as da CPT e mostrar que as últimas acabaram por se moldar melhor às características da luta pela terra dos posseiros. Não há, portanto, tentativa de rivalizar os vários métodos existentes entre os movimentos de luta pela terra, principalmente porque nos dias atuais tais movimentos agem como grandes aliados em Marabá e na região.

[129] Segundo depoimento da agente da CPT, Aninha, esses grupos que entraram por vários lados da fazenda teriam tido apoio da CPT e do STR na sua organização. Depoimento ao autor em 13/07/2012.

[130] Esse grupo de 200 posseiros entrou no decorrer do ano de 1991, por vários lados da fazenda, divididos em grupos menores e foram rapidamente "cortando" os lotes. Há muitas falas referindo-se ao tempo quando os lotes eram demarcados "na corda", posteriormente era aberta uma pequena picada nas áreas mais utilizadas para a lavoura e pastagem. Normalmente nas áreas de mata que não ia ser utilizada por nenhum dos vizinhos não existia a preocupação em fazer essa delimitação.

[131] Depoimento dado ao autor em 12/05/2012.

Os depoimentos dos assentados do PA Canarana que participaram das ocupações revelam que mesmo sob organização da CPT, prevaleceram, na formação do grupo de ocupantes da fazenda Canarana, relações de vizinhança e relações de parentesco:

> Meu segundo marido era garimpeiro, eu convenci ele para ir para roça, daí um vizinho avisou que tinha "grilo" na Canarana. (Sra. Luiza)[132]; Minha irmã morava no 8 (PA Joncon) e avisou a gente que iam entrar na Canarana. A gente veio. (Sr. Osvaldo)[133]; Foi o primo da minha sogra que avisou da terra (Manoel Bonfim)[134]; Eu estava em uma posse em fazenda, foi meu filho que avisou (Rosaria)[135].

Nas tratativas para a desapropriação da fazenda realizadas com o INCRA e outros órgãos oficiais que a CPT e o STR de Conceição do Araguaia tiveram papel fundamental de cobrança, denúncia e pressão para a agilização no processo desapropriatório. Tanto na ocupação quanto no desenvolvimento da produção, por exemplo, o papel desses agentes de mediação sempre foi mais de assessoria e apoio em questões jurídicas, agronômicas, etc.

Com as famílias camponesas tendo ocupado os lotes e iniciado a produção, os donos da fazenda interromperam as atividades da destilaria de álcool. Teve início, assim, uma longa disputa jurídica envolvendo os lavradores ocupantes e seus representantes – CPT e STR de Conceição do Araguaia -, o INCRA, a família Gomes dos Reis e o Banco do Brasil, credor da família e que tinha a fazenda como garantia para o pagamento dos empréstimos contraídos.

A demora no processo de desapropriação, no caso, deveu-se às negativas iniciais do Banco do Brasil em aceitar Títulos da Dívida Agrária como forma de pagamento pelas fazendas da família Gomes dos Reis. No início dos anos 1990, todas as fazendas da família estavam ocupadas pelo movimento de luta pela terra e todas elas arrestadas pelo Banco do Brasil por ordem judicial, desde 05/08/1990.[136] Tal demora causou diversos conflitos dentro da fazenda ocupada, principalmente depois que o Banco do Brasil nomeou alguns fiéis depositários para cuidar das benfeitorias e, sobretudo, do maquinário da destilaria que teria ficado na fazenda.

A partir daí iniciaram-se diversos problemas entre os fiéis depositários e os posseiros, sobretudo os que possuíam terras próximas às áreas da sede da fazenda e da destilaria. Documento do STR de Conceição do Araguaia informa que: "Os lavradores já sofreram

[132] Depoimento dado ao autor em 25/06/2011.
[133] Depoimento dado ao autor em 09/06/2012.
[134] Depoimento dado ao autor em 14/05/2011.
[135] Depoimento dado ao autor em 16/06/2012.
[136] Conforme informação contida no ofício INCRA/SE-01/PA/G/203/93, remetido ao superintendente regional do Banco do Brasil.

muitos prejuízos, com gado entrando em suas roças e fogo descontrolado. Além disso, por falta de responsabilidade de alguns fiéis depositários, uma boa parte das benfeitorias vem sendo depredadas" [137].

Mais grave do que isso, segundo informações colhidas durante as entrevistas com os assentados do PA Canarana que presenciaram tais ocorrências, tais fiéis depositários começaram a agir como verdadeiros "grileiros" dentro da fazenda. Um deles – um engenheiro agrônomo - teria chegado, segundo técnicos do INCRA e também alguns assentados, a "segurar" 1.150 hectares dentro da Canarana, contando com a proteção de um pistoleiro que respondia pela alcunha de "João Capeta". Durante os anos em que se prolongaram as disputas jurídicas e trâmites administrativos para a desapropriação da fazenda, essa área grilada serviu de pastagens para a engorda do gado deste "fiel" depositário. Quando percebeu que a Canarana iria ser transformada oficialmente no PA Canarana, esse senhor loteou sua "fazendinha" para famílias camponesas comprarem e poderem assim ser cadastradas pelo INCRA[138].

Um dos assentados entrevistados chegou a afirmar que trabalhou como vaqueiro durante alguns anos nesse "grilo" do engenheiro agrônomo e que boa parte dos débitos trabalhistas teriam sido pagos com a terra na qual hoje esse ex-vaqueiro é assentado. Ou seja, o depositário nada fiel usurpou uma extensa área de terras da fazenda e pagou seus funcionários com algumas parcelas dessa terra, provavelmente quando viu que a desapropriação seria inevitável. Outro assentado, em entrevista, também relatou que depois de grilar a terra, o fiel depositário a alugou para um "tal de João Capeta, que mexia com pistolagem e veio engordar gado nessas terras vizinhas à nossa. Houve problemas com o gado atrapalhando a nossa roça. Foi o Guaracy da CPT que ajudou a acabar com esse conflito" [139]. Para piorar ainda mais a reputação desse grileiro, há falas que apontam que o mesmo vendeu, em conluio com servidores do Banco do Brasil, diversas peças da destilaria e maquinários agrícolas utilizados na plantação de cana-de-açúcar.

Outra fraude apontada durante o processo de desapropriação foi quanto a um laboratório existente na destilaria. Segundo o agrônomo que fez a última vistoria para a

[137] Carta do STR de Conceição do Araguaia ao Superintendente do Banco do Brasil, com data de 24/05/93.
[138] Um dos técnicos do INCRA que trabalhou nas vistorias prévias à desapropriação, ao ser perguntado pelo autor sobre o motivo do INCRA não intervir para expulsar o "grileiro", informou que por ocasião das vistorias e dos levantamentos ocupacionais realizados o mesmo já não estava na fazenda e que a única atuação que o INCRA poderia ter era não enquadrá-lo como beneficiário da reforma agrária. Não haveria como tomar qualquer medida legal por parte do INCRA para retirá-lo pois o mesmo ainda não possuía o domínio das terras, ainda particulares. Gutemberg Alves dos Reis em entrevista ao autor em 08/10/2012.
[139] Sr. Manoel em depoimento dado ao autor em 14/04/2012.

desapropriação: “Eles (os donos da fazenda) alegavam que os colonos que sucatearam a usina mas foram os próprios donos do projeto que levavam todas as peças boas do laboratório, avaliadas em milhões à época”[140].

A família Gomes dos Reis conseguiu uma ordem judicial para que o INCRA pagasse R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), incluindo nessa conta não apenas o valor da terra nua e das benfeitorias úteis e necessárias, mas também os equipamentos que acusavam os ocupantes da fazenda de terem danificado ou roubado. Por iniciativa do INCRA e do Ministério Público Federal tal decisão foi derrubada em segunda instância, prevalecendo a avaliação do INCRA que calculou o valor da terra nua em R$ 1.695.270,15 (um milhão seiscentos e noventa e cinco mil duzentos e setenta reais e quinze centavos) e das benfeitorias em R$ 114.999,03 (cento e catorze mil novecentos e noventa e nove reais e três centavos)[141].

Insatisfeitos com a falta de definição sobre a desapropriação e a transferência do domínio da fazenda para o INCRA, os ocupantes, suas lideranças e seus aliados - CPT, o STR de Conceição do Araguaia e deputados envolvidos com a questão agrária - deram início a uma série de ações visando à aceleração do processo. Entre essas ações podemos citar o destaque dado à luta pelas terras da Canarana no **I Grito da Terra Brasil** de 1993 e a ocupação do prédio do INCRA em Conceição do Araguaia, tida por alguns dos atores envolvidos como decisiva para o desenrolar da desapropriação.

Considerada uma das primeiras ocupações de prédios públicos da região em razão da luta pela terra, a ocupação do INCRA, coordenada pela CPT e pelo STR de Conceição do Araguaia, teria tido a participação de “300 colonos” e durado de 12/08 a 22/09 de 1994, segundo o jornal “O Liberal”, de Belém. Nessa negociação, que envolveu representantes dos camponeses se deslocando para reuniões em Belém e Brasília com representantes do Governo Federal e do Banco do Brasil, ficou acertado que o Banco, a partir de então, não se oporia mais ao andamento do processo e que o INCRA encaminharia rapidamente os processos de desapropriações, não só da Canarana, mas das seis fazendas antes pertencentes à família Gomes do Reis e, naquele momento, arrestadas pelo Banco do Brasil.

[140] Gutemberg Alves dos Reis em depoimento dado ao autor em 08/10/2012.

[141] Essas informações constam no laudo de vistoria agronômica e em entrevista realizada com o agrônomo responsável por esse documento. Não tive acesso ao processo administrativo que traria os documentos oficiais pois o mesmo não foi localizado nos arquivos de Marabá que, diga-se de passagem, é localizado em uma garagem úmida e empoeirada, sem as mínimas condições de preservação e de organização para que se encontre algo. Foram identificados os seguintes bens e benfeitorias à época da desapropriação: uma destilaria de álcool para 60.000 litros/dia; muitos caminhões, tratores, implementos, motores, peças. Uma cerâmica; uma serraria; 600 alqueires de cana-de-açúcar e pasto; muitas casas de alvenaria, um poço; sendo que o INCRA indenizou apenas 24 casas e o poço à título de benfeitorias.

E assim de fato ocorreu. Em 24/03/1995 foi publicado o decreto declarando a fazenda Canarana de interesse social para fins de reforma agrária. No dia 24/07/1996 foi dada a imissão de posse ao INCRA e, finalmente, após quase dez anos da primeira ocupação, foi publicada a portaria de criação do PA Canarana em 24/09/1996.[142]

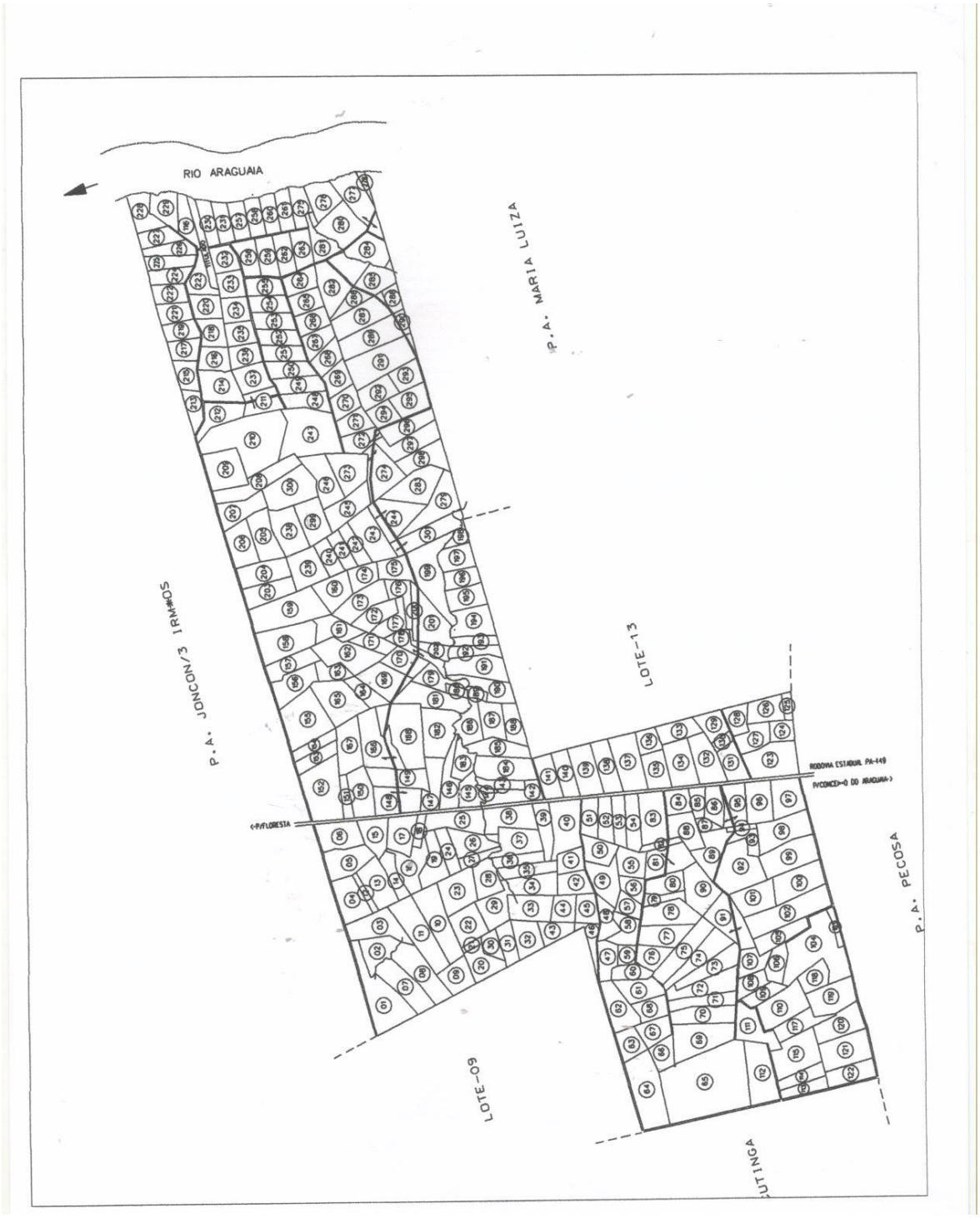
Portanto, em 24/09/1996 estava criado oficialmente o PA Canarana, com capacidade inicial de 250 unidades agrícolas familiares. Esse número de unidades familiares foi o previsto inicialmente pelos estudos dos técnicos do INCRA, ainda que houvessem sido identificadas 184 famílias ocupantes. Desta feita o INCRA não respeitou os "limites de respeito" estabelecidos inicialmente pelos ocupantes e repartiu a terra em um número maior de lotes, o que implicou na redução da área ocupada por algumas famílias. Um dos assentados entrevistados relatou esse procedimento: "Fiz picada para 25 alqueires, mas o INCRA só deixou sete alqueires" (Sr. Joaquim)[143].

Posteriormente foi novamente alterada a capacidade do projeto de assentamento Canarana por meio de "Retificação de Portaria" publicada em 17/07/2000. Por esse ato a Superintendência Regional de Marabá elevou o número de lotes para 305[144].

[142] No laudo da última vistoria feito no ano de 1996, são apontadas algumas características da área à época:
Capacidade de uso das terras: "Classe II - 60% são terras cultiváveis que possuem algumas limitações, requerendo práticas conservacionistas moderadas e de fácil aplicação"; Classe III - 30% são terras que possuem severas limitações e requerem práticas intensivas de conservação; Classe VIII - 10% são terras que não se prestam para o uso agrícola.".
Clima: "Segundo a classificação de Koppen o clima predominante no imóvel é do tipo savana tropical, com transição entre o Brasil Central e o Amazônico. A umidade relativa do ar gira em torno de 66% no mês de agosto e 87% nos meses de janeiro/fevereiro/março".
Vegetação: "É o domínio das florestas pluviais, com grupo de formação subperenifólia aberta mista, esta floresta é rala e de baixa densidade, sendo as espécies características: babaçu, bacaba, breu sucuruba, inajá e mogno."
Solos: "Os solos dominantes são: Latossolo Vermelho Amarelo Distrófico, textura argilosa, Latossolo Roxo Distrófico, textura argilosa e concrecionários lateríticos indiscriminados, este o que apresenta restrições significativas para as atividades agrícolas, em função do alto teor de concreções lateríticas existente no seu perfil."

[143] Depoimento dado ao autor em 12/05/2012.

[144] Fica a questão: porque o INCRA designa um Engenheiro Agrônomo e mais dois técnicos agrícolas para avaliarem tecnicamente a quantidade de famílias que a área da fazenda a ser desapropriada poderia conter, no caso 250, e depois amplia a capacidade da mesma área para 305 famílias, desrespeitando a avaliação dos seus próprios técnicos? Uma hipótese parece ser a mais plausível: como o comprometimento do Estado com a reforma agrária tem sido historicamente insuficiente para atender a demanda das famílias sem-terra, os agentes estatais acabam diminuindo a área por família, dificultando ainda mais a permanência das mesmas nos assentamentos. Assim cumprem-se, ao menos parcialmente e no curto prazo, alguns compromissos políticos ao custo do desrespeito aos critérios técnicos. Mas, claro que não pode ser descartado ter havido uma maior divisão de lotes – talvez até cadastrando filhos de assentados – para aumentar o número de benefícios concedidos, como Crédito Habitação e PRONAF e assim haver algum tipo de desvio de recurso. Infelizmente não encontrei dados suficientes que explicassem tal situação.



Mapa 6: PA Canarana. Autor: Cartografia/INCRA/SR-27. Escala Aproximada 1: 70.000

5.2. A dança dos números: quantos assentados há no PA Canarana?

Em relação ao PA Canarana, a "Relação de Beneficiários" oficial do INCRA foi utilizada de maneira secundária nessa pesquisa, apenas para a confirmação sobre o cadastramento ou não de determinada família entrevistada. Consulta realizada no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA), em setembro de 2011, apontou um número total de 303 famílias assentadas, número que, como será mostrado adiante, nem se aproxima da situação real do assentamento.

Outras fontes oficiais foram consultadas e utilizadas na pesquisa. Uma delas é o recadastramento universal (RECAD/2009) dos assentados da jurisdição da Superintendência Regional de Marabá realizado pelo INCRA no ano de 2009 com o objetivo de desfazer o inchaço artificial da "Relação de Beneficiários", fruto de exigências do Ministério Público Federal. Infelizmente esse dado também não é totalmente confiável. Por falta de recursos ou de vontade política, esse recadastramento não foi feito de lote em lote e de assentamento em assentamento, como deveria. Foram criados alguns escritórios-polos e, em outubro de 2009, os assentados de toda a região sudeste do Pará tiveram dez dias para se apresentar nestes escritórios, com a finalidade de declarar sua posse. Não faltaram casos de pessoas que claramente conduziam seus prepostos (vulgo "laranjas") para fazer o recadastramento[145].

Em relação a esses casos houve ainda um desentendimento bastante fortuito. O Governo Federal editara a Medida Provisória Nº458 (MP da "Grilagem", como a chamaram os críticos) em fevereiro de 2009 – depois convertida na Lei Nº11952 em junho daquele mesmo ano - tornando mais fácil e subsidiada a regularização de posses em terras públicas na Amazônia de tamanho de até quatro módulos fiscais e também facilitando a regularização de áreas maiores. Achando que também seriam beneficiados com essa MP muitos "concentradores" de terras nos assentamentos do sul do Pará procuraram os polos de recadastramento, declarando serem os reais detentores de terras que estavam com outros nomes cadastrados. Haviam entendido que a medida governamental se estendia também para as áreas destinadas para a reforma agrária, ou seja, inesperadamente confessaram estar concentrando terras dentro de assentamentos.

Com isso foi possível que, por mero acaso, se chegasse pelo menos parcialmente a um dos objetivos iniciais do RECAD/2009: a identificação de laranjas que irregularmente tinham

[145] Como coordenador de um destes polos pude presenciar e relatar vários desses casos aos meus superiores hierárquicos.

seus nomes em cadastros do INCRA para "segurar" a posse para terceiros que, normalmente, nem moram nos municípios dos projetos de assentamento. Esses casos foram relatados às chefias da época, ressaltando a necessidade de se fazer um levantamento "in loco" para que fossem obtidos dados mais precisos e que se tomassem as devidas providências.

Para o objetivo dessa pesquisa, o dado mais importante do RECAD/2009 sobre o PA Canarana é o que revela a existência de dezoito detentores de lotes não cadastrados. Provavelmente novos ocupantes que recentemente compraram seus lotes e ainda não tiveram a sua situação reconhecida pelo INCRA. Informação importante pois fornece números atualizados sobre uma questão que esta pesquisa tem tentado chamar a atenção: a rotatividade de assentados no PA Canarana, assim como dos demais assentamentos do sul e sudeste do Pará.

Sobre o número total de 258 assentados recadastrados no RECAD/2009 para o PA Canarana, já destacamos a natureza declaratória deste recadastramento, e o consequente grau de incerteza sobre a sua consistência.

Em relação às fontes oficiais, foram consultados também os processos individuais das famílias assentadas guardados nos arquivos da Unidade Avançada de Conceição do Araguaia, pois cada vez que é realizado o assentamento de uma família é formalizado um processo no qual constam, além dos documentos de cada indivíduo, um pequeno histórico sobre as atividades exercidas pelos adultos anteriormente ao assentamento. Nesse caso, o acesso a dados mais precisos enfrenta um problema de ordem mais prosaica: simplesmente sumiram centenas de processos individuais de assentamento dos arquivos da Unidade Avançada de Conceição do Araguaia. Deveria haver, no mínimo, para o PA Canarana, 303 processos relativos aos assentamentos das famílias integrantes da "Relação de Beneficiários", mas encontram-se arquivados apenas 137 desses processos. Uma informação presente nesses processos diz respeito ao Estado de origem do responsável pela família. No Gráfico 7 podemos notar a predominância de pessoas oriundas do antigo estado do Goiás, atualmente dividido entre Goiás e Tocantins, e que praticamente empatam com os responsáveis de famílias nascidos no próprio Pará.

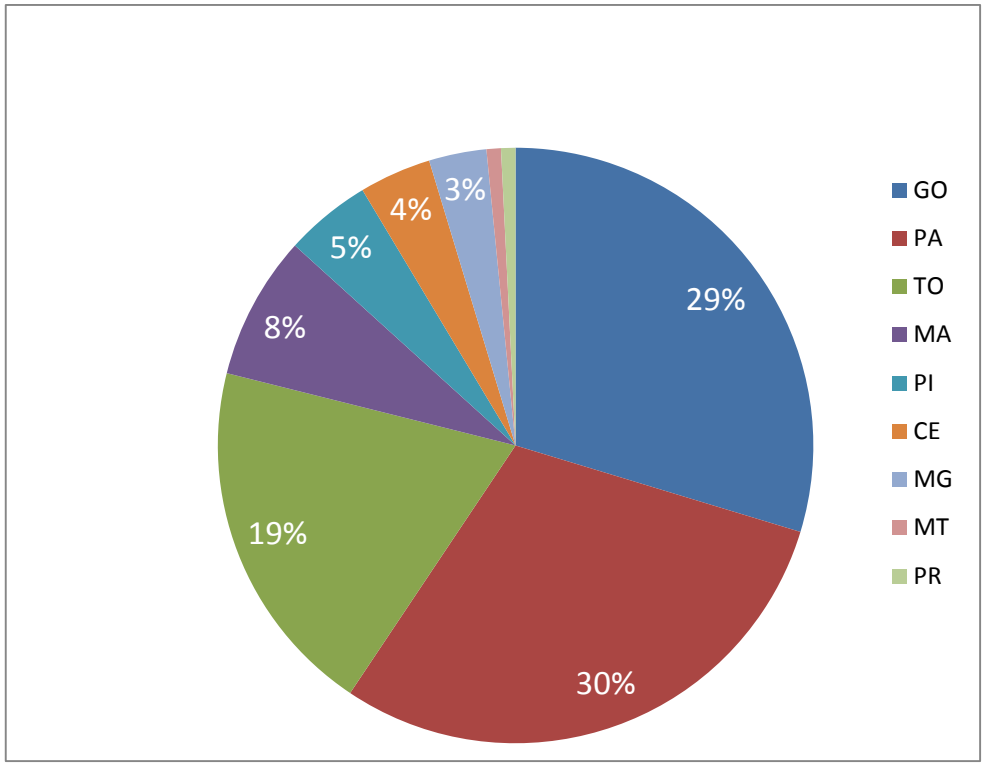


Gráfico 7: Estado de Origem do "Chefe de Família" dos Assentados do PA Canarana Fonte: Processos individuais de cadastro dos assentados entre os anos de 1996 e 2011. Arquivo Unidade Avançada de Conceição do Araguaia Org.: Marcelo Terence.

Esse número reforça a ideia de que a mesorregião sudeste do Pará possui uma importante subdivisão quanto à origem de sua população, quase toda ela formada por migrantes. Na região mais próxima à Transamazônica predominariam famílias oriundas do nordeste brasileiro, sobretudo do Maranhão, e na região mais ao sul, aproximando-se das divisas do Tocantins e Mato Grosso, haveria o predomínio de uma população fortemente marcada por famílias originárias do Centro-Oeste do Brasil, além do Tocantins.

Mas voltando à questão sobre a saída de assentados e o cadastro de novos beneficiários, foram obtidos dados relevantes a partir de um Relatório Analítico emitido pelo SIPRA em 01/10/2012. Pode-se observar na Tabela 8, a alta rotatividade dos assentados do PA Canarana, posto que o assentamento de uma família, nos anos após a criação do Projeto de Assentamento, só é possível se houver a saída de outra família anteriormente assentada, normalmente pela venda do lote. É raro haver abandono de lotes, até pelo valor atingido pelos mesmos. Nos raros casos em que a terra fica "vazia", sem uma família ocupando, imediatamente a notícia se espalha e outra família camponesa, assentado vizinho ou ainda um pequeno comerciante da cidade começa a "cuidar" daquele lote.

Tabela 8 - Número de famílias assentadas por ano de homologação no SIPRA.

Ano	Nº de famílias assentadas
1996	147
1997	76
1998	51
1999	18
2000	13
2001	15
2002	04
2003	06
2004	23
2005	12
2006	4
2007	04
2008	11
2009	24
2010	08
2011	10
2012	0
Total	426

Fonte: SIPRA – Situação dos Beneficiários da Reforma Agrária – Analítico/PA Canarana Org. Marcelo Terence

Podemos deduzir que todos esses cadastros homologados após o ano de 1996 dizem respeito a famílias que compraram lotes e foram posteriormente regularizadas pelo INCRA. E aqui outra questão já tratada no capítulo 3: esses números acabam se somando nas estatísticas de famílias assentadas, sem o INCRA desapropriar um palmo de terra e nem ter realizado investimento algum, a não ser ter enviado um técnico para a localidade para poder cumprir as metas quantitativas acertadas com os movimentos sociais. Normalmente tais famílias cadastradas nos lotes vendidos possuem as características exigidas pelo órgão fundiário para serem regularizadas, então não há nada a opor ao tratamento dado as mesmas[146]. Há, em menor número, casos de "laranjas" de comerciantes ou fazendeiros que tentam se incluir como "beneficiários" do Programa Nacional de Reforma Agrária e depende da perspicácia e do caráter do técnico do INCRA responsável pelo cadastro identificar e negar a regularização

[146] Em 15/05/2012, o INCRA lançou a Instrução Normativa 71, visando combater a compra e venda de lotes. Assim proibiu que lotes nos quais os "vendedores" não tiverem posse do documento do INCRA (Contrato de Concessão de Uso ou Título de Domínio) com pelo menos dez anos de emissão, o "comprador" do lote não pode ser regularizado. Encontrei o seguinte caso no PA Canarana: a família da Sra. Raimunda teve sua posse tomada pelos militares durante a repressão à Guerrilha do Araguaia, pois seu pai havia contraído um empréstimo com o "Paulo", um dos guerrilheiros, e os militares concluíram que ele estava envolvido com o movimento guerrilheiro. Conseguiu uma terra no Assentamento Araguaxim, no município de Cumaru do Norte/PA, no qual dois filhos da Sra. Raimunda morreram de malária. Na cidade de Redenção trabalhou como doméstica e conseguiu economizar e comprar um lote no PA Canarana em 1998. Se já estivesse em vigor à época, pelas orientações contidas na IN 71, de maneira surreal, "a Superintendência poderá propor ao interessado o assentamento em outro projeto, desde que o mesmo atenda aos requisitos da IN no 71/2012 e desocupe voluntariamente a parcela." (INCRA/Manual da Instrução Normativa 71/2012).

desse ocupante. Mas a questão que mais interessa aqui e que deve ser levantada é em relação às famílias que venderam seus lotes e abandonaram o assentamento. Dentro do INCRA praticamente não há nenhuma ação para diagnosticar e tentar sanar essa questão. O único esforço nesse sentido, e que parece ser absolutamente insuficiente, senão equivocado, são esparsas campanhas midiáticas buscando conscientizar as pessoas que a compra e venda de lotes nos assentamentos é crime.

Pode-se afirmar então que os únicos que possivelmente fazem parte daqueles que ocuparam a então fazenda Canarana são os cadastrados no ano de 1996 ou, se houve demora no cadastro dos assentados, como costuma acontecer, talvez alguns que foram cadastrados no ano de 1997. Excetuando dez famílias que foram assentadas pelo INCRA posteriormente, com a retomada de dez lotes que estavam concentrados na mão de dois comerciantes de Conceição do Araguaia, nos anos de 2010 e 2011. O restante supõe-se que sejam famílias que compraram lotes e foram regularizadas posteriormente pelo INCRA.

Em relação aos ocupantes originais, números mais precisos foram obtidos por meio do Processo do INCRA de Conceição do Araguaia de nº 000360/1996 que propõe a criação do "Projeto de Assentamento Fazenda Canarana", encontrado nos arquivos do INCRA de Marabá. Nesse processo consta uma relação dos ocupantes daquele imóvel rural elaborada por técnicos do INCRA de Conceição do Araguaia no próprio ano de 1996, quando foram listados 184 ocupantes.

A relação nominal dos ocupantes – com 184 famílias - da então fazenda Canarana contida nesse trabalho dos técnicos do INCRA, elaborada em 1996 - mais respeitável por ter sido obtida em trabalho de campo - foi comparada com os nomes dos assentados que se encontram hoje ocupando os lotes da Canarana.

A informação sobre os assentados atuais procede de um levantamento realizado em 2011 pelo presidente de uma das Associações existentes dentro do PA Canarana. Para a realização desse levantamento ele percorreu todos os lotes do assentamento, independente da associação à qual o assentado é filiado. O levantamento do presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais da Canarana encontrou 182 unidades familiares de produção no PA Canarana. A comparação entre o levantamento do INCRA de 1996 e o do presidente da Associação Canarana em 2011 confirmou a informação conseguida nos processos individuais, qual seja, a maioria dos assentados atuais (quase 2/3 do total) do PA Canarana não participou

da ocupação da fazenda, vindo a adquirir seus lotes dos primeiros ocupantes por meio de compra sem anuência do INCRA[147]. Vejamos o Gráfico 8:

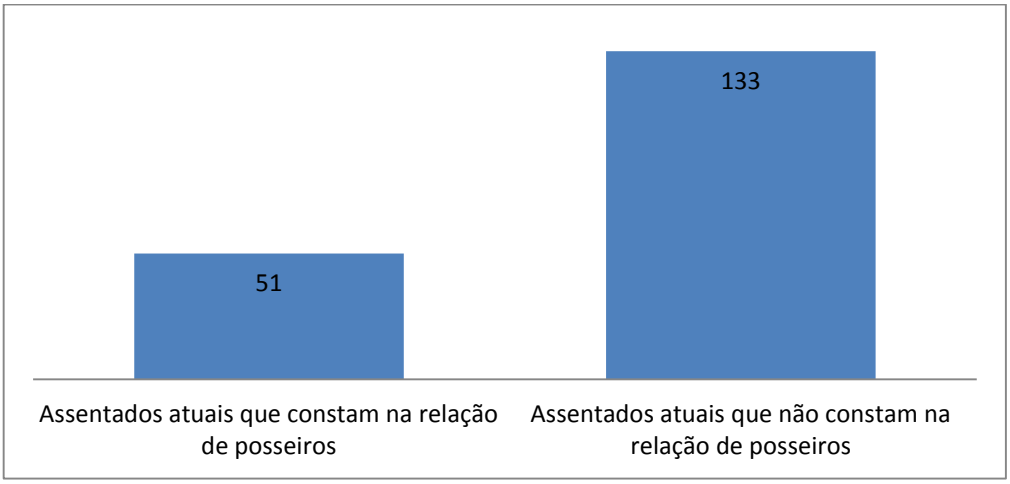


Gráfico 8: Número de assentados atuais que constam na relação de posseiros de 1996. Fonte: Pesquisa Associação dos Trabalhadores Rurais da Canarana, 2011 e INCRA/Proposta de Criação do PA Canarana, 1996. Org.: Marcelo Terence.

As porcentagens de "ocupantes originais" são, portanto, as seguintes: 27,72% são ocupantes da fazenda Canarana que até o ano de 2011 – ano da pesquisa do presidente da associação Canarana - permaneciam em seus lotes e 72,28% são famílias que provavelmente compraram lotes após a criação do assentamento.

Em relação aos que saíram do PA Canarana, o relatório analítico do SIPRA/INCRA já citado apresenta 33 famílias como desistentes, 62 como evadidas e 12 como transferidas para outros PAs[148]. Ou seja, 107 famílias deixaram oficialmente de ser assentadas no PA Canarana desde sua criação. A relação de beneficiários do PA Canarana ainda apresenta nos dias de

[147] O PA Canarana possui hoje três associações: a Associação dos Trabalhadores Rurais da Canarana (a primeira associação do assentamento), a Associação dos Pequenos Produtores Rurais 23 de julho e a Associação dos Trabalhadores Rurais do Lote 11 da Canarana. Estas últimas duas Associações têm funcionado mais como entidades burocráticas para a obtenção de créditos junto ao INCRA e outras agências oficiais, sendo, pelo que se percebe, bem limitadas quanto à discussão de alternativas para os impasses que vivem os assentados. Já a primeira associação é uma das mais comprometidas com o trabalho com os assentados, tanto é que seu Presidente decidiu, por iniciativa própria, realizar uma pesquisa para levantar o perfil de todos assentados do PA Canarana, com a finalidade de discutir alternativas produtivas e de comercialização com a comunidade e com outros atores sociais. Seus resultados serão aqui utilizados.

[148] Evadidos são aqueles assentados que venderam ou abandonaram o lote sem anuência do INCRA e que portanto não podem mais possuir terras de reforma agrária por terem seus CPFs bloqueados no sistema do INCRA. Desistentes são aqueles que de alguma forma justificaram suas saídas, não constando assim como ex-beneficiário e podem vir a se candidatar a outro lote em outro momento. Já as transferências são sempre realizadas a pedido das famílias e normalmente são permutas com famílias de outros PAs. Um dos motivos mais comuns é para ficar próximo a parentes.

hoje 303 famílias são tidas oficialmente como ocupando lotes do PA Canarana em outubro de 2012.

Assim, quanto ao número total de assentados existentes nos dias de hoje no PA Canarana temos dados bastante discrepantes, a depender da fonte consultada, como mostra a Tabela 9.

Tabela 9 - Número de assentados do PA Canarana segundo as fontes consultadas

SIPRA (Outubro/2012)	303
RECAD/2009 (Agosto/2009)	258
Levantamento do Presidente da Associação Canarana (entre Janeiro e Março de 2011)	182

Fontes: SIPRA/2012, RECAD/2009, Levantamento Presidente da Associação Canarana, 2011. Org. Marcelo Terence

Os dados do levantamento do Presidente da Associação Canarana, feito de unidade familiar em unidade familiar, apontam que a reconcentração de terras no PA Canarana ainda está presente, mesmo depois das ações de retomadas de lotes ocorridas no local em 2010. Um dos objetivos da minha pesquisa de campo, além de confirmar o caráter fantasioso dos dados oficiais, foi verificar se realmente existem tais reconcentrações e caracterizá-las como capitalista ou camponesa, dependendo das relações sociais de produção presentes nessas unidades de produção.

Por fim, vale a observação: se não é o caso de deixarmos de usar os números oficiais do INCRA para estudar seus assentamentos no sul e sudeste do Pará, deve-se ressaltar que esses documentos e números oficiais foram usados nessa pesquisa de forma bastante seletiva e para a obtenção de informações específicas e, claro, para servir de base de comparação com os dados obtidos nas visitas ao campo.

5.3. A escolha dos entrevistados e o forma das entrevistas

Como já foi referido na Introdução dessa dissertação foram realizadas 47 entrevistas com assentados especificamente para essa pesquisa[149]. Vinte e quatro dessas entrevistas foram

[149] Foram entrevistados o homem ou a mulher da casa, ou ambos, quando estavam presentes e se dispunham a falar. Não foi estabelecido um percentual para cada um deles.

realizada com famílias moradoras de lotes escolhidos aleatoriamente. O restante foi feito a partir de escolhas junto com o Presidente da Associação Canarana, utilizando critérios tais como assentados mais bem situados economicamente, ou o contrário, aqueles em mais dificuldade; ou ainda, assentados que trabalham só com gado ou aqueles que buscam alternativas dentro do assentamento. Foram feitas 11 visitas ao PA Canarana especificamente para esse fim, realizadas aos finais de semana e sempre visitando lote por lote. Entrevistei as famílias dos assentados seguindo um roteiro de questões (Anexo 3), mas também realizei inúmeras conversas informais nessas visitas e assim pude obter informações dos moradores sobre seu histórico de vida, sobre a organização do trabalho no lote, sobre aspectos da produção e da comercialização. Andei pelo sítio, que é como chamam as proximidades da casa, onde os assentados criam galinhas e porcos e fazem pequenos canteiros de mandioca e algumas poucas verduras. E também andei pelo lote como um todo para ver as roças maiores e os pastos. Assim pude observar e fotografar aspectos da produção e do modo de vida dessas pessoas assentadas do PA Canarana[150].

Algumas dificuldades foram encontradas durante as idas a campo. Podem ser destacadas duas principais: uma delas, mais corriqueira em se tratando da região em foco, é a condição das estradas e dos que dão acesso ao Assentamento Canarana e aos lotes visitados. A estrada que liga a sede de Conceição do Araguaia ao Assentamento Canarana é a rodovia estadual PA 449, cujo destino final é o município de Floresta do Araguaia, um dos maiores produtores de abacaxi do Brasil. (Foto 21).

[150] Novamente chamo a atenção que, pelo fato de eu trabalhar no INCRA de Conceição do Araguaia, realiza diversas visitas a trabalho aos assentamentos da região e também ao PA Canarana. Entre as atividades desempenhadas por mim nesse assentamento podemos citar as vistorias de casas construídas com crédito do INCRA, a intervenção em disputa de divisa entre vizinhos, a participação em reuniões das associações do assentamento e em reuniões dos assentados com outras entidades como bancos, Emater, secretarias de Estado, Prefeitura, etc. Portanto, nem sempre comentários, fotos, conversas com os assentados citados aqui são originários do trabalho de campo específico dessa pesquisa, mas podem ter sido obtidos nessas visitas a trabalho pelo INCRA.

Foto 21: Rodovia PA 449. Apesar de servir a milhares de famílias assentadas e outros produtores a rodovia fica quase intransitável no período de chuvas. Autor: Marcelo Terence. Janeiro de 2011.

Ela serve a dezenas de assentamentos dos municípios de Conceição do Araguaia e de Floresta do Araguaia, além de fazendeiros da região. Apesar de seu movimento e de sua importância, nos períodos de chuva ou logo após este, é comum esta estrada ficar praticamente intransitável, devido ao grande número de buracos e atoleiros, pois mesmo em se tratando de rodovia estadual, a mesma não é asfaltada, mas sim de "chão", como os habitantes locais gostam de chamar as estradas de terra.

Para se ter uma ideia da dificuldade de locomoção por essa estrada, o PA Canarana dista apenas 36 quilômetros da sede de Conceição do Araguaia, mas para percorrer o percurso de caminhonete, dependendo do dia, se consome em média entre uma hora e meia e duas horas. Para piorar a situação, nos meses de julho e agosto, quando algumas das entrevistas foram feitas, duas pontes haviam sido queimadas, restando apenas alguns "paus" retorcidos para serem transpostos. Em uma das passagens por essa "pinguela", mostrada na Foto 22, as tábuas cederam e a caminhonete emprestada pelo INCRA por pouco não cai no córrego. Só consegui sair dessa situação com muita dificuldade algumas horas depois.

Foto 22: Ponta quebrada na Rodovia PA 449 Autor: Edvaldo Pereira. 11/09/2011

Como já foi observado, essas são situações cotidianas para quem se desloca pelas estradas do sul e sudeste do Pará. Com alguma paciência e um carro adequado, são absolutamente transponíveis. Dificuldade maior ocorreu em relação a certo temor de alguns assentados em fornecer informações a um pesquisador que é funcionário do INCRA e bastante conhecido dentro do assentamento por seu trabalho no órgão fundiário, sobretudo aqueles que possuem mais de um lote e que, pelo rigor da norma legal, estariam em situação irregular. Para tentar vencer ou pelo menos diminuir tal obstáculo, alguns cuidados foram tomados. O primeiro deles foi buscar o acompanhamento, pelo menos em um primeiro momento, do presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais da Canarana, a maior e mais antiga dentro do assentamento, para que o mesmo, já conhecendo os objetivos da pesquisa a ser desenvolvida, fizesse minha apresentação como pesquisador aos assentados. Também a participação em três reuniões da comunidade permitiu que houvesse espaço para dialogar com os assentados presentes para explicar os objetivos da pesquisa, tentando dirimir a confusão inevitável entre a pesquisa e algum tipo de vistoria oficial do órgão fundiário. Também o uso do gravador foi feito de forma seletiva. Com aqueles assentados em situação irregular por manterem mais de um lote e com os mais "desconfiados", optou-se por apenas anotar as respostas, deixando o gravador para as situações em que os entrevistados estavam mais à vontade, bem como com alguns daqueles que exerciam algum papel de liderança na comunidade.

5.4. A "herança camponesa" e a produção atual dos assentados do PA Canarana.

Uma das questões que norteou o roteiro de entrevistas formulado para esta pesquisa refere-se à origem social da população assentada no PA Canarana. Tratam-se de famílias camponesas que, por décadas, vêm migrando para essa região sul do Pará ou, diversamente, têm origem já marcada pela proletarização ou subproletarização de seus antepassados e que, sem encontrar alternativas nas cidades, optaram por tentar a vida no campo? Um dos pontos importantes da pesquisa de campo e também da análise dos dados conseguidos pelo Presidente da Associação Canarana na pesquisa por ele realizada foi verificar se os assentados da Canarana também possuem as características históricas da ocupação camponesa do sul do Pará, já discutidas nos capítulos anteriores, e buscar verificar se aconteceram modificações importantes a partir do assentamento oficial das mesmas.

Os assentados foram perguntados sobre o passado, de como se lembravam ter vivido suas infâncias, sobre o que se lembravam do modo de vida e de como produziam seus meios de vida. Entre os 47 entrevistados, apenas quatro se distanciaram de respostas bastante semelhantes ao não se reportarem a origem camponesa de suas famílias. Os demais, seja no momento em que contam aquilo que era plantado, colhido e consumido, ou quando se referem ao modo como era feita essa roça, aparece claramente o modo camponês de reproduzir a vida. Nas falas dos assentados aparecem diversas frases como: "Naquela época quase não tinha gado, era arroz, milho, feijão, mandioca"; "Plantava pouco e colhia muito"; "A gente usava queimada, era no braçal mesmo, até para fazer estrada era no braçal, no machadão bravo"; "A derrubada era no boca branca, no machado"; "Era no sistema de queimada, derrubava e plantava no toco"; "Na época era só feijão, porco, galinha, mandioca, milho, fava, era muita fartura no tempo de papai"; "Vivia no sistema de mudança de roçado, com o gado solto"; "Era a terra absoluta, num vinha agrimensor de jeito nenhum, não tinha pasto, nem cerca, sei de lugar aqui perto que índio matou a família todinha, a gente fazia roça com um vigiando com fuzil". "Remédio aqui era casca de quina pra febre e azeite com caramelo pra purgante"; "Naquele tempo era de liberto, chegava e trabalhava onde queria". "Pai colocava roça em terra alheia, mas botaram a gente pra correr". "Não aguentava mais trabalhar pros outros, criamos todos os filhos trabalhando pra gente. Hoje os meninos mesmo não quer que venda (o lote)"[151].

[151] Todas as frases trazem marcas da herança camponesa discutidas no Capítulo 1 dessa dissertação.

O mutirão também foi bastante lembrado pelos assentados. Mesmo depois da criação do assentamento, referem-se os assentados mais antigos ter havido muitos mutirões para as derrubadas, construções de cerca, colheitas, etc.

O que varia mais nessa lembrança sobre seus passados é a questão da condição legal em que ocupavam a terra. Mas, ainda que tenham sido posseiros, moradores de condição, morador em "terra de fazenda", pequenos proprietários ou que tenham passado por diversas dessas situações, o padrão sobre como plantavam ou sobre a principal destinação de sua produção - no caso, o consumo e a venda de excedentes – permanece o mesmo para a grande maioria dos entrevistados: a predominância da produção de gêneros para consumo direto da família e o uso das técnicas de queimada e plantação da "roça de toco", como se costuma chamar na região esse sistema de plantio de coivara.

De acordo com a descrição de Nagata (2002, pp. 25-26) sobre roça de toco e os típicos produtos da região de Conceição do Araguaia nos primeiros anos de ocupação de uma área ainda não "formada",

> [u]ma vez escolhida a área de mata, nesta era feita a 'broca' e a 'derrubada' manualmente, utilizando-se a foice e o machado (algumas vezes com motosserra). A derrubada era realizada no início do período seco que vai de junho a setembro. Antes do início das chuvas, de agosto a setembro, a área derrubada era queimada. (...) O fogo tem o papel de limpeza do terreno. A aração do solo era dispensável, pois nas condições de mata, o solo não estava compactado e os micro-organismos e raízes mantinham o solo aerado. As cinzas constituíam o fertilizante para as plantas a serem cultivadas. Os principais produtos cultivados eram arroz, milho, feijão 'trepa-pau'. No primeiro ano, invariavelmente o arroz era cultivado por se constituir no principal alimento da família e também porque agronomicamente era mais adaptado para as condições de terra recém-desbravada.

A situação foi se alterando com o decorrer do tempo, e por consequência do predomínio de áreas de pastagem no PA Canarana, algumas bastante degradadas, tem ficado inviável o plantio apenas utilizando-se do sistema "tradicional", principalmente devido à compactação da terra trazida pelo uso do capim[152]. A esse respeito, o levantamento realizado pelo presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais da Canarana aponta para o fato de que a maioria das famílias assentadas tem alugado horas de trator para "gradear" a terra ou então tem se utilizado das duas formas de preparar a terra, quais sejam, o uso de tratores e o uso do sistema de queimadas. Não obstante, ainda existe um número considerável de famílias

[152] Sobre a implantação do pasto e a compactação do solo por ele causada, Nagata (2002, p. 27) informa que, quando este "era implantado, o ocupante tinha que fazer o controle de ervas tóxicas e cipós. Caso o agricultor desejasse cultivar novamente nessa área, teria que fazer uso de máquinas para mecanizá-la, por causa da compactação do solo".

que utiliza apenas do sistema “tradicional” para o preparo da terra, ainda utilizam da queimada para a preparação do solo, como pode ser visto no Gráfico 9:

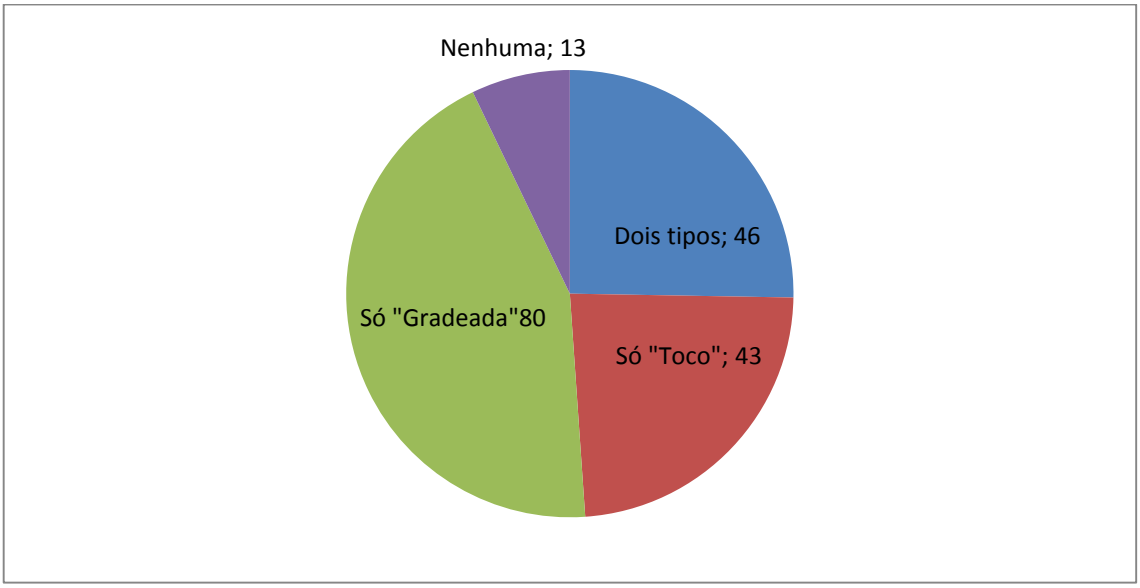


Gráfico 9: Número de Unidades Familiares, segundo o tipo de roça, no PA Canarana, no ano de 2011. Levantamento Associação dos Trabalhadores Rurais Canarana, 2011. Org. Marcelo Terence.

E quanto ao que se produz no assentamento Canarana, também teria havido mudanças substanciais em relação ao passado? Pelas informações obtidas pelo levantamento da Associação Canarana pode-se dizer que sim. No Gráfico 10, observa-se que produtos muito citados como fazendo parte da produção e da dieta camponesa local, como o arroz, o feijão, o milho, a abóbora, foram sendo substituídos por produtos da pecuária e pela plantação comercial de abacaxi, produtos mais aceitos pelos mercados já estruturados na região. O caso da farinha de mandioca é exceção, pois sempre teve importância na produção camponesa local e hoje, além de servir para o consumo da família, também adquire importância comercial.

Tanto a venda de bezerros, quanto a venda de leite, farinha de mandioca e abacaxi são extremamente facilitadas ou pela presença de atravessadores e de indústrias que retiram a mercadoria na “porteira” - no caso dos bezerros, leite e do abacaxi- ou pela feira na cidade de Conceição do Araguaia que absorve a produção de farinha de mandioca feita no assentamento.

No entanto, há muitas reclamações do preço recebido pelo leite e pela farinha de mandioca. Em relação à farinha, o PA Canarana tem unidades familiares que produzem cem, trezentos sacos de farinha por ano. O preço tem variado, dependendo da época do ano, entre

R$120,00 e R$150,00 cada saco de cinquenta quilos.[153] No caso desse produto, pelo fato dele não estragar com tanta rapidez como o abacaxi, por exemplo, o produtor ainda tem alguma margem de manobra se não estiver precisando com urgência do dinheiro. Mas é generalizada a sensação de roubo que sentem em relação aos atravessadores: "A gente vende pros atravessadores na feira, pros ladrão", desabafa um assentado (Sr. Manoel Bonfim) [154]. Ressalte-se que na feira de Conceição do Araguaia o saco de farinha de 50 quilos é vendido pelos atravessadores por R$200,00. Aliás, a presença desses "atacadistas" na feira coberta de Conceição do Araguaia é combatida por muitos lavradores, que referem-se ao fato de a proposta inicial só prever a presença dos produtores vendendo diretamente seus produtos.

Calendário Agrícola PA Canarana

CULTURA (S)	MESES DO ANO											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
ABACAXI	TC/CL/CM	TC/CL/CM	TC/CL/CM	TC/CL/CM	CL/CM			PA	PA/PL	PA/PL	PL/TC	TC
MANDIOCA	TC	TC	TC	TC		CL/BN/CM	CL/BN/CM	PA/CL/BN/CM	PA/CL/BN/CM	PA/CL/BN/CM	PA/PL/TC	PL/TC
MILHO	PL/TC	TC	CL/CM	CL/CM	CL/CM	CL/CM		PA	PA	PA/PL	PL/TC	PL/TC

Legenda: Pa – Preparo de área; Pl – Plantio; Tc – Tratos culturais; CL – Colheita; Bn - Beneficiamento e Cm – Comercialização.

Fonte: EMATER - Plano de ação para o desenvolvimento sustentável do assentamento PA Canarana/Município de Conceição do Araguaia/Período: 10/2009 a 10/2010.

De qualquer forma, a farinha de mandioca representa um importante cultivo dentro do PA Canarana. O conhecimento costumeiro de como lidar com a plantação de mandioca e com seu beneficiamento, o fato da mandioca se adaptar a terras menos férteis e a venda no mercado local, sem a exigência de selos e certificados sanitários, são fatores que favorecem a produção da farinha de mandioca e a obtenção de renda pelas famílias assentadas. Sem falar que a população local, sobretudo no campo, faz questão da farinha em todas as refeições.

[153] Esses preços são referentes à março de 2012.
[154] Depoimento dado ao autor em 14/05/2011.

Fotos 23 e 24: Produção de farinha de mandioca em casa de assentado no PA Canarana: o forno e as cascas de mandioca. Autor: Marcelo Terence, maio/2012.

Foto 25: Produção de farinha de mandioca no PA Canarana. A farinha ensacada para levar até a feira coberta de Conceição do Araguaia. Autor: Marcelo Terence. Maio/2012.

Quanto ao abacaxi, as falas dos assentados também apontam a presença de "atravessadores" como os responsáveis pelo escoamento da produção do PA Canarana[155]. Uma das assentadas por mim entrevistadas, D Analice[156], afirma que

> Abacaxi a gente vende pra comprador que nem o nome a gente sabe, os marreteiros, atravessador, eles compram baratinho e quando chega lá na frente que eles têm lucro, né? No início da safra tava pagando R$1,20 a cabeça, mas quando foi pro final já tava R$ 0,15, um abacaxi desse tamanho assim...a gente trabalha, trabalha e na hora de vender vem o atravessador e toma tudo, o abacaxi, por exemplo, ou você vende ou você perde tudo, estraga [...]

Foi o que aconteceu com o Sr. José dos Reis na safra passada. Esse senhor que participou da ocupação em 1990 e diz ter vindo para Canarana porque a terra que morava antes "não dava legume", produziu muito milho em roça de toco nos primeiros anos de ocupação. Atualmente investe na produção de abacaxi, gradeando a terra a partir do aluguel de algumas horas de trator por ano. No entanto, no ano de 2011, ficou esperando um preço melhor e depois só conseguiu pegar R$10.000,00 em um roça que tinha plantado 150.000 mudas de abacaxi. "Não achei comprador na hora certa de vender. Passou da hora, o fruto arruinou muito. Perdi 1 alqueire de abacaxi"[157].

O Gráfico 10 demonstra os principais produtos do PA Canarana da safra do ano de 2010, de acordo com os números obtidos na pesquisa da Associação dos Trabalhadores da Canarana:

[155] O PA Canarana é cortado pela rodovia estadual PA 449, justamente a rodovia que liga Conceição do Araguaia ao município de Floresta do Araguaia que, como já dito, é o município com uma das maiores produções de abacaxi do Brasil, fato que gera grande movimento de compradores desse produto na região.
[156] Depoimento dado ao autor em 30/06/2012.
[157] Depoimento dado ao autor em 16/06/2012.

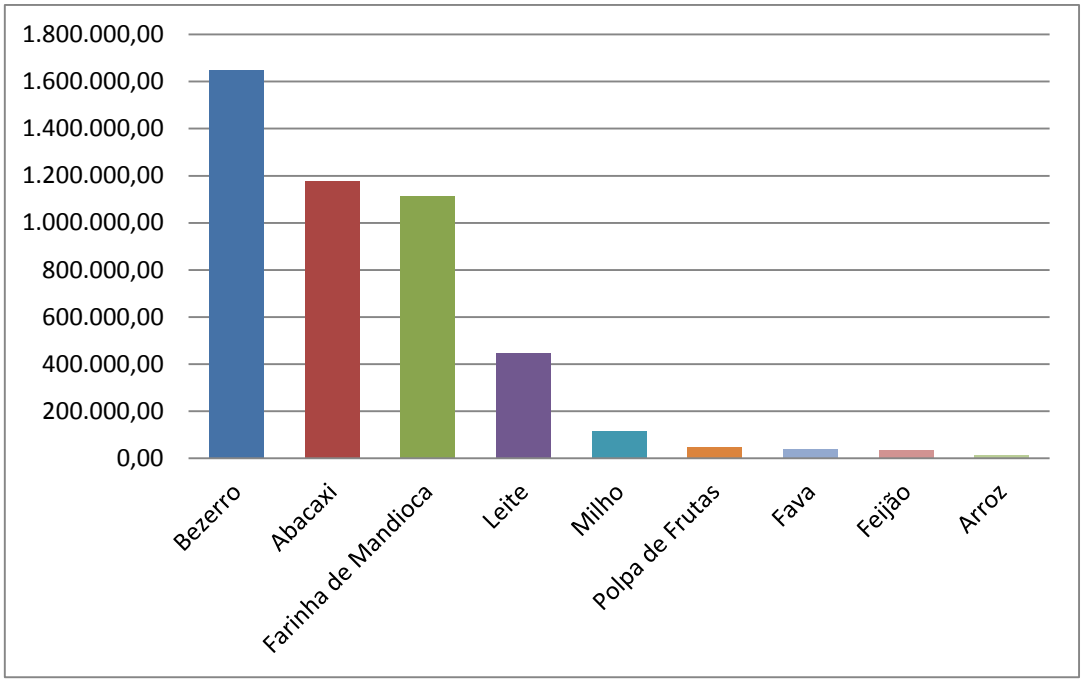


Gráfico 10: Produção em Reais, por Produto, do PA Canarana, na safra de 2010. Fonte: Levantamento da Associação dos Trabalhadores Rurais da Canarana/2011; Org.: Marcelo Terence.

Em relação à pecuária pode-se dizer que ganhou muita importância na vida dessas famílias no decorrer dos anos e isso certamente não aparece apenas nos números: qualquer um que ande pelo PA Canarana pode perceber claramente o espaço ocupado pelas pastagens. Isso vem corroborar uma informação fornecida durante a pesquisa de campo por mim realizada: praticamente todos os entrevistados se referiram ao fato de terem chegado a lotes praticamente "virgens", com muita mata nativa, e que foram os próprios assentados que foram "formando" suas chácaras e sítios. Em uma das entrevistas, um assentado chegou a afirmar, metaforicamente, que para ver a luz do sol tinha que "ir até a Joncon", referindo-se a uma fazenda vizinha que também acabou por se tornar um assentamento e que, como quase todas as fazendas da região – pois nesse ponto a Canarana é uma exceção –, foi desmatada bem antes de ser destinada como área para a reforma agrária, posto que a maioria dessas fazendas era de projetos agropecuários da SUDAM[158]. Em todo o município de Conceição do Araguaia há forte presença da pecuária entre os pequenos produtores, assentados ou não.

Pode haver ainda algum tipo de dúvida quanto à abrangência do domínio do gado no PA Canarana, afinal a atividade pecuária poderia estar concentrada nas mãos de poucos

[158] Isso não quer dizer que os capitalistas que antes eram donos da fazenda Canarana não tenham lucrado com a retirada de madeira dessa área. Dois assentados dos mais antigos do PA Canarana declaram que apesar de haver muita mata quando "entraram" na área, o que havia era apenas madeira "branca", pois a fazenda já havia retirado toda a madeira de "lei", de valor comercial considerável. Por não ter sido uma fazenda de gado não havia áreas de pastagens, mas a madeira de valor já tinha sido toda retirada.

assentados, enquanto as outras atividades estariam dispersas no assentamento. Mas não é isso o que realmente acontece. Na verdade, como podemos observar no Gráfico 11, além de ser a maior produção em termos monetários na soma de todos os assentados, a produção pecuária também é a segunda mais dispersa pelo assentamento, só perdendo para a produção de galinhas. De um total de 182 famílias de assentados encontrados pelo Presidente da Associação Canarana, 152 trabalham com a criação e venda de bezerros, número superado apenas pela criação mais "democrática" do meio rural do sul do Pará. Aliás, além da mais democrática, a produção de galinhas também pode servir como um indicador de que essas famílias moram realmente na terra, pois animais do mato – raposas, gaviões, gatos-do-mato, os rabos-rajados (quati) – ou ladrões da redondeza costumam acabar com a criação de galinhas que não é protegida permanentemente[159].

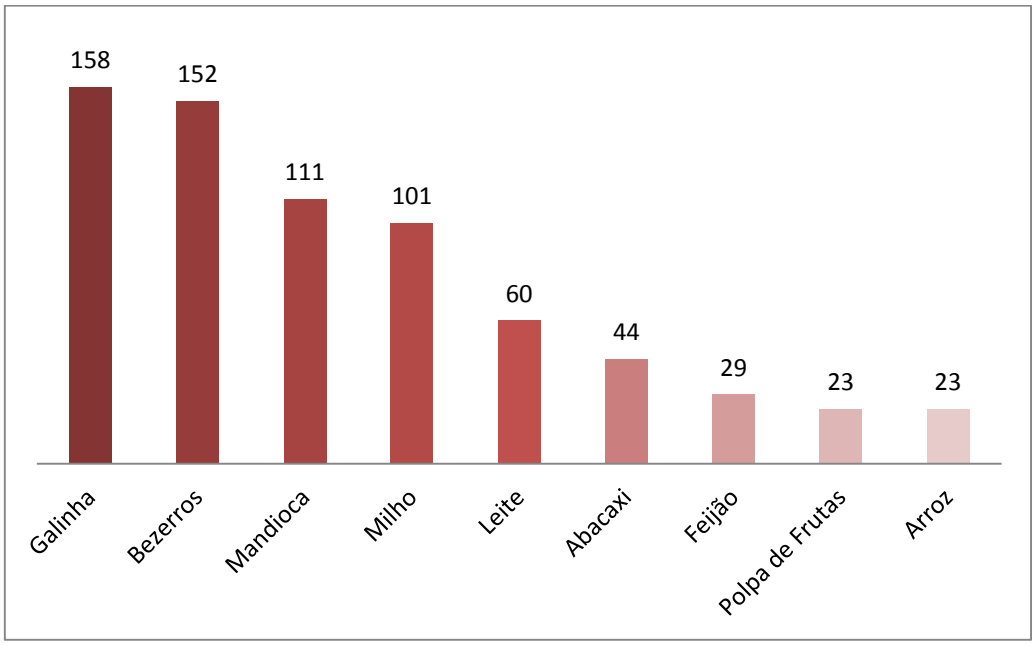


Gráfico 11: Número de produtores, por produto, no PA Canarana, na safra de 2010. Fonte: Levantamento Associação dos Trabalhadores Rurais da Canarana/2011. Org: Marcelo Terence.

Chama a atenção nesses números a pequena quantidade de assentados produtores de arroz e feijão. Conforme declaram os assentados, atualmente esses alimentos são quase que

[159] É importante observar que na pesquisa realizada pelo presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais da Canarana, conforme ficha de entrevista anexa (Anexo 4), as perguntas sobre todos os produtos (lavoura e pecuária) referem-se ao fato da família produzir ou não tal produto. A única pergunta que é feita de forma diferente é em relação ao leite, onde é perguntado se a família *entrega ou não* leite, portanto se ela vende ou não vende leite. Essa forma de perguntar pode interferir nesse resultado pois podem existir famílias que retiram leite só para o consumo e assim não foram contabilizadas como produtoras do mesmo.

totalmente adquiridos na "rua"[160]. A baixa qualidade das terras e a dificuldade de reversão de pastagens para áreas agrícolas - sem que haja mecanização, ou como demandam os assentados, sem o uso do trator - são as principais alegações dos mesmos para o abandono da produção do feijão e do arroz por muitos assentados. "Já não planto arroz, legumes, nada, a terra é muito ruim" (Sr. Francisco e D. Rosária) 161

Já a mandioca e o milho necessitam de terras menos férteis que esses dois produtos e também de cuidados menos intensivos na sua produção. Além disso também são alimentos aceitos no mercado local o que favorece a produção e a comercialização por parte dos assentados, principalmente a mandioca depois de transformada em farinha.

5.5. Por que gado?

Mas voltemos à questão do gado. Há uma discussão que deve ser feita sobre a "opção" dos assentados pelo gado. As explicações mais comuns para esse fato são duas: a primeira se refere ao trabalho realizado pelas empresas que prestam assistência técnica nos projetos de assentamento. No Canarana houve o trabalho da COOPATIORÔ, COOPVAG e EMATER/PA, empresas de assistência técnica contratadas de maneira particular pelos assentados. É responsabilidade dessas empresas a criação de projetos produtivos obrigatórios para a obtenção de créditos do PRONAF pelos assentados. Por essa explicação seria do interesse dessas empresas, para facilitarem seu trabalho e até por terem relações estreitas com vendedores de gado, "empurrar" para os assentados pacotes padronizados para a obtenção de um boi e nove ou dez vacas.[162] Assim, centenas de assentados teriam pago 5% do seu PRONAF para adquirir tais projetos, uma das exigências dos bancos oficiais financiadores. Realmente isso ocorre até os dias de hoje. Segundo muitos dos entrevistados, os técnicos nem sequer chegam a visitar suas terras para elaborar esses projetos. Apenas a mudança de nome e de algumas características do lote fornecidas pelo assentado e o projeto já está pronto.

[160] Outros alimentos foram citados por assentados na pesquisa da Associação Canarana. A maioria deles, segundo os produtores, voltados exclusivamente para o consumo. É o caso da banana (108 assentados), da abóbora (94 assentados), da melancia (41 assentados), da batata (28 assentados) e também da criação de porcos (111 assentados).

[161] No levantamento do presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais da Canarana, 108 entrevistados declararam que o que mais necessitam para melhorar a produção é a compra de um trator para uso comunitário.

[162] Um dos assentados da Canarana também acusou o banco financiador de "empurrar" gado da pior qualidade de um vendedor conhecido. (Depoimento dado ao autor pelo Sr. Manoel em 14/04/2012).

Faz sentido então responsabilizar ao menos parcialmente a precariedade da assistência técnica pela predominância do gado nos assentamentos. Porém, ao serem perguntados se foi "você que escolheu o que iria ser produzido com o dinheiro do PRONAF ou foi o pessoal da assistência técnica", a maioria dos assentados entrevistados disse que foram eles próprios que escolheram a pecuária como atividade a ser financiada. Sendo assim, essa explicação sobre a ação dos técnicos é parcial e não abarca todos os fatores que levaram à pecuarização dos assentamentos em geral e da Canarana em particular.

A segunda explicação corrente na região é de ordem ideológica ou cultural: mirando nos exemplos de fazendeiros que enriqueceram na região engordando gado, os camponeses assentados estariam apostando na pecuária na expectativa de trilharem o mesmo caminho[163]. A conversa com os assentados, porém, demonstra que o caminho para a "escolha" da pecuária é muito mais complexo. Poucos entrevistados dizem ter sido o gado a primeira opção.

Quando da chegada dos camponeses na Canarana, com as primeiras derrubadas, as lavouras se espalharam pelo assentamento. Predominou o que MARTINS (1980, p. 50) chamou de "economia de excedente", ou seja, plantava-se para o consumo da família e vendiam-se os alimentos excedentes. O Gráfico 6 exposto acima sobre os produtos mais importantes produzidos no PA Canarana seria totalmente invertido se levássemos em conta dados da produção nos primeiros anos de assentamento.

Como já expliquei na Introdução, estive por vários dias na então ocupação da fazenda Canarana em 1993 e todas as casas visitadas - ainda casas de pau a pique, algumas barreadas outras não – possuíam um cômodo de dispensa abarrotado de arroz, feijão, milho e mandioca. Só vi gado em um dos lotes visitados na época. Mas, como explicam os próprios assentados, com o tempo, o fim das matas para derrubada e com a plantação seguidas vezes no mesmo local, a terra foi "ficando fraca para a lavoura". A falta de investimentos na melhoria das terras foi fazendo do capim uma das poucas alternativas viáveis[164].

[163] Nessa linha de pensamento, Nagata (2002; 28) afirma que "[...]Em que pese a produção para o autoconsumo, os ocupantes da região de Conceição do Araguaia tinham como objetivo, mais do que obter um sistema de produção estável, acumular patrimônio seja na forma de criação de gado bovino seja plantando pasto e cercando-o para valorizar o lote".

[164] Deve-se ter cuidado, por outro lado, para não apresentar tais camponeses-assentados como pertencentes a uma tradição totalmente estranha ao gado. A tradição pastoril de subsistência foi trazida pela cultura dos locais de origem desses camponeses, a maioria migrante e originária exatamente de fazendas de criação de gado no interior do Brasil. Além do que, o gado bovino sempre cumpriu um importante papel como reserva de dinheiro/" poupança" para a família assentada dispor em caso de urgência, como uma doença na família ou uma viagem inesperada. O que se está discutindo aqui, portanto, não é a existência do gado e sim ele ter se tornado o "carro-chefe" da produção dos assentados, o que parece ser um dos fatores que tem tornado instável a permanência dessas famílias em seus lotes. Para melhor entendimento da herança pastoril desses assentados ver Silva (2007).

Além disso, não podemos esquecer que o mercado para a comercialização dos produtos da pecuária – no caso, sobretudo bezerros e leite – está estruturado no município de Conceição do Araguaia, o que definitivamente não acontece com outros produtos. A facilidade de comercialização e a liquidez é muito maior do que a de outros produtos[165].

Em mais de um caso os assentados do PA Canarana se referiram também à necessidade de venderem seu gado devido às doenças na família. O gado serve, portanto, como uma importante forma de reserva de valor facilmente comercializável para um momento de dificuldade. A venda de bezerros, por exemplo, acontece dentro dos próprios lotes do assentamento. Pequenos, médios e grandes fazendeiros da região ou seus prepostos percorrem os assentamentos para a compra dos animais para recria e engorda, podendo o bezerro atingir, nos preços praticados em janeiro de 2012, por volta de R$ 550,00 a R$ 600,00 o macho e R$400 a R$500,00 a fêmea, todos preferencialmente vendidos entre sete e oito meses de idade. Vários assentados reclamaram dos preços praticados pelos atravessadores e um deles afirmou que no município de Rio Maria, a uma distância de 180 quilômetros do PA Canarana, fazendeiros vendem seus bezerros por R$800,00, mas que não tem outro jeito porque os assentados não tem como transportar o gado até esses mercados que oferecem melhores preços, pois o custo do frete é muito elevado. As pequenas extensões de terra dos lotes dos assentamentos é a principal explicação para a venda de bezerros e para o fato dos assentados do PA Canarana não praticarem a engorda do gado.

Segundo apontam alguns estudos e também o saber prático dos produtores da região, a forma extensiva que predomina na pecuária da região – a única possível com os recursos disponíveis para os assentados – é dependente de grandes quantidades de terras. Dependendo da idade e da qualidade dos pastos, a capacidade de criação do gado bovino pode variar entre 0,5 e 1,5 cabeças de gado por hectare (SMERALDI; MAY, 2008). Sendo assim, a única forma dos assentados que "optam" pela pecuária aumentarem seus rebanhos é a compra de lotes vizinhos, o arrendamento de outras pastagens ou o oferecimento de gado para ser criado "à meia" por outros assentados.

Dentre os 47 assentados por mim entrevistados, mesmo entre os 12 assentados que possuem mais de 60 hectares e que possuem mais de um lote cada um, só foi constatada a

[165] Muchagata et al (1994, apud NAGATA, 2002, p.48) chama a atenção para outras vantagens do gado: "a baixa mortalidade, a alta fecundidade, baixos intervalos entre os partos (entre 12 e 15 meses), pouco afetado pelos contratempos climáticos, atividades diárias não concorrentes com outras atividades, facilidade de estocagem viva e de deslocamento até o ponto de venda". MUCHAGATTA, M. HEBETTE, J. REYNAL, V. de. Et al. Agriculturas familiares e desenvolvimento em frente pioneira amazônica. Belém-PA: LASAT-CAT. Paris: GRET. Point à Pitre: UAG, 1994.

presença de força-de-trabalho assalariada dois casos. Em todas as outras unidades de produção, é a força-de-trabalho familiar que é utilizada majoritariamente. Mesmo a família que possui quatro lotes e 110 hectares - a maior área visitada - informou contratar apenas 30 dias de trabalho de pessoas de fora da família para ajudar em alguns momentos de maior necessidade na intensidade do trabalho, como na reforma dos pastos. Normalmente é o casal e o filho de 14 anos que realizam todos os demais trabalhos na parcela da família. Podemos caracterizar essa remembramento de lotes como de característica camponesa, em grande parte consequência da necessidade de terras exigida pela pecuária extensiva praticada pelos assentados.

Da mesma forma, como a pecuária extensiva demanda cada vez mais terras, a tentativa de prática da pecuária como atividade principal para aqueles assentados que possuem apenas um lote tem se demonstrado desastrosa. No PA Canarana, bom exemplo disso é o Sr. Pedro, assentado do PA Canarana e entrevistado para essa pesquisa. Assentado em um lote de vinte e cinco hectares no ano de 1996, o Sr. Pedro (Fotos 26, 27, 28 e 29) tinha uma história de trabalhos em fazendas de gado no município de Redenção/PA. Com vários cursos para lidar com o gado, esse assentado recebeu um lote totalmente coberto com mata nativa. Desde as primeiras derrubadas escolheu a pecuária como sua principal atividade, apostando na sua capacidade para o serviço com o gado e na rentabilidade que ele havia visto nas fazendas onde trabalhou. Hoje possui apenas seis vacas suas e vinte vacas de outro assentado "à meia". Seu lote de 25 hectares tem mais de 20 hectares formado por pastagens bastante degradadas, tanto que ele mesmo acredita ser difícil continuar pegando gado "à meia". Mas ele não desistiu do gado ainda. Questionado por uma vizinha assentada que é apicultora e que se encontrava junto no momento da entrevista, ele disse ainda acreditar que uma reforma em seus pastos lhe dará condições de continuar a sua criação e diz não acreditar na apicultura por não ter condições de se adaptar a essa nova produção. Mas admite: nos dias que correm, os recursos para a sobrevivência advém quase que totalmente da venda diária da sua força-de-trabalho e a de seu filho em outros lotes do assentamento ou em fazendas vizinhas, mais a complementação do Bolsa-Família recebida em nome de sua esposa. O risco crescente de uma volta à condição de proletário rural, ou de ter que vender sua terra e voltar a participar de outra ocupação para recriar sua condição camponesa ainda não o fez mudar de ideia: sem vislumbrar outra alternativa, o Sr. Pedro diz que se tivesse acesso a mais algum crédito (em 2002 acessou o PRONAF com o qual comprou gado e cerca) apostaria de novo na pecuária.

Fotos 26, 27, 28 e 29 - Em sentido horário: Sr. Pedro e Sra. Maria, o gado "à meia" e os pastos degradados, com enormes cupinzeiros. Fotos: Edvaldo Pereira/2011.

Mesmo entre aqueles que conseguem sobreviver com a criação bovina, pode-se observar uma tendência à especialização que pode ter consequências desastrosas no futuro. A pesquisa identificou, por exemplo, duas unidades familiares, uma delas apenas só com um idoso e a outra com um casal de idosos morando, nas quais a renda, além das aposentadorias, advinha da venda de bezerros. Um desses idosos (Sr. Osvaldo) disse que chegava "a tirar dez carros de milho por ano, mas agora não tenho plantio nenhum porque é tudo pasto" [166]. Atualmente ele vende por volta de dez bezerros por ano e também recebe uma aposentadoria. O outro senhor (Sr. Adão), morando sozinho no seu lote, com 72 anos, também se referiu ao fato de não "colocar mais roça" e que vive da venda dos bezerros. No ano de 2011 informou ter vendido em torno de 20 cabeças. Sobre não colocar mais roça também afirmou: "Tá tudo encapoeirado, não aguento mais trabalhar, quero alugar trator agora, nunca tinha alugado" [167]. Seu lote, sem nenhum palmo de "mata", é um exemplo bastante comum do impasse imposto pela manutenção da "roça de toco" nos limites do assentamento e pela substituição das

[166] Depoimento da ao autor em 28/04/2012.
[167] Depoimento dado ao autor em 16/06/2012.

mesmas por pastagens. Também o Sr. José de Ribamar, com dois lotes e 115 há, que diz adorar seu lote e não pensar em sair porque "aqui é sossegado, durmo na varanda, na rede", reclama das condições das pastagens e da necessidade de ter um trator permanente para os assentados reformarem seus pastos: "as terras estão tudo acabadas, com praga, a tal da vassourinha, ainda consigo 'tocar' 120 cabeças com esse pasto, mas não sei até quando"[168].

Em outro exemplo, o Sr. Joaquim de Souza informa ter pego seu PRONAF todo em gado e arame para cerca, mas teve a infelicidade de uma doença na família que o obrigou a gastos de viagem e estadia em Teresina/PI para o tratamento médico. "Tava com precisão, vendi gado até pra comer e até hoje não consegui pagar essa dívida"[169].

5.6. O leite no PA Canarana e o laticínio Maely: "agronegócio familiar"?

Também o leite é facilmente vendido pelos assentados do PA Canarana. Nesse ponto esse PA possui uma peculiaridade em relação aos outros assentamentos. Além do poderoso laticínio Leitbom, um dos maiores do país, possuir uma planta industrial no município de Conceição do Araguaia, e comprar a produção dos assentados – com o preço variando, em setembro de 2011, entre R$0,45 no caso de retirada do leite no lote do assentado e R$0,55 se o assentado entrega-lo na plataforma do laticínio - há poucos anos surgiu uma segunda alternativa.[170]

Um dos assentados do PA Canarana, o Sr. Neurivan Bezerra de Souza, passou a produzir queijo mozarela artesanalmente e vender na cidade de Conceição do Araguaia. De início sua produção era pequena e realizada tão somente com trabalho familiar.

Em uma primeira entrevista realizada no ano de 2011 para essa pesquisa houve a oportunidade de questionar o Sr. Neurivan sobre sua origem e sua trajetória até ser assentado no PA Canarana e ali instalar sua pequena fábrica de queijos. Ele informou ter sido "operador de usina" na Serra dos Carajás, trabalhando na exploração de manganês. Teve problemas de saúde e o médico o orientou a deixar o trabalho, pois o que sentia poderia ser efeito do contato com materiais radioativos aos quais ficava exposto. Tendo nascido na roça, pois seus pais

[168] Depoimento dado ao autor em 28/05/2012.
[169] Depoimento dado ao autor em 04/06/2012.
[170] Vale dizer que esse preço teve uma alta importante nos últimos anos. Um dos assentados entrevistados, Sr. Joaquim de Souza, informou que parou de entregar leite no final de 2010 porque a Leitbom pagava entre R$0,30 e R$0,35 por litro de leite.

eram pequenos proprietários no município de Santa Maria das Barreiras/PA, achou que era o momento de investir a pequena soma obtida no "acerto" com a firma e comprar uma terra. Após procurar em alguns municípios da região comprou, em 1994, o lote onde reside e trabalha até hoje. Compra realizada ainda antes da criação do PA Canarana. Segundo Neurivan, ele teria tentado produzir mamão e frango, instalando uma pequena granja, mas a falta de energia elétrica e de água fez com que desistisse. Foi então que decidiu começar com a produção dos derivados do leite, após ter feito um curso de *Produção e Administração Rural* pelo *Sebrae*. Ali teve oportunidade, de acordo com seu relato, de "ver muitos exemplos de empresas que deram certo". Trabalhou primeiro com doce de leite e teve nessa época que colocar a energia do próprio bolso, tendo vendido as vacas que adquirira com o PRONAF. Depois resolveu apostar no queijo, sempre "captando" leite de outros assentados, pois parou de mexer com a produção leiteira. Diz ter conseguido entrar no mercado porque "garimpava" o leite entre os assentados na estação seca, quando quase ninguém tinha queijo para entregar.[171]

Logo a seguir, conseguiu dois vizinhos para fornecer leite para ele, sempre procurando pagar um pouco mais do que os laticínio Leitbom, gigante do ramo instalado próximo. No início, próximo ao ano 2000, captava de 80 a 100 litros de leite por dia e produzia de 8 a 10 quilos de queijo.

A partir do ano de 2011 a sua condição de produtor artesanal de queijos passou a sofreu uma importante mudança. Com a ajuda de técnicos da EMATER/PA, Banco da Amazônia/SA de Conceição do Araguaia e apoio também do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, por intermédio do Banco Bradesco, o Sr. Neurivan conseguiu aprovar um projeto de construção de um pequeno laticínio (Fotos 30, 31, 32 e 33) no valor de R$ 150.000,00, sendo R$90.000,00 emprestado pelos agentes financeiros e R$60.000,00 com recursos próprios, fruto, segundo o próprio assentado, de economias acumuladas com sua produção artesanal de queijo. As instalações de sua pequena indústria possuem, segundo site de notícias do governo do Pará:

> [...] salas de higienização, processamento, resfriamento, embalagem e expedição; tanque de recepção para 150 litros; pasteurizador de placas com capacidade para processar 1.000 litros/hora e tanque de fabricação, além de prateleiras, equipamentos de higienização, câmara frigorífica para quatro toneladas e caldeira com potência de 150 kgv/hora[172].

[171] Nesse período, entre os meses de junho e outubro, praticamente não chove na região, fazendo com que os pastos sequem e a produção de leite diminua muito por vaca leiteira.
[172] Disponível em < http://agenciapara.com.br/pauta.asp?id_pauta=2820>, acesso em 12/01/2012.

Quando o laticínio Maely estiver funcionando em sua capacidade máxima, a produção poderá chegar, segundo o próprio Sr. Neurivan, a 400 quilos de queijo por dia, consumindo o total de 4.000 litros de leite e empregando 4 ou 5 funcionários. O Sr. Neurivan afirmou que o maior obstáculo para atingir tal produção não é a conquista do mercado e sim a pequena produção leiteira nos assentamentos vizinhos e a baixa qualidade da mesma. Por isso, diz estar realizando reuniões com os assentados, também com o apoio da EMATER/PA, com a finalidade de orientá-los para a melhoria e o aumento do leite fornecido, tentando influenciar, inclusive, nas espécies de gado criado pelos assentados vizinhos. O Sr. Neurivan aposta ainda que possa pagar um preço mais alto do que seu poderoso concorrente por possuir a vantagem da localização mais próxima dos produtores pois, como já foi falado acima, as estradas são péssimas nessa região, então a pequena distância do produtor pode ser uma vantagem comparativa importante para a diminuição dos custos de produção da sua pequena indústria.

Foto 30, 31, 32 e 33: Em sentido horário: Placa na entrada da chácara "Otimismo", as instalações do pequeno laticínio vistas de fora e o Sr. Neurivan mostrando a caldeira, agora alimentada por cocos de babaçu, técnica ensinada por um técnico contratado.

A capacidade "empreendedora" desse assentado lhe valeu, por parte da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Pará, o estranho título de "Produtor do Agronegócio Familiar do Ano de 2011", com direito a "*outdoor*" na rua principal de Conceição do Araguaia (Foto 34).

Foto 34: "Outdoor" no centro de Conceição do Araguaia. Homenagem ao Sr. Neurivan. Autor: Marcelo Terence. 07/2011.

Em abril de 2013 foi realizada mais visita ao laticínio do Sr. Neurivan e realizada nova entrevista para verificar quais mudanças estavam ocorrendo e como estava se desenvolvendo a produção e a comercialização do queijo ali produzido.

Foto 35

Foto 36

Foto 37

Foto 38

Fotos 35, 36, 37 e 38: As instalações do laticínio Maely vistas por dentro. A higiene é uma das principais preocupações do Sr. Neurivan e uma exigência para obtenção dos "selos" de certificação para a comercialização em outros municípios. Autor: Marcelo Terence. 07/2012.

Sobre a situação atual, com a fábrica de queijos já funcionando em ritmo acelerado (Fotos 35, 36, 37 e 38) o Sr. Neurivan relatou que hoje paga R$ 0,60 para quem entrega o leite no laticínio e R$0,50 para ele mandar ir buscar no lote do produtor.[173] São 54 fornecedores, 44 dos quais são assentados do PA Canarana e destes, cerca de 50% não entregavam leite antes, passando a fazê-lo por incentivo do Sr. Neurivan e pelos melhores preços por ele praticados. Se referiu, inclusive, a um fato curioso: um dos gerentes da Leitbom já fez duas visitas a sua propriedade – bastante amigáveis, segundo Neurivan – alertando que o assentado estaria "fugindo dos preços do mercado" pagos pelo leite e que essa atitude ainda iria fazer com sua pequena indústria tivesse prejuízos. Ou seja, a poderosa Leitbom, que compra mais de 110 mil litros por dia, estaria incomodada com a política de preços praticada pelo pequeno laticínio Maely e com a concorrência na captação do leite.

Atualmente, a pequena indústria do Sr. Neurivan produz 300 quilos de queijo por dia, captando em torno de 3000 litros de leite /dia. Trabalham na pequena fábrica ele, o filho de 16 anos e mais três funcionários contratados. O queijo é quase todo vendido pessoalmente pelo Sr. Neurivan que, com uma Kombi, percorre mercados, feiras, pizzarias, padarias e lanchonetes da cidade de Conceição do Araguaia fazendo a entrega de sua mercadoria. Vende por R$ 9,00 o quilo. Em visita ao comércio da cidade pode ser facilmente encontrada a mozarela da marca "Maely", com seu preço variando entre R$12,00 a até R$20,00 o quilo para o consumidor final.

[173] É o assentado que possui três lotes que faz a coleta do leite para o Sr. Neurivan.

Seus projetos para o futuro incluem a ampliação da produção para atingir a capacidade máxima da fábrica. Tem planos também para começar a empacotar leite e vender para entidades do governo como creches, escolas e hospitais, pois acha que assim conseguiria melhorar a qualidade do leite entregue nestes lugares. O maior empecilho hoje para tal ampliação, ainda segundo o assentado, permanece sendo a questão do fornecimento de leite. Não só a quantidade seria pouca como a qualidade também deixaria a desejar devido, principalmente, às condições de higiene na hora da ordenha. Também planeja tirar o SIF (Selo de Inspeção Federal) da Vigilância Sanitária, pois hoje só possui o SIM, o que o impede de comercializar seu queijo fora de Conceição do Araguaia.[174]

É importante formular algumas questões sobre o sucesso econômico dessa família de assentados. Não é o caso aqui de se colocar em dúvida a capacidade de trabalho e sacrifício do Sr. Neurivan e sua família para conseguirem se estabelecer e acumular recursos financeiros para darem o "salto" econômico e social a partir da criação da sua pequena indústria. Sua rara habilidade para lidar com diversos agentes sociais, como bancos, empresas de assistência técnica, governo municipal – ele é o primeiro assentado a conseguir o selo do Sistema de Inspeção Municipal em Conceição do Araguaia, obtido em 2010[175] - também deve ser destacada. Tudo indica que haverá uma melhoria para seus vizinhos assentados que são seus fornecedores de leite, devido à concorrência com a Leitbom e ao aumento nos valores pagos pelo litro da matéria-prima principal do laticínio Maely. Mas deixando esses méritos do Sr. Neurivan de lado, deve-se ressaltar e criticar aqui o modelo incentivado pelas agências oficiais de financiamento e assistência técnica.

Sem dúvida a opção do BNDES e do BASA de financiar um assentado é louvável e muito mais importante para a economia local do que se houvessem preferido injetar recursos em alguma grande empresa como a Leitbom ou qualquer outra de grande porte, ou ainda que tivessem preferido repetir um erro comum, sobretudo em relação ao BASA, que foi e é o financiamento de grandes projetos agropecuários. Tal investimento pode, além de alavancar o pequeno laticínio, dinamizar a produção local de leite, aumentando a demanda pelo produto. Mas não há alternativas? Uma cooperativa de produtores de leite do assentamento não seria

[174] A questão da produtividade é um aspecto no qual o Sr. Neurivan tenta se aprimorar. Em pesquisas na internet, ele fez contato com um técnico de uma cidade do Tocantins que prometeu ajudá-lo a reduzir seus custos. Apesar de ter achado o preço da diária alto – R$250,00 – gostou da ideia e contratou o técnico por dois dias. Diz ter valido a pena: além de dicas na manipulação do leite e do queijo, o técnico o ensinou a usar coco de babaçu na caldeira ao invés de lenha, o que lhe trouxe muita economia.

[175] Ele próprio contou, em entrevista a mim concedida, as dificuldades que enfrentou com a Vigilância Sanitária local, as ameaças que sofreu de fechamento da sua pequena fábrica artesanal e com que dificuldade foi conseguindo aos poucos se encaixar minimamente nos padrões técnicos exigidos.

capaz de administrar uma indústria desse tipo? Não beneficiaria um número maior de famílias que processariam a sua própria produção? Apostar na diferenciação econômica é o caminho para melhorar a vida de **todos** os assentados? Será que o modelo do chamado "agronegócio familiar", exaltado na homenagem de agências de assistência técnica ao Sr. Neurivan, constitui-se em uma opção para **todos** os assentados?

Algumas dessas questões só serão respondidas com o tempo. A tendência, no entanto, é a da reprodução da sujeição da renda da terra desses camponeses, com a única diferença do tamanho da indústria que realiza essa sujeição. Também há o risco de especialização da produção. Os preços iniciais convidativos, somado ao trabalho de convencimento que já vem sendo realizado pelo novo pequeno industrial e a EMATER/PA, pode aprofundar ainda mais a especialização da produção desses assentados, já bastante concentrada na produção pecuária. Os assentados podem cada vez mais se transformar em produtores exclusivos de leite, até sendo relativamente bem remunerados em um primeiro momento, mas e se (ou seria melhor perguntar quando) posteriormente esses preços baixarem?[176] Com o passar dos anos, com o possível crescimento desse laticínio que já começa a escapar da caracterização de familiar, pois tende a incluir cada vez mais trabalho assalariado em sua dinâmica, o que se pode reproduzir, em **menor escala**, claro, é a monopolização do território praticada pelo grande capital, que mesmo não sendo o detentor da posse das terras dos assentados, está dita ou ao menos influencia decisivamente a maioria dos camponeses-assentados do PA Canarana sobre "o que" e "como" produzir, bem como estabelece os preços a serem pagos em troca do produto do trabalho familiar dos assentados, no caso analisado, o leite. (OLIVEIRA, 2007)

Infelizmente, nesse aspecto, pode-se falar em uma absoluta falta de criatividade dos sujeitos sociais envolvidos com a questão da produção e comercialização dos camponeses-assentados ou mesmo de um aprisionamento ideológico que só permite que se fale em "inserção nos mercados" e não se pense em nenhuma forma alternativa que dialogue com a herança camponesa desses assentados[177]. Parece se repetir, em outras condições, a "arrogância planejadora dos técnicos" (SADER, 1986) que, mesmo com possíveis boas intenções, acabam

[176] Há relatos que isso aconteceu com a chegada da Leitbom: quando de sua instalação os preços subiram, o que, de um lado, acarretou a quebra de pequenos laticínios mas, de outro, estimulou ainda mais muitos assentados com a pecuária. Com o tempo e o monopólio do mercado nas mãos da Leitbom, os preços foram para um patamar ainda menor do que havia antes, deixando os camponeses em situação de dificuldade.

[177] Em entrevista ao site de notícias Carta Maior, a secretária-executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Márcia Quadrado, afirma que "os planos para 2012 incluem o 'aprofundamento do modelo' para que os pequenos produtores tenham cada vez mais 'acesso aos mercados'. As políticas para o setor já estavam criadas desde o governo Lula, mas percebemos que ainda havia dificuldade de acesso. É esse problema que queremos resolver". Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=19338> (acesso em 16/01/2012).

distanciando a produção local de finalidades camponesas e aprofundam ainda mais a dependência em relação ao mercado. A indução das agências estatais[178] incentivando e apoiando o empreendedorismo e o individualismo das iniciativas dos assentados pode ser vista como a colocação em prática da tentativa dos intelectuais de forjarem

> um novo conceito de agricultura de pequeno porte voltada, parcial ou totalmente, para os mercados mundiais e/ou nacional, e integrada nas cadeias produtivas das empresas de processamento e/ou de exportação. Nasc[e] assim, uma concepção neoliberal para interpretar esta agricultura de pequeno porte, a agricultura familiar (OLIVEIRA, 2007, p.147)

Desta forma, o camponês-assentado passa a ser tratado como um pequeno capitalista, como um detentor de um "agronegocinho", como se não houvesse atritos e contradições entre a luta e o modo de vida camponês e as investidas do agronegócio. É, por fim, uma tentativa de aniquilar de vez a história da rebeldia camponesa no sul do Pará na sua luta contra o latifúndio, pela reprodução de seu modo de vida pela garantia de direitos sociais.

Agindo assim, sem ser capaz ou sem se interessar por formular e implantar uma política agrícola que subsidie essas unidades de produção camponesas (como faz com o agronegócio) e as arranque das armadilhas da monopolização do território pelo capital, o Estado permite que se recriem, por mecanismos de mercado, uma série de impasses e instabilidades que afetam a capacidade da família assentada reproduzir sua condição camponesa. O processo de reprodução ampliada do capital, seja através da indústria ou do comércio, permite sim a integração do camponês-assentado ao mercado. Mas, ao fazê-lo, se apropria de parte da renda da terra devida ao camponês pelos seus produtos trazendo pressões sobre as condições de reprodução camponesa[179]. Resulta daí a superficialidade e até a hipocrisia de ações como a campanha midiática lançado pelo INCRA no final de 2011 contra a venda de lotes nos assentamentos. Afinal, como manter-se no lote com boa parte de sua renda sendo apropriada pela indústria ou por outros atravessadores?

Partindo dessas questões, deve-se deixar claro também a discordância em relação a autores que acham natural e indispensável a convivência entre o que chamam de "agricultura familiar" e a grande produção agropecuária, o agronegócio, como se fossem dois modelos de

[178] É importante que se repita: esse empréstimo do BNDES e BASA nem se compara às inúmeras operações que esses bancos têm feito na sua história no sentido de financiar grandes grupos capitalistas, construções de estádios, megafusões de multinacionais, etc. Não há dúvida que é melhor incentivar nessa pequena produção do que usar dinheiro público para ajudar na acumulação do grande capital. O que está sendo discutido aqui é se não existem alternativas melhores do que essa de incentivar o empreendedorismo individual no meio camponês. Sobre notícia recente da preferência do BNDES pelo grande capital, no caso por grandes frigoríficos, ver "Banco destinou bilhões para criar gigantes". Folha de São Paulo de 13/01/2012.

[179] Sobre a sujeição da renda da terra ao capital, ver Martins (1981, p. 176).

organização da produção complementares em suas funções e similares em suas características, principalmente em relação ao destino mercantil de suas produções, no que se difeririam apenas no tamanho dos estabelecimentos agropecuários. Como se a articulação dessa pequena produção camponesa com o capital industrial e comercial, seja ele pequeno ou de grande porte, fosse harmoniosa na sua construção e equânime nos seus resultados.

5.7. Mel e Polpa de frutas: a gestação de uma alternativa produtiva

Na contramão do aprofundamento da aposta na pecuária e da inserção dos assentados no mercado capitalista, algumas tentativas vêm sendo realizadas no PA Canarana com a produção do mel e de polpa de frutas. Apesar da predominância quase total do gado na região, do fato dos mercados estarem estruturados para a produção pecuária, e da falta de incentivo oficial para se buscar alternativas, existem experiências, ainda em fase inicial, sendo discutidas e implantadas dentro do PA Canarana.

A esse respeito, foram entrevistados 5 assentados - de um total de 11 apicultores dentro do PA Canarana, que estão apostando na produção de mel e na valorização de algumas práticas agroecológicas. Todos eles moradores da chamada "Vicinal do Caju". (Fotos 39 e 40).

Foto 39

Fotos 39 e 40: Assentado-apicultor do PA Canarana e parte de sua produção.
Foto: Edvaldo Pereira 06/2012.

Uma dessas assentadas, D. Maria[180] é uma das precursoras dessa produção e foi quem puxou essa discussão para dentro do assentamento. Seu lote, cuidado apenas nos finais de semana - pois a assentada é funcionária do Instituto Federal do Pará de Conceição do Araguaia (IFPA) -, possui mais de 40 espécies de árvores, cultivadas sem a utilização de agrotóxico. D. Maria comprou esse lote, mas faz questão de declarar que toda sua família é de origem camponesa[181]. Na verdade, segundo ela, as noções sobre a agroecologia não teriam sido desenvolvidas em sua militância pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STR): "a família tinha uma cultura agroecológica, aliás, todos tinham e perdemos isso com o tempo e com a força que o mercado do gado possui. As discussões na CPT só trouxeram esse assunto de volta e com mais profundidade". Seu lote pertencia a uma das áreas da antiga fazenda Canarana na qual havia acontecido a produção de cana-de-açúcar e onde, posteriormente, moradores anteriores a ela haviam "jogado pasto" em boa parte do terreno. Agora a assentada deixa que ali se desenvolva um grande minhocário que estaria fazendo o trabalho de oxigenação do solo para que ela continue plantando suas sementes e mudas de copaíba, acerola, acácia, mandiroba, laranja, aracá, banana, caju, graviola, jaca, limão, murici, entre outras.

[180] Depoimento dado ao autor em 17/09/2012. O nome utilizado é fictício, pois essa Sra. apesar do trabalho habitual no lote, está irregular junto ao INCRA pelo fato de ser funcionária pública, ganhar mais de três salários mínimos por mês e não desempenhar sua função pública dentro do projeto de assentamento no qual é assentada.
[181] O vendedor do lote, Sr. Zilmar, possuía três lotes dentro do PA Canarana, mas ao ouvir boatos de que o INCRA faria um trabalho de retomada dentro do assentamento resolveu vender um deles, do qual a Sra. Maria foi a compradora.

D.Maria reconhece que esse é um trabalho lento, do qual não podem ser esperados resultados imediatos, e enfrenta um dos problemas relatados por muitos assentados: o córrego que passa no fundo da sua terra, seca durante o período de seca, entre meados de maio e setembro. Também as árvores, principalmente as mais novas, sofrem com isso. Segundo a assentada, isso seria o resultado de décadas de violência contra a natureza local e agora não existiriam métodos milagrosos para a recuperação da mesma, senão uma criteriosa e lenta recuperação do solo por meio do seu descanso, do plantio de árvores e da manutenção das já existentes, mesmo que essas não possuam valor comercial. Segundo a D. Maria: "Mesmo sem valor comercial, as árvores produzem flores e frutos o que permite a alimentação de macacos, abelhas e outros animais que, assim, têm oportunidade de se reproduzir e se manter vivos."[182]

Um dos trabalhos desenvolvidos por essa assentada é tentar convencer os outros assentados da potencialidade do projeto do mel para o assentamento. Ela diz querer provar para si mesma que esse tipo de produção é viável para poder então convencer os demais. Até porque, para seu projeto dar certo, os demais assentados teriam que seguir na mesma direção: "Não adianta nada eu fazer isso e o meu vizinho usar agrotóxico. As abelhas, segundo os técnicos, podem voar de 1.000 a 1.500 metros e se elas vão buscar uma florada contaminada no lote ao lado acabam contaminando todo o apiário", diz ela.

Quanto à produção, tanto D. Maria como os outros quatro assentados entrevistados produtores de mel relatam as dificuldades de "criar" um mercado para seu produto. D. Maria e D. Alice, outra apicultora do Canarana, dizem que o mel serve primeiro para a alimentação da família e amigos e para o que chamam de "mercado direto", ou seja, a venda para conhecidos e pessoas que as procuram. O preço do mel na região, R$15,00 o litro segundo os entrevistados, está estagnado nesse patamar há 3 anos:

> Não dá para aumentar até porque nós queremos 'criar' um mercado. As pessoas estão acostumadas com o mel como algo de luxo, ou quando alguém fica doente, como um remedinho, nós queremos que ele entre na alimentação comum das pessoas (D. Maria).

As dificuldades para a obtenção do Selo de Inspeção Municipal (SIM) e de algumas máquinas para o beneficiamento do produto também são apontados como entraves para a consolidação desse "grupo do mel" do PA Canarana:

> Queremos obter o SIM (Selo de Inspeção Municipal) e o que falta é uma Casa do Mel para beneficiamento. Já ganhamos uma casa de um agricultor e vamos fazer um mutirão para adequá-la. Buscamos um padrão da produção

[182] Depoimento dado ao autor em 17/09/2012.

> para todos os assentados apicultores. Falta essa estrutura coletiva para o envase e o beneficiamento do mel (D. Maria).

Também a visão dos órgãos de financiamento ainda hoje voltada para a criação de gado dificulta a vida de quem busca alternativas:

> Quando fui tirar o PRONAF A, em 2011, só consegui tirar R$ 4.500,00. Fiz um projeto de R$18.000,00 que é o valor que todos tiram em gado. Era para 30 caixas e uma pequena unidade de mel, para envase. Mas o BASA barrou, também senti que o técnico da EMATER também queria empurrar gado. O BASA ainda tem aquela visão de que outras culturas são de risco enquanto o gado é mais seguro para o banco (D. Maria).

A Sra. Conceição, outra das apicultoras entrevistadas, vende também para a Cooperativa dos Agricultores de Conceição do Araguaia (COPAG), cooperativa do STTR que, porém, paga apenas R$ 8,00 o litro, bem menos do que o valor obtido com a venda direta, por volta de R$15,00.

O Sr. Rosendo (Fotos 41 e 42), assentado com maior produção dentre os cinco apicultores entrevistados - com 200 litros de mel produzidos na "safra" de 2011 - é o único que vende seu produto pessoalmente na feira coberta de Conceição do Araguaia. Além disso, também é um dos maiores produtores de polpa de frutas do assentamento. É adepto da concepção agroecológica e não cria gado: "Esse negócio de boi é para grandes fazendeiros, para a gente que é 'pequeno' não dá" [183]. O Sr. Rosendo, que está no Canarana desde 1991, sendo um dos seus primeiros ocupantes, também possui histórico de militância no STTR de Conceição do Araguaia. Uma das suas principais reclamações é a falta de apoio do governo para a opção agroecológica: os projetos e as iniciativas seriam, segundo ele, todos voltados para a pecuária.

[183] Depoimento dado ao autor em 18/08/2012.

Fotos 41 e 42 - Sr. Rosendo e a "venda direta" de mel na Feira Coberta de Conceição do Araguaia. Autor: Marcelo Terence/2011.

É importante observar o fato de que três dos cinco apicultores entrevistados – além da Sra. Sebastiana e do Sr. Rosendo, também o marido da Sra. Conceição, o Sr. José Gonçalves – possuem um histórico de militância e de participação em grupos – como grupos de mulheres, do Sindicato, da igreja ligada à CPT - que se dedicaram e ainda se dedicam à discussão e à busca de alternativas produtivas para os camponeses-assentados da região, mesmo sem nenhum apoio oficial importante, principalmente em relação à produção de mel. No dizer dos assentados, o próprio PA Canarana sempre teve essa tradição de tentar fazer essa mudança da bovinocultura para outras culturas.[184]

Assim, mesmo sem muito apoio oficial, essas discussões e práticas alternativas continuam a surgir. No caso, o único apoio que os assentados estão tendo em relação ao mel, na forma de orientação técnica das suas produções, vem do SEBRAE, que realiza visitas periódicas nos lotes e também atende aos chamados dos assentados em caso de algum problema com o manejo dos apiários. O material utilizado pelos técnicos do SEBRAE em campo, o "Caderno de Campo: Boas Práticas Apícolas. Produção Segura e Responsável", é para ser preenchido tanto pelo assentado quanto pelo técnico quando visita os apiários. A ideia do material, além de melhorar a produção do assentado, é "que o entreposto de mel possa conhecer o histórico do produto que compra, o que também permitirá a rastreabilidade do mel". Não há, ao que tudo indica, nenhuma preocupação maior em incentivar o trabalho cooperativado desses assentados. A única preocupação evidente é uma tentativa de "certificar" essa produção como livre de agrotóxicos e medicamentos e, assim, garantir um

[184] D. Maria mesmo afirma que havia a previsão da criação de uma Casa Familiar Rural da CPT dentro do Canarana e que foi esse acúmulo de discussão entre alguns assentados que a fez escolher esse assentamento para tentar a produção do mel juntamente com seus vizinhos.

nicho de mercado para a produção apícola dos assentados do PA Canarana e com isso preço mais alto para o produto. Mesmo assim, essa iniciativa tem permitido por parte do "grupo do mel" – como os assentados envolvidos nessa produção têm se autodenominado - ao menos a troca de experiências em reuniões periódicas para discutir problemas relacionados à produção. Essa prática pode ser um embrião de algum tipo de trabalho cooperativo, não apenas restrito à circulação, recuperando discussões que alguns desses apicultores já realizaram no passado e que parecem ter perdido a força com o decorrer do tempo, fruto do predomínio quase absoluto do gado em toda a região[185].

Outra alternativa à pecuária que vem sendo desenvolvida dentro do PA Canarana, ainda de modo incipiente, é a produção de polpa de frutas. Pelo levantamento da Associação Canarana existem três assentados que já estão produzindo e comercializando uma tonelada ou mais de polpa de frutas no período de um ano. No total, são 23 assentados do PA Canarana que produzem e conseguem vender tal produto. No entanto, nesse mesmo levantamento, ao serem questionados sobre quais produtos estariam sendo desperdiçados em seus lotes, dos 182 entrevistados, 116 declararam estar desperdiçando um ou mais tipo de frutas, pois a quantidade produzida é maior do que a consumida pela família, considerando que a fruta excedente poderia, portanto, ser comercializada. Pode ter havido, por parte do entrevistador, o Presidente da Associação Canarana, algum tipo de indução para essa resposta, até porque o mesmo em conversa informal já disse estar interessado em dar início a um projeto envolvendo a fruticultura dentro do PA Canarana. De qualquer modo, esse levantamento dá argumentos fortes para a liderança conseguir apoio no sentido de iniciar tal projeto, tamanha a quantidade e a variedade de frutas que vem sendo perdida nos lotes dos assentados[186].

A sensibilidade para essa situação, não só dentro do PA Canarana, mas em outros assentamentos do município de Conceição do Araguaia, já havia chamado a atenção do STTR desse município. O STTR de Conceição do Araguaia vem, já há algum tempo, desenvolvendo um trabalho junto aos assentados do município para dar suporte àqueles assentados que se interessam pela produção de polpas. Desde o ano de 2010, a Cooperativa Mista de Pequenos

[185] Pelo menos desde 1993 a CPT tem tentado desenvolver uma cooperativa com os assentados da região. Como já referi acima, participei de um estágio de vivência coordenado pela CPT com essa intenção. O trabalho visava justamente obter informações sobre a produção dos agricultores para que posteriormente fosse formada uma cooperativa, com maior ênfase no trabalho comunitário e cooperativo. Era visível na época o apoio e a empolgação dos camponeses com esta ideia, fato que foi se perdendo ao longo do tempo. A cooperativa que foi criada, a Cooperativa Mista dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Conceição do Araguaia (COPAG), até os dias de hoje está ativa mas possui apenas 69 cooperados.

[186] Só para citarmos alguns exemplos, entre as frutas desperdiçadas estão cajá, caju, acerola, murici, limão, goiaba, manga, pequi, jaca, bacaba, ata, abacaxi, mexerica, tamarindo, banana, mamão, abacate, açaí, pupunha, laranja e carambola.

Produtores de Conceição do Araguaia (COPAG), administrada pelo STTR, vem comprando as polpas de frutas dos assentados em um projeto desenvolvido junto à EMATER de Conceição do Araguaia e revendendo para a CONAB por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que as repassa então às escolas e outras entidades públicas. Além disso, a Prefeitura do Município de Conceição do Araguaia tem comprado um volume razoável de produtos diretamente da COPAG. Para o exercício de 2012/2013, estão previstas vendas de 90.762 quilos para a CONAB (até agosto de 2013) e 217.881 quilos para a prefeitura (até abril de 2013), envolvendo os seguintes produtos, a maioria, como se vê, de polpas de frutas: melancia, acerola, cajá, caju, goiaba, manga, murici, tamarindo, mel, milho, couve, abóbora, maxixe, jiló, macaxeira. Todos produtos fornecidos por apenas sessenta e nove assentados de diversos assentamentos do município de Conceição do Araguaia. Do PA Canarana, a venda dos assentados deve atingir 22.763 quilos também no exercício 2012/2013, sendo que o número de fornecedores aumentou para treze nessa safra atual.[187]

Em relação ao início do projeto da polpa de frutas pelo STTR de Conceição do Araguaia, foi comprada uma câmara fria com capacidade para o armazenamento de quatro toneladas de polpas de frutas e aberto o cadastro para aqueles assentados que quisessem fornecer tal produto. Como o STTR não havia conseguido financiamento para a compra desse equipamento, o recurso foi obtido com a venda de rifas pelos próprios assentados interessados no projeto. A única exigência para participar do projeto, segundo a Sra. Rosa, atual presidente da COPAG, é que o produtor participe de um curso de 40 horas fornecido pela EMATER, no qual são fornecidas noções para o manejo e o processamento das frutas, visando inclusive a obtenção do Selo de Inspeção Municipal (SIM) para que possam vender no mercado local. Apesar do alcance limitado desse projeto, com pouquíssimos assentados cadastrados, a câmara fria recentemente adquirida pela cooperativa já não consegue armazenar a produção trazida pelos assentados, gerando inclusive reclamação daqueles que estão apostando nessa produção e que podem perder parte dela se não houver armazenamento rápido e adequado em lugar refrigerado.

Atualmente está em fase final de discussão e começo de implantação, também em parceria com a EMATER de Conceição do Araguaia, uma pequena indústria para processamento da fruta "*in natura*", também com o fornecimento exclusivo de matéria-prima

[187] Dados fornecidos pela Secretaria da COPAG. Não foi possível obter dados dos anos anteriores, até para haver uma comparação, pois a diretoria da COPAG afirma que as vendas estão crescendo já a alguns anos. Alguns cooperados reclamaram da última gestão levantando suspeitas de irregularidades. A Diretoria anterior foi destituída e levou consigo os dados dos últimos anos.

por parte dos assentados do município. Segundo o projeto para a instalação da **fábrica de polpas e sucos** apresentado ao BASA para a obtenção do financiamento de R$315.000,00:

> A cadeia produtiva da fruticultura permite além dos resultados sócio-econômicos para as famílias e as comunidades, pois irá gerar trabalho e renda no meio rural, grandes benefícios ambientais face a necessidade de preservação do verde e dos recursos hídricos, principalmente, levando em consideração que a maioria das frutas desta região é nativa e são exploradas em áreas de reservas legais. Também irá permitir a organização da cadeia produtiva da fruticultura na região através da aquisição da matéria prima e o incentivo de novos plantios economicamente viáveis contribuindo com a diversificação da produção dos agricultores familiares. Atualmente são processados cerca de 1.700 kg de frutas/dia de forma artesanal e sem condições higiênico-sanitário adequados. Desta forma, a agroindústria possibilitará o processamento de 5.000 kg de frutas/dia com segurança jurídica e sanitária para realizar a comercialização. A gestão do empreendimento será feita pela EMATER PARÁ – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará[188].

Segundo o técnico da EMATER responsável pelo projeto, a ideia é que com a instalação da fábrica se consiga condições de manipulação mais adequadas em termos de higiene e qualidade do produto final, podendo assim obter o Selo de Inspeção Federal (SIF) e facilitar a comercialização do produto para regiões mais distantes, atingindo o objetivo final de ampliar a demanda por frutas e, consequentemente, a produção dos assentados. O mesmo técnico prega uma gestão comercial para o empreendimento com a contratação de profissionais assalariados nas áreas de administração e de engenharia de alimentos.

Mas há controvérsias sobre a instalação dessa fábrica de polpa e de sucos. Há muitos assentados que produzem ou querem produzir *polpas de frutas* e que não são sócios da cooperativa, apenas se cadastram para vender seu produto na COPAG a um preço variando entre R$ 5,00 e R$ 8,00 o quilo, dependendo da fruta. Segundo alguns desses produtores afirmaram, com a instalação da fábrica eles teriam que trazer a fruta "in natura" para a cidade, vendendo-a por um preço bem inferior àquele obtido quando eles mesmos produzem a polpa. Apenas os oitenta e um sócios efetivos da COPAG ficariam com o "lucro" maior. Reclamam ainda que, incentivados pelo STTR de Conceição do Araguaia, apostaram na produção caseira de polpas, compraram e instalaram equipamentos em suas casas para produzir a polpa e que agora estariam sendo passados para trás e que acabarão "trabalhando para a cooperativa" e para seus sócios, pois só esses ficariam com os "lucros" da fábrica.

[188] EMATER/STR de Conceição do Araguaia. Projeto Técnico para a Construção e Instalação de Fábrica de Polpa de Frutas no município de Conceição do Araguaia, 2011.

Para piorar o sentimento de exclusão, afirmam que o Estatuto da COPAG só permite a entrada de cooperados de três em três anos e só em 2014 poderia haver a entrada de novos sócios. Porém, há dúvidas sobre a entrada mesmo nesse ano, porque a cooperativa já possuirá um capital maior até devido aos financiamentos para a construção da fábrica. Os pretendentes a sócio teriam que entrar com uma cota para serem efetivados, o que talvez seja proibitivo para muitos desses assentados produtores de frutas e de polpa de frutas[189]

5.8. O problema da falta d´água

Uma última questão apontada pela pesquisa da Associação Canarana deve ser ressaltada. Questionados sobre a existência de água em seus lotes - seja na forma de poço, córrego ou represa - apenas cinco dos 182 entrevistados responderam não possuir nenhum tipo de acesso à água, alegando ser essa a maior dificuldade para começar ou ampliar sua produção. No entanto, quando questionados sobre se esse "abastecimento aguenta o período de seca", 21 dos entrevistados responderam negativamente. E, no entanto, assentados com mais idade, que já habitavam na região antes de se fixarem no PA Canarana, apontam que no passado praticamente não havia um período de seca como existe nos dias de hoje no sul do Pará.

Claro que esse fenômeno não se restringe ao Canarana. Técnicos do INCRA relataram que no passado, nos anos 1980, se passava praticamente todo o ano com chuva, com breves períodos de estiagem, quando os lavradores se apressavam em fazer suas queimadas. Atualmente a região passa por um período de 4 a 5 meses – entre final de maio e começo de outubro - de seca intensa, quando praticamente não há chuva. Mesmo em meses como fevereiro e março às vezes ocorre a estiagem e é possível perceber algumas queimadas sendo realizadas. Um estudo técnico realizado sobre a antiga fazenda Cristalino (que pertencia à empresa Volkswagen nos anos 1970) também localizada na região sudeste paraense e na qual foram criados 11 assentamentos, aponta as causas para o surgimento desses períodos de seca:

> [...] verdadeiros 'gafanhotos do ecossistema' indivíduos sem escrúpulos, contrariando toda e qualquer legislação ambiental, promoveram derrubadas criminosas, inclusive nos morros e pés de serras, joga[ra]m sementes de

[189] Nas entrevistas houve uma denúncia por parte de uma das assentadas de que o técnico da EMATER responsável pela elaboração do projeto e pela construção e instalação da fábrica teria se associado à Cooperativa com acordo da diretoria e, desta maneira, se tornado um dos sócios do empreendimento.

> capim com o intuito de formarem fazendas de criação de bois [...] prejudicando sobremaneira o regime pluviométrico, uma vez que 80% das águas das chuvas são utilizadas diretamente ou interceptadas pela vegetação e retornam à atmosfera devido ao alto poder de evapotranspiração da vegetação, de tal forma que 50% das chuvas amazônicas são provenientes de águas que já se precipitaram na região (GUTEMBERG, 2004, p. 3-4).

Essas ponderações técnicas e a percepção dos assentados da Canarana apontam para um problema que precisa ser resolvido prontamente, sob pena de inviabilizar qualquer produção nessas terras. As pastagens crescentes, decorrentes da alta rentabilidade inicial da pecuária como principal atividade do trabalho familiar, pelo menos demonstram os indicadores do PA Canarana, são um fator importante de inviabilidade de permanência na posse da terra, pois colaboram fartamente para as derrubadas e o esgotamento das fontes de água, a não ser para aqueles que adquirem mais lotes e assim adiam a falta de recursos naturais para a sua produção, avançando os pastos para as poucas áreas de mata remanescentes (FEITOSA, s/d. p.18-19).

5.9. Reconcentração de lotes, titulação e apropriação capitalista de lotes.

Foram encontrados por essa pesquisa, como já era esperado, algumas concentrações de lotes dentro do PA Canarana. Além disso, dois casos graves de concentração de lotes foram resolvidos no ano 2010 e, portanto, antes do trabalho de campo realizado. A compra de sete lotes por um comerciante e três lotes por um dono de uma beneficiadora de arroz, ambos da cidade de Conceição do Araguaia, também da cidade foi revertida com a ocupação dessas terras por familiares e conhecidos dos assentados do Canarana ou de áreas vizinhas. Portanto, revivendo as formas de organização dos antigos posseiros, algumas famílias conhecidas, vizinhas, parentes, ocuparam essas duas pequenas fazendas dentro do PA Canarana com o apoio, no caso, de técnicos e da chefia do INCRA de Conceição do Araguaia que, prontamente, deram razão para as famílias e reconheceram seus direitos na terra, cadastrando-as. Mas o que importa ressaltar aqui é o destemor dessas famílias que certamente correram o risco de vivenciar o que aconteceu no ano de 2009 no PA Pecosa, vizinho à Canarana, quando algumas famílias tentaram entrar em sete lotes concentrados e foram repelidos à bala, ocasião em que um adolescente de 17 anos foi baleado na perna, como exposto no capítulo 2.

Atualmente, as famílias que ocuparam os dez lotes que estavam reconcentrados dentro do PA Canarana – pelo comerciante e pelo beneficiador de arroz - permanecem na terra

vivenciando os mesmos problemas e dificuldades dos outros assentados. No entanto, conseguiram, com sua ação, desfazer mais essas investidas do capital em se territorializar dentro de assentamentos. Quatro dessas famílias ainda não conseguiram suas casas, devido à interrupção dos pagamentos do programa de Crédito Instalação em toda a Superintendência Regional de Marabá. A área por eles ocupada também é particularmente afetada pela falta de água. Mas a luta contra as reconcentrações é incessante. No trabalho de campo encontrei dois outros casos de reconcentrações com características de exploração capitalista, ainda em estágio inicial.

Em um primeiro caso, um criador de gado não identificado pelo Presidente da Associação nem pelos vizinhos, comprou três lotes e está começando a colocar o gado nas terras. Foi feita uma visita a esses lotes mas ninguém foi encontrado para ser entrevistado. De longe, na estrada, já se vê um clarão aberto dentro do assentamento com as pastagens ocupando os três lotes sem que haja nenhuma habitação ou outra lavoura à vista.

Já foi feita referência, no Capítulo 4, aos efeitos negativos que reconcentrações de lotes e/ou a instalação de grandes empreendimentos capitalistas trazem, sobretudo quando acabam por se expandir ocupando um número alto de parcelas. A rarefação da população, a perda de serviços básicos como postos de saúde e escolas, o aumento no custo da comercialização[190] são problemas inevitáveis com a saída de muitas famílias assentadas. Como na Canarana os casos atuais de concentração são de poucos lotes, tais efeitos ainda não são tão gritantes.

Sobre o segundo caso de reconcentração de lotes encontrado, foi possível obter dados mais completos e conversar com os sujeitos envolvidos na "questão". Ao visitar as casas de um dos "cantos" do assentamento Canarana, comecei a ouvir queixas sobre o fechamento de um lago que famílias camponesas usavam para a pesca desde o tempo da ocupação. Segundo foi dito, apesar do lago se encontrar inteiramente dentro de um dos lotes, foi acordado quando da demarcação oficial do assentamento que a entrada para o mesmo iria continuar sempre aberta para os moradores do PA. No entanto, há poucos meses um comerciante da cidade de Redenção/PA comprou dois lotes contíguos, um no PA Canarana e outro no PA vizinho, o Maria Luiza[191]. O tal lago, na verdade, como foi constatado com uma visita ao local, situa-se no lote adquirido do PA Maria Luiza. A estrada que dá acesso ao mesmo fora trancada com uma porteira e um cadeado (Fotos 47, 48, 49, 50). Isso causou revolta nos assentados do PA

[190] Pois diminui o número de produtores por vicinal e, consequentemente, o volume de carga, apesar de não diminuir a distância percorrida, aumentando assim o preço do frete.

[191] Foi passada a informação de que ele já estaria fechando a compra de um terceiro lote, sendo este também localizado no PA Maria Luiza.

Canarana, acostumados a fazer "pescadas"[192] no lago. Os assentados ameaçavam quebrar o cadeado para reabrir o acesso ao lago na "marra", caso o INCRA não interviesse e resolvesse a questão. Técnicos do INCRA foram ao local com uma comissão de moradores. Foi encontrado um "caseiro" morando em uma casa antiga, pouco preservada, mas situada em um local paradisíaco, à beira do Araguaia, com uma bela praia de areia fina e muitas árvores. O caseiro, quando perguntado, confirmou que o "dono" dos lotes era o proprietário de uma loja de autopeças no município de Redenção, fornecendo o endereço e o telefone do mesmo. O proprietário foi notificado pelo INCRA, compareceu ao órgão e, ao ser informado que não poderia permanecer nos lotes por ser comerciante, lançou mão do seguinte argumento: "aí vai ter que tirar muita gente desses assentamentos por aí". De qualquer forma, afirmou que iria recorrer na justiça da decisão, mas que aceitava reabrir a passagem para o lago, para não arrumar confusão com os vizinhos, segundo ele. Há que se admitir que os assentados não estavam muito preocupados com a compra de dois ou três lotes pelo comerciante. A "questão" foi colocada por causa do fechamento do lago e, se o comerciante tivesse estabelecido uma política de boa vizinhança, talvez nem tivesse havido a denúncia.

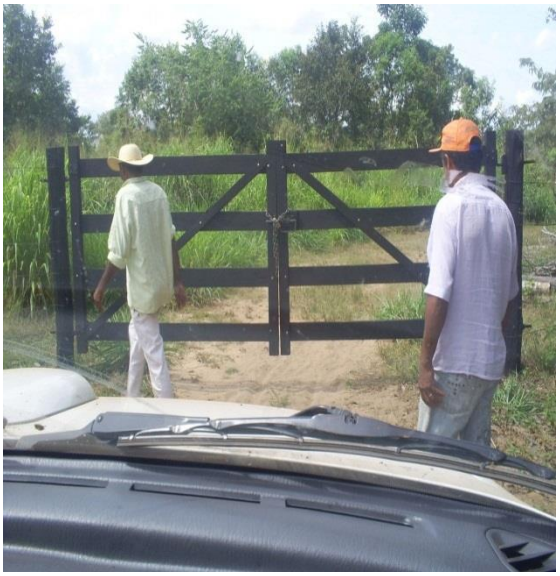


Foto 43

Foto 44

[192] As chamadas "pescadas" fazem parte de uma tradição local de fazer acampamentos perto de rios ou lagos piscosos para passar alguns dias pescando, assando peixe, bebendo e conversando com amigos, vizinhos e parentes.

Fotos 43, 44, 45 e 46: A tranca na estrada que dá acesso ao lago, a casa do caseiro, o lago piscoso e a "prainha" particular do rio Araguaia, em 06/2012. Autor: Marcelo Terence.

O fato é que a ausência de um monitoramento mais efetivo do INCRA, somadas às causas que expulsam os assentados de seus lotes, facilita muito a ação de capitalistas devido ao baixo preço obtido por terras de assentamento. Nesse exemplo, os dois lotes, que pertenciam a um só assentado, saíram por R$ 60.000,00. Uma bagatela se pensarmos que o preço da terra na região varia em torno de R$ 1.500,00 a R$ 2.000,00 o hectare e que os lotes, juntos, mediam 75 hectares. Uma terra de frente para o Araguaia possuindo ainda um lago que se comunica com tal rio e por isso é repleto de peixes, sem dúvida atingiria um preço muito maior se fosse titulada e não terra de assentamento. No caso em análise, o comerciante pagou um preço irrisório, que, na sua visão, lhe dava o "direito" de engordar gado e ao mesmo tempo "curtir" os finais de semana pescando e aproveitando "sua" praia "particular" no Araguaia.

Mas não são todos os casos de concentração que possuem as mesmas características que os acima descritos. Vimos casos de famílias que possuem mais de um lote e neles utilizam exclusivamente o trabalho familiar, visando a reprodução do grupo familiar como finalidade da sua atividade no PA Canarana, não o lucro que uma exploração capitalista poderia gerar. No entanto, foi encontrado um caso que requer um pouco mais de cuidado na análise, pois situa-se a meio caminho entre a apropriação capitalista e camponesa da terra.

A família do Sr. João trabalhou para o "fiel depositário" dos bens da fazenda Canarana, cujas ilegalidades e arbitrariedades já foram relatadas[193]. Como pagamento por dívidas trabalhistas, o Sr. João recebeu 30 alqueires ou 150 hectares dentro do PA Canarana,

[193] Nesse caso também optou-se pelo uso de um nome fictício.

totalizando três lotes. À época da criação do PA conseguiu cadastrar um lote em seu nome e dois em nomes de laranjas. Por volta de três anos atrás, com medo de ter seus lotes retomados, talvez até assustado por conta da retomada ocorrida dentro do PA Canarana em 2010, vendeu um deles. Durante todos esses anos o assentado e sua família trabalharam sozinhos os lotes. O Sr. João transportando leite dos lotes dos fornecedores para o Laticínio Maely, do assentado Neurivan, e os demais familiares, mulher e filhos, plantando, colhendo e fazendo outras tarefas de manutenção do lote. A família conseguia, assim, produzir por volta de 300 sacos de farinha de mandioca por ano- a maior produção do Canarana - entregar em torno de 100 litros de leite por dia e vender mais de 100 cabeças de porco e 20 de bezerros por ano[194]. Além de fazer o transporte do leite de outros assentados para o laticínio. Tudo com trabalho exclusivamente familiar. "Eles parecem uns leões trabalhando", afirmou o presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais da Canarana ao referir-se à capacidade de trabalho da família.

Há poucos anos atrás, começou também a plantar abacaxi, chegando sua roça atual a ter mais de 50 mil pés, ocupando doze hectares de cultivo. Todavia, essa roça, desde o seu início, é toda ela "empreitada", ou seja, o Sr. João contrata por um preço fixo três ou quatro trabalhadores para plantar, cuidar e colher a plantação de abacaxi, estabelecendo assim relações de produção capitalistas com outros trabalhadores, assentados vizinhos ou outros "diaristas". Sem dúvida, existe aqui o risco de haver um processo mais intenso de acumulação de capital, podendo mesmo esse Sr. tentar expandir suas posses. Ele mesmo afirmou em sua entrevista que "pretende investir mais, o trem aqui é tão bom, o que falta é mais estrada". Claro que sua condição ainda se assemelha com a dos outros assentados. Sua moradia é feita com crédito do INCRA e tem as mesmas características das demais existentes no PA. O Sr. João leva uma vida simples e de muito trabalho, são fartos os relatos dos vizinhos e do pessoal da Associação elogiando a "coragem" da família para o trabalho. Mas a tendência dele é "crescer". Sabendo estar falando com um servidor do INCRA, o Sr. João reclamou várias vezes que o governo não quer que o assentado "cresça", "quer que a gente fique comendo na mão dele a vida toda"[195].

[194] Informação verbal fornecida pelo assentado em 11/08/2012.
[195] Depoimento ao autor em 11/08/2012.

Fotos 47, 48, 49 e 50: Em sentido horário a partir de cima: roças de abacaxi feitas com força-de-trabalho empreitada, roça de mandioca com trabalho familiar e casa nos moldes das casas dos demais assentados. Autor: Marcelo Terence

Assim, o que essa pesquisa mostra é que o surgimento de algumas reconcentrações dentro do PA Canarana parece inevitável, dadas as condições atuais. Somam-se políticas de incentivo apenas para alguns assentados mais "empreendedores" ou mais "aptos" para a "inserção nos mercados" com a crescente valorização das terras na região e a expansão de empreendimentos capitalistas, e temos um quadro perfeito para novas reconcentrações e a formação de "fazendinhas" no PA Canarana e nos outros projetos de assentamento na região.

No PA Canarana tal tendência foi anulada por meio da ação das retomadas realizadas devido à pressão dos próprios camponeses. Novamente elementos da "tradição rebelde" dos camponeses do sul e sudeste do Pará se fizeram atuais e bloquearam a territorialização do capital. Na ausência de uma política estatal voltada para garantir a permanência da grande maioria dos assentados em seus lotes, é o sacrifício e o enfrentamento direto dos camponeses-

posseiros do sul e sudeste do Pará que impede a descaracterização completa dos projetos de assentamentos locais.

Claro que essas ações dos ocupantes ou dos denunciantes das reconcentrações foram facilitadas porque tiveram, no caso das reconcentrações analisadas, amparo na norma legal que trata das terras de assentamento.

Essas situações tendem a se tornar ainda mais complexas em um futuro próximo. O problema é que a própria Constituição Federal no seu artigo 189 prevê que "Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos", ou seja, todos os títulos com mais de dez anos de expedição e que estejam quitados, podem ser negociados dentro da lei. Só no caso do PA Canarana, são 140 títulos já expedidos no ano de 2001. Nem todos estão quitados, pois o prazo máximo para quitação é de vinte anos, com uma carência de três anos a partir da assinatura do mesmo. Quando estiverem, se forem negociados para qualquer sujeito social, mesmo que determinado a explorar a terra de forma capitalista e concentrando lotes, as retomadas administrativas ou judiciais nada poderão fazer para preservar tais terras como terras de reforma agrária. Será que continuarão as retomadas "na marra", feitas pelos próprios vizinhos, parentes ou amigos dos assentados? Se continuarem, nesses casos entrarão em choque com a norma legal. E se, a partir da liberação das cláusulas resolutivas dos títulos acontecerem reconcentrações maiores que as vistas até agora no PA Canarana – e essa pesquisa indica uma tendência de que ocorram – e estas quebrarem as redes estabelecidas entre assentados, implicando em toda a gama de prejuízos relatados no caso da atuação das mineradoras em Tucumã e Ourilândia do Norte/PA?

Depois de tantos investimentos na desapropriação da terra, na construção das estradas e de habitações, no subsídio dados aos títulos, as terras de domínio do Estado podem passar para mãos particulares como propriedade privada, e serem exploradas como bem entenderem pelos seus donos.

A situação é ainda mais esdrúxula porque os títulos, ainda que tenham que ser pagos pelos assentados, são subsidiados, pois se o pagamento for feito em dia, desconta-se a metade da correção monetária, calculada pelo índice IGP-DI. Só para exemplificar o tamanho de tal subsídio, o título de número MB07800000215 do PA Canarana expedido em 08/05/2002, possui um valor total a ser pago de R$ 9.409,63, para uma área de quarenta e nove hectares, com um custo de R$ 191,00 o hectare. Com a correção monetária prevista pelo IGP-DI da FGV, acumulada em 125,06 %, o título valeria R$ 21.177,96. No entanto, se pago em dia,

existe a previsão de um desconto de 50% em tal correção, o que faz com que o valor total a ser pago diminua para R$ 15.293,00, um valor que tem se mostrado elevado para o pagamento pelos assentados, mas é absolutamente irrisório se comparado com o preço das terras fora de assentamento. Observe-se que o título foi expedido pelo mesmo preço médio que o INCRA pagava as terras em 2001 (R$191,00 o hectare). Se fosse feito o mesmo cálculo pelos preços atuais, o valor dessa terra seria de R$ 1.340,00 o hectare e o preço total dessa terra usada como exemplo seria de R$ 65.660,00[196]. Permitir que uma terra subsidiada retorne legalmente para o circuito comercial e gere ganhos monetários para determinados sujeitos sociais parece uma incongruência da norma legal que rege o assunto. A tendência é apenas o comprador capitalista auferir essa renda da terra, como vimos no caso acima da compra dos lotes próximos ao lago por um valor várias vezes inferior ao que uma terra naquela localização poderia valer.

Se no PA Canarana já foram titulados 140 lotes – quase a metade dos lotes - pelo menos nos PAs sob jurisdição Superintendência Regional de Marabá do INCRA, ainda há tempo para que essa discussão seja colocada. Seja por quais motivos forem das famílias assentadas atualmente – oficialmente 90.992 - apenas 558 possuem títulos definitivos e apenas nos últimos três anos começou a emissão de Contratos de Concessão de Uso, que são títulos provisórios válidos por cinco anos.[197] Os demais assentados só possuem um contrato simples de licença para o uso. Portanto, quando começar a titulação, ainda haverá um prazo de pelo menos dez anos para que as terras de assentamentos da região voltem a ser terras alienáveis legalmente no mercado de terras como quaisquer outras terras particulares. Aliás, em meados de outubro de 2012, a Superintendência Regional de Marabá lançou um programa de titulação com previsão de se estender até o ano de 2022, quando assim todos os PAs na área de atuação dessa Superintendência estariam titulados e, após vencidas as cláusulas resolutivas, aptos a voltar ao mercado.[198]

Todavia vale lembrar que esse é um assunto polêmico. Para Esterci (2009, p. 228) a concessão de lotes individuais e sua posterior titulação, tornando o lote uma "propriedade",

[196] Isso porque estamos falando de valores médios, pois pela mesma tabela do INCRA, elaborada a partir de pesquisa de mercado, o hectare pode chegar a custar R$ 1.769,83 o hectare e a terra de 49 hectares usada como exemplo poderia então chegar a custar R$ 86.721,87.

[197] Fonte SIPRA, acesso em 25/07/2012.

[198] O absurdo da situação é que esse trabalho de titulação, acompanhado de um trabalho de levantamento ocupacional e retomada das áreas ocupadas irregularmente, realizado por pressão do MPF e da Justiça Federal, exigirão o engajamento de toda a força-de-trabalho do INCRA. Sendo assim, PAs que só estão previstos, por exemplo, para serem visitados no ano 2020 ficarão, até lá, sem nenhuma visita dos técnicos do órgão fundiário, seja para a Concessão de Créditos, para a resolução de conflitos ou para qualquer outro tipo de assistência.

talvez seja uma conquista do movimento da luta pela terra, mas uma conquista marcada por contradições:

> Por isso a concessão de lotes familiares, se, por um lado, representava uma vitória diante da ameaça de expulsão, por outro, impunha uma grande derrota aos posseiros, pois destruía toda a organização da atividade econômica e da vida social sobre o espaço, sufocando a dinâmica da ocupação e dificultando sua reprodução.

O MST também tem posição fechada contra a titulação, justamente por acreditar que essas terras têm que ser conduzidas pela economia familiar e com o apoio do Estado, garantindo assim a produção de alimentos para a população com métodos menos agressivos ao meio ambiente[199]. No entanto, a maioria dos assentados é a favor da titulação, por ser uma "garantia de sua propriedade", e a necessidade dessa garantia pode ter origem na dura luta travada para a conquista do lote e na insegurança vivida durante esse período de ameaças e conflitos nas ocupações e acampamentos[200].

5.10. A busca da produção com autonomia:

Sader (1986) aponta em seu estudo sobre camponeses no oeste maranhense a dificuldade de reprodução de um modo de vida tradicional entre essa população, a partir das relações sociais e econômicas em que estavam inseridos. Indica a crise que viviam essas famílias por terem que se enquadrar no modelo de assentamentos proposto pelo Estado, modelo que individualizou as unidades de produção e impediu a reprodução do sistema de produção tradicional, baseado em características como roçados seminômades, organizações comunitárias e apropriação de "terras livres". Aponta também a sujeição da produção desses camponeses ao capital comercial e a pressão do mercado de terras também como fatores que desestabilizariam e, por fim, transformariam completamente o modo de vida dessas famílias. Mais de 25 anos depois, qual balanço podemos fazer sobre essas questões formuladas por Sader (1986), a partir da pesquisa realizada no PA Canarana?

Primeiro, há que se dar razão à autora no que diz respeito ao aumento dos fatores tornam instável a permanência camponesa na terra. Como já foi discutido em capítulos

[199] No INCRA as opiniões se dividem: há os que acham que titular é dar "um tiro no pé" pois ao final acabariam as atribuições do INCRA quando todos os lotes de assentamentos fossem titulados e se for mantida a atual tendência de não se criar mais assentamentos na região. Outros pensam o contrário: acham que é muito paternalismo essa terra ficar tutelada ao INCRA depois de 10, 15 ou 20 anos.
[200]

anteriores, tanto o avanço da pecuária na região, quanto a inflexibilidade legal dos projetos de assentamentos em relação a sua demarcação oficial acabam criando condições favoráveis à saída dessas famílias e pressionando no sentido da reconcentração da terra. A tão propalada política de inserção dos assentados no mercado, como os números sobre produção e comercialização demonstraram, cria uma situação favorável à diferenciação econômica e não são todas as famílias que obtém sucesso nessa nova condição de reproduzir a vida. Há casos de sucesso econômico como o do Sr. Neurivan. Também há assentados "quebrados", como o próprio Sr. Pedro do PA Canarana se referiu à sua situação, que possivelmente em pouco tempo terão que vender seus lotes e buscar novas terras em ocupações de fazenda ou ainda tentar reproduzir sua condição camponesa mediante a compra em projetos de assentamentos mais distantes ou com terras menos férteis[201]. Ou mesmo correr o risco de a voltar à condição de proletário rural ou urbano.

Ainda nessa linha, pensando a desagregação de elementos da "herança camponesa", todos os assentados declararam não realizar mais mutirões como faziam ou viam seus pais fazer no passado. Conforme o Sr. Valdivino: "No princípio trabalhava em grupo de 10, 12 trabalhador, agora tá tudo no individual"[202]. Assim, a compra e a venda de "diárias" virou a forma mais corriqueira de se acrescentar força de trabalho nos momentos em que a necessidade de se intensificar o trabalho se faz presente, sobretudo quando da limpeza do pasto, do plantio e da colheita ou de se levantar uma cerca. Uma observação importante de alguns assentados sobre a questão das "diárias" é a dificuldade em encontrar diaristas: O Sr. Manoel Bonfim reclama: "Não acha um pra ganhar diária"[203] ao que complementa o Sr. José de Ribamar, também tratando da falta de pessoas para trabalhar na diária: "os mais jovens vão sumindo, o povo não quer trabalhar mais não"[204].

Aliás, essa questão dos jovens é um problema que deve ser enfrentado pelas políticas voltadas para a reforma agrária, se houver mesmo preocupação em se garantir a reprodução camponesa nos assentamentos. Há muitos relatos sobre a saída ou o desejo de saída dos jovens, seja em razão do estudo ou de trabalho. Perguntado sobre a permanência dos filhos ou dos netos no lote, um senhor de 75 anos – com 14 filhos, e quatro já vivendo em Goiânia - deu a seguinte resposta, referindo-se aos netos que moram com ele ou próximos: "Já estão abrindo asas para voar, aqui não tem recurso, eles querem ir para cidade, aqui só fica os 'véio'

[201] Nesses projetos um lote pode ser comprado por um valor abaixo daquele conseguido por lotes em assentamentos mais próximos das cidades.
[202] Depoimento dado ao autor em 18/08/2012.
[203] Depoimento dado ao autor em 14/05/2012.
[204] Depoimento dado ao autor em 28/05/2012.

bruto" (Sr. Francisco). Também o Sr. Valdivino, referindo-se aos estudos, diz que os filhos pretendem "acabar aqui e dar um jeito de levar pra cidade.[205]

Mas há que se ressaltar que também há movimentos na direção contrária. Há os jovens que vão e voltam, que não se adaptam à vida nas cidades e, sobretudo, não se adaptam ao trabalho assalariado. Um assentado, filho de assentado, que foi para a "rua" e morou quase 20 anos em Palmas antes de voltar para o PA Canarana resume, em sua entrevista, um pouco do impasse vivido pelos jovens: "Quando é criado na roça quer ir embora, por causa dos progressos da cidade, mas depois quer voltar. Viver como empregado você cansa, trabalhar sozinho é melhor" (Sr. Deuvandir)[206].

Além disso, há ações extraordinárias e também cotidianas que reafirmam o modo de vida camponês. As duas situações de retomada que ocorreram dentro do PA Canarana, como também em outros PAs, são demonstração clara disso. A terra foi concentrada por mecanismos de mercado e desconcentrada por pressão de famílias camponesas, posteriormente cadastradas como assentadas pelo INCRA.

Também há vários exemplos de famílias que estão na Canarana há anos e que reafirmam o seu apego à terra. Produtor de polpa de frutas e mel – mais de 800 quilos de polpa por ano e esperando de 100 a 150 quilos de mel na safra de 2012 – Sr. Manoel reclama de quem vende o lote para ir para a cidade:

> Muitos dizem que não dá pra permanecer no lote e como eu consigo? Precisa luta, tem como viver, quem não quer ficar é porque não quer largar a cidade para viver no lote, essas pessoas atrapalha a gente, tem gente que a gente briga por essa parte, mas eles acham pequena essa terra. Querem mexer com gado [...][207]

Até porque muitos já não se enxergam morando nas cidades, seja por questões ambientais como poluição, barulho, muitos carros ou por não quererem se sujeitar ao trabalho para outrem. Há mesmo famílias que fazem verdadeiros périplos por diversas terras, comprando e vendendo, mas nunca desistindo do sonho de "não precisar trabalhar mais pros outros". A Sra. Honorita resume a andança da família em busca de terra:

---

[205] Há uma pequena vila situada a poucos quilômetros do PA Canarana chamada "Chapéu de Palha" que abriga uma escola estadual de 1º e 2º graus e há alguns ônibus que cruzam o assentamento para buscar os alunos. Quanto ao serviço do ônibus a maior reclamação é quanto a ele andar sempre lotado, porque muitos pais acabam pegando carona devido ao alto custo e às dificuldades de transporte na região.
[206] Depoimento dado ao autor em 26/05/2012.
[207] Depoimento dado ao autor em 14/04/2012.

> A gente morava onde hoje é o Tocantins. Daí meu filho foi pra Santa Maria, pra 'grilar' uma terra. Ele foi na frente. Ficou um mês sozinho e depois veio para buscar a mãe. Era tudo mata. Depois vendemos essa terra e compramos um '*grilo*' no Tocantins. Ficamos uns anos lá. Aí vendemos cinco alqueires para ir para o Parazão doido, enquanto a gente não ia ficamos trabalhando em terra dos outros. Foi aí que um vizinho falou: 'Vocês deixam de trabalhar pros outros tem um homem que tem um grilo que quer vender para ir para outro grilo, ele vende baratinho. Compramos por 60.000 cruzeiros um lote na Canarana. Só tinha 3 linhas de abertura. Nós abrimos e plantamos roça até a terra ficar fraca e colocar capim[208].

Perguntada se não via problema nessa situação de compra e venda de terra de assentamento, Sra. Honorita foi breve e precisa na resposta: "Não tem problema em vender terra, desde que compre outra depois. O Sr. Nazaré que vendeu pra gente acabou indo pra 'rua', dali um tempo ficou sem nada, na miséria"

A busca da produção com autonomia e sustentabilidade sem a utilização de grande aporte de recursos, como estão fazendo as famílias que se voltam para a produção do mel e de polpa de frutas, também aponta para uma possível adaptação aos parâmetros espaciais estabelecidos pelo assentamento, aos limites rígidos dos lotes, sem que se perca de vista o trabalho realizado em moldes familiares e com o auxílio de outros assentados. São ainda iniciativas modestas que, se derem certo, poderão levar ainda alguns anos para se tornarem práticas hegemônicas dentro do PA Canarana. Mas, por alguns exemplos que vimos e pela fala de muitos assentados, ou é essa alternativa ou é a continuidade da aposta na pecuária que, como já foi discutido, não se sustenta nem econômica nem ecologicamente por muitos anos nas áreas relativamente pequenas dos lotes do PA Canarana. Essa alternativa, o gado, como foi demonstrado acima, só funciona com a ampliação dos lotes mediante a compra de mais terras, ocasionando assim a saída de um assentado para que outro possa crescer ou pelo menos se manter. Há ainda uma terceira "alternativa", imposta pelas leis do mercado: a venda de lotes por famílias que acabam por abandonar de vez suas terras no PA Canarana, por absoluta falta de condições de permanecerem na terra em condições dignas.[209] Assim, resta ou a proletarização ou a busca de efetivar o sonho da reprodução da sua condição camponesa, participando de outras ocupações ou comprando terra de assentamentos mais afastados, de acesso mais precário e com valores menores.

[208] Depoimento dado ao autor em 11/06/2011.

[209] Em conversa informal com um membro da Diretoria da Associação Canarana, ele se referiu ao fato de que teriam sido oferecidos R$90.000,00 em um lote de 58 hectares dentro do PA Canarana. Difícil assim, com esses valores atingidos pelos lotes dentro de assentamento, criminalizar alguma família que, estando à beira da miséria, resolve se desfazer do seu lote.

6. Considerações finais

No decorrer desta dissertação ficou claro que atualmente existem muitas famílias que desejam entrar ou permanecer em suas terras, contrariamente aos que defendem a assimilação dessa população pelas relações de produção capitalistas. No entanto, os limites do atual modelo de reforma agrária mostraram-se também evidentes.

Nessa direção, uma das conclusões dessa pesquisa é que a criação de centenas de projetos de assentamentos no sul e sudeste do Pará não tem garantido a permanência ou a estabilidade de uma parte importante das famílias ali assentadas. O alto índice de evasão e de compra e venda de lotes ficaram evidentes nos resultados dos levantamentos ocupacionais em projetos de assentamentos aqui expostos e também, no caso do PA Canarana, pelo alto número de cadastros durante todos esses anos após a criação do projeto de assentamento no ano 1996.

Podemos citar entre as causas apontadas nesse trabalho para tal instabilidade e para que as terras de projetos de assentamento voltem a assumir a forma-mercadoria:

a) O desencontro entre o modelo de projetos de assentamentos criados no sul e sudeste do Pará e a forte tradição camponesa dos assentados ou pelo menos de considerável parcela dos mesmos;
b) A ausência de uma política de incentivos à produção e de apoio à comercialização que atenda a diversidade dos sujeitos sociais presentes nos projetos de assentamento e que não se prenda apenas no incentivo ao espírito empreendedor.
c) A permanência e a expansão de grandes empreendimentos capitalistas – sejam agropecuários ou não - nas proximidades dos assentamentos, causando grandes transtornos aos assentados.

Os projetos de assentamentos foram concebidos e criados pelo Estado ao longo das últimas décadas sob clima de forte disputa política entre famílias camponesas e proprietários de grandes fazendas. O modelo de projetos de assentamentos nascido dessa disputa de forma alguma dialogou ou respeitou as características da população que demandava terras na região sul e sudeste do Pará. O recorte linear desses projetos de assentamento, uma espécie de herança maldita das fazendas desapropriadas que lhes deram origem, limitou terrivelmente o modo típico dos camponeses formarem suas roças, sem que fossem oferecidas alternativas sustentáveis. Dessa forma, a pecuária acabou por se tornar uma das poucas produções viáveis

no curto prazo, ainda que se torne insustentável com o passar dos anos. O sistema concreto de vida dos camponeses, seriamente atacado durante as grandes expropriações de terras realizadas nas décadas 1960 e 1970, nunca poderia ser reestabelecido pelo atual modelo de projetos de assentamentos. As formas camponesas de apropriação do território expostas no capítulo 1 nunca se adaptaram completamente nem ao tamanho insuficiente dos lotes nem às suas formas lineares, geométricas, alheias em tudo aos hábitos de caça e pesca desses assentados. Daí, por exemplo, a existência de um conflito, ou da "questão" como os próprios assentados se referiram em relação ao fechamento do lago cheio de peixes e da discordância de vários assentados, fato que foi descrito no capítulo 5. A demarcação oficial simplesmente ignorou que o lago servia à toda a comunidade e o colocou "dentro" de um único lote, fazendo com que o mesmo se tornasse atrativo e valioso e, assim, favorecendo a mercantilização desse lote. No caso, a "cegueira" da demarcação oficial fez com que o lago se tornasse uma mercadoria, quando o mesmo muito bem poderia ter sido e transformado em um bem da comunidade.

Além disso, ainda na linha da "arrogância planejadora do Estado", ideias já previstas no Estatuto da Terra em torno da constituição de uma classe média rural no Brasil foram replicadas pelos governos pós-ditadura e, como foi discutido no decorrer desse trabalho, permanecem ainda hoje como o norte dos discursos e das práticas governamentais em relação aos objetivos finais da reforma agrária no Brasil. Na região estudada, as políticas de incentivo à produção e apoio à comercialização se apresentam muito incipientes. Quando existem se baseiam nos conceitos da "agricultura familiar" e no incentivo à "inserção dos assentados no mercado", e podem, como vimos, atender aos anseios de alguns assentados mais preparados e mais adaptados ao cálculo e à razão econômica. Quanto aos outros assentados mais ligados à "herança camponesa", nos moldes como entendido neste trabalho, simplesmente não existem alternativas dentro das políticas governamentais. O completo descaso e até discriminação das agências estatais financiadoras em relação ao grupo do mel, por exemplo, preterido em suas demandas por financiamento, revela bem o desencontro do qual falamos entre as políticas estatais e os interesses e valores de muitos dos assentados do sul e sudeste do Pará.

No mais, a ausência de uma reforma agrária ampla e massiva que elimine a grande propriedade ao menos nas áreas consideradas "prioritárias" também causa grandes distorções nos projetos de assentamentos. Uma delas é o mercado próximo ser todo estruturado em torno da produção dessas grandes propriedades, no caso analisado, em torno da produção pecuária, quase que determinando o tipo de produção a ser realizada pelos assentados. Vimos como a

armadilha da “opção” pelo gado funciona para os atuais assentados: só aqueles que se expandem para lotes vizinhos adquirindo áreas suficientes para ampliar sua produção possuem alguma chance de sucesso com esse tipo de produção. O alto custo da reforma dos pastos acaba por impedir a continuidade dessa produção por longo período de tempo, sobretudo para aqueles assentados que possuem um só lote. Outro ponto importante em relação à presença de grandes empreendimentos próximos aos assentamentos é a valorização das terras da região, também apontada no decorrer do trabalho.

Contrapondo-se a esse movimento de mercantilização das terras de assentamento e de expansão das relações mercantis entre os assentados, a pesquisa se deparou com experiências significativas e também com estratégias forjadas pelos próprios assentados visando enfrentar as condições que trazem instabilidade à permanência em seus lotes. Tanto os casos de retomadas protagonizados pelos camponeses como a busca de alternativas produtivas são exemplos da iniciativa e da criatividade dessas famílias. Assim, por mais que o “cerco continue se fechando” a existência de uma “tradição rebelde” e de uma “herança camponesa” entre os assentados tem garantido o enfrentamento e, muitas vezes, a reversão da tendência à concentração e à reconcentração das terras na região sul e sudeste do Pará.

O PA Canarana é prova clara desse enfrentamento e do relativo sucesso dessas estratégias camponesas. Afinal, dezessete anos depois de sua criação, algumas tentativas de territorialização do capital no seu interior já foram rechaçadas com retomadas feitas na “marra”. Também a busca de alternativas produtivas é incessante dentro do Canarana, ainda que com muito pouco apoio oficial. Claro que nessas tentativas feitas pelos assentados também existem problemas, como o projeto de polpa de frutas, fundamental para garantir o sustento de muitos assentados e que corre o risco de acabar sendo deturpado por supostos desvios de gestão e pelo “fechamento” do grupo de cooperados. De qualquer forma, a luta dessas famílias se mostra incessante e não dá sinais de arrefecimento.

Muitos assentados expressaram em suas falas o forte apego que têm pelas terras onde moram e pelo modo como conduzem suas vidas. Muitas dessas famílias, ao serem questionadas sobre os motivos de quererem permanecer em suas terras, não se importaram em dar justificativas econômicas sobre a melhora ou piora da sua situação atual em relação ao passado. Para muitas famílias o que há simplesmente é a valorização do trabalho com mais autonomia, sem patrão, sem a “zuada” da cidade, como apontam diversas falas reproduzidas no decorrer dessa dissertação.

Talvez para os formuladores das políticas agrárias isso seja coisa do passado. Mas então o que fazer com tais famílias? Pedir-lhes licença para a instalação de mais agropecuárias do tipo Agropecuária Santa Bárbara ou de grandes mineradoras, em troca de indenizações monetárias? “Esses casal de velhos devia ter se afastado”, praguejava o personagem *Fausto* na epígrafe com a qual abrimos a Introdução a essa dissertação. Na obra de Goethe, no final da história, o uso da violência efetiva a retirada desse último obstáculo ao projeto modernizante e homogeneizador. No nosso caso, a história está em aberto. A força e persistência da “tradição rebelde” camponesa no sul e sudeste do Pará dão sinais de vitalidade e de força no enfrentamento de políticas públicas e de forças mercantis assemelhadas ao projeto fáustico.

7. Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Conflito e Mediação: Os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado**. 1993. 463 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro,1993.

AUDRIN, J. M. **Os sertanejos que eu conheci.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1963.

BATALHA, Claudio H. M. Thompson diante de Marx. In: BOITO Jr. Armando; TOLEDO, Caio Navarro de; RANIERI, Jesus; TRÓPIA, Patrícia Vieira. (orgs.). **A obra teórica de Marx** – Atualidades, problemas e interpretações. 1ªedição. São Paulo: IFCH – UNICAMP. 2000.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar – a aventura da modernidade**. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

CARTER, Miguel. (Org.). **Combatendo a desigualdade social – O MST e a reforma agrária no Brasil.** São Paulo: UNESP, 2010.

CARVALHO, Francisquinha Laranjeira; CAVALCANTI, Maria do Espírito Santo Rosa. Rio Araguaia, o caminho dos sertões. **História Revista**, Goiânia, V. 14, n. 2, 2009.

CARVALHO FILHO, José Juliano. Reforma Agrária: de eleições e eleições. **Estudos Avançados**, Universidade de São Paulo, vol. 11, número 31, 1997.

CHAYANOV, Alexander V. **La organizacion de la unidad econômica campesina**. Buenos Aires, Editora Nueva Visión, 1985.

CUNHA, Manuela Carneira da. (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ESTERCI, Neide. Campesinato e Igreja na fronteira – o sentido da lei e a força da aliança.. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULIOLO, M.I. (Orgs.). Lutas **camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas.** Vol. 1. O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 e 1980. São Paulo: UNESP, 2009.

FEITOSA, Terezinha Cavalcante. **Análise da sustentabilidade da produção familiar no sudeste paraense: o caso dos produtores de leite do Município de Rio Maria**. Dissertação (Mestrado) – UFPA, Belém.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **A justiça do lobo: posseiros e padres do Araguaia**. Petrópolis: Vozes, 1986. 115p.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando fora da própria sombra**: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2005.

HEBÉTTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; MANESCHY Maria Cristina, (Orgs.). **No mar, nos rios e na fronteira – faces do campesinato paraense**. Belém: Editora Universitária UFPA, 2002.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a Fronteira – 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia.** Vol. 4–Um novo campesinato amazônico e O papel das instituições científicas e de seus pesquisadores. Belém, EDUFPA 2004b.

IANNI, Octavio. **História social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

INCRA, Instrução Normativa nº 71, 17/05/2012

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **O cativeiro da terra.** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

_____. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984. 134p.

_____. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**: São Paulo, v. 8(1): p. 25-70, mai. 1996.

_____. **Expropriação e Violência**: a questão política no campo. 3ª edição, São Paulo: Hucitec, 1991. 182p.

_____. **Sujeito Oculto – Ordem e Transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre, UFRGS Editora, 2003

MARX, Karl. **O capital – crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MELO, Aloisio Lopes Pereira de. **Das intenções de desenvolver aos processos de desenvolvimento – a reestruturação fundiária na região de Conceição do Araguaia – PA**. 1999. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

MICHELOTTI, Fernando et ali. **"Agrário em questão: uma leitura sobre a criação dos assentamentos rurais no sudeste do Pará",** UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

MORAIS, E.; SILVA, T. **Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha**. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

MOREIRA NETO, Carlos Araújo. "Relatório sobre a situação atual dos índios Kaiapó". 1958.

NAGATA, Gilberto Koji. **Agricultura sustentável em Conceição do Araguaia-PA: um estudo de caso.** 2002. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Energia e Ambiente, Universidade de São Paulo, São Paulo 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007. Disponibilizado em: http://www.fflch.usp.br/dg/gesp.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A MP 458 e a contra-reforma agrária na Amazônia**. IN: CPT, Cadernos do Campo, 2009.

ONDETTI, Gabriel ; WAMBERGUE, Emmanuel; AFONSO, José Batista Gonçalves. De posseiro a sem-terra: o impacto da luta pela terra do MST no Pará. In: CARTER, Miguel (org.) **Combatendo a desigualdade social – O MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010.

PEREIRA, Airton dos Reis. **O papel dos mediadores nos conflitos pela posse da terra na região Araguaia Paraense: O caso da fazenda Bela Vista**. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2004.

_____. Conflitos de terra e violência no sul do Pará.(1975-1990). In: **Anais do Encontro Nacional de História Oral.** UFPE. 2010.

POLETO, Ivo. **O papel dos mediadores nos conflitos pela posse da terra na região Araguaia paraense: o caso da fazenda Bela Vista**. 2004. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2004.

_____. A Igreja, a CPT e a mobilização pela reforma agrária. In: CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social – O MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010.

PETIT, Pere. **Território, Política e Economia: Elites Políticas e Transformações Econômicas no Estado do Pará pós-64**. 1998. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SADER. Regina. **Espaço e Luta no Bico do Papagaio**. 1986. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

_____. Lutas e imaginário camponês. **Tempo Social:** São Paulo, v. 2(1), p. 115-125, 1990.

SANTANA, Márcia de Alencar. Planejamento Regional e desenvolvimento: a SUDAM e a produção do espaço em Conceição do Araguaia. Dissertação/USP. São Paulo.

SANTOS, José Vicente Tavares do. **Questão político e social no campo**. s/d. (mimeo)

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Fábio Carlos da. A economia pastoril e os primórdios do capitalismo na região do Araguaia Paraense. **Novos Cadernos NAEA**, v. 10, n. 1, p. 5-22, 2007.

SILVA, Fábio Carlos da. A Companhia de Terras da Mata Geral e a privatização da floresta amazônica no sul do Pará. **Papers NAEA**, Belém, n. 251, 2009.

_____. Bandeirantes modernos. **Papers NAEA**, Belém, 2009.

SMERALDI, Roberto; MAY, Peter. **O Reino do Gado: Uma nova fase de pecuarização da Amazônia.** São Paulo: Amigos da Terra-Amazônia Brasileira, 2008.

TAPIE, M.H. **A través de las selvas brasilinas.** Version Espanola de German Gomez de la Mata. Barcelona: Iberia, 1930.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum.** São Paulo: Cia das Letras, 1998.

TOURNIER, O. P. **Lá longe no Araguaia**. Trad. Soares de Azevedo. Conceição do Araguaia: Prelazia de Conceição do Araguaia, 1942.

8. ANEXO

Nome:

Idade:

Número de filhos e idade dos mesmos:

Onde moram os filhos? (No lote, na cidade, em lote vizinho?)

Número do lote:

Histórico de vida: Cidade onde nasceu, de onde veio e por onde passou.

1) A família, os pais, já trabalhava no campo, na roça?

Se sim para a questão 1

a) Lembra qual era a condição da família na terra? (Agregado, Morador, Rendeiro, Posseiro,)
b) O que era produzido?
c) Como era feita a produção na terra? Usavam o sistema de queimadas? Tinha maquinários, fertilizantes, adubos, etc.?
d) Nasceu em que cidade?
e) Morou em outras cidades antes de Conceição?

Histórico na Canarana e na região

2) Comprou ou ocupou seu lote?
    a) Se comprou, lembra do valor pago? Lembra do antigo ocupante?
    b) Se ocupou, houve alguém que foi contra essa ocupação? Participou da primeira ocupação? Teve alguma ajuda nessa ocupação? Alguma entidade ou movimento social, participou, orientou ou esteve junto nessa ocupação?
3) Como era o lote? Havia alguma produção nele? Qual era a área de mata na época dentro do seu lote? E a área de pastagem na época que você entrou para o lote?

4) Como ficou sabendo da possibilidade de ocupar um lote a Canarana?
5) Qual o principal motivo de você vir para a Canarana?
6) Quando veio para a Canarana? Participou da primeira ocupação?
7) Lembra de ter havido algum conflito com os fazendeiros ou outros ocupantes?
8) Comprou ou ocupou o lote?

Caracterização do lote e da produção

8) Qual o tamanho do seu lote?
9) O que produz no lote? Qual a área de cada produção? (ressaltar a importância do que eles produzem para o consumo que muitas vezes não aparece na fala deles sobre o que produzem)
10) Quais alimentos são consumidos pela família? Quais deles são comprados na cidade, na rua?
11) Qual a quantidade de cada produto produzido no lote? (não esquecer de perguntar do leite)
12) Possui gado bovino? Quantos?
13) Cria outros animais? Quais? Quantos?
14) Qual a área de pastagem utilizada?
15) Quais as técnicas e instrumentos de produção utilizadas? (enxada, máquinas, fertilizantes, adubos, vacinas, ração, aluguel ou propriedade de trator, etc.)
16) Já obteve algum crédito para produção? Quais? Onde foi aplicado? Conseguiu pagar a dívida?
17) Achou satisfatório pegar o crédito?
18) Pegaria outro tipo de crédito?
19) Você que escolheu o que iria ser produzido ou foi o pessoal da assistência técnica? Como foi esse processo de decisão?
20) Fez ou faz algum curso de alguma entidade para orientar na produção?
21) Quem presta assistência técnica para orientar sua produção?
22) Como é essa assistência técnica? Quantas vezes por ano eles passam no lote ou chamam para reunião? Eles conversam com vocês o que vocês querem produzir ou costumam eles mesmos impor o que vai ser produzido?
23) O que você acha que precisa para melhorar a produção no seu lote?

Força-de-trabalho utilizada

24) Quantas pessoas trabalham no lote?
25) Se possui filhos, quais as atividades desempenhadas pelos filhos no lote? (E do cônjuge)
26) Os vizinhos ou parentes trabalham em algum sistema de mutirão? Realizam mutirões em alguma ocasião?
27) Faz parte de alguma cooperativa de produção?
28) Paga alguma diária durante o ano para ajudar na produção? Quantas?

Comercialização

29) Onde consegue vender seus produtos? (feira na cidade, atravessadores, laticínios, frigoríficos)
30) Quais os preços conseguidos para cada um dos produtos?
31) Quais as principais dificuldades de comercialização que você apontaria?
32) Participa de alguma cooperativa ou associação no momento da comercialização?
33) A Associação do Assentamento já convidou você para participar de algum projeto de produção ou comercialização?

Condições de vida e serviços públicos

34) Você está satisfeito com sua moradia? (descrição da moradia: se a mesma é de alvenaria ou outro material; se foi construída com créditos do INCRA ou não)
35) Qual tipo de atendimento médico você e sua família têm acesso?
36) Alguém da casa frequenta a escola? Qual série? Onde estuda?
37) Recebe algum tipo de transferência de renda do tipo bolsa família?
38) Qual a renda média da família?

(Dados relacionados a existência de escolas, postos de saúde, estradas serão obtidos com as lideranças e mediante observação)

Permanência no lote

39) Você e sua família pretendem permanecer morando no lote? Quais os planos para o futuro?
40) Se possuir filhos: os filhos pretendem permanecer no lote